

RECORDE

Inflação de março é a mais alta de toda a história do Plano Real

Taxa de 1,62% foi puxada pelos transportes, sobretudo pela alta nos combustíveis, que chegou a 6,70%. **Página 18**

Foto: Ortilo Antonio



Procissão dos Passos: fiéis retornam às ruas

“Foram mais de dois anos para celebrar esse dia, mas não estamos sós. Deus está do nosso lado”, declarou Dom Delson. **Página 4**

“Fumacê” no combate ao aumento de casos de dengue

Secretaria de Estado da Saúde amplia estratégias e reforça importância da população no combate a arboviroses.

Página 4

Lacen passa a integrar rede de sequenciamento genético

Foco do laboratório é a Covid-19, mas o objetivo é estender os estudos a outros agravos de saúde pública.

Página 4

Travessias Urbanas contempla 171 cidades

Programa rodoviário do Estado terá uma extensão total de 345,62 km, alcançando todas as regiões da Paraíba.

Página 3

■ “Vi aquele monumento com os olhos da infância. Era um dos circos que insistem em perambular pelos lugares”.

Thomas Bruno Oliveira

Página 11

Foto: Clovis Porciuncula/Secom-PB



■ “Desde a Antiguidade, grandes nomes da História tiveram sua memória facial eternizada em máscaras mortuárias”

Vanderley de Brito

Página 24

Foto: Evandro Pereira



Pessoense volta a expor o rosto

No primeiro dia do decreto que flexibiliza o uso de máscaras, nem todo mundo abriu mão da proteção contra a Covid-19. **Página 5**

Hospital de Trauma adere ao programa Opera Paraíba

Unidade estabelece, como meta, realizar 500 procedimentos ortotraumatológicos por mês, com previsão de espera entre 15 e 30 dias.

Página 6

Preço do gás de cozinha nas refinarias cai a partir de hoje

Sinregás-PB ainda não sabe quando o consumidor sentirá os efeitos da redução de R\$0,25 por quilo do GLP. Procon, no entanto, está de olho.

Página 17

Botafogo e Campinense: a PB na Série C do Brasileirão

Jogos têm início neste sábado e, enquanto o Belo joga em casa contra o São José-RS, a Raposa entra em campo no Ceará contra o Atlético.

Página 21

A Covid em números

	CASOS	MORTES	VACINAS APLICADAS	RECUPERADOS
NA PARAÍBA	599.088	10.197	8.449.330	442.340
NO BRASIL	30.122.712	661.182	419.067.739	29.001.370
NO MUNDO	496.339.931	6.170.701	11.370.349.743

Fonte - PB: SES-PB/ BR: G1/ Mundo: Microsoft Bing Covid-19 Tracker

Editorial

O preço da fome

O Dieese confirmou esta semana o que o brasileiro já vem percebendo - e sentindo - no dia a dia: a cesta básica está mais cara e já engole grande parte do orçamento doméstico. Segundo a última pesquisa divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, em março, houve aumento dos preços em todas as capitais pesquisadas.

Em João Pessoa, para adquirir aqueles produtos básicos que compõem a cesta, em quantidades suficientes para alimentar uma família de dois adultos e duas crianças, o trabalhador passou a pagar R\$ 567,84, comprometendo mais de 50% do salário mínimo. O reajuste com relação a fevereiro foi de 3,37%, acumulando uma variação de 11,16% no ano e de 18,67% nos últimos 12 meses. A cesta básica mais cara foi verificada em São Paulo: R\$ 761,19.

Considerando os dados do Dieese, o trabalhador brasileiro que recebe um salário mínimo teria que, em tese, pagar todas as demais despesas mensais, incluindo aluguel, educação, vestimentas, com o valor que sobra após a compra da cesta, ou seja, menos da metade dos minguados R\$ 1.212,00.

Óbvio que a conta não fecha.

Mesmo para os trabalhadores que ganham mais de um salário mínimo, as compras do mês no supermercado têm sido cada vez mais reduzidas. Se até pouco tempo, a estratégia era mudar marcas, optando pelas mais baratas, a saída agora é diminuir o volume, deixando na prateleira produtos que antes estariam no carrinho. Não é mais uma questão de evitar os supérfluos ou os produtos “dispensáveis”. Nem de substituição dos mais caros.

É importante lembrar que o aumento do preço dos alimentos está diretamente relacionado ao crescimento do número de pessoas sujeitas à fome e à insegurança alimentar. Hoje, quase 20 milhões passam fome no Brasil e 125 milhões, ou quase 60% da população, não têm certeza de que terão comida na mesa em dias futuros.

O país que, em 2014, saiu do Mapa Mundial da Fome e foi indicado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) como exemplo a ser seguido, hoje é palco de cenas brutais de miséria, em que pessoas disputam ossos ou catam lixo para não morrer de fome.

Crônica

Gonzaga Rodrigues

gonzagarodrigues33@gmail.com | Colaborador

Irineu de todos os tempos

Para quem leva a sério ou, pelo menos, vê sentido em saber onde pisa, a qualidade de seu chão e do seu povo, suas potencialidades naturais e históricas, nada como se deter, uma vez ou outra, nas “Notas sobre a Paraíba” de Irineu Joffily. Não há melhor companhia, sobretudo para quem não se sente ou nunca se sentiu muito firme e seguro no presente.

Nesse aspecto – o de possuir história de acervo seguidamente enriquecido – temos pouco a nos queixar, mesmo diante de pujaças materiais e culturais de outros patrióticos seccionados em sua naturalidade, províncias e estados, como o vizinho Pernambuco e os da hegemonia do ouro, do café e da moderna e pós-moderna riqueza industrial. Quanto mais ouro e mais café, mais contingenciados na economia e na cultura do empório comprador.

Meninote, aprendi me arranhando em cima do burro e por entre enfiadas de agave, a dependência de quem planta das matrizes que ditam o preço. Vi meu pai desfazer-se de sua grande obra, construída de roçado em roçado até chegar a bueiro de engenho, porque o Seridó já não descia por Pocinhos atrás de nossa rapadura. Não era mais senhor do seu engenho, mesmo vivendo sem grande diferença de comodidade e conforto dos seus 10 ou 12 moradores. Vi meu colega Roosevelt, herdeiro do mais orgulhoso dos coronéis, debruçar-se desolado na banquetta empoeirada do seu belo engenho, o Capim Assu onde nasceu Pedro Gondim. Brejo, cariris e sertões já não gastavam o seu produto, rendido pelo açúcar de rico, bem triturado e branco. Sem ais nem lágrimas, já homens, choramos juntos. É em cima disto que mais nos aproximamos da verdadeira história.

Há um depoimento do coronel José Rufino de Almeida, recolhido em pequena brochura por seus filhos Alice e Antônio Augusto, que guardo na estante ao lado de Casa-Grande & Senzala do mestre Gilberto Freyre. Aos meus ouvidos de menino brejeiro ninguém era mais coronel do que ele em tradição, prestígio social e relativo poder econômico. No entanto, na hora em que o interesse externo disponibilizou

seu mercado para o sisal, o grande coronel caiu na real: “Ajudada pelo homem a agave dizimou os grandes exércitos da cana-de-açúcar e encurralou os remanescentes nas grutas e vales onde ainda hoje (1948) lutam sem possibilidade de vitória. Ocupando as posições estratégicas, as encostas e altos, e tendo o homem como um forte aliado, a agave cada vez mais apertada o cerco (...) e em vão luta a cana-de-açúcar já derrotada”. E reproduz, em capítulo de vívida sociologia, as condições de pobreza e decadência, o modus vivendi do “senhor de engenho”, desde as paredes estioladas da casa-grande à intimidade vulgaríssima da mesa e dos aposentos: “Aparelho sanitário, já se sabe, era o capão de mato nas traseiras da casa, e o papel higiênico a natureza se encarrega de distribuí-lo por ali mesmo”.

O livro de Joffily, ditado pela vivência sofrida da terra e do homem, quanto mais passa o tempo mais se torna apaixonante. De uma necessidade tão angustiante que a iniciativa de um homem só, José Fernandes de Andrade, individual, privada, não pôde esperar pela das instituições públicas, tudo fazendo para reeditá-la.

“

Sem ais nem lágrimas, já homens, choramos juntos

Gonzaga Rodrigues

Foto Legenda

Clóvis Roberto
eclovisroberto@gmail.com



A solitária garça na Lagoa

Artigo

Dom Manoel Delson
arquiidiocesepb.org.br/arquiipb | Colaborador

Subindo para a Cruz de Jesus

O Domingo de Ramos, celebrado no mundo inteiro amanhã, nos faz meditar demoradamente sobre a entrada de Jesus em Jerusalém. Nosso Senhor está subindo para cruz. O povo o acolhe como Rei: “Bendito o rei que vem em nome do Senhor! Paz no céu e glória no mais alto dos céus!” (Lc 19,38).

O caminho de subida para Jerusalém, para a cruz, que começa com o Domingo de Ramos, é um caminho interior, antes de tudo. O Senhor caminha conosco neste momento doloroso da história. Se Deus quiser, já estamos passando, finalmente, pelos momentos mais difíceis da pandemia. Por vezes, não conseguimos acompanhar seus passos, e aí equivocadamente consideramos que Deus não olha mais para a nossa vida. O que não é verdade! Com o Senhor, caminhamos, peregrinos, para a altura da cruz. Ele nos dá força para não sucumbirmos nos sofrimentos da vida. Diz o Papa Francisco: “No Crucificado, vemos Deus humilhado, o Onipotente reduzido a um descartado. E, com a graça do assombro, compreendemos que, acolhendo quem é descartado, aproximando-nos de quem é humilhado pela vida, amamos Jesus, porque Ele está nos últimos, nos rejeitados”.

O Senhor se mantém ao nosso lado. Não importa a escuridão de nossos dias. Tenhamos nos lábios o louvor que brota também, quando sofremos. Enchamos nossas mãos de caridade fazendo o bem a todos. Afinal, na Última Ceia, Ele nos ensina a amar até o fim! A verdadeira caridade nos leva ao destino da cruz. Quantas vezes devemos esquecer de nós mesmos para colocar-nos a serviço dos irmãos; e este tempo de pandemia pode ser uma grande ocasião para estarmos atentos às necessidades de quem sofre ao nosso lado. A cruz que seguimos não

“

O Senhor se mantém ao nosso lado. Não importa a escuridão de nossos dias

Dom Manoel Delson

é sinal de derrota, mas de vitória. Nossa Semana Santa será esse tempo oportuno da graça de Deus.

A grande vitória de Cristo é também para nós o chamado à conversão, que passa diretamente por seguir os passos do Salvador. Lembra o Papa: “Também hoje há muitos que admiram Jesus: falou bem, amou e perdoou, o seu exemplo mudou a história... Admiram-No, mas a vida deles não muda. Porque não basta admirar Jesus; é preciso segui-Lo no seu caminho, deixar-se interpelar por Ele: passar da admiração à surpresa.”

Com o Senhor, junto aos seus sagrados passos neste mundo, podemos caminhar nos maiores desafios. Ele nos faz passar protegidos debaixo de sua graça. Queiramos estar com Jesus, seguindo seus passos e caminhando firmes até a sua Páscoa.

Que a Virgem Maria, Aquela que prontamente se colocou aos pés da Cruz de Seu Filho Jesus, seja amparo para nós neste tempo da nossa história, e nos ensine a não abandonar o lugar da cruz.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA PRESIDENTE

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO
Uma publicação da EPC

Av. Chesf, 451 - CEP 58.082-010 Distrito Industrial - João Pessoa/PB

André Cananéa
GERENTE EXECUTIVO DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (083) 3218-6500 / ASSINATURA-CIRCULAÇÃO: 3218-6518 / 99117-7042
Comercial: 3218-6544 / 3218-6526 / REDAÇÃO: 3218-6539 / 3218-6509

E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (Assinaturas)

ASSINATURAS: Anual R\$350,00 / Semestral R\$175,00 / Número Atrasado R\$3,00

CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor. Exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

O U V I D O R I A : 99143-6762

MOBILIDADE

Programa de Travessias Urbanas recebe R\$ 270 mi

Obras do Governo do Estado contemplam cerca de 80% dos municípios da PB

Cerca de 80 por cento dos municípios paraibanos estão sendo beneficiados pelo Programa de Travessias Urbanas. As obras, algumas já concluídas, em andamento e outras sendo iniciadas nos próximos dias, terão uma extensão total de 345,62 km, com recursos de aproximadamente R\$ 270 milhões, oriundos do Tesouro Estadual. A ação integra o programa rodoviário do Estado, num investimento total de R\$ 1,7 bilhão com obras em todas as regiões da Paraíba. A iniciativa visa melhorar a mobilidade urbana nas cidades oferecendo mais segurança no tráfego de veículos e dos pedestres.

As obras estão sendo realizadas pelo Governo do Estado, por meio do Departamento de Estradas e Rodagens (DER), com novas rodovias asfaltadas, restauração de rodovias, manutenção e conservação de estradas, travessias urbanas e asfaltamento de ruas em vários municípios.

O governador João Azevêdo ressaltou a eficiência da gestão fiscal que permite a execução de obras importantes no estado. “Esse programa requalifica as áreas urbanas nos municípios, melhorando a autoestima da população que tem recebido essas obras com muita satisfação, e o governo investir esses recursos em um momento de dificuldades demonstra a nossa capacidade de investimentos, fruto do trabalho de uma



Foto: Clovis Porciuncula/Secom-PB

Iniciativa visa melhorar a segurança no tráfego de veículos e de pedestres

equipe comprometida com a Paraíba”, frisou.

O secretário de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, Deusdete Queiroga, destacou os investimentos da gestão na área. “Estão sendo executados R\$ 1,7 bilhão em obras de infraestrutura, seja em pavimentação, restauração de rodovias, travessias urbanas, o que atesta que a Paraíba tem o maior programa rodoviário do Nordeste. Além disso, os municípios de João Pessoa, Campina Grande, Bananeiras, Sousa e Cajazeiras estão recebendo obras de mobilidade urbana, como as ligações entre bairros na capital paraibana; o Arco Metropolitano Leste, na Rainha da Borborema; o contorno de Bananeiras; a

Perimetral Oeste, em Sousa; e a pavimentação da Rua João de Sousa Maciel, em Cajazeiras”.

“Estamos iniciando obras importantes como a dragagem do Porto de Cabedelo, as construções dos hospitais da Mulher, em João Pessoa, e de Clínicas, em Campina Grande, de ginásios, escolas, adutoras do Cariri e Curimatá e vamos inaugurar até o final deste mês de abril o Hospital de São Bento”, elencou Deudete Queiroga.

O gestor das obras das Travessias Urbanas no DER, Antônio Marcos de Araújo Gouveia disse que as travessias urbanas serão de grande importância para as cidades tanto para moradores locais, como para passageiros, facilitando o escoamen-

to da produção de bens e serviços de toda a cidade e região. “No próximo mês de maio, serão inauguradas as obras nas cidades de Santana de Mangueira, Pedra Branca, São José de Caiana, Coremas e Manaíra”, revelou Marcos Araújo.

Governador

João Azevêdo ressaltou a eficiência da gestão fiscal, que permite a execução de obras importantes no estado

JOGOS ESCOLARES E PARAESCOLARES

Congresso técnico será realizado na próxima terça-feira

Em reunião realizada na manhã de ontem, entre o secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer (Sejel), José Freire (Zezinho Botafogo) e integrantes das gerências administrativa e do esporte e paradesporto, foram definidos os detalhes para o retorno, após dois anos sem ser realizados, dos Jogos Escolares e Paraescolares da Paraíba. Na reunião, que também contou a presença do secretário executivo de Esporte e Lazer, Harlen Vilarim, ficou definido que o congresso técnico das modalidades coletivas ocorrerá na próxima terça-feira, às 19h, no auditório da Faculdade Três Marias, localizada na Avenida Epitácio Pessoa, 494, na Torre.

Para Zezinho Botafogo, a volta dos Jogos Escolares e Paraescolares representará o incentivo à prática esportiva entre os jovens. “Depois de dois anos sem ser realizados por conta da pandemia, os Jogos Escolares e Paraescolares, que movimentam cerca de 20 mil alunos/atletas entre 12 e 17 anos de toda a Paraíba, estarão de volta. É o Governo do Estado incentivando a prática esportiva em um evento que movimentará os jovens”, disse o gestor.

De acordo com a programação, Sousa e Cajazeiras, receberão as primeiras etapas

Paratletas

paraibanos que se sagrarem campeões na etapa estadual da Paraíba disputarão uma seletiva em agosto, na cidade de Natal (RN)

no dia 18 deste mês de abril e, a partir do dia 25, haverá disputa em Pombal e Catolé do Rocha, enquanto no dia 2 de maio, começará em João Pessoa e Campina Grande. Ainda em maio, só que no dia 9, será a vez das etapas regionais de Monteiro e Itaporanga e a partir do dia 16, as regiões que têm como sede Cuité, Mamanguape e Guarabira.

A etapa estadual, que reunirá os campeões de cada regional, ocorrerá em João Pessoa em quatro períodos. Em junho, de 3 a 5, vão acontecer as disputas nas categorias de 15 a 17 anos das modalidades individuais paralelamente com os paraescolares e de 21

a 23, a realização das modalidades coletivas. Na categoria de 12 a 14 anos, as individuais serão de 16 a 18 de agosto e as coletivas, nas datas de 23 e 24.

Na categoria de 15 a 17 anos, as escolares vencedoras na etapa estadual paraibana ganham o direito de representar a Paraíba na etapa nacional dos Jogos Escolares da Juventude, que neste ano serão realizados no mês de setembro, em Aracaju (SE). Já de 12 a 14 anos, os melhores garantem vaga nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), marcados para o Rio de Janeiro, em data ainda a ser confirmada pela Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE).

Os paratletas paraibanos que se sagrarem campeões na etapa estadual da Paraíba disputarão uma seletiva em agosto, na cidade de Natal (RN), e consequentemente, quem obtiver os índices classificam-se para as Paralimpíadas Escolares, agendadas para o mês de novembro em São Paulo, que é um evento organizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

“Depois de dois anos, os Jogos Escolares e Paraescolares estarão de volta para fazer a alegria de cerca de 30 mil alunos das redes pública e privada da Paraíba por meio de um trabalho do Go-

verno do Estado. Serão movimentadas todas as 14 regiões e ainda a etapa estadual, com o objetivo tão somente de fomentar o esporte e o paradesporto nas escolas através da competição”, disse o professor José Hugo, coordenador geral dos Jogos.

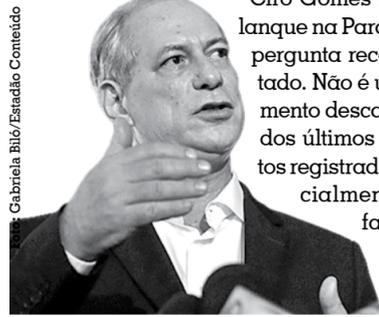
“Agora sim, todo o planejamento será devidamente executado para que tudo transcorra da melhor forma possível, pois o objetivo do Governo é movimentar o esporte em todas as suas regiões, devolvendo a eles, depois desses dois anos de dificuldade por conta da pandemia, o evento dos Jogos Escolares e Paraescolares no nosso estado”, frisou o professor Harlen Vilarim, secretário executivo de Esporte e Lazer.

■ A etapa estadual, que reunirá os campeões de cada regional, ocorrerá em João Pessoa em quatro períodos

UN Informe

Ricco Farias
 papiroeletronico@hotmail.com

NA PARAÍBA, CIRO GOMES ESTÁ DESFALCADO E SEM PERSPECTIVA DE TER PALANQUE



Gabriela Biló/Estado Conteúdo

Ciro Gomes (foto) terá palanque na Paraíba? Eis uma pergunta recorrente no estado. Não é um questionamento descabido, em face dos últimos acontecimentos registrados no PDT. Inicialmente, é preciso fazer uma cronologia dos fatos. Primeiro, a vice-governadora,

Lígia Feliciano, colocando-se como pré-candidata a governadora, aproximou-se do PT, jurando amores pela pré-candidatura de Lula a presidente, em detrimento da pré-candidatura de Giro. Por semanas a perder de vista, Giro não esteve na pauta do PDT paraibano. Porém, a vice-governadora foi preterida pela direção estadual do PT, que optou pelo apoio a Veneziano Vital do Rêgo (MDB). Após, isso, era esperado que o PDT, enfim, adotasse uma postura pró-Giro. Nada. A cereja do bolo nesse contexto de apequenamento do partido foi a saída mais que brusca do deputado Damião Feliciano da legenda para o União Brasil. E Giro Gomes? Ninguém sabe, ninguém viu! Hoje, em Campina Grande – na Praça Clementino Procópio, às 10h – e em João Pessoa – no Busto de Tamandaré, às 16h – o grupo autodenominado ‘Cristas’ fará manifestação em favor do esquecido pré-candidato. Detalhe: o movimento não foi organizado pela família Feliciano.

PRÉ-CANDIDATURA SEM APOIOS

A vice-governadora Lígia Feliciano insiste que a sua pré-candidatura a governadora está mantida, embora indícios mostrem que dificilmente ela terá condições de levar esse projeto adiante. Por um motivo óbvio: falta de apoio. Os principais partidos que irão disputar a eleição já formaram seus times. Em novo vídeo, ela disse ter “muito orgulho em fazer parte desse partido” e declarou apoio à pré-candidatura de Giro Gomes. Agora, vai!

DINHO: “QUEM AGREGA MAIS”

Perguntou-se ao presidente do Avante na Paraíba, Dinho Dowsley, que é ligado a Aginaldo Ribeiro (PP), sua opinião a respeito do desejo do Republicanos de indicar o candidato a senador na chapa governista. “A minha leitura é que é legítima os partidos solicitarem vaga na majoritária. Mas Aginaldo tem quase 70 prefeituras”, disse, citando entre aquelas as de João Pessoa, Cajazeiras e Santa Rita. E pontuou: “O governador tem que ver quem agrega mais”.

PETISTAS DÃO APOIO A ANÍSIO

Anísio Maia saiu do PT, mas o PT não saiu de Anísio Maia. Jogo de palavras à parte, o deputado, agora filiado ao PSB, recebeu o apoio de petistas que, assim como ele, estão dentro do arco de alianças do governador João Azevêdo. “Trei me desdobrar, não só na Grande João Pessoa, pedindo voto para você. Você vai ficar mais forte agora do que estava”, disse o deputado Frei Anastácio, no ato de apoio.

ALIANÇA COM REFLEXOS NA PB

Gervásio Maia afirma que a confirmação da pré-candidatura de Geraldo Alckmin (PSB) a vice-presidente na chapa de Lula (PT) terá reflexos na política paraibana. Nesse sentido, disse que o palanque Lula/Alckmin na Paraíba, quando ambos vierem ao estado, estará “lotado” de lideranças, inclusive com a presença de João Azevêdo. E computou: “90% do PT da Paraíba está na aliança com o governador e com o PSB”.

PT: MAIORIA É PRÓ-JOÃO

Presidente do PT na Paraíba, Jackson Macedo refutou que 90% do partido esteja apoiando a aliança com o PSB no estado, conforme declaração de Gervásio Maia. Porém, não se reportou sobre qual seria esse percentual. Mas é fato que o grupo majoritário do PT, que tem à frente, entre outros, o deputado Frei Anastácio, já referendou apoio à recondução de João Azevêdo. Nesse caso, a expressão ‘maioria’ não é recurso estilístico. É maioria mesmo.

CONDUTA VEDADA: JUIZ DETERMINA RETIRADA DE OUTDOORS NA PARAÍBA

“O representado descumpriu, flagrantemente, a legislação eleitoral ao distribuir reiteradamente camisetas com a logo da pré-campanha”, diz trecho da representação do Ministério Público Eleitoral em desfavor do pré-candidato a deputado federal pelo PL, Caio da Federal. Ele é acusado de outras condutas vedadas, como o uso promocional de outdoor. O juiz José Ferreira Ramos determinou a retirada, em 24h, de todos eles. O que pode acontecer? No máximo pagará multa.

NA PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA

SES inicia operação fumacê na Paraíba

Boletim Epidemiológico sinaliza um acréscimo de 285% nos casos prováveis de dengue nos primeiros meses de 2022

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) inicia, na próxima segunda-feira, a operação conhecida popularmente como carro do fumacê, que emite uma “nuvem” de fumaça para eliminar os mosquitos adultos do *Aedes aegypti* presentes na região, reduzindo assim a chance de propagação de doenças como dengue, zika e chikungunya. O Boletim Epidemiológico 04 (BE 04) sinaliza um acréscimo de 285% nos casos prováveis de dengue e de 90% de chikungunya nos primeiros meses de 2022, se comparados ao mesmo período de 2021.

A programação inclui 23 cidades que recebem a intervenção contando com quatro novos veículos UBV (Ultra Baixo Volume acoplado a veículos), que agora totalizam dez carros utilizados em todo o estado. Entre 11 e 14 de abril, serão contemplados os municípios de Logradouro, Caiçara, Alagoinha, Pombal, Jacaraú, Pilonzinho, Pedro Régis, Brejo do Cruz, Assunção e Lagoa de Dentro. A partir do dia 19 de abril, recebem o carro fumacê as cidades de Araçagi, Boa Vista, Brejo dos Santos, Cruz do Espírito Santo,

Dona Inês, Duas Estradas, Passagem, Riacho de Santo Antônio, São José de Espinharas, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serra Redonda, Serraria e Umbuzeiro.

■ No ano de 2022 foram registrados 3.461 casos prováveis de dengue, 2.062 casos prováveis de chikungunya e 121 casos prováveis da doença aguda pelo vírus zika

O Boletim Epidemiológico 04 indica que as localidades de Aguiar, Areia, Bananeiras, Belém, Boa Ventura, Cacimba de Dentro, Coremas, Cubati, Dona Inês, Fagundes, Guarabira, Gurjão, Jericó, Lagoa, Lagoa de Dentro, Logradouro, Massaranduba, Nova Floresta, Olivados, Pedra Branca, Pedra Lavrada, Quixaba, São João do Cariri, São José do Brejo do Cruz, São José do Sabu-

gi, Serra da Raiz, Sertãozinho, Solânea, Tenório e Umbuzeiro apresentam grande risco de transmissão de arboviroses e isso provocou a ampliação da estratégia do fumacê.

Segundo a secretária de Saúde, Renata Nóbrega, “são 30 municípios com índice do LIRAA acima de 300, que pelos parâmetros do Ministério da Saúde corresponde à sinalização de epidemia”. A ameaça é calculada através do LIRAA — Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti*, que fornece dados de indicadores entomológicos e permite conhecer a distribuição do vetor *Aedes aegypti* em cada localidade.

No ano de 2022 foram registrados 3.461 casos prováveis de dengue, 2.062 casos prováveis de chikungunya e 121 casos prováveis da doença aguda pelo vírus zika. Totalizando as três arboviroses, a Paraíba registra 5.644 casos prováveis no ano de 2022. No mesmo período, o estado registrou quatro óbitos suspeitos de arboviroses, dos quais dois óbitos continuam em investigação (Queimadas e Boa Ventura) e os outros dois considerados como descartados.

EM TODO O PAÍS

Lacen-PB passa a integrar a Rede de Sequenciamento Genético

O surgimento de novas variantes do vírus SARS-CoV-2 resulta das frequentes mutações que ocorrem durante a sua replicação (reprodução de novas cópias do vírus dentro das células infectadas). Por sua vez, essas novas variantes, podem levar a linhagens mais transmissíveis ou nocivas do vírus e esta preocupação é o que justifica a necessidade em se investigar as características moleculares destes vírus em circulação.

O Lacen-PB que antes apenas enviava amostras para os Laboratórios de Referência Nacional para realização de ensaios de sequenciamento genético, passa a integrar a Rede Nacional de Sequenciamento Genético (RNSG) criada pelo Ministério da

Saúde, sendo uma instituição executora desta metodologia e ficando responsável em atender todo o estado da Paraíba. Para isso foi feito investimento no parque tecnológico e capacitação da equipe técnica.

Inicialmente, o foco do Laboratório de Sequenciamento Genético do Lacen-PB será voltado à Covid-19, porém, o objetivo é estender em um futuro próximo esta investigação para outros agravos de saúde pública como dengue, influenza, sarampo, tuberculose, entre outros.

Importante salientar que este tipo de investigação laboratorial não é realizado em todas as amostras encaminhadas ao Lacen-PB. A investigação ocorrerá em

amostras que atendam a critérios técnicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e Vigilância Epidemiológica Estadual.

O sequenciamento genético não é um método de diagnóstico, sendo assim, não tem qualquer impacto em uma conduta clínica individual. Ele é uma ferramenta utilizada como estratégia da vigilância genômica que, por sua vez, fornece informações importantes para tomadas de decisão no âmbito da Saúde Pública como, por exemplo, a atualização de vacinas, tendo ainda a finalidade de auxiliar pesquisas visando ao controle e à antecipação de situações graves no combate a epidemias, através da análise do estrutura e comportamento do vírus.

Foto: Marcos Russo



Atividade teve exposição de materiais acessíveis e demonstrações de leitura e escrita inclusiva

SEMANA SANTA

Após dois anos, Procissão dos Passos volta às ruas da capital

Nalim Tavares
Especial para A União

A Procissão dos Passos foi realizada na tarde de ontem, após uma missa presidida pelo arcebispo Dom Manoel Delson na Igreja da Misericórdia, em João Pessoa. Marcada pelo encontro de Jesus, o Senhor dos Passos, com sua mãe, Maria, a Virgem das Flores, no caminho para o Calvário, a procissão reuniu uma multidão de fiéis no Centro Histórico da capital da Paraíba.

O encontro aconteceu em frente ao prédio do Tribunal de Justiça, na Praça João Pessoa, por volta das 17h. A imagem de Jesus saiu da Igreja da Misericórdia, e a de Maria, da Igreja do Carmo, conduzida pela Ordem dos Carmelitas. Durante a missa, em sua homilia, Dom Delson anunciou: “As vezes passamos por tantas dificuldades nessa vida. Foram mais de dois anos para celebrar esse dia, essa Eucaristia, mas não estamos sós. Deus está do nosso lado. E saber que ele está do nosso lado nos acalma.”

Os fiéis confirmaram as palavras do Arcebispo. Ma-

ria Alice, com um vestido azul e um véu branco, estava sorrindo e chorando enquanto seguia a procissão. Em maio do ano passado, o filho dela foi hospitalizado com Covid-19, e ela prometeu que, se ele voltasse para casa, ela acompanharia a Procissão dos Passos vestindo as cores da Santa Maria. A Procissão não aconteceu em 2021, justamente por causa da pandemia, mas Alice, de máscara como a maior parte da congregação, cumpriu sua promessa este ano, quando a celebração voltou a acontecer presencialmente. “Foi difícil” ela disse, “mas eu confiei em Deus e agora estou aqui, agradecendo por não ter que lidar com a mesma dor da Nossa Senhora. Como uma mãe que quase perdeu o filho, eu não consigo imaginar a dor de realmente perder um”.

Já Paulo Antunes seguiu a procissão de braços dados com o neto, que o ajudou a sustentar durante todo o caminho. Ele disse que “todo mundo tem uma cruz, e é por isso que eu estou aqui, para dividir a minha com Deus e dividir com Ele o caminho

do Calvário”. O neto — Paulo também — contou que sempre ouviu do avô a importância de confiar no Senhor: “A gente enfrenta muitos problemas, mas acreditamos que Deus está conosco e que tudo vai dar certo. Estamos aqui para mostrar que acreditamos, que estamos juntos e que dividimos nossas cruzes um com o outro. Isso ajuda. A gente sabe que nunca está sozinho.”

Após o encontro das imagens, Dom Delson falou sobre as dores da mãe e do filho, que sofriam um pelo outro. E fez um apelo por um mundo melhor, menos marcado por dores como a da Sagrada Família. “Parem essa guerra”, disse ele, se referindo a Guerra na Ucrânia, e seguiu pedindo: “parem esses crimes, parem essa violência, porque isso aumenta as dores”.

“Queremos um mundo mais fraterno”, disse o Arcebispo antes de lembrar ao povo que, em nome disso, Jesus foi crucificado. No fim, a Procissão do Encontro foi um momento litúrgico em que os cristãos refletiram sobre irmandade e empatia.

PANDEMIA

Paraíba está há três dias sem o registro de óbitos por Covid-19

Ana Flávia Nóbrega
anaflavia@epc.pb.gov.br

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) informou ontem, através do boletim diário, mais um dia sem mortes

ocasionadas pela Covid-19. Este é o terceiro dia consecutivo sem registro de óbitos e o sexto no mês de abril, considerando os oito dias anteriores até o momento.

Foram registrados 262 no-

vos casos da doença, e apenas um paciente apresentou quadro moderado ou grave, com necessidade de hospitalização. Apenas três hospitalizações ocorreram entre quinta-feira e ontem.

COVID-19

Rostos voltam a ser expostos em JP

Após mais de dois anos de obrigatoriedade, as máscaras puderam deixar de ser usadas em João Pessoa

José Alves
zavieira2@gmail.com

Após pouco mais de dois anos, o uso de máscaras em ambientes abertos foi liberado através de decreto publicado pelo Governo do Estado. Nas avenidas e ruas de João Pessoa muitas pessoas deixaram de fazer uso do equipamento de proteção, contudo, várias pessoas mantiveram o uso das máscaras.

O uso de máscaras, segundo diversos estudos realizados ao redor do mundo, se mostrou amplamente eficaz para evitar a transmissão da Covid-19 durante a pandemia.

Mas mesmo com o avanço da vacinação o decreto publicado pelo Governo do Estado faz a seguinte recomendação: Fica facultado o uso de máscaras em ambientes fechados em municípios que o percentual de vacinação da população com as duas doses ou dose única (imunizante Jansen) for superior a 70%.

O decreto também recomenda que às pessoas que sofram de algum tipo de comorbidade, que apresentem sintomas da Covid-19, ou mesmo sintomas de gripe, continuem utilizando o item. E também que independentemente dos decretos, estaduais e municipais, as pessoas que desejarem continuar usando máscara em locais fechados ou abertos podem manter o hábito.

Outra recomendação do decreto é que as pessoas que tenham problemas res-

Medida Alta na vacinação e queda de novos casos permitiu a flexibilização

piratórios mantenham o uso da máscara se forem entrar em contato com outras pessoas.

As novas diretrizes ainda determinam as retomadas das atividades presenciais nos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual. Pelo decreto está permitido o funcionamento de cinemas, teatros, circos, eventos esportivos realizados em arenas e estádios, eventos sociais e corporativos e a realização de shows com 100% da capacidade dos locais. Devendo ser observado todos os protocolos elaborados pela Secretaria Estadual de Saúde e pelas Secretarias Municipais de Saúde com os frequentadores apresentando o cartão de vacinação, com a comprovação do esquema vacinal completo.

A nova etapa de flexibilização sobre o uso das máscaras foi possível em virtude do avanço da vacinação da população paraibana que atinge coberturas de primeiras doses ultrapassando 85,19% e de segundas doses com mais de 79,07%, colocando a Paraíba entre os três estados com maior índice de imunização do Brasil.



Foto: Evandro Pereira

Nas ruas da capital muitas pessoas saíram sem as máscaras, mas outros preferiram seguir com a proteção

■ Decreto prevê que fica facultado o uso de máscaras em locais fechados em municípios onde a vacinação da população seja superior a 70%

Uso em condomínios segue obrigatório

André Resende
andresendejornalismo@gmail.com

O uso das máscaras por conta da pandemia se tornou facultativo em ambientes abertos e fechados por meio do Decreto Estadual 42.388, que entrou em vigor ontem, porém, uma Lei Estadual, Nº 11.717 de 3 de julho de 2020, estabeleceu a obrigatoriedade do uso de máscaras em condomínios residenciais enquanto houver situação de calamidade pública causada por doença transmissível por vias respiratórias.

O advogado especialista em direito imobiliário, Sidharta Neves, explica que o decreto não revoga a lei anterior, desta forma, segue obrigatório o uso da máscara nos ambientes comunitários do condomínio. “Enquanto não for revogado o

período de calamidade pública, prevalece o que está na lei, até porque o decreto estadual não revoga a lei estadual que entrou em vigor em 2020. Apesar de haver conflito de entendimento, o que vale é a lei estadual”, explicou.

Em seu artigo 2º, a Lei 11.717, estabelece que moradores, funcionários, visitantes e colaboradores de empresas de entrega ou manutenção e todas as pessoas que por ventura circulem pela área comum ficam obrigados a utilizar máscara de proteção ou cobertura sobre o nariz e boca como forma de prevenção da disseminação da doença com transmissibilidade pela via respiratória.

No entanto, a proibição do acesso ou permanência das pessoas sem máscaras fica facultado à administração do condomínio. Ainda

de acordo com a norma, na identificação do descumprimento do disposto do artigo primeiro, será arbitrado multa pelo Poder Público Estadual ao condomínio no valor de 40 a 80 Unidades Fiscais de Referência do Estado da Paraíba (UFR-PB), que no mês de abril de 2022 é de R\$ 60,17. Neste caso, tomando com referência deste mês, a multa prevista pode variar de R\$ 2.406 a R\$ 4.813.

Com relação ao poder de decisão da assembleia do condomínio, um ponto fica dúbio em relação à lei. Por mais que um dos artigos faculte à administração do condomínio a decisão de barrar ou expulsar as pessoas sem máscara das dependências, a decisão de uma assembleia de condôminos não pode se sobrepor a uma lei.

“Provavelmente vamos

identificar que alguns condomínios vão seguir, outros não. De toda forma, a lei especial vigora sobre norma geral. Como essa lei especial é para tratar especificamente sobre assuntos de pandemia, da calamidade pública, ela prevalece. O decreto não tem força para revogar a lei”, completou o advogado Sidharta Neves.

Lei Obrigatoriedade está prevista na Lei Nº 11.717 de 3 de julho de 2020

Fala Povo

Fotos: Evandro Pereira



⇒ “Pra mim essa foi uma decisão acertada pelo Governo do Estado e em minha opinião essa decisão já deveria ter acontecido há mais tempo, porque o vírus da Covid-19 já está indo embora e a população já está praticamente vacinada. Parabéns pela decisão”.

Jonas Felizardo
estudante



⇒ “A flexibilização chegou em grande hora, e o vírus já está sem forças para contaminar as pessoas porque a maioria já está vacinada. Acredito que as pessoas já devam sair de casa sem máscaras e despreocupadas, mas as que ainda não se vacinaram deveriam procurar se vacinar”.

Eiel Júnior
comerciante



⇒ “Não sou a favor da liberação da máscara ainda não. Estou sem máscara aqui no Centro de João Pessoa, porque o calor está demais e dificulta minha respiração, mas ainda não sou a favor da liberação não. Sou contra porque em todo lugar vejo pessoas espirrando e falando perto demais com as outras”.

Ádila Sousa
professora



⇒ A liberação do uso de máscara neste momento foi uma decisão acertada. Mas só as pessoas vacinadas deveriam liberar as máscaras, porque a pandemia não foi embora e ainda vai ficar convivendo com a gente por muito tempo. Mas concordo que elas deveriam ser obrigatórias somente em locais fechados”.

Juliana Brito
funcionária pública

Justiça nega urgência pedida pelo MP

Após o novo decreto que desobriga o uso de máscaras nos municípios com mais de 70% da população vacinada com duas doses ou dose única, com o encerramento do ciclo primário de vacinação, o Ministério Público da Paraíba (MPPB) ajuizou uma ação civil pública contra o Estado da Paraíba e o Município de João Pessoa, objetivando manter a obrigatoriedade do uso de máscaras faciais em ambientes fechados, em todas as cidades paraibanas.

O plantão judiciário, no entanto, negou o pedido de urgência para avaliação do pedido, que só deverá ser analisado na próxima segunda-feira. Para justificar o veto, o juiz plantonista João Batista Vasconcelos elenca situações em que o plantão judiciário é responsável por julgar pedidos em caráter de urgência, os quais a ação movida pelo MPPB não se enquadra em virtude da atual situação epidemiológica da Paraíba de estabilidade.

“É bem verdade que

questões atinentes à saúde pública são deveras importantes e urgentes. Todavia, considerando a situação atual da pandemia no estado da Paraíba, onde os casos de Covid-19 estão, claramente, em declínio, entendo que a postulação ora trazida não deve ser conhecida no plantão judiciário”, afirma o magistrado na decisão.

Além disso, o juiz plantonista, mesmo sem julgar o mérito da peça, afirmou que a decisão pela flexibilização cabe ao Poder Executivo, não cabendo ao Poder Judiciário o veto. O magistrado utiliza o cenário controlado de ocupação de leitos, baixo número de novos casos e óbitos para justificar o entendimento.

“Noutro norte, por maior que seja a capacidade do Judiciário, é o Poder Executivo quem possui os dados, as informações e a expertise necessária à tomada de decisões que, na hipótese, refere-se a faculdade dada quanto ao uso de máscaras faciais em am-

Objetivo MP quer revogar a flexibilização do uso de máscara em ambientes fechados

bientes fechados”, afirmou o juiz João Batista.

O Ministério Público, por sua vez, solicitou que a obrigatoriedade seja mantida em espaços fechados até que seja garantida a cobertura vacinal do público maior de 18 anos com a dose de reforço e das crianças de 5 a 11 anos de idade com a segunda dose, encerrando o ciclo primário. Isto porque, para Jovana Tabosa, 49ª promotora de Justiça de João Pessoa, que ajuíza a peça junto à 5ª Vara da Fazenda Pública de João Pessoa, a cobertura apresentaria cenário epidemiológico favorável à medida.

Jovana Tabosa apresentou conflitos de leis estaduais

presentes no Decreto 42.388 do Governo do Estado, com a situação de calamidade decretada pelo próprio estado, em razão da pandemia, e que está vigente até 3 de maio. O que inviabilizaria a decisão apresentada pelo Estado.

“Os decretos sobre a Covid-19 publicados esta semana violam a Lei Estadual 11.717, de 3 de julho de 2020, a qual obriga o uso de máscaras de proteção pelos moradores, funcionários, visitantes e colaboradores de empresas de entrega ou manutenção e todas as pessoas que circulem pela área comum de condomínios residenciais, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19”, avaliou a promotora.

Em entrevista a uma emissora de TV de João Pessoa na noite de ontem, o procurador-geral do Estado, Fábio Andrade, lembrou que o próprio Ministério Público, dentro das suas unidades, facultou o uso das máscaras, alinhado ao que foi definido pelo decreto estadual.



Foto: Roberto Guedes



Foto: Roberto Guedes

Hospital de Trauma realizou quinta-feira as primeiras cirurgias pelo programa Opera Paraíba

O paciente Deusimar da Silva foi um dos primeiros beneficiados e pode trocar a prótese do fêmur

EM JOÃO PESSOA

Trauma adere ao Opera Paraíba

Objetivo do hospital é realizar, mensalmente, 500 cirurgias ortotraumatológicas por meio do programa

Lucilene Meireles
lucilenemeireles@epc.pb.gov.br

Oferta do serviço ampliou lista de pacientes

Centro faz regulação das cirurgias

Desde 2019, quando o programa Opera Paraíba teve início no Estado, mais de 15 mil cirurgias foram realizadas, das quais cinco mil só em 2022, nas áreas de cirurgia geral, coloproctologia, oftalmologia, otorrinolaringologia. Agora, o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena adere ao programa com a expectativa de realizar 500 procedimentos ortotraumatológicos por mês. O início do Opera Paraíba na área aconteceu nesta quinta-feira (7), com as cinco primeiras intervenções.

“Quando me ligaram, tive a sensação de ganhar na loteria”. Assim, a técnica em enfermagem Fabiana Maria de Oliveira, que mora em Santa Rita, resume o momento em que foi informada de que faria a cirurgia no ombro. Com os tendões rompidos desde 2018, ela relatou que sentia muita dor, não podia mais trabalhar e vivia sob efeito de medicação. “É um projeto excelente, maravilhoso, com toda estrutura e pessoas preparadas para cuidar”, afirmou, emocionada.

O aposentado Deusimar Antônio da Silva também está na lista dos primeiros operados e comemora a troca de sua prótese no fêmur. “É a realização de um sonho porque eu estava esperando essa cirurgia desde 2017. As cartilagens secaram devido ao trabalho pesado na roça. Foram cinco anos de dor, mas agora, finalmente, aconteceu. Tive que colocar na Justiça, e veio esse programa para ajudar”, disse ele, que mora em Cajazeiras.

Para o segurança Djailson Pereira Barros, que mora em João Pessoa, a espera foi de dois anos e meio. Ele quebrou o ombro e, desde então, aguardava sua vez de fazer a cirurgia. “Me ligaram na terça-feira passada. Vim na quarta e, na quinta fui operado. Agradeço a Deus e ao programa Opera Paraíba”, comentou.

Também recém-operado do fêmur, o pedreiro José Arteiro da Costa, morador da cidade de Pilar, está se recuperando da intervenção. “Quando se sabe trabalhar, acontece isso. Eu estava esperando por essa cirurgia desde 2018 e agora só quero agradecer e parabenizar ao doutor Laécio (Bragante, diretor do Hospital de Trauma) pelo grande trabalho. Os setores estão funcionando e é disso que a gente precisa”, disse.

A intenção do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena é realizar 500 cirurgias por mês, o que representa uma média de 16 a 18 por dia, com um tempo de espera entre 15 e 30 dias. Esse prazo, conforme o diretor técnico do hospital, Luiz Gustavo César de Barros Correia, pode se estender um pouco se houver necessidade da aquisição de órteses e próteses desenvolvidas para o tamanho do membro do paciente, feitas sob encomenda.

Ele explicou que, na área de traumatologia, ainda é recente, mas em outras áreas, do credenciamento até a cirurgia, demora em torno de sete dias quando, antes, as pessoas esperavam anos. Disse ainda que, em relação à fila reprimida, do ponto de vista estatístico, a quase totalidade da meta foi cumprida no que diz respeito às cirurgias das demais especialidades atendidas pelo Opera Paraíba. A exceção é na ortotraumatologia, que começa agora.

“Existe hoje na Paraíba uma subnotificação de pacientes que requerem essa cirurgia porque, muitas vezes, eles entendem que esse serviço é inalcançável. Temos, em torno de 700 pessoas oficialmente aguardando cirurgia ortotraumatológica e, só pelo fato de termos divulgado, de forma superficial, a realização desse programa, a lista

foi para quase três mil pessoas”, ressaltou. Ele acredita que a falta de conhecimento faz com que haja subnotificação.

A ideia agora, de acordo com o diretor, é fazer com que as pessoas entendam como funciona o programa, que é gratuito, via SUS, e que conta com dois grupos de médicos com alta expertise que vão atuar em João Pessoa e Campina Grande. São ortopedistas subspecialistas (mais avançado que o especialista) em ombro, quadril, joelho, entre outras. “Não é tão simplório reunirmos um painel de profissionais subspecialistas. Pela questão social, por vários motivos, esses médicos compreenderam a ideia e estão dispostos a auxiliar nesse tratamento”, afirmou.

Economia de recursos

Além dos 700 pacientes da lista oficial, três mil estão em processo de triagem e há também, conforme explicou o diretor, muitas causas judiciais em andamento e que foram priorizadas. “No momento em que colocamos como prioridade as cirurgias judicializadas, há uma economia do erário público”.

Segundo ele, havia cirurgia avaliada em mais de R\$150 mil e que a equipe consegue realizar, num ambiente público, por 10% desse valor, contando com órteses, próteses e materiais es-

Números

Além dos 700 pacientes da lista oficial, outros três mil estão em processo de triagem, além das causas judiciais que foram priorizadas

peciais (OPME) e todo instrumental.

“Então, além da questão social e também de melhoria de assistência à população, tem também o aspecto da economicidade ao erário público. E até o cidadão contribuinte passa a ser parte disso tudo porque ele também vai receber benefício e economia”, avaliou.

O Opera Paraíba atua em Campina Grande, no Hospital de Clínicas; no Hospital de Patos; e no Edson Ramalho, onde são feitas cirurgias otorrinolaringológicas.

O programa

O programa Opera Paraíba foi criado através de uma portaria governamental publicada no Diário Oficial do Estado,

em meados de 2019, utilizando o preceito de uma portaria do Ministério da Saúde, que incluía procedimentos eletivos como sendo prioridade na estratégia do SUS. Nesse sentido, o Opera Paraíba veio com o principal objetivo de zerar a fila de pacientes que aguardavam procedimentos cirúrgicos eletivos das áreas de cirurgia geral, coloproctológica, oftalmológica, otorrinolaringológica e ortotraumatologia.

Dentre esses segmentos, a de ortotraumatologia está iniciando a partir desse mês de abril em duas unidades hospitalares, Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena e Hospital de Clínicas de Campina Grande. O Hospital de Trauma vai passar a contemplar o quinto segmento cirúrgico, o de ortotraumatologia que tem várias peculiaridades que o distinguem das demais cirurgias.

“As cirurgias ortotraumatológicas exigem mais complexidade, exigem OPMS, que são materiais que substituem parte do osso ou do ligamento. Por essas circunstâncias envolvidas, as cirurgias nesse segmento teriam que ser feitas em um hospital de alta complexidade. Foi quando o Hospital de Emergência e Trauma recebeu o convite para ser inserido no programa”, relatou o diretor técnico.

A Secretaria de Estado da Saúde (SES-PB) possui um centro regulatório que se comunica com as regulações municipais dos 223 municípios da Paraíba. Assim, todo cidadão que mora no estado e que tenha cirurgia eletiva pendente pode se direcionar à sua Unidade de Saúde da Família (USF) ou diretamente à Secretaria Municipal de Saúde.

Lá será feito um checklist onde vão constar os documentos pessoais do paciente, laudo de médico especialista e exames comprobatórios.

Esses documentos serão anexados e enviados por e-mail à regulação estadual, onde será analisado o perfil, a especialidade.

Em seguida, o paciente é direcionado a uma consulta pré-operatória e, depois, para uma das unidades hospitalares credenciadas pelo Opera Paraíba.

O paciente deve passar pela unidade de referência em três momentos. O primeiro é a consulta pré-operatória, o segundo é o transoperatório, e o terceiro é uma consulta pós-operatória que ocorre, geralmente, sete dias após a cirurgia.

Programa não foi paralisado na pandemia



Foto: Roberto Guedes

Com a Covid, houve redução no total de cirurgias, mas elas eram retomadas com a melhora da situação

O programa Opera Paraíba não sofreu interrupção nem mesmo durante a pandemia. No aumento da incidência de casos novos, houve uma redução de cirurgias eletivas, mas logo que as bandeiras melhoravam, as cirurgias eram retomadas imediatamente. Porém, no segmento de ortotraumatologia, ainda não havia sido iniciado por conta da complexidade do ato operatório.

Luiz Gustavo Barros Correia destacou que o Hospital de Trauma passou a ser a unidade que criou o Centro de Alta Complexidade (CAC), do Opera Paraíba. Ele ressaltou que, mesmo sendo um hospital porta aberta, que realiza seis mil atendimentos mensais de múltiplas áreas – politraumatismo, doença cerebrovascular, intoxicação exógena, hemorragia digestiva alta, dentre outras circunstâncias – o Trau-

ma vai comportar os procedimentos, além do convencional.

Ele lembrou que o hospital, num plano de contingência da Covid-19, teve uma atitude inédita no Nordeste. Foi retirada a área administrativa do subsolo e, para lá foram levadas fontes de oxigênio e de ar comprimido. No espaço, a direção criou cem leitos de Covid-19, UTI e UDC (Unidade de Decisão Clínica, ala intermediária entre UTI e enfermagem). Esses leitos passaram a ser subutilizados porque houve a redução dos casos de Covid.

“Foi aberto o Centro de Assistência Avançada do Idoso, que está em funcionamento, com 25 leitos, e nos outros 50% dessa área, abrimos o Opera Paraíba, não só com leitos, mas com duas salas cirúrgicas. O CAC Opera Paraíba é uma herança da Covid-19, uma benevolente herança”, pontuou.

EXPEDITO PEREIRA

Condenados autores do assassinato

Sobrinho do ex-prefeito de Bayeux foi apontado como mandante e Leon dos Santos, como autor dos tiros

Cardoso Filho
 josecardosofilho@gmail.com

José Ricardo Alves e Leon Nascimento dos Santos foram condenados, respectivamente, a 20 e 24 anos de prisão. Ambos foram pronunciados pelo assassinato do ex-prefeito de Bayeux e médico Expedi-

to Pereira. A sessão do júri ocorreu nessa quinta-feira (7) e no final daquela noite, o presidente da sessão, juiz Marcos William de Oliveira, do 1º Tribunal do Júri da Capital, leu as sentenças dos dois réus, que deverão cumprir a pena em regime, inicialmente, fechado.

Um terceiro envolvido

na execução, Gean Carlos da Silva Nascimento, não foi levado ao júri popular por se encontrar foragido.

A sessão foi iniciada com a leitura da denúncia do Ministério Público para em seguida as testemunhas serem ouvidas, entre elas, Cristina Mota, viúva da vítima. Ela disse que Expedito tra-

tava Ricardo como um filho. "Um sobrinho não, um filho muito querido, de dentro da nossa casa. (...) Tinha toda e qualquer liberdade", comentou.

Em relação a Leon, a viúva disse que Expedito ajudou a pagar o traslado da mãe do réu de Fortaleza para Bayeux.

Depoimentos dos réus

O sobrinho de Expedito, José Ricardo, em seu depoimento, negou qualquer envolvimento com o assassinato do tio, mas revelou ter assinado cheques em nome do ex-prefeito com o objetivo de adquirir recursos para sua campanha ao cargo de vereador de Bayeux em 2020. Na ocasião sua candidatura recebeu apoio de Expedito.

Disse também que os cheques foram entregues a um agiota para 'garantir' um empréstimo de R\$ 10 mil. "Os cheques da conta do meu tio para pegar o dinheiro emprestado e não para pagar dívidas", explicou.

A Justiça suspendeu os direitos políticos de José Ricardo e, de acordo com a denúncia do Ministério Público ele foi apontado como mandante do crime.

Leon Nascimento dos Santos confessou ter sido o autor dos disparos que mataram o ex-prefeito de Ba-

yeux, mas revelou que praticou o crime a mando de Ricardo, inclusive utilizando uma moto conseguida pelo sobrinho da vítima.

Expedito Pereira foi assassinado na manhã do dia 9 de dezembro de 2020, quando se dirigia para um bar ao encontro de amigos, que se realizava todos os dias para conversar.

Sozinho e bem próximo do bar foi surpreendido por um homem, numa moto que efetuou disparos contra ele que caiu na calçada e teve morte imediata. A execução foi gravada por uma câmera de segurança que mostrou a fuga do criminoso. Em outra rua do bairro de Manaíra, em João Pessoa, câmera mostra o momento em que o executor tira a camisa para despistar.

Com exceção de Gean, os outros dois acusados, José Ricardo e Leon foram presos. A delegada Emília Ferraz presidiu o inquérito e indiciou os três pela execução.



Foto: Ascom/TJPB

O juiz Marcos William leu a sentença que condenou José Ricardo e Leon Nascimento, envolvidos na morte do ex-prefeito

DESCAMINHO

Carga de semijoias é apreendida na BR-230

Foto: Ascom/PRF



A carga de semijoias era transportada sem nota fiscal

Mais uma carga de produtos sem nota fiscal foi apreendida pela Polícia Rodoviária Federal, em rodovia na Paraíba. No final da tarde de quarta-feira (6), no km 408, da BR-230, em Pombal, Sertão do estado, foi interceptada uma caminhonete Toyota Hilux após os policiais perceberem o nervosismo do condutor.

Durante inspeção no automóvel foram localizados no interior do veículo, bolsas contendo diversos kits de semijoias. Foi solicitado para o condutor do veículo a comprovação fiscal necessária, o

que não foi apresentado pelo motorista.

O condutor de 40 anos relatou para os policiais que a mercadoria pertence a sua empresa, não apresentando documentação comprobatória da regularidade fiscal das mercadorias. O veículo ainda transportava três passageiros, identificados como vendedores da empresa.

O veículo e a mercadoria foram encaminhados ao posto do fisco estadual, em Pombal, para contabilização da mercadoria e adoção das demais providências legais.

CLANDESTINO

Cemitério era usado por integrantes de facção

Um cemitério clandestino foi descoberto na cidade de Lagoa Seca, 75 quilômetros de João Pessoa. Nessa quinta-feira (7) uma ossada e fragmentos de um crânio foram encontrados na região. "As buscas continuam de outros corpos ou ossadas" disse o delegado Sylvio Rabelo, que comanda as ações.

A ação, coordenada pela Polícia Civil, conta com a participação da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Instituto de Polícia Científica e a utilização de equipamentos para escavações.

A descoberta do cemitério clandestino foi possível após a prisão de um homem com arma de fogo e veículo roubado, membro de uma facção criminosa. De acordo com Sylvio Rabelo as di-

ligências se aprofundaram e foi descoberto um local onde havia uma ossada enterrada na região de Jacaraú e outros fragmentos.

Sylvio Rabelo informou que há indícios de haver corpos enterrados na região de vítimas de homicídios. Essas vítimas, acrescentou, morreram em consequência de brigas de facções ocorridas no ano passado.

Cerca de 20 pessoas já foram presas nos últimos meses em decorrência de operações policiais. Já havia informações nos inquéritos da Delegacia de Homicídios em Mamanguape que os criminosos enterraram algumas vítimas. "Com essas ações houve uma grande redução dos homicídios na região", conclui Sylvio Rabelo.

Foto: Ascom/PCPB



O cemitério foi localizado na área rural de Lagoa Seca

DESVENDADO

Suspeitos de invadir casa de idosos são presos

Uma dupla suspeita de invadir a residência de um casal de idosos e praticar agressões foi presa por agentes da Delegacia de Crimes contra o Patrimônio da capital nessa quarta-feira (6), mas somente revelada no dia seguinte. Segundo o delegado João Paulo Amazonas, um adolescente também foi apreendido e todos estão envolvidos em diversos assaltos em João Pessoa. Dois simulacros

de arma de fogo (pistola) foram encontrados com os três indivíduos, que eram utilizados para a prática dos delitos patrimoniais.

O assalto à residência do casal, no bairro dos Ipês, aconteceu na noite de terça-feira (5). O trio entrou na casa, agrediu os idosos que ainda foram amarrados e depois fugiram levando vários pertences, além do carro do casal. Foram apreendidas diversas

joias, celulares, e pertences do casal de idosos. Também foram localizados relógios e aparelhos celulares roubados de uma loja em Mangabeira.

Outra ação

No bairro da Torre, em João Pessoa, agentes da Delegacia de Repressão a Entorpecentes prendeu um grupo que comercializava entorpecentes na Praça São Gonçalo. O delegado Bruno Germa-

no disse que a praça estava sendo tomada pelo tráfico de drogas, amedrontando a população que queria usar a área como lazer. Neste local foi preso um homem de 22 anos.

Em poder do homem foram apreendidas várias pedras de crack e mais entorpecentes na residência dele, como também, balança de precisão, embalagens para acondicionar a droga e dinheiro.

FATALIDADE

Crianças são vítimas de acidentes na Paraíba

Uma criança de 7 anos e outra de 3 anos foram vítimas de acidentes de trânsito, respectivamente, em Alagoa Grande e João Pessoa. Larissa Manuela da Silva, 7 anos, morreu ao ser atropelada após descer de um ônibus escolar e tentar atravessar a pista sem observar se vinha algum veículo. Esse acidente aconteceu na PB-075 que liga

Alagoa Grande a Alagoinha. A Polícia Militar esteve no local e conversou com o motorista do veículo atropelador. Ele disse que não viu a menina, pois ela estava atrás do ônibus. O Samu foi acionado, mas apenas para constatar a morte da criança. A menina residia na zona rural de Alagoa Grande e era estudante da rede municipal.

Na capital

No Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa está internada uma criança de apenas três anos. Ela foi atropelada, na noite de quinta-feira (8), por uma moto quando brincava com o avô, na frente de casa, em Mangabeira.

Familiares da criança informaram que a moto desen-

volvia velocidade na permitida para aquela via. Também disse que ela saiu da calçada e correu para a rua, quando sofreu o acidente. Inicialmente ela foi socorrida para o Trauminha de Mangabeira e depois transferida para o Hospital de Trauma. O estado clínico dela é considerado estável. Ela sofreu lesão na cabeça.



Acesso terá uma extensão de 2,44 quilômetros e vai beneficiar, diretamente, mais de 1,3 milhão de pessoas; várias avenidas e ruas no Altiplano incluídas no projeto foram ou estão sendo pavimentadas

NOVO ACESSO

Obra do DER avança no Altiplano

Projeto vai ligar o bairro até o Hospital Universitário, na UFPB; projeto está orçado em R\$ 14,7 milhões

Beatriz de Alcântara
alcantarabriz@gmail.com

A duplicação da Avenida Antônio Francisco Amaral, no bairro do Altiplano Cabo Branco, está em andamento sob a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba (DER-PB). A obra faz parte do pacote relacionado à construção do acesso que deve ligar o bairro, a partir da Avenida João Cirilo, ao Hospital Universitário Lauro Wanderley, no Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no Castelo Branco.

A rua em questão fica localizada na primeira rotatória da Avenida João Cirilo, também conhecida como Avenida Panorâmica – entre a igreja Cidade Viva e o Paço dos Leões. Atualmente, a via possui uma pista de mão e contramão, mas a nova faixa de rolamento já está sendo pavimentada. É também na Avenida Antônio Francisco Amaral que está o terminal de ônibus do Altiplano.

Para fazer a ligação dessa avenida com a Rua Artur Ene-

Proposta

Uma ponte com 30 metros será construída sobre o Rio Timbó

dido dos Anjos, duas casas serão desapropriadas e derrubadas, segundo informações do DER-PB. O objetivo é de que a área dessas residências abra espaço para a conexão entre as duas ruas que formarão a via sentido HU-praia. O sentido contrário será viabilizado pela Avenida Severino Ennes de Atayde, que fica em frente à Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Além da duplicação da Avenida Antônio Francisco Amaral, outras ruas localizadas nos entornos do acesso principal já foram asfaltadas para garantir qualidade na mobilidade dos motoristas e na circulação dos ôni-

bus, bem como melhorar a infraestrutura do bairro.

Na conclusão do acesso do bairro ao HU, ao final da Rua Artur Eneido dos Anjos será construída uma ponte sobre o vale e o Rio Timbó. A estrutura está estimada em 30 metros e foi pensada a fim de diminuir os impactos ambientais da região, conforme informou o DER-PB com a apresentação do projeto. Ainda de acordo com o órgão, uma parte do trecho será aterrada e em cada uma das extremidades do vale serão construídos 500 metros de via.

A obra foi anunciada pelo governador João Azevêdo no primeiro semestre do ano passado, quando divulgou uma série de iniciativas viárias para a Paraíba. A construção está orçada em R\$ 14,7 milhões e a empresa contratada para a execução é a Gurgel Soares, sob supervisão do DER-PB. Conforme a ordem inicial de serviço, a obra vai ter uma extensão de 2,44 quilômetros e vai beneficiar, diretamente, mais de 1,3 milhão de pessoas.



Acesso entre o Altiplano e o HU criará uma opção para o tráfego de veículos, desafiando outros locais

DE JANEIRO A MARÇO

Avanço de sinal vermelho gerou 4.004 multas em JP

Nalim Tavares
Especial para A União

Avançar o sinal vermelho do semáforo, uma das infrações de trânsito mais comuns, fechou o primeiro trimestre do ano com 4.004 autos lavrados em João Pessoa. Destes, 3.905 casos foram registrados pela fiscalização eletrônica e 99 por checagem policial, de acordo com dados fornecidos pela Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana (Semob-JP).

Em João Pessoa, o local com maior número de infrações por avanço de sinal vermelho é o cruzamento da Avenida Governador Flávio Ribeiro Coutinho com a Avenida Edson Ramalho, que registrou um total de 1.415 autos lavrados. Logo em seguida está o cruzamento da Rua Professora Maria Sales com a Avenida Nego, que registrou 431 autos.

A Rua Bancários Sérgio Guerra ocupa o terceiro e o

quarto lugar na lista de locais com mais infrações por avanço de sinal vermelho. No cruzamento com a Rua Francisco Timóteo de Souza, 326 acidentes foram registrados até o final do mês de março. Na interseção da Bancários Sérgio Guerra com a Rua Rosa Lima dos Santos, foram 305 casos.

A chefe da Educação de Trânsito da Semob Cabedelo, Amabidabe Vieira, diz que o principal motivo por trás desta infração é a falta de percepção de risco por parte dos motoristas que, no lugar de parar, tentam ultrapassar o semáforo amarelo.

Representante do Movimento Maio Amarelo na Paraíba, Amabidabe explica que, além da fiscalização contínua, projetos de educação nas escolas são importantes para reduzir os altos índices de acidentes no trânsito.

“Os pais também podem aprender com as crianças enquanto dirigem. Se um pai atravessa o sinal vermelho

Tipos

Do total de infrações por avanço de sinal na capital, 3.905 foram flagradas pela fiscalização eletrônica e 99, por checagem policial

e a criança sabe que é errado, ela vai comentar e isso vai constranger o adulto para, talvez, não fazer isso de novo. É mais demorado, mas funciona”.

Punição

Sobre a punição para este tipo de delito, o artigo 208 do Código de Trânsito Brasileiro

(CTB) especifica que “avançar o sinal vermelho do semáforo ou o de parada obrigatória, exceto onde houver sinalização que permita a livre conversão à direita” é uma infração gravíssima cuja penalidade é uma multa de R\$ 293,47 e menos 7 pontos na carteira.

A Semob-JP, através da sua Divisão de Educação (Died), promove uma série de campanhas educativas voltadas para adultos e crianças em idade escolar. De acordo com o site da Semob, é possível solicitar uma visita dos agentes de educação no trânsito em qualquer escola, empresa ou instituição, através de um ofício enviado para a Superintendência.

Segundo as informações do site, “o documento deve conter a data, hora e local para a prestação do serviço, que é gratuito. Escolas precisam informar ainda a faixa etária das crianças e a quantidade de alunos que participarão das atividades. No caso de empre-

sa, é preciso especificar o público-alvo e o tema desejado.”

Campina Grande

Em Campina Grande, o primeiro trimestre de 2022 registrou 1.646 avanços de sinais vermelhos. Esse número representa um aumento em relação ao mesmo período de 2021, quando 997 casos foram registrados. No entanto, no ano passado, a movimentação na cidade estava baixa devido às restrições impostas para conter a pandemia. Se o ano de 2020, em que 1.741 autos foram lavrados, for considerado como referência, seriam menos 95 casos registrados no município paraibano, segundo a Divisão de Apoio ao Trânsito da autarquia campinense.

Das 1.646 infrações do tipo registradas nos três primeiros meses deste ano, 771 foram cometidas por motociclistas. Esse número corresponde a cerca de 45% dos casos de avanço de sinais vermelhos. Em 2021, foram 486 infrações

cometidas por pilotos de motos e, em 2020, foram 662.

Segundo dados divulgados pela Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP) os cruzamentos com maior número de casos registrados em Campina Grande são os da Avenida Floriano Peixoto com a Manoel Sales; Avenida Prefeito Severino Bezerra Cabral com a rua Raimundo Nonato de Araújo; Rua Siqueira Campos com a Rua Rodrigues Alves, Rua João Quirinc com a Avenida Vigário Calixto e Avenida Floriano Peixoto com a Rua Nilo Peçanha.

Para coibir as infrações, a STTP criou, em maio de 2021, o Núcleo de Estudos de Acidentes de Trânsito (NEAT). A proposta por trás do Núcleo é identificar as causas dos acidentes na cidade e propor soluções rápidas que ajudem a diminuir o número de fatalidades no trânsito. Além disso, a Superintendência também realiza ações de educação permanentes em escolas, indústrias e outras entidades.

Entre a ode e o movimento

Prossegue, hoje e amanhã, a Mostra Campinense de Dança, com espetáculos que homenageiam nomes como Sivuca e Nina Simone



Foto: Rondinele de Paula/Divulgação

■ Adicionando músicas do compositor alemão Johann Sebastian Bach (1685-1750), espetáculo 'Black Nina' é baseado na obra e na luta social da cantora estadunidense Nina Simone (1933-2003)

Acima, cena de 'Black Nina', em que quatro homens e uma mulher do Balé Cidade de Campina Grande mostram a versatilidade da homenageada

Audaci Junior
audaciauniao@gmail.com

Não só de plasticidade de movimentos vive a dança: ela também expõe temas como a crítica social e a virtuosidade de um multi-instrumentista famoso ao redor do globo, que veio conhecer a luz (e os sons) do mundo aqui, na Paraíba, mais especificamente em Itabaiana.

Hoje e amanhã prossegue a Mostra Campinense de Dança, que está sendo realizada gratuitamente no Teatro Municipal Severino Cabral desde a última quinta-feira (dia 7). O evento é realizado para celebrar o mês dedicado ao gênero artístico.

Às 14h deste sábado, haverá a Oficina de dança contemporânea 'Energia em Movimento', com Aline Ferreira e Maxwell Araújo. Os espetáculos começam a partir das 16h, com *Black Nina*, do Balé Cidade de Campina Grande.

Resultado da oficina de Composição Coreográfica realizado pela Fundação Nacional de Artes (Funarte), em parceria dos bailarinos da companhia paraibana com o coreógrafo carioca Rafael Gomes, o espetáculo é uma montagem pop em homenagem a ativista, pianista e cantora norte-americana Nina Simone (1933-2003).

Segundo a definição no site oficial do Balé Cidade de Campina Grande, a produção mostra bailarinos dançando a força da mulher negra, seja por sua voz suave ou pela melodia de Nina Simone com as músicas de Sebastian Bach (1685-1750). No palco, quatro homens e uma mulher mostram a versatilidade e talento da homenageada.

Dona de uma voz áspera e inigualável, Nina Simone tinha plena consciência de sua posição social e usou todo seu talento e carisma para criar uma das grandes personalidades da história da música, da resistência pessoal, da identidade negra e dos direitos civis.

Um exemplo foi no ano de 1965, quando Simone regravou a música de Abel Meeropol (1903-1986) originada por linchamento causado por motivos racistas no sul dos EUA, 'Strange Fruit' — que ficou famosa pela cantora Billie Holiday (1915-1959) — para o álbum *Pastel Blues*.

Após *Black Nina*, entre 20h e 23h, acontecerá uma série de mostras de coreografia no palco do Severino Cabral. A sequência de apresentações será a seguinte: Jazz & Cia (João Pessoa), M Dans Project (JP), Stúdio Ballet Hadassa Costa (Campina Grande), Ballet Suellen Caroline (CG), Companhia de Dança Stúdio Black (CG) e Power Club (CG).

Encerramento

Amanhã, a partir das 20h, no mesmo palco, a mostra se encerra com a Companhia Municipal

de Dança de João Pessoa, com a montagem *Poesia do Som – Uma Homenagem a Sivuca*. Entre as composições do renomado artista paraibano que vão ganhar movimento no palco está a clássica 'Feira de Mangaio', composição feita a quatro mãos com a viúva do músico, Glorinha Gadelha.

Antes da apresentação, haverá mais uma mostra de coreografia, desta vez pela Balé Popular de Cabedelo.

"*Poesia do Som* é o primeiro genuinamente criado pela e para a Companhia de Dança de João Pessoa. É um espetáculo único nesse aspecto e ficamos muito contentes que a Companhia esteja num caminho tão bonito e tão pleno de desenvolvimento", destacou o diretor executivo da Fundação Cultural da capital paraibana (Funjope), Marcus Alves.

A diretora da Companhia, Stella Paula Carvalho, disse que está sendo um prazer levar o grupo para a primeira apresentação fora da capital e, principalmente, por ser em Campina Grande, uma cidade que considera importante e cheia de cultura. "Para mim, está uma mistura de felicidade, gratidão e também muita ansiedade para que façamos lindo como fizemos aqui na estreia do espetáculo *Poesia do Som*", acrescentou ela.

Segundo o diretor de Ação Cultural da Funjope, Antônio Alcântara, desde a mais recente apresentação da Companhia, durante o Festival Cidades Criativas, no dia 15 de março, o corpo de balé vem ensaiando todos os dias para este momento. "O nosso objetivo é levar o nome da dança de João Pessoa para o restante do Brasil e, quem sabe, do mundo", apostou ele.

Esta será a terceira apresentação pública da Companhia. A primeira foi no Natal dos Sentimentos, no fim do ano passado, com uma adaptação do espetáculo *O Quebra Nozes*, composto pelo russo Tchaikovski (1840-1893).

Promovido por Erasmo Rafael, diretor do Balé Cidade de Campina Grande, a Mostra Campinense de Dança é uma contrapartida da Lei Aldir Blanc, uma realização da Prefeitura de CG, por meio da Secretaria de Cultura. Os ingressos são gratuitos e podem ser retirados através do site oficial do Sympla (www.sympla.com.br/tmsc).



Através do QR Code acima, acesse o site oficial do Sympla



Foto: Sérgio Lucena/Divulgação

Companhia Municipal de Dança de João Pessoa encerrará, amanhã, a mostra com a montagem 'Poesia do Som – Uma Homenagem a Sivuca'

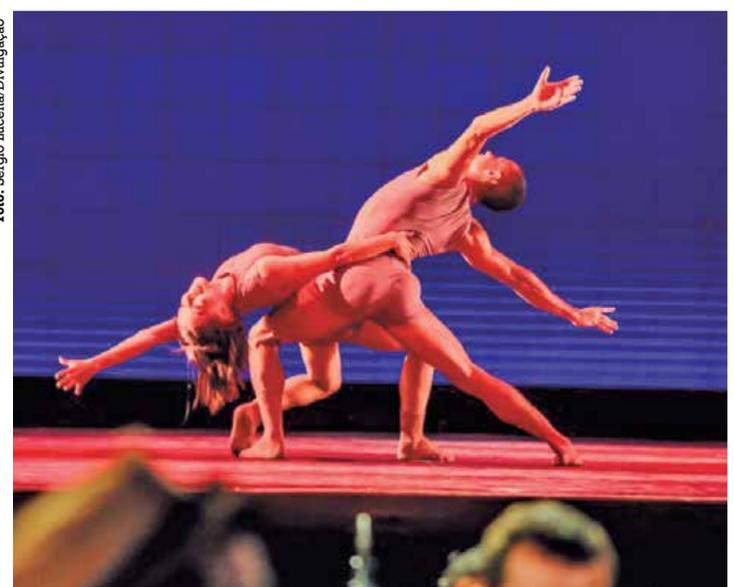


Foto: Sérgio Lucena/Divulgação

Entre as composições de Sivuca que vão ganhar movimento no palco com 'Poesia do Som' está 'Feira de Mangaio', clássico feito junto com Glorinha Gadelha

Artigo

Carlos Pereira

cpesilva15@gmail.com | Colaborador

Um triste 7 de abril

O mês de abril de 1954 – lá se vão 68 anos – foi aziago para mim. Já lhes contei sobre uma das poucas notas quatro que tirei na minha vida escolar – no dia 4 de abril (4) de 1954. Mas, o pior, mesmo ocorreu três dias depois, no dia 7, acontecimento lamentável e triste, do que me ocupo nas linhas a seguir.

O médico já a advertira de que aquela deveria ser sua única filha. Seu físico lhe impedia de ter um parto normal e o seu coração não resistiria a uma nova anestesia geral para permitir uma cesariana.

Mas a vontade de ter outro filho foi maior do que os argumentos médicos e de todas as advertências feitas e, para preocupação de quantos lhe cercavam, ela engravidou e se dispôs a ter o filho de forma natural, o chamado parto normal. No entanto – como previra o médico – a sua constituição não lhe permitiu e a cirurgia se tornou indispensável. Com a cesariana, veio a necessidade da anestesia geral e, com a anestesia, veio a dolorosa morte.

Morte que tirou de Marluce, nos seus 27 anos, toda uma vontade de viver, de ter mais filhos e, principalmente, de criar as duas bonequinhas louras que sequer chegaram a conhecê-la. Morte miserável, sorradeira e traiçoeira que ceifa a vida de uma jovem no começo de uma vida que se abria para um futuro de amor, de trabalho e de dedicação.

Isso tudo ocorreu num 7 de abril.

E a mim, então com 15 anos, coube tomar conta das crianças da família que não deveriam ver o féretro, nem acompanhar o enterro, muito menos presenciar as cenas de dor lancinante que nos envolvia a todos, sobretudo a minha mãe, inconsolável, um grito só de lamento e de revolta porque sua filha fora retirada tão abruptamente da vida e não ela que já tinha cumprido sua missão aqui na terra. Mas os desígnios de Deus são um mistério que ninguém conseguiu descobrir e assim se passou naquela terça-feira, primeira de abril, que ficou para sempre na minha lembrança.

E, hoje, quando um novo abril se marca no calendário da vida, registro na memória aqueles momentos de dor e de tristeza e me vejo, caminhando e chorando convulsivamente, na adolescência dos meus 15 anos incompletos, pela Aderbal Piragibe de terra batida, sem nenhum carro a passar, pouca gente encontrando, em direção à farmácia de Orlando Vilar, ali perto do cinema Jaguaribe, para comprar um vidro de Passiflorine, remédio indicado para tentar acalmar a revolta de minha mãe e aplacar a sua dor, difícil de descrever.

Naquele caminhar, eu pedía a Deus que fizesse passar logo aquele dia. Ele, que sua sabedoria, não havia permitido a continuação da vida da minha irmã, certamente para tê-la no céu, ao seu lado, mais cedo.

E queria que passasse, também, a missa do 7º dia, que passasse o primeiro mês, que voassem os 6 meses que estavam por vir.

Agora, quando já se passaram 68 anos, observo que Deus

me atendeu. O tempo passou, desde aquele triste 7 de abril de 1954.

Só não saiu da minha memória a agonia daquela quinta-feira.

E nunca passaram para mim, a lembrança de Marluce e a grande saudade que ainda hoje sinto dela.

“

Morte miserável, sorradeira e traiçoeira que ceifa a vida de uma jovem no começo de uma vida que se abria para um futuro de amor, de trabalho e de dedicação

Carlos Pereira

Cultura Popular

Irani Medeiros

medeirosirani@gmail.com | Colaborador

Louro do Pajeú, “o rei dos trocadilhos”

Foto: Reprodução



Louro foi um dos mais famosos cantadores

Lourival Batista Patriota, o Louro do Pajeú, era filho de Raimundo Joaquim Patriota e Severina Guedes Patriota; nasceu no dia 6 de janeiro de 1915 e faleceu no dia 5 de dezembro de 1992. Era natural de São José do Egito. Atuou como poeta repentista em quase todas as cidades da Paraíba ao lado do também repentista Pinto do Monteiro. Começou a cantar em 1930. Era o mais velho dos irmãos repentistas, Dimas e Otacílio. No ano de 1932, não fora por intervenção de sua mãe, teria lutado na revolução constitucionalista, em São Paulo, com apenas 17 anos de idade. Em 1933, enfrentou uma jornada de 97 dias andando do Recife até Itapetim que à época pertencia a São José do Egito, distante 422 quilômetros do Recife. Antes, porém, cruzou a Paraíba e esteve no Rio Grande do Norte, para só depois retornar.

Louro do Pajeú foi um dos cantadores de maior fama no mundo da cantoria nordestina, sendo considerado “o rei dos trocadilhos”. Satírico e rápido no improviso, era temido por seus adversários. Participou de vários festivais de cantoria, ganhando prêmios e admiração dos amantes do repente. O maior parceiro de Louro foi Pinto do Monteiro. As peles desses dois cantadores tornaram-se verdadeiras antologias e patrimônio da cantoria nordestina. Por mais de 30 anos, Pinto do Monteiro e Louro do Pajeú, percorreram os sítios do interior, cantando de improviso e com rimas bem metrificadas, nas sacadas das casas de fazendas a convite de seus donos ou em praças públicas de pequenas cidades interioranas. A cantoria era paga com as doações dos que assistiam, colocando o dinheiro no numa bandeja, no meio do salão, em frente à dupla de repentistas.

Cantando com Pinto em ‘Oito pés de Quadrão’, Louro fez os seguintes versos:

Cantar comigo é um risco/quebra pedra, espalha cisco/vem trovão, e vem corisco/vem corisco e vem trovão/desce água em borbotão/as águas formando tromba/teu açude, agora, arromba/nos oito pés de quadrão.

Pinto respondeu assim:

Meu açude não arromba/nem a sua parede tomba/porque dois pés de pitomba/sustentam seu paredão/haja pitom-

ba no chão,/n’água rasa e n’água funda;/leve pitomba na bunda/nos oito pés de quadrão.

Lourival casou-se com Helena Marinho, filha do grande e lendário repentista Antônio Marinho e tabeíã do cartório de São José do Egito. Helena criou os oito filhos de Louro, dando à família a estabilidade que a vida de boemia e de cantorias em outras cidades não permitia. Disse Louro sobre Helena:

De fato devo ter pena/meu amável companheiro/de minha querida Helena/que é meu amor verdadeiro/mas quando vou com a pena/ela já vem com o tinteiro.

Lourival carregava consigo o gosto pela simplicidade da vida, o desapego ao dinheiro e às coisas materiais. Era conhecido em São José do Egito por doar comida e dinheiro aos pobres e aos mendigos da cidade e loucos que frequentemente almoçavam na casa do poeta. Cantando sobre a pobreza e o valor do cantador, Louro mostrou porque ganhou o título de “rei dos trocadilhos”:

É muito triste ser pobre / para mim é um mal perene... / trocando o “p” pelo “n”, / é muito alegre ser nobre; / sendo “c” é cobre / cobre, figurado, é ouro / botando o “t”, fica touro / como a carne e vendo a pele / o “t”, sem o traço, é “l” / termino só sendo Louro.

No dia 6 de janeiro é comemorado o aniversário de Louro, com a

presença de muitos cantadores de quase todos os estados do Nordeste que vão até São José do Egito para prestigiá-lo. O dia 6 tornou-se, assim uma forma de lembrar a poesia de Louro e de saudar os poetas da região, relembrando a grandeza do Pajeú, como terra de grandes poetas do repente. Lourival ainda continua sendo referência para muitos poetas. Com profundidade, Louro descreveu nestas décimas os prazeres e desgostos da atividade, não só do palhaço, mas de todo artista.

Palhaço que ri e chora: / Pinta o rosto, arruma palma / Dentre os néscios e sábios / O riso aflora-lhe os lábios / A dor tortura-lhe a alma. / Suporta com toda calma / Desgosto a qualquer hora; / Ama sim, mas vai embora / Vive num eterno drama: / Pensa, sonha, sofre e ama / Palhaço que ri e chora. / Tem horas de desespero / Quando a vida desagradada / Sentindo a alma pecada / Tem que ir ao picadeiro. / Se ama esquece ligeiro / Porque ali não demora / Chagas dentro, rosas fora / Guarda espinho, mostra flor / Misto de alegria e dor / Palhaço que ri e chora.

Se quer alguém com desvelo / Deixar é martírio enorme / Se vai deitar-se não dorme / Se dorme tem pesadelo. / Sentindo um bloco de gelo / Lhe esfriando dentro e fora / Desperta, medita e chora. / Sente a fortuna distante / Julga-se um judeu errante / Palhaço que ri e chora.

Alberto da Cunha Melo, poeta pernambucano, ao escrever sobre Lourival Batista Patriota – o Louro do Pajeú, disse que este “dedicou-se exclusivamente ao seu destino andarilho de cantador de viola, tornando-se o mais famoso dos três, marcando profundamente a mitologia poética de uma cidade – São José do Egito – e de uma família – Batista – Patriota. Foi no Recife, numa capital que detinha à época o título de terceira cidade do Brasil, que Lourival Batista iniciou sua trajetória de cantador e poeta-repentista, no início dos anos 1930”.

Louro disse certa vez que “depois de ouvir Mercário José de Pontes cantar no Mercado de São José, no Recife, no início da década de 1930, pensei: eu também faço isso...”

Eu comecei com um cego / A minha vida de artista / Cesário José de Pontes / Que foi grande repentista / Depois que o cego morreu / Fiquei guiando os com vista.

DIA DA BIBLIOTECA

FCJA lança campanha de doação de livros

Da Redação

Hoje, a Fundação Casa de José Américo (FCJA), localizada no Cabo Branco, em João Pessoa, lança a campanha ‘Doe Livros, Acalente Sonhos’, uma ação da Biblioteca Durmeval Trigueiro Mendes. A data do evento é significativa, pois é quando se celebra o Dia Nacional da Biblioteca.

Das 9h às 16h, a equipe da biblioteca receberá os livros em uma barraca montada na Feira dos Aromas. Durante a semana, a arrecadação acontecerá das 9h às 12h, nessa mesma barraca; após esse horário, a entrega deverá ser feita na Biblioteca Durmeval Trigueiro Mendes, no terceiro prédio da FCJA, até as 16h. A culminância será até o próximo dia 29, com a entrega do material a uma instituição de apoio a crianças com câncer (ainda a definir).

O objetivo da ação é recolher o maior número possível de livros, revistas em quadrinhos e livros-brinquedo, como também livrinhos de colorir e caixas de lápis de cor. Com esse material, serão formados kits para a doação. “Queremos levar não apenas lazer para essas crianças, mas também estimular o hábito da leitura entre elas”, diz Nadágila Camilo, gerente de Biblioteca da FCJA.

Segundo ela, essa ação está sendo norteadada pela técnica da biblioterapia, que consiste em utilizar o material bibliográfico (o livro e a leitura) como ferramenta de transformação nos processos curativos, auxiliando as pessoas a lidarem com os seus problemas emocionais, sociais e físicos.

A Biblioteca Durmeval Trigueiro Mendes possui um acervo estimado em cerca de 30 mil títulos: enciclopédias, dicionários, coleções especiais, obras raras, periódicos e plaquetes das diversas áreas de conhecimento humano, adquiridos por doações. Dispõe de diversos acervos particulares relevantes, de personalidades do meio cultural, doados à instituição. A biblioteca está aberta a instituições, estudiosos, pesquisadores e ao público em geral.

Foto: Roberto Guedes



Doações podem ser feitas até o dia 29 na biblioteca da FCJA

CULTURA POP

Super-Con acontece na Usina Energisa

Na capital, a Usina Cultural Energisa recebe, hoje e amanhã, a 11ª edição da Super-Con, evento que reúne fãs de animes (animação japonesa), k-pop, cosplay, mangá (quadrinhos nipônicos) e games.

Entre as atrações estão os *tiktokers* LKzinhu e Victoriano, os *youtubers* Muca Muriçoca, VMZ, MHRAP, Sidney Scaccio, MC Maha e Denilson Felix, além do Forró dos Otakus; concursos de cosplay; exposição e campeonatos de videogames; comidas típicas japonesas; venda de acessórios e colecionáveis relacionados ao universo geek.

Os ingressos estão disponíveis no site oficial (www.superconvencao.com.br) e na loja Montana Airsoft do Mag Shopping. Os valores antecipados são: R\$ 80 (inteira); R\$ 40 (meia); R\$ 70 (combo meia para os dois dias); R\$45 + 1kg de alimento não perecível (ingresso social); R\$75 + 1kg de alimento não perecível (combo social para os dois dias).

Foto: Instagram



Entre os convidados está o músico e ‘youtuber’ Mc Maha

LITERATURA

Pai e filha lançam livros, hoje, na Livraria do Luiz

Fernando e Fernanda Vasconcelos apresentam suas respectivas antologias

Guilherme Cabral
 guilhermecabral@epc.pb.gov.br

Um momento que, certamente, vai ser marcado por forte emoção. Pai e filha, os escritores paraibanos Fernando Antônio de Vasconcelos e Fernanda Holanda de Vasconcelos Brandão, lançam presencialmente hoje, a partir das 10h, na Livraria do Luiz, as obras *Crônicas de vida e felicidade* (197 páginas, R\$ 40) e *Sentimentos inspirados* (126 páginas, R\$ 35), respectivamente, ambas publicadas pela Ideia Editora. O evento se realiza dentro da programação comemorativa das cinco décadas de existência do estabelecimento, localizado em João Pessoa.

Crônicas de vida e felicidade reúne cerca de 80 textos publicados pelo autor em vários jornais, mas a maioria em **A União**, no qual escreve como colaborador. “Esse livro resulta de um apanhado de crônicas que fiz durante uma temporada na cidade de Bananeiras, em 2020, para fugir da pandemia. Percebi que tinha mais de mil crônicas e, então, fui selecionando e desse material publiquei, naquele mesmo ano, *Crônicas jurídicas do consumidor* e *Crônicas de dor e alegria*, ambos pela plataforma Amazon. E agora lanço essa obra, que considero a conclusão de trilogia de crônicas, pois o tema comum é a vida, com as suas nuances”, disse Fernando Vasconcelos.

O novo livro de Fernando Vasconcelos, cuja apresentação é assinada pela própria filha, é dividido em temas. Em *Vida e família*, ele aborda aspectos de casamentos, separações, traições, divórcios, sexo, amor e vida, além de implicações jurídicas no relacionamento amoroso; em *Saúde e felicidade dos idosos*, trata de “alimentação, namoro e diversões”; e a última parte enfoca *Internet e felicidade nas redes sociais*.

Autor de cerca de 10 livros, confessou que, a princípio, com essa obra, deve encerrar a carreira literária. “A não ser que surja um fato novo, pois cheguei a pensar que *Missão cumprida: história de uma vida* seria o derradeiro”, afirmou o escritor. “É muito bom escrever sobre o cotidiano nosso e das pessoas, porque nos tornamos observadores. A princípio, é difícil escrever uma crônica, mas, quando já se tem uma ideia na cabeça, flui mais facilmente. Eu, particularmente, não sou para escrever e o texto sai rápido”, disse Fernando Vasconcelos, que também confessou da emoção de poder lançar seu livro em companhia da filha. “É um orgulho e satisfação para mim, porque ela seguiu a minha carreira de professor universitário e de escritor”

Depois de publicar três obras de cunho jurídico, a escritora Fernanda Vasconcelos lança *Sentimentos inspirados*, que reúne 100 poesias dos mais variados temas e cujo texto de apresentação é assinado pelo pai. “É emocionante, porque papai é o meu ídolo e, no meu livro, há várias poesias em sua homenagem”, confessou a autora.



Foto: Arquivo Pessoal



Imagens: Ed. Ideia/Divulgação

Ambas as obras estão sendo publicadas pela Ideia Editora

EM cartaz

ESTREIA

SONIC 2 - O FILME (EUA. Dir: Jeff Fowler. Comédia. Livre). Após conseguir se estabelecer em Green Hills, Sonic está pronto para mais liberdade e quer provar que tem o necessário para ser um herói de verdade. Seu teste virá quando Tom e Maddie concordam em deixá-lo em casa enquanto saem de férias, o que coincide com o retorno do Dr. Robotnik, dessa vez com um novo parceiro, Knuckles, à procura de uma esmeralda com o poder de destruir civilizações. Sonic se une a um novo companheiro, Tails, e juntos eles embarcam em uma jornada para encontrar a esmeralda antes que ela caia nas mãos erradas. **CENTERPLEX MAG 3** (dub.): 14h - 19h; **CENTERPLEX MAG 2** (dub.): 16h30; **CINÉPOLIS MANAÍRA 2** (dub.): 12h30 (sáb. e dom.) - 15h - 17h45 - 20h30 (exceto qua.); **CINÉPOLIS MANAÍRA 7**: 13h20 (dub.) - 16h (dub.) - 18h45 (dub.) - 21h30 (leg.); **CINÉPOLIS MANAÍRA 8** (dub.): 14h - 16h45 - 19h30; **CINÉPOLIS MANGABEIRA 2** (dub.): 14h20 (exceto seg. e qua.); **CINÉPOLIS MANGABEIRA 3** (dub.): 14h45 (exceto seg. e ter.) - 17h30 (exceto seg. e ter.) - 20h (exceto seg., ter. e qua.); **CINÉPOLIS MANGABEIRA 5** (dub.): 13h20 - 16h - 18h45 - 21h30; **CINE SERCLA TAMBIA 4** (dub.): 14h20 - 16h40; **CINE SERCLA TAMBIA 6** (dub.): 15h20 - 17h40 - 20h; **CINE SERCLA PARTAGE 2** (dub.): 15h20 - 17h40 - 20h; **CINE SERCLA PARTAGE 3** (dub.): 14h20 - 16h40.

CONTINUAÇÃO

ALEMÃO 2 (Brasil. Dir: José Eduardo Belmonte. Policial. 16 anos). A comunidade do Alemão no Rio de Janeiro é conhecida pela sua alta taxa de crimi-

nalidade. Mais uma vez, uma equipe enfrenta o tráfico de drogas para tentar realizar as missões necessárias dentro do complexo. **CINÉPOLIS MANAÍRA 8**: 22h10 (exceto qua.).

BATMAN (The Batman). EUA. Dir: Matt Reeves. Aventura. 14 anos. Dois anos vigiando as ruas como o Batman (Robert Pattinson), causando medo nos corações dos criminosos, acabou levando Bruce Wayne às sombras da cidade de Gotham. Quando um assassino tem como alvo a elite de Gotham, apresentando uma série de maquinações sádicas, uma trilha de pistas enigmáticas coloca o Maior Detetive do Mundo em uma investigação sobre o submundo, onde ele encontra personagens como Selina Kyle, também conhecida como Mulher-Gato (Zoë Kravitz), Oswald Cobblepot, o Pinguim (Colin Farrell) e Edward Nashton, também conhecido como Charada (Paul Dano). **CINÉPOLIS MANAÍRA 3**: 14h15 (dub.) - 18h (leg., exceto qua.) - 21h45 (leg., exceto qua.); **CINÉPOLIS MANGABEIRA 2** (dub.): 17h15 (exceto sáb. e seg.) - 21h (exceto sáb. e seg.); **CINE SERCLA TAMBIA 4** (dub.): 19h; **CINE SERCLA PARTAGE 3** (dub.): 19h.

OS CARAS MALVADOS (The Bad Guys) Reino Unido. Dir: Pierre Perifel. Animação. Livre. Baseado nos quadinhos de Aaron Blabey, um grupo de animais ladrões e suas travessuras: Sr. Lobo, Srta. Tarântula, Sr. Tubarão, Sr. Piranha e Sr. Cobra sempre foram vistos como maus. **CINÉPOLIS MANAÍRA 4** (dub.): 12h45 (sáb. e dom.); **CINÉPOLIS MANGABEIRA 4** (dub.): 13h15 (sáb. e dom.); **CINE SERCLA TAMBIA 2** (dub.): 15h30 (sáb. e

dom.); **CINE SERCLA PARTAGE 4** (dub.): 15h30 (sáb. e dom.).

EPA! CADÊ NOÉ? 2 (Oops! The Adventure Continues...) EUA. Dir: Sean McCormack e Toby Genkel. Animação. Livre). A arca de Noé segue em mar aberto com Finny, sua melhor amiga Leah e muitos animais a bordo. Depois de muitas trapalhadas, semanas à deriva e já quase sem alimentos, a paz e a harmonia acaba quando um acidente leva os animais menores ao mar, com o último lote de comida. **CINÉPOLIS MANAÍRA 8** (dub.): 12h15 (sáb. e dom.).

MORBIUS (EUA. Dir: Daniel Espinosa. Fantasia. 14 anos). Gravemente adoecido com um raro distúrbio sanguíneo e determinado a salvar outros que sofrem do mesmo destino, o Dr. Morbius (Jared Leto) arrisca tudo numa aposta desesperada. E embora a princípio tudo pareça um sucesso absoluto, surge uma escuridão que se desencadeia dentro dele. O bem superará o mal - ou Morbius sucumbirá aos seus novos e misteriosos desejos? **CINÉPOLIS MANAÍRA 4**: 17h30 (leg.) - 15h15 (dub.) - 20h (dub.) - 22h20 (leg.); **CINÉPOLIS MANAÍRA 6** (dub.): 14h45 - 17h15 - 19h45; **CINÉPOLIS MANAÍRA 10 - VIP** (leg.): 15h45 - 18h15 - 20h45; **CINÉPOLIS MANAÍRA 11 - VIP** (leg.): 22h (exceto qua.); **CINÉPOLIS MANGABEIRA 1** (dub.): 14h30 - 17h - 19h30 - 22h; **CINÉPOLIS MANGABEIRA 2** (dub.): 15h30 - 18h - 20h30; **CINE SERCLA TAMBIA 2** (dub.): 17h25 - 19h30; **CINE SERCLA TAMBIA 3** (dub.): 20h; **CINE SERCLA TAMBIA 5** (dub.): 16h20 - 18h25 - 20h30; **CINE SERCLA PARTAGE 1** (dub.): 16h20 - 18h25 - 20h30; **CINE SERCLA PARTAGE 4** (dub.): 17h25 - 19h30; **CINE SERCLA PARTAGE 5** (leg.): 20h.

Crônica Em destaque

Thomas Bruno Oliveira
 thomasbruno84@gmail.com

Memórias de circo

Caminhando pelas ruas do bairro de Bodocongó, como a acostumar o olhar depois de passar tanto tempo privado desses passeios, avisto de longe uma tenda com listras em azul e amarelo montada n'um terreno baldio nos limites da Ramada com o Conjunto Severino Cabral. A pandemia me fez um chorão! Tenho me emocionado com tudo e qualquer coisa. Não contendo a emoção, vi aquele monumento grandioso com os olhos da infância. Era um dos circos que insistem em perambular pelos lugares, portando aquela alegria genuína, ensinando o mundo que não podemos viver sem sorrir.

Um gradeado quase desforme, uma lona não tão grande assim, um ônibus bem velho, alguns trailers, uma jovem lavando uma roupa brilhosa em uma bacia de alumínio, uns três guris chupando chupeta e com a pitouquinha de fora, mal andavam; um homem magro escorado no ônibus, cabeça baixa, a escovar os dentes. Em um varal entre duas cordas de sustentação do circo se via maiô, calças coloridas, camisas e tiras. Tudo aquilo exalava simplicidade. Só Deus sabe como sobreviveram esses dois anos tenebrosos. Pelo jeito, “fazendo menino”, tendo em vista a idade daquelas crianças. Futura geração circense?

Em um terreno que deu lugar para um condomínio, nas bordas do que hoje é o canal de Bodocongó, de tempos em tempos se instalava um pequeno circo. Certa vez trouxeram um leão, o bichinho era magro e todo “ruído”. Na minha rua, os gatos sumiram, se dizia que os moleques mais travessos trocavam um gato por um ingresso para a alimentação do felino e a indignação de uma tia minha, que criava uma gata amarela e branca, gorda que só ela, e muito bonita. Também sumiu!

Era arretada a chegada. Havia um terreno murado que fizemos um campinho para jogar bola, vizinho onde o circo sempre se instalava. Quando víamos aquela movimentação, o ônibus prateado e vermelho, já era motivo de animação. Um dos meninos ia até o palhaço saber quando ia “ter circo”, eram dois ou três dias e o palhaço dava o ar de sua graça. Um barulho de vozes infantis era prenúncio da festa. Na ponta da rua, uma cena marcante: meninos aos montes seguiam o palhaço e respondiam os motes cantados por ele:

- Hoje tem espetáculo?
- Tem, sim senhor.
- Às oito e meia da noite?
- Tem, sim senhor...

E a canção puxada pelo palhaço, sempre respondida pela criançada: “Pompeu, Pompeu / Tua mãe morreu / Benedito Bacural / Tá no osso, tá no pau / O teu pai toca ‘pife’ / E tua mãe no berimbau / Pompeu, Pompeu...” Quanto mais alto a molecada gritava, era garantia de no cortejo de volta para o circo, o palhaço carimbar o braço da gente, uma cortesia de entrada logo mais à noite. E para tomar banho? Não podia!

Como era divertido seguir o palhaço rua à baixo e rua acima. Papai nem dizia nada, já que não podia a toda hora sair da nossa rua. Depois de horas anunciando o espetáculo, o palhaço voltava ao circo e a meninada deixava ele lá na entrada. Batiam palmas e depois a gente apostava carreira para ver quem chegava primeiro na calçada da mercearia de papai.

Certa vez, em um carro de som, anunciaram a atração, era o lutador Rei Zulu, que desafiava quem tivesse coragem de lutar o vale-tudo da época. Oito e meia da noite, fomos papai, o amigo Joel e eu. A primeira pessoa que vejo, antes mesmo que os palhaços, foi o Rei Zulu, um homenzarrão de quase dois metros, negro, fortíssimo, incontáveis músculos, espetáculo. Depois das apresentações, a última atração era o Rei! Ele entra de braços erguidos e todos gritavam: “Rei Zulu, Rei Zulu”. Eu, pequeno, junto a papai, ficava com um pouco de medo da agitação. E vão chegando os desafiantes. O primeiro, não aguentou dez segundos, o segundo muito menos. Tranquilo, o Rei se acomodou, até que um tal de Naldinho chamou a atenção. Na parte nascente da Feirinha de Bodocongó, tinha a academia de Tourinho. Era no tempo em que as pessoas iam para fazer musculação, nada dessa historinha de hoje de “treino, treino”. E uma turma frequentava a academia, dentre eles, o Naldinho. No circo, Naldinho entrou sem camisa, com um short preto colado. Fez uma ginga e deu uma camelada na linha de cintura do Rei Zulu, que deu um forte grito. Do “Aaaaiiii” emendou um “Ahhhhhhh” e, com aqueles olhos arregalados, pegou o oponente com um braço no meio das pernas e o outro próximo ao pescoço e o jogou na coluna central (única) do circo, a lona balançou, a luz piscou e todo mundo correu aos gritos: “O circo vai cair...”. Corremos!

Na volta, na calçada da mercearia, papai narrou para quem quisesse a história e eu só lembro de: “Rei Zulu se achando, levou uma pernada mermo no vazio... quase se lascou! E por pouco o circo não caiu n’agente”. Rei Zulu, que fez fama no Brasil, estava em fim de carreira, mas não parecia aquele leão ruído, apesar de não estar em seus tempos de ventura, lutou até os 63 anos. Parado defronte aquele circo, revivi toda essa história com o coração eivado de saudade.

Colunista colaborador

Serviço

• Funesec [3211-6280] • Mag Shopping [3246-9200] • Shopping Tambiá [3214-4000] • Shopping Partage (83)3344.5000 • Shopping Sul [3235-5585] • Shopping Manaira (Box) [3246-3188] • Sesc - Campina Grande [3337-1942] • Sesc - João Pessoa [3208-3158] • Teatro Lima Penante [3221-5835] • Teatro Ednaldo do Egypto [3247-1449] • Teatro Severino Cabral [3341-6538] • Bar dos Artistas [3241-4148] Galeria Archidy Picado [3211-6224] • Casa do Cantador [3337-4646]

RESULTADO

Rui Leitão é eleito imortal da APL

Escritor e jornalista de Patos venceu o pleito realizado ontem e vai ocupar a Cadeira de Número 28 da entidade

Guilherme Cabral
guilhermecabral@epc.pb.gov.br

O escritor e jornalista Rui Leitão é o novo imortal da Academia Paraibana de Letras (APL), eleito na manhã de ontem com 16 votos para ocupar a Cadeira de Número 28 da entidade, cujo patrono é o padre Lindolpho José Correa das Neves, e que estava vaga desde 13 de setembro de 2021, quando morreu, aos 92 anos de idade, o monsenhor Marcos Augusto Trindade. Ele venceu seu concorrente, o poeta e escritor Clemente Rosas, que obteve 11 sufrágios. Houve, também, o registro de um voto nulo.

“Eu me sinto muito honrado por essa oportunidade de ingressar na Academia Paraibana de Letras, que congrega os nomes mais notáveis da cultura paraibana. Meu pai, Deusdedit Leitão (1921-2010), deu sua contribuição intelectual para a APL, quando ocupou a Cadeira de Número 16, e isso aumenta ainda mais a minha responsabilidade”, confesou Rui Leitão.

Diretor de Rádio e TV da Empresa Paraibana de Comunicação (EPC) e colaborador do Jornal A União, Rui Leitão informou que, primeiramente, vai pensar em marcar a data de sua posse, acrescentando que, na ocasião, durante o discurso que proferirá, deverá falar sobre suas metas como novo acadêmico.

Leitão comentou que ocupar uma cadeira na APL é “uma posição de honra” e o que almeja todo escritor. O novo imortal disse que foi levado a disputar a cadeira porque vai continuar disposto a militar na arte da escrita, estimulado que foi pela obra literária do seu pai. “Alcançar a Academia não decorre de intenção ou desejo, mas à afirmação da colheita de anos dedicados ao exercício

de escrever, na silenciosa e sempre difícil tarefa de organizar os textos produzidos, de forma a que sirvam de reflexão para os que os leem”, afirmou ele.

O novo ocupante da Cadeira 28 já lançou cinco livros: 1968 - O Grito de Uma Geração (Eduepb, 2013); A Essência da Sabedoria Popular (2014); Canções que Falam por Nós (2015); Sentimentos, Emoções e Atitude (2016), todos pela Editora A União; e Um Olhar Interpretativo das Canções de Chico Buarque (Editora Ideia, 2018).

Herança

Pai do novo membro da APL, Deusdedit Leitão (1921-2010) deu a sua contribuição intelectual para a entidade quando ocupou a Cadeira de Número 16

Rui Leitão informou que está com nova obra pronta, cujo título provisório é *Baú de Memórias*, no qual aborda de acontecimentos registrados em sua vida, no Brasil e no mundo no período de 35 anos - de 1950 a 1985 -, e que gostaria de lançar no segundo semestre.

O pleito aconteceu na sede da Academia Paraibana de Letras, localizada no centro da cidade de João Pessoa. Segundo o presidente da entidade, Ramalho Leite, na próxima eleição será instituída o voto eletrônico como novidade.

Foto: Evandro Pereira



Com 16 votos, Rui Leitão (foto) vai ficar na vaga outrora do monsenhor Marcos Augusto Trindade (1927-2021)

SHOW

Marcelo Jeneci traz ‘Guaia’ para a Ponta dos Seixas

Joel Cavalcanti
cavalcanti.joel@gmail.com

Quando o cantor e compositor paulista Marcelo Jeneci iniciou a carreira na música, nos anos 2000, ele rodava a Europa tocando sanfona com Chico César. Em *Guaia* (2019), seu mais recente álbum nomeado ao Grammy Latino, ele volta ao som do fole e à parceria com o paraibano no baião-xote da faixa ‘Oxente’. Marcelo Jeneci também volta ao recanto nostálgico e afetivo de sua infância em Guaianazes, bairro em que cresceu na década de 1980, e cria canções olhando mais para dentro de si do que para fora.

É restaurando as referências definidoras de sua personalidade musical, que teve ainda influência do agreste pernambucano com a banda de pífanos de Caruaru, bateria de frevo e canto gregoriano, que Jeneci chega às areias da Praia da Ponta dos Seixas em show que acontece hoje no Praiô Beach Club, às 20h30, com participação de Wister. Jeneci sobe ao palco acompanhado por Rafa Cunha (bateria e samplers) e Juba Carvalho (percussão). Os ingressos estão sendo vendidos na plataforma Outgo, variando de R\$ 33 a R\$ 66.

Foto: Jorge Bispo/Divulgação



Janeci (E) se apresenta no Praiô Beach Club; já Biquini Cavado (D) sobe ao palco da Domus Hall

Foto: Raony Correia/Divulgação



“Chico César salvou a minha vida. Eu tinha 17 anos quando eu fui convidado para participar da banda dele. Até então, eu estava sendo treinado para levar uma vida muito pacata em um bairro pequeno na Zona Leste de São Paulo, indo para igreja. Eu já tinha uma namorada que era para eu casar. Ai, eu saí fora e nunca mais voltei”, conta Jeneci em entrevista para a *Veja* sobre quando excursionou por alguns meses com o paraibano. “Voltei para casa outra pessoa. Quando minha mãe me viu no saguão do aeroporto, ela percebeu que havia perdido o filho dela, que ela segurava para ela”, lembra ele.

Autor de obras como *Feito pra acabar* (2010) e *De graça* (2013), *Guaia* é o terceiro álbum de estúdio de Jeneci e sai pelo selo Slap depois de seis anos de sua última gravação. “Esperando que a voz da minha voz tivesse algo para dizer de novo”, explica o artista em coletiva de lançamento do show.

Com melodias que buscam acolhimento na leveza de suas memórias e no ambiente familiar, o álbum recoloca Jeneci na periferia posbre onde ele se criou. “Cresci sem nenhum equipamento cultural, mas com a boa sorte de ter tido e ainda ter um pai que me apresentou a amigos

músicos que ele tinha. Estava na hora de eu trazer o foco e contar a minha história em Guaianazes, sem nenhuma pretensão, e para gerar um mínimo de representatividade possível. A maior função do artista é libertar e despertar a expressão do outro”, define o artista que completou 40 anos na última quinta-feira (dia 7).

Inserindo sonoridades orgânicas e arranjos sinfônicos em um contexto contemporâneo entre sintetizadores analógicos e beats programados, Marcelo Jeneci parece ter encontrado uma maneira própria de fazer suas melodias e letras tocarem a sensibilidade

do público. Com mais de 10 músicas em telenovelas, suas canções continuam ganhando destaques em trilhas sonoras da TV, do cinema brasileiro e nas trilhas pessoais de muitos casais. Entre as músicas, Jeneci chegou a regravar ‘Veja (Margarida)’, de Vital Farias, presente no folhetim *Velho Chico*, de 2016. “Como eu cresci ouvindo rádio, vendo novela, estava cercado de cultura popular. Quando eu comecei esse trabalho autoral, ter uma música tocando no rádio, em uma novela, acabou sendo um alvo. Como se eu estivesse fazendo uma aliança com o lugar de onde eu vim. É bom ouvir uma música que é sua, mas perdendo aquela ligação da criação”, revela ele para a Rede Globo.

É com essa base sólida que ele pereniza suas criações entre os casais apaixonados, sedimentando uma carreira fonográfica que garante apenas no hit ‘Pra Sonhar’ mais de 47 milhões de *streams* e ‘Felicidade’, com outros 33 milhões de *plays*, somente no Spotify. O artista foi indicado ao Grammy Latino de Melhor Álbum de Música Popular Brasileira, em 2014, quando recebeu o prêmio da Associação Paulista de Críticos

de Arte (APCA), na categoria Melhor Compositor.

A última vez em que esteve em João Pessoa foi em 2018, quando se apresentou ao lado do Quinteto da Paraíba. A turnê que passa hoje pela capital paraibana visita os novos e os consagrados sucessos de Jeneci, passeando ainda por mais de uma década de estrada revisitando canções.

Mais shows na capital

Ainda neste sábado, os pessoenses podem conferir muito rock nacional com bandas que marcaram gerações. A Domus Hall recebe as bandas Capital Inicial e Biquini Cavado, ambas com mais de 30 anos de carreira e muitos clássicos que estão eternizados na música brasileira. A noite chamada de *Domus Rock* terá ainda duas atrações paraibanas com apresentações de Black Machine e Hijack.

Marcadas para às 20h, os ingressos podem ser comprados no local ou no site Ingresso Nacional, variando entre R\$ 90 e R\$ 260.

A apresentação tem classificação de 18 anos e é obrigatório a apresentação de carteira de vacinação com esquema vacinal completo.

EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Aprovado reajuste para o magistério

Medida provisória que autoriza aumento salarial dos servidores foi aprovada pela Câmara de Vereadores de JP

Petronio Torres
pettroniotorres@yahoo.com.br

A Câmara Municipal de João Pessoa aprovou, em sua última sessão, medida provisória que autoriza reajuste salarial para os profissionais da Educação do município, contemplando servidores ativos e inativos. A categoria vinha reivindicando reajustes salariais que pudessem refletir a crescente importância do setor na capital paraibana.

Os percentuais de reajuste e de auxílio produtividade temporário previstos na medida provisória, que traz todos os detalhes sobre o aumento salarial, têm como base de cálculo os vencimentos corres-

pondentes ao mês de dezembro de 2021.

“Esta é mais uma conquista importante para os profissionais da Educação do município, e a Prefeitura de João Pessoa está de parabéns pela iniciativa. Por sua vez, a Câmara Municipal cumpriu bem o seu papel e aprovou o reajuste”, destacou o vereador Marmuthe Cavalcante (Republicanos).

A MP, de autoria do Executivo Municipal, discrimina o reajuste setorial para os docentes e especialistas vinculados à Secretaria Municipal de Educação, nos seguintes termos: reajuste imediato de 15% no vencimento básico dos docentes, especialistas e correlatos inativos

Acordo

A MP contempla servidores ativos e inativos e prevê, também, auxílio produtividade

e pensionistas que façam jus à paridade; a criação de um auxílio de produtividade temporário no montante máximo de até 16,5% para os docentes e especialistas da ativa; o mecanismo de supressão do percentual de 1,5% desse

auxílio produtividade, a partir do mês de fevereiro até dezembro de 2022 e acréscimo de reajuste de 1,5% no vencimento básico nesse mesmo período dos docentes e especialistas da ativa; para os inativos, além do reajuste de 15%, um reajuste mensal de 1,5% a partir de fevereiro até dezembro de 2022.

Ainda de acordo com a MP, os termos do reajuste salarial foram amplamente negociados com a categoria dos docentes e especialistas, e com o sindicato da categoria, formando um denominador comum que atende aos pleitos dos referidos servidores e, ao mesmo tempo, a capacidade de pagamento do município.

AÇÃO DO MPF

Juiz manda pré-candidato retirar outdoors das ruas

O Ministério Público Eleitoral na Paraíba ajuizou representação, com pedido liminar, por propaganda irregular do pré-candidato agente da Polícia Federal Caio Márcio Ângelo de Sousa, conhecido como “Caio da Federal”. O motivo da representação eleitoral foi a prática de condutas vedadas consistentes na distribuição de camisetas, propaganda mediante outdoors e uso de símbolos, expressão, sigla e imagens com associação direta à Polícia Federal. O MP Eleitoral pediu a aplicação de multa no patamar máximo, em razão da quantidade, reiteração e gravidade das condutas ilícitas praticadas pelo pré-candidato. A representação foi apresentada na terça-feira e teve o pedido liminar deferido na última quinta-feira, em decisão monocrática proferida pelo juiz eleitoral José Ferreira Ramos Júnior, relator do caso.

Na decisão, o juiz eleitoral determinou a retirada de todos os outdoors no prazo de 24 horas, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1 mil, por outdoor, em caso de descumprimento. Determinou também que o pré-candidato representado se abstenha de utilizar em sua pré-campanha eleitoral variação nominal que se refira à Polícia Federal, além de símbolo, imagem, slogan ou expressão que o vincule à

referida instituição pública, sob pena de infringir o artigo 40 da Lei nº 9.504/97.

Distribuição de camisetas

Na representação, o MP Eleitoral relata que “o representado descumpriu flagrantemente a legislação eleitoral ao distribuir camisetas amarelas com a logo da pré-campanha para pretensos eleitores”, conduta proibida, inclusive, durante o período oficial da propaganda.

Apesar da lei eleitoral vedar o uso de outdoor para veiculação de propaganda eleitoral, o pré-candidato descumpriu a vedação legal e, logo após o evento de sua filiação ao Partido Liberal, ocorrido em março, em Campina Grande, divulgou os outdoors no Instagram.

Um fato ainda mais grave foi apurado no dia 23 de março deste ano, quando o representado passou a divulgar nova camisa personalizada na cor branca, com a logo da pré-campanha e a estampa de uma foto dele com vestimenta da PF. Para o MP Eleitoral, esse último brinde deixa clara a intenção de vincular a imagem do pré-candidato à da Polícia Federal. A Procuradoria Regional Eleitoral destaca que tal conduta é vedada para “evitar que a imagem das instituições seja confundida com a candidatura, e resguardar o equilíbrio e isonomia entre os pré-candidatos ao pleito”.

MEDALHA EPITÁCIO PESSOA

Assembleia promove homenagem a Geraldo Medeiros, Daniel Beltrammi e Renata Nóbrega

Iluska Cavalcante
cavalcanteiluska@gmail.com

A Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) vai homenagear os médicos Geraldo Medeiros e Daniel Beltrammi, e a enfermeira Renata Nóbrega, representando todos os profissionais de saúde do Estado que atuaram diretamente no combate à pandemia da Covid-19. Eles vão receber a Medalha Epitácio Pessoa, em sessão solene no próximo dia 20 de abril.

A proposição é do deputado estadual Jeová Campos (PT), que decidiu conceder as medalhas às personalidades que atuaram diretamente coordenando a gestão da pandemia na Paraíba. Geraldo Medeiros foi secretário de Saúde do Estado de janeiro de 2019 até a abril de 2022, quando abriu mão do cargo para a sua pré-candidatura a deputado federal.

Já Renata Valéria, passou grande parte da pan-



Geraldo Medeiros foi substituído por Renata Nóbrega na SES; Beltrammi está à frente da PBSaúde

demia como secretária executiva de Saúde da Paraíba, e agora assumiu o cargo de secretária estadual de Saúde, no lugar de Geraldo Medeiros. Enquanto Daniel Beltrammi também atuou diretamente contra a Covid-19 nos últimos dois anos como secretário executivo de Gestão da Rede de Unidades de Saúde e hoje é superintendente da Fundação Paraíba-

na de Gestão em Saúde (PB Saúde). Daniel Beltrammi definiu a homenagem como “uma honra imensa”. Ele ressaltou ainda que os profissionais de saúde, do qual está representando, “bravamente lutaram pela vida das paraibanos e paraibanas”. Segundo o médico, os últimos dois anos foram desafiadores para todos, mas principalmente para esses profissionais.

“Estes últimos 24 meses mudaram a de todos nós, mas em especial dos profissionais de saúde, que de forma abnegada colocaram a vida de todos nós como máxima prioridade. As mulheres e aos homens que junto conosco bravamente defenderam a Paraíba por meio de sua atuação devotada no SUS paraibano, em tempos tão difíceis, fica nossa imensa admiração e gratidão”.

Concessão do título de Cidadão Paraibano

Além da medalha, o médico Daniel Beltrammi vai receber o Título de Cidadão Paraibano durante a solenidade. A honraria foi aprovada na Assembleia Legislativa em 17 de março de 2021, com proposição do deputado estadual Raniery Paulino (Republicanos) e será entregue durante a sessão solene.

Daniel Beltrammi ressaltou o motivo que o trouxe à Paraíba: a defesa do SUS. Ele falou ainda sobre as lições e alegrias que recebeu do Estado nesse período. “Nasci paulistano em um 17 de fevereiro algum tempo atrás e tive a honra, a benção, de renascer paraibano no dia 17 de março de 2021. Renasci-

mento motivado por tudo que tenho aprendido com o povo paraibano sobre força, fé, coragem, solidariedade, empatia e generosidade. Trouxe minha vida para a Paraíba, minha família, sou um retirante do sudeste, que de lá saiu por uma causa, que muito me entusiasma, a defesa do SUS paraibano”.

O médico completou ressaltando que enxerga a Paraíba como o seu novo lar. “Das poucas vezes que pude voltar a São Paulo, nestes últimos dois anos, já que aqui estou desde setembro de 2019, senti mesmo foi aquele aperto no peito de saudade de casa, agora a também minha Paraíba”, comentou.

Perfis

Renata Nóbrega, natural de Santa Luzia, é enfermeira com atuação em vigilância em saúde. Faz parte do quadro da SES-PB desde 2012. Ocupou o cargo de Gerente Executiva de Vigilância em Saúde de 2014 até dezembro de 2018. Professora universitária, doutoranda em biotecnologia, assumiu em janeiro de 2019 o cargo de secretária executiva de Saúde da Paraíba, e, em abril de 2022, tornou-se secretária de Saúde do Estado.

Geraldo Medeiros foi diretor do Hospital de Trauma de Campina Grande desde a sua abertura em 2011 e é professor da Universidade Federal de Cam-

pina Grande. Assumiu de janeiro de 2019 a abril de 2022 o cargo de secretário de Estado da Saúde.

Daniel Beltrammi, é natural de São Paulo, médico, mestre em Gestão de Tecnologias e Inovação em Saúde pelo Instituto Sírio-Libanês. Possui Residência Médica em Medicina Preventiva e Social, com ênfase em Administração Hospitalar e de Sistemas de Saúde (PROAHS), pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, além de Especialização em Administração Hospitalar e de Sistemas de Saúde pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV).

WI-FI LIVRE JAMPA

Programa prevê internet gratuita em locais públicos

O presidente do Legislativo Municipal, vereador Dinho Dowsley (Avante), propôs a criação do ‘Programa Wi-fi Livre Jampa’, que vai proporcionar internet gratuita em espaços públicos de lazer. A matéria foi sancionada pelo prefeito da capital, Cícero Lucena (PP) na última quinta-feira.

“O projeto surgiu da informação sobre as contrapartidas das empresas que vão implantar a tecnologia 5G no país, mas não se prende apenas a isso. O poder público pode dar uma importante contribuição para a inclusão digital da população com essa lei. E isso vai ter reflexos no dia a dia das pessoas. Outro ponto é que a oferta de wi-fi gratuito vai estimular o uso destes equipamentos públicos e, com isso, a socialização nestes espaços”, declarou Dinho Dowsley.

De acordo com a Lei 14.470/2022, a internet gratuita wi-fi nas praças e parques de João Pessoa vai ser possível por meio de Parcerias Público Privadas (PPP)

com empresas provedoras de acesso à internet localizadas na capital. A norma ainda prevê que o sistema deverá ter a velocidade mínima adequada para atender a demanda de acessos e, em contrapartida, a empresa terá a divulgação de sua marca nos espaços que fornecer o serviço de internet.

O ‘Programa Wi-fi Livre Jampa’ vai promover a inclusão digital na democratização da informação, no acesso à cultura, além de atuar como ferramenta educacional. O uso do serviço será direcionado para acesso às notícias, entretenimento, buscas, pesquisas e relacionamentos, sendo proibido o acesso a sítios de pornografia, apologia ao crime ou materiais ilícitos.

Os usuários e frequentadores dos espaços onde o serviço será fornecido serão orientados, por meio de placas informativas afixadas em local de fácil visualização, sobre a disponibilidade do serviço gratuito, sem necessidade de cadastro prévio.

'VOCÊ PREFEITO'

População elege políticas prioritárias

Moradores de 16 bairros e 23 comunidades da capital destacaram infraestrutura, saúde, educação e cultura

Os moradores da 2ª e da 3ª Região da Participação Popular de João Pessoa - que reúnem 16 bairros e 23 comunidades da capital - escolheram na noite de quinta-feira as políticas públicas prioritárias para as localidades. O resultado foi apresentado durante primeira audiência pública do programa 'Você Prefeito', realizada pela Prefeitura de João Pessoa, através da Secretaria Executiva da Participação Popular (SEPP).

Para os moradores da 2ª Região, as prioridades escolhidas foram infraestrutura, saúde e educação. Já na 3ª Região, foram escolhidas infraestrutura, saúde e cultura. A audiência pública foi realizada no Centro de Educação Integrado (CEI), em Mangabeira. Ao todo, foram 2.257 votos dos moradores destas regiões.

O prefeito Cícero Lucena ressaltou o programa 'Você Prefeito' como ponte de diálogo direto com a população. "Estamos aqui para ouvir a voz da cida-

de. Não só as críticas, mas também as sugestões para que todo esse volume de informações possa servir de alicerce para a solução dos nossos problemas. A ideia é essa, é indagar a população que se você fosse prefeito, o que faria para melhorar o local onde mora?", afirmou o prefeito.

"Nossa missão, aqui, é ouvir cada cidadão e cidadã. É percorrer todos os bairros da cidade de João Pessoa". A fala é do vice-prefeito Leo Bezerra, que completou afirmando que o programa era um sonho antigo do prefeito Cícero Lucena.

Para o secretário Thiago Diniz, da Participação Popular, a SEPP entra numa fase muito significativa para a democracia participativa, pois os moradores estão sendo ouvidos em suas necessidades e contribuindo para que tudo seja construído de forma coletiva.

"Esta é uma etapa muito importante para nós que fazemos o programa 'Você Prefeito'. Falar em demo-



Audiência pública foi realizada na noite de quinta-feira no Centro de Educação Integrado

cracia participativa é muito importante neste momento para que a gente consiga, junto com vocês, construir a cidade que queremos, sempre justa e humana", afirmou.

A programação contou com a exibição de um vídeo institucional produzido pela TV Cidade, mostrando o trabalho que a Prefeitura de João Pessoa já reali-

zou desde o início da gestão.

Os alunos protagonistas do 'Você Prefeito nas Escolas' também marcaram presença. A estudante Miriam Fernanda falou o quanto é importante exercer o protagonismo desde cedo. "Somos privilegiados de estar nesse projeto. Estamos aprendendo muito e queremos levar a ideia para outros colegas", disse.

Bairros e comunidades

Os bairros da 2ª Região são: Penha, Quadramares, Altiplano, Cabo Branco, Tambaú e Seixas. Já as comunidades são: Jacarapé, Aratu, Vila dos Pescadores, Rio do Cabelo, Vila do Sol, Vila São Domingos, Rabo do Galo, Vila Mangueira, Barreira do Cabo Branco e Paulino Pinto.

Os bairros da 3ª Região são: Mangabeira I, II, III, IV,

V, VI e VII, Cidade Verde I e II, e as comunidades são: Aratu, Girassol I e II, Feirinha, Jardim Mangueira, Nova Esperança, IPEP, Projeto Mariz I, II e III, Patrícia Tomaz, Conjunto dos Militares e do Balcão.

Próximo evento

A próxima audiência pública vai reunir as demandas dos moradores das 13ª e 14ª Regiões da Participação Popular. O evento acontecerá no dia 24 de abril, na Escola Municipal Leonel Brizola, no bairro Expedicionários. A votação das demandas terá início na quinta-feira (14), através do site joaopessoa.pb.gov.br/voceprefeito.



Acesse o QR Code para ver o calendário das audiências

TRAMITAÇÃO MAIS ÁGIL

Após cumprir metas do CNJ, Tribunal de Justiça da PB busca aumentar produtividade

Depois de cumprir a Meta 2 e, praticamente, superar a Meta 1 em sucessivas avaliações, o Tribunal de Justiça da Paraíba tem, agora, a missão de aumentar a produtividade e reduzir o tempo de tramitação desses processos. O coordenador das Metas 1 e 2 do Conselho Nacional de Justiça, no âmbito do Poder Judiciário estadual, juiz Anderley Ferreira Marques, informou que o prazo final para os dois objetivos é o dia 31 de dezembro deste ano. A Meta 2, por exemplo, foi alcançada com 10 meses de antecedência e a meta 1 só pode ser calculada no final do período.

"O desempenho do Tribunal de Justiça, em todas suas instâncias, é muito expressivo. Isso permitiu o cumprimento das metas logo no final do ano. A questão, nesse momento, não é cumprir meta. O desafio é melhorar números de produtividade e fazer com que a tramitação processual seja ainda mais ágil", pontuou Anderley Ferreira, juiz titular da 1ª Vara Mista da Comarca de Sapé. Ele ressaltou que os dados são monitorados semanalmente, pelo Painel de Metas e a Diretoria de Estatística do TJPB elabora os relatórios men-



TJPB assumiu missão de reduzir o tempo de tramitação dos processos

salmente, consolidando os dados dos processos físicos e virtuais, sendo possível acompanhar o desempenho de cada unidade do Judiciário estadual.

Ele lembrou que o TJPB, já em fevereiro deste ano, cumpriu a Meta 2, com julgamento de casos antigos e subdividido por instâncias. Em todas elas o TJPB

bateu o percentual necessário para julgamento desses processos, comentou Anderley Ferreira Marques. Segundo os relatórios mais atualizados da Coordenação das Metas, no 1º grau de jurisdição, a Meta 2 atingiu 103,34%; no 2º grau, 119,96%; nas Turmas Recursais, 110,04%; e nos Juizados Especiais, 102,16%.

CAMPANHA PARA PRESIDÊNCIA

Presidente do PSB confirma palanque na PB para o ex-presidente Lula e Geraldo Alckmin

O presidente estadual do PSB, deputado federal Gervásio Maia, confirmou que a legenda está participando de uma construção em âmbito nacional para que o palanque de Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Geral-

do Alckmin (PSB) na Paraíba, com a confirmação da chapa, receba um leque variado de partidos, na próxima eleição para presidente da República.

Gervásio Maia lembrou ainda que no estado

da Paraíba todos os partidos de esquerda apoiam as pré-candidaturas de Lula e Alckmin, a presidente e vice-presidente.

Ele disse ainda que está feliz com as alianças que estão se consolidando até o

momento. "Vamos devolver ao povo o direito de sonhar, vamos continuar ao lado de Lula. Vale a pena lembrar também que o governador João Azevêdo foi bastante perseguido no governo Bolsonaro", frisou.

IMPROBIDADE

Ex-prefeito de Santana dos Garrotes é condenado

A Justiça da Paraíba condenou o ex-prefeito do município de Santana dos Garrotes, José Carlos Soares, e o servidor do município, Peron Teotônio Bezerra Neves, por improbidade administrativa. A decisão, em grau de recurso, é da Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, no julgamento da Apelação Cível, que teve a relatoria do juiz convocado Miguel de Britto Lyra Filho.

Na Vara Única da Comarca de Santana dos Garrotes, o Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública em desfavor de José Carlos Soares e Peron Teotônio Bezerra Neves, fundando-se no ato praticado pelo ex-prefeito em benefício do servidor. Segundo a Justiça, consiste na concessão de benefício administrativo sem a observância das formalidades legais e regulamentares, causando prejuízo ao erário municipal e ofendendo princípios que regem a atividade administrativa.

"Pelos irregularidades apontadas, o fato é que restou demonstrado prejuízo ao erário, bem como violação aos princípios da Administração Pública, pelo que não há que se falar em reforma da sentença", afirmou o juiz Miguel de Britto.

As penalidades aplicadas na sentença envolvendo o ex-prefeito foram: ressarcimento de 50% do dano a ser apurado em fase de liquidação de sentença, suspensão de seus direitos políticos pelo prazo de cinco anos, proibição de contratar com o poder público pelo prazo de cinco anos e aplicação de multa civil no importe de 50% sobre o valor do dano apurado relativo ao prejuízo causado ao erário.

Em relação ao servidor as penalidades foram o ressarcimento de 50% do dano, a ser apurado em fase de liquidação de sentença e aplicação de multa civil no importe de 50% sobre o valor do dano apurado, relativo ao prejuízo causado ao erário.

De acordo com os autos, o então gestor realizou um "acordo" com o servidor realizando um reajuste indevido nos vencimentos do agente público, a partir do mês de maio de 2008, incidente, especificamente, sobre o valor da gratificação paga em razão do exercício, por 10 anos, de um cargo comissionado. A quantia está incorporada ao seu salário por força da Lei Complementar Municipal nº 03/90.

No entanto, Perón já havia impetrado o mandado de segurança, oportunidade em que o Tribunal de Justiça decidiu que ele tinha o direito de incorporar, em seus vencimentos, o valor da gratificação que era pago à época em que preencheu o requisito estabelecido no artigo 28, da Lei Complementar Municipal nº 03/90, correspondente à quantia de R\$ 194,00.

Irregular

Gestor é acusado de conceder benefício administrativo sem a observância das formalidades legais

GABINETE PARALELO

CPI do MEC será aberta no Senado

Requerimento para a comissão investigar favorecimento na liberação de verbas recebeu o apoio de 27 senadores

Julia Affonso, Breno Pires e
André Shalders
Agência Estado

O Senado já tem o número de assinaturas exigidos para criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar corrupção no Ministério da Educação, segundo o senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), autor do pedido. O requerimento de abertura da CPI do MEC recebeu apoio de 27 senadores. Agora, a abertura da comissão depende de decisão do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Caso ele se recuse a criar a comissão, o Supremo Tribunal Federal (STF) pode ser acionado para garantir a investigação parlamentar.

Randolfe afirma que os fatos “são gravíssimos e merecem ser rapidamente apurados pelo Senado”. “O fato de o Governo Federal aparentemente priorizar prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados por dois pastores que não têm cargo e atuam em um esquema informal de obtenção de verbas do MEC é um acinte dentro de um estado que se diga Republicano e de Direito, que não deveria guardar preferências senão aquelas puramente apontadas pela técnica e pelo melhor interesse público”, observou o parlamentar.

Na proposta de abertura da CPI, apresentada na semana passada, Randolfe afirmou serem necessários “11 membros titulares e 11 membros suplentes, para, no prazo de 90 dias, com limite de despesas de R\$90 mil, apurar as irregularidades e crimes praticados na destinação das verbas

públicas do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)”.
A atuação de um gabinete paralelo operado pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura no MEC, envolvendo até mesmo cobrança de propina para liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) para escolas, foi revelada pelo Estadão. Prefeitos relataram que os religiosos pediam contrapartida em ouro, dinheiro e até compra de Bíblias.

A Comissão de Educação do Senado tem ouvido depoimentos sobre o caso. Três feitos confirmaram aos parlamentares a cobrança de propina. Na quinta-feira, o presidente do FNDE, Marcelo Ponte, foi ouvido pelos senadores sobre o risco de sobrepreço de R\$ 732 milhões em um pregão para compra de ônibus escolares. O caso foi revelado pelo Estadão.

Ponte tentou negar, durante audiência na Comissão de Educação, que o governo tenha recuado após risco de sobrepreço vir à tona. Documentos internos do FNDE, no entanto, desmentem a versão apresentada por ele aos senadores.

Ponte tentou negar, durante audiência na Comissão de Educação, que o governo tenha recuado após risco de sobrepreço vir à tona. Documentos internos do FNDE, no entanto, desmentem a versão apresentada por ele aos senadores.

■ **A Comissão de Educação ouviu depoimentos sobre o caso e três prefeitos confirmaram a cobrança de propina no MEC**

LEILÕES DO PRÉ-SAL

Governo planeja repassar R\$ 7,676 bilhões a estados

Daniel Weterman
Agência Estado

O Governo Federal planeja repassar R\$ 7,676 bilhões a estados e municípios neste ano. O recurso é oriundo de leilões do pré-sal e deve abastecer os governos regionais em pleno ano eleitoral.

O Executivo encaminhou projeto de lei ao Congresso pedindo a abertura de crédito adicional no Orçamento para efetivar a transferência. O repasse ficará fora do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior.

O rateio é previsto em uma lei de 2019 e, por isso, a transferência é uma despesa obrigatória, mas precisa ser autorizada pelos parlamentares porque ainda não está programada no Orçamento.

O recurso extra vem da venda dos campos de Sépia e de Atapu, no pré-sal da bacia de Santos, que rendeu ao governo R\$ 11,1 bilhões no ano passado. É a última parcela da chamada cessão onerosa, após o primeiro rateio, feito em 2019. Da parcela que sairá

dos cofres da União, R\$ 4,671 bilhões serão repassados a Estados e ao Distrito Federal, enquanto os municípios ficarão com R\$ 2,671 bilhões, conforme critérios da Lei Kandir e dos fundos de participação.

O Rio terá mais R\$ 334,2 milhões por ser o território da exploração de petróleo, recebendo um total de R\$ 453,3 milhões, de acordo com levantamento do Tesouro. Minas Gerais é o Estado que mais vai receber, abocanhando um total de R\$ 568,4 milhões, seguido por Mato Grosso (R\$ 564,6 milhões) e São Paulo (R\$ 563,7 milhões).

“Isso provoca uma melhoria nas contas dos governos regionais, mas é preciso compreender que há regras que limitam o uso desses recursos em excesso, sobretudo em ano eleitoral”, afirmou a economista Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, em referência à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à legislação eleitoral. As receitas só podem ser utilizadas para bancar gastos com Previdência e investimentos.



O senador Randolfe Rodrigues afirmou que os fatos denunciados “são gravíssimos e merecem ser rapidamente apurados pelo Senado”

ELEIÇÕES 2022

PSB indica Alckmin como vice de Lula

Agência Brasil

Em reunião realizada ontem em um hotel de São Paulo, o PSB indicou oficialmente o nome de Geraldo Alckmin para ser vice-presidente na chapa com o PT, que pretende lançar a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República. O nome de Alckmin como vice na chapa de Lula ainda precisa ser aprovado pelo Diretório Nacional do PT.

“Para somar potência e amplitude à resistência contra o autoritarismo que será liderada pelo companheiro Lula, o PSB propõe para compor a chapa o nome do companheiro Geraldo Alckmin. Suas qualidades [de Ge-

raldo Alckmin] são conhecidas e reconhecidas, dentre as quais cabe destacar uma vida pública longa e honrada, a perseverança na defesa da democracia e das práticas que lhe correspondem, o equilíbrio daqueles que acreditam no diálogo entre diferentes, a tranquilidade dos que almejam o bem público”, escreveu o presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, em carta que entregou ontem à presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, na reunião em São Paulo.

Em 2006, Lula e Alckmin disputaram o segundo turno da eleição presidencial e o então presidente foi reeleito para o segundo mandato. Na carta, Siqueira desta-

ca que a proposta de união entre os dois partidos não se limita às eleições, mas “envolve uma dimensão programática, visto que a composição de uma frente ampla exige a formulação de um programa que corresponda às perspectivas das forças que a compõem, tanto em termos político-partidários, quanto no que se refere aos segmentos da sociedade civil que tal frente pretende representar”.

“Importante saber que essa chapa aqui, se ela for formalizada, não é só para disputar as eleições. Talvez ganhar as eleições seja mais fácil do que a tarefa que nós teremos pela frente de recuperar esse país. Vamos con-

versar com toda a sociedade brasileira, com os empresários, com os trabalhadores desse país”, disse Lula, durante a reunião.

“Agradeço a confiança e a honra na indicação do meu nome ao PT e ao presidente Lula para a possibilidade de compormos uma chapa para trabalhar pelo país. Aqui foi bem explicitado o momento grave que nós estamos vivendo. Na realidade, não é hora de egoísmo: é hora de generosidade, grandeza política, desprendimento e união. Política não é uma arte solitária. A força da política é centrípeta e nós vamos somar esforços aí para a reconstrução do nosso país”, disse Alckmin, no evento.

POR INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA

Morre Dalmo Dallari, aos 90 anos

Natália Santos
Agência Estado

O jurista Dalmo de Abreu Dallari morreu aos 90 anos ontem, na capital paulista, em decorrência de uma quadro agravado de insuficiência respiratória. Considerado um dos mais importantes juristas do país, com histórico de defesa dos direitos humanos e combate à ditadura militar, Dallari era professor emérito e ex-diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Ele deixa a mulher, sete filhos, 13 netos e dois bisnetos. Mas não é só. Como afirmou a família, por meio de nota, o jurista também deixa “várias gerações de alunos e seguidores, aos quais se dedicou em mais de 60 anos de magistério e atuação na promoção dos Direitos Humanos”.

Para o diretor atual, professor Celso Fernandes Campilongo, a Faculdade do Largo de São Francisco perde parte de sua história. “Perdemos um grande amigo. Dalmo sempre se dedicou a fazer o bem. Um defensor dos Direitos Humanos. Ele dizia, constantemente, que a construção desses direitos deveria iniciar desde cedo. Somente assim as pessoas poderiam ter consciência do que é ser solidário e fraterno”, afirmou.

Nascido em Serra Negra, no interior paulista, Dallari mudou-se para a capital aos 16 anos. Ingressou na Faculdade de Direito da USP em 1953, e após a conclusão do bacharelado, concorreu à livre-docência em Teoria Geral do Estado, que passou a integrar em 1964.

Com o início da ditadura, o jurista atuou como resistência democrática e na oposição

ao regime militar que se estabelecia na época. Uma de suas ações foi a colaboração na organização, em 1972, da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, que prestou apoio jurídico e denunciou os casos de violação durante a ditadura.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ale-

xandre de Moraes foi aluno e orientando de Dallari na USP. Em sua rede social, ele afirmou que hoje democracia e os direitos fundamentais perderam “um de seus maiores defensores”. “Com inteligência, coragem e sabedoria, Dalmo Dallari foi um exemplo para gerações de professores e estudantes”, disse.



Dalmo Dallari era um jurista respeitado e combativo à ditadura

GUERRA NA UCRÂNIA

Ataque russo a civis deixa 50 mortos

Outras 50 pessoas ficaram feridas na ação com mísseis, que aconteceu em estação de trem, no leste da Ucrânia

Agência Brasil/Reuters

A Ucrânia informou que ao menos 50 pessoas morreram e outras 50 ficaram feridas ontem, em um ataque com mísseis a uma estação ferroviária lotada de civis em fuga de um agravamento da ofensiva russa sobre o leste do país.

Autoridades disseram que muitos dos feridos perderam membros e estavam sendo operados após o ataque na cidade de Kramatorsk, classificado pelo presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, como um ataque deliberado contra civis usando um míssil balístico de curto alcance Tochka U.

“Sem força e coragem para nos enfrentar no campo de batalha, eles estão cinicamente destruindo a população civil”, afirmou Zelensky em comunicado. “Este é um mal que não tem limites. E se não for punido, nunca vai parar.”

O chefe de política externa da União Europeia, Josep Borrell, e o ministro da Defesa britânico, Ben Wallace, criticaram o ataque.

A diretora de comunicações da Casa Branca, Kate Bedingfield, disse que há “evidências crescentes de que as forças russas estão cometendo crimes de guerra na Ucrânia”, e a embaixada dos Estados Unidos na Ucrânia denunciou o fato como “mais uma atrocidade cometida pela Rússia na Ucrânia”.

Zelensky disse mais tarde em um discurso em vídeo ao Parlamento da Finlândia que nenhuma

tropa ucraniana estava na estação no momento do ataque.

O Ministério da Defesa russo disse, segundo a agência de notícias RIA, que os mísseis que teriam atingido a estação eram usados apenas por militares da Ucrânia e que as Forças Armadas da Rússia não tinham alvos designados em Kramatorsk nessa sexta-feira.

O governador da região de Donetsk, Pavlo Kyrylenko, disse que as forças russas dispararam um míssil Tochka contendo munições cluster, mas não compartilhou quais evidências ele tinha disso. A Reuters não conseguiu verificar imediatamente a alegação.

A Rússia negou anteriormente o uso de munições cluster na Ucrânia. Proibidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) sob uma convenção internacional de 2008 da qual a Rússia não faz parte, as munições cluster são compostas de uma cápsula que explode no ar, dispersando dezenas ou até centenas de “bombas” menores em uma ampla área.

Negativa

Zelensky disse, em discurso ao Parlamento da Finlândia, que nenhuma tropa ucraniana estava na estação na hora do ataque

Pânico toma conta

O prefeito de Kramatorsk, Oleksander Honcharenko, disse que cerca de quatro mil pessoas estavam na estação no momento do ataque. Pelo menos quatro dos mortos eram crianças.

“Algumas pessoas perderam perna, outras braço. Agora estão recebendo assistência médica. Os hospitais estão realizando cerca de 40 operações simultaneamente”, disse o prefeito em um briefing online.

O governador Kyrylenko publicou uma fotografia online mostrando vários corpos no chão ao lado de malas e outras bagagens. Policiais armados vestindo coletes à prova de balas estavam ao lado deles.

Outra foto mostrava serviços de resgate combatendo o que parecia ser um incêndio, com uma nuvem de fumaça cinza subindo no ar.

“Os rashists (fascistas russos) sabiam muito bem para onde esta-

vam mirando e o que queriam: queriam sequestrar pânico e medo, queriam levar o maior número possível de civis”, escreveu o governador em um post online.

“Eles (as forças russas) queriam atingir a estação”, disse o prefeito Honcharenko, opinião compartilhada pelo assessor presidencial Oleksiy Arestovych.

Três trens que transportam pessoas em fuga foram bloqueados na mesma região da Ucrânia na quinta-feira (7), após um ataque aéreo à linha ferroviária, de acordo com o chefe de ferrovias ucraniana.

Autoridades ucranianas dizem que as forças russas estão se reagrupando para uma nova ofensiva e que Moscou planeja tomar o máximo de território possível na parte leste da Ucrânia, conhecida como Donbass, na fronteira com a Rússia.



Foto: Aleksey Filippov/Unicef

Autoridades disseram que muitos dos feridos perderam membros e estavam sendo operados após o ataque na cidade de Kramatorsk

Ucranianos embarcam em trens de evacuação para a Polônia por causa dos bombardeios russos que se intensificam no país

UE aprova o quinto pacote de sanções

Agência Estado

A União Europeia aprovou formalmente ontem o quinto pacote de sanções contra a Rússia desde que o país invadiu a Ucrânia, no dia 24 de fevereiro. Pela primeira vez, as sanções atingem o setor energético russo, com proibições à importação de carvão, madeira, produtos químicos e outros.

As medidas também impedem que um terço dos navios e parte dos caminhões que operam na Rússia acessem a UE, prejudicando ainda mais o comércio, e proíbem todas as transações com quatro bancos russos, incluindo o VTB.

A proibição das importações de carvão entrará em vigor totalmente a partir da segunda semana de agosto. Nenhum novo contrato para adquirir carvão pode ser assinado a partir des-

sa sexta-feira, quando as sanções serão publicadas no jornal oficial da UE.

Os contratos existentes terão que ser rescindidos até o limite da segunda semana de agosto, o que significa que a Rússia pode continuar a receber pagamentos da UE pelas exportações de carvão até lá.

“Estas últimas sanções foram adotadas após as atrocidades cometidas pelas forças armadas russas em Bucha e outros lugares sob ocupação russa”, disse o principal diplomata da UE, Josep Borrell, em comunicado.

O Kremlin afirmou que as alegações ocidentais de que forças russas cometeram crimes de guerra ao executar civis na cidade ucraniana de Bucha são uma “falsificação monstruosa” com o objetivo de desmoralizar o exército russo.

A proibição do carvão deve fazer a Rússia perder uma re-

ceita de 8 bilhões de euros por ano, segundo as estimativas da comissão. O valor é duas vezes maior do que o anunciado pela chefe da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, na terça-feira, 5.

Além do carvão, as novas sanções da UE proíbem as importações da Rússia de outras commodities e produtos, incluindo madeira, borracha, cimento, fertilizantes, frutos do mar de alta qualidade, como caviar, e bebidas como vodka. Isso deve atingir a Rússia com a perda de mais 5,5 bilhões de euros por ano com receitas.

Outros produtos incluídos nas proibições de importação são combustível de aviação, computadores quânticos, semicondutores avançados, eletrônicos de ponta, software, máquinas sensíveis e equipamentos de transporte, o que equivale a 10 bilhões de euros por ano como

receitas para a Rússia.

As sanções também proíbem empresas russas de participar de compras públicas na UE e estendem as proibições no uso de criptomoedas, que são consideradas um meio potencial para contornar as medidas.

A comissão disse que outras 217 pessoas foram adicionadas à lista de sanções, o que significa que seus ativos na UE serão congelados e eles estarão sujeitos a proibições de viagem em países do bloco. A maioria são líderes políticos das regiões separatistas de Luhansk e Donetsk, mas empresários, políticos e militares próximos ao Kremlin também estão incluídos.

Agora, chega perto de 900 o número de pessoas sancionadas pela UE desde o início da invasão da Ucrânia pela Rússia, que Moscou chama de “operação especial” para desmilitarizar e “desnazificar” o país.

Ucrânia abre 10 corredores humanitários

Agência Brasil/RTP

A vice-primeira-ministra da Ucrânia, Iryna Vereshchuk, anunciou a abertura de 10 corredores humanitários para a retirada de civis no Leste e Sul do país. O anúncio é feito no momento em que as tropas russas lançaram novos ataques nas regiões de Donetsk e Lugansk, que foram repelidos pelo Exército ucraniano.

Na região ocidental de Donetsk está prevista a abertura de um corredor para retirar os civis, que possam usar transporte pes-

soal, de Mariupol para Zaporizhzhia. No sudeste de Zaporizhzhia, estão previstos corredores em Berdiansk, Tokmak, Melitopol e Enerhodar. Em Lugansk, os corredores humanitários deverão ser abertos em Severodonetsk, Lysychansk, Popasna, Hirske e Rubizhne até Bakhmut.

Iryna Vereshchuk informou ainda que, nessa quinta-feira (7), foram retirados 4.676 civis de várias localidades ucranianas.

Desde que a Rússia invadiu a Ucrânia, em 24 de fevereiro, têm falhado em Mariupol múltiplas tentativas para a passagem de ônibus que levam mantimen-

tos e retiram civis. O presidente da câmara de Mariupol, Vadym Boychenko, fala em cerca de cinco mil civis mortos. Há mais de uma semana, dezenas de milhares de habitantes da cidade portuária no Mar de Azov estão sem energia e com escassez de alimentos. Tropas russas retiraram-se “totalmente” do Norte da Ucrânia. O Ministério da Defesa do Reino Unido disse que as tropas russas “retiraram-se totalmente” do Norte da Ucrânia e estão a caminhos da Rússia e da Bielorrússia.

Alguns militares teriam sido transferidos para a Ucrâ-

nia oriental, a fim de combater na região de Donbass, acrescentou o ministério britânico da Defesa no Twitter.

“Muitas dessas forças vão necessitar de reabastecimento significativo antes de estarem prontas para serem destacadas para leste. É provável que qualquer redistribuição em massa, a partir do norte, demore pelo menos uma semana”. Segundo o ministério britânico, os bombardeios russos nas cidades do leste e sul da Ucrânia prosseguem, e as forças russas deslocam-se para a cidade de Izium, que permanece sob controle de Moscou.

PROTESTOS NO PAÍS

Exército patrulha rodovias no Peru

Agência Brasil/RTP

O governo peruano ordenou que as Forças Armadas patrulhem as rodovias pelos próximos 30 dias, em meio a protestos nacionais por conta de altas nos preços de alimentos e de combustíveis.

O país está tomado por bloqueios de estradas há mais de uma semana, por causa da alta de preços, que dispararam desde a invasão da

Ucrânia pela Rússia. O Peru enfrenta sua maior taxa de inflação em mais de um quarto de século.

O presidente peruano, Pedro Castillo, luta para trazer soluções significativas. Nesta semana, ele declarou um toque de recolher em Lima para tentar diminuir as perturbações, mas foi desafiado por milhares de pessoas, que tomaram as ruas em protestos que se tornaram violentos. O governo cortou impos-

tos sobre combustíveis, aumentou o salário mínimo e também propôs isenções de impostos sobre vendas para itens alimentares essenciais.

Castillo, que era um camponês e professor antes de assumir o cargo, também está em uma situação política vulnerável. A taxa de aprovação mergulhou para 19%, uma mínima histórica de acordo com uma pesquisa Datum publicada na quinta-feira. Ele sobreviveu recentemente a um

segundo pedido de impeachment em menos de um ano no poder.

Bloqueios

O país está tomado por bloqueios de estradas por causa da alta de preços

Selic

Fixado em 16 de março de 2022

11,75%

Sálário mínimo

R\$ 1.212

Dólar \$ Comercial

-0,67%

R\$ 4,709

Euro € Comercial

-0,64%

R\$ 5,122

Libra £ Esterlina

-0,94%

R\$ 6,137

Inflação

IPCA do IBGE (em %)

Março 1,62
Fevereiro/2022 1,01
Janeiro/2022 0,54
Dezembro/2021 0,73
Novembro/2021 0,95

Ibovespa



A PARTIR DE HOJE

Preço do gás de cozinha tem redução nas refinarias

Apesar da queda de 5,5%, empresas não garantem repasse ao consumidor final

Beatriz de Alcântara
alcantarabriz@gmail.com

A Petrobras anunciou ontem a redução de 5,5% no preço do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), o tradicional gás de cozinha, nas refinarias. Apesar do valor repassado passar a valer a partir de hoje, o Sindicato dos Revendedores de Gás do Estado da Paraíba (Sinregás-PB) informou que ainda não há previsão de quando essa baixa chegará ao consumidor final.

De acordo com o presidente do Sinregás-PB, Marcos Antônio, os revendedores precisam aguardar algumas liberações por parte das distribuidoras, que determinam também de quanto será essa redução.

Segundo a Petrobras, estima-se que o custo de um gás de cozinha de 13 quilos deve voltar à faixa média de R\$ 55, com uma diminuição de R\$ 0,25 por quilo. Uma pesquisa feita pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

(ANP), o preço médio do botijão era de R\$ 113,63 em território nacional, chegando até a R\$ 160.

A Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado da Paraíba (Procon-PB) informou que estará fiscalizando os revendedores e distribuidoras para garantir que os consumidores não sejam lesados com o não-repasse ou repasse indevido da redução e, em casos de reclamações e/ou denúncias, o telefone 151 está disponível para receber as demandas.

Com a mudança, o quilo do GLP passa a custar R\$ 4,23, conforme informou a companhia. Há cerca de um mês, o preço do gás de cozinha havia aumentado em 16%, seguindo a alta do custo do petróleo – no mesmo período houve o acréscimo de 18% no preço da gasolina, mas o valor dos combustíveis não sofre alteração. A Petrobras explicou que a redução acompanha evolução dos preços internacionais e também das taxas de câmbio, “que se estabilizaram”.



Foto: Evandro Pereira

Com a redução anunciada, quilo do GLP passou a custar R\$ 4,23

RENDA FIXA

Paraibanos aplicaram mais de R\$ 2 bi

Com a instabilidade do mercado, inflação em alta e expectativa de crescimento da taxa de juros até o final do ano, muitos investidores se perguntam em que tipo de investimento aplicar em 2022. Embora os de renda variável sejam conhecidos por uma maior rentabilidade, especialistas indicam que investir em renda fixa pode ser uma opção mais segura no momento.

Isso se deve a um conjunto de fatores, mas o principal deles é que a taxa básica de juros do país, a Selic, está em 11,75% - e a expectativa dos analistas é que o valor pode atingir 12,75% este ano, de forma a segurar a inflação para 2023.

“Com essa taxa básica de

juros e com perspectiva de alta até o final de 2022, o momento atual é ótimo para investir em renda fixa. Com isso, conseguimos acompanhar os aumentos da taxa básica de juros e garantir uma rentabilidade e maior segurança nesse tipo de investimento”, avalia o consultor de negócios da Central Sicredi Norte/Nordeste, Erlivaldo Bandeira de Oliveira.

Na Paraíba, o Sicredi registrou, no mês de fevereiro deste ano, R\$ 2,2 bilhões investidos em modalidades de renda fixa, o que indica uma maior disposição dos paraibanos em aplicar em investimentos de menor risco.

No Sicredi, os depósitos a prazo são os Recibos de De-

pósitos Cooperativos, conhecidos também pela sigla RDC. Na prática, são as variações do produto Sicredinvest que, além de rendimentos estáveis e seguros, trazem a opção de investir com rentabilidade pré ou pós-fixada com base no CDI. Além do RDC, também é possível investir nas Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), que é isento de Imposto de Renda para pessoa física e possui carência mínima de 90 a 721 dias.

“Essa característica faz com que seja uma alternativa muito segura, com retorno garantido e toda a proteção necessária. Você aplica com a tranquilidade de obter rendimento”, afirma Erlivaldo Oliveira.

Orientação profissional

Em qualquer cenário, é sempre importante ter o auxílio de um profissional em investimentos. No Sicredi, o investidor tem acompanhamento constante e um amplo portfólio para diferentes perfis de investidores.

“Contamos com uma assessoria especializada, pronta para orientar o associado, tanto nos momentos de incertezas, como nas melhores oportunidades. Além disso, os profissionais possuem certificações técnicas para construir os melhores portfólios de investimentos de acordo com cada perfil”, acrescenta o consultor da Central Sicredi N/NE.

PLACA FINAL 4

Sefaz libera emissão do boleto do IPVA

Os proprietários de veículos na Paraíba com placa final 4 já podem emitir o boleto do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) para efetuar o pagamento do exercício de 2022. Para que os donos de carros e motos garantam o desconto de 10%, eles deverão efetuar o pagamento em cota única à vista até o dia 29 de abril.

Os contribuintes têm ainda outras duas opções para pagamento do tributo, mas desta vez sem o desconto. O parcelamento em três vezes, sendo

a primeira com vencimento também até o dia 29 de abril e a terceira opção é o pagamento total do IPVA apenas em 30 de junho. Dúvidas na emissão do IPVA podem ser resolvidas por e-mail: gerencia.itcd.ipva@sefaz.pb.gov.br.

Emissão

Para emitir o boleto do IPVA, o proprietário precisa ter dados como CPF ou CNPJ (Pessoa Jurídica); número da placa do veículo e do Renavam. No ato de imprimir aparece duas opções,

DAR (Documento de Arrecadação) ou Ficha de Compensação. Na opção DAR, o contribuinte somente pagará nas agências bancárias oficiais como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e o Banco Itaú, enquanto na opção Ficha de Compensação, o contribuinte poderá pagar em qualquer instituição bancária.

Links de impressão

O boleto do IPVA da placa final 4 deverá ser impresso por meio da internet. A

emissão está disponibilizada no link do portal da Sefaz-PB <https://www.sefaz.pb.gov.br/servirtual/ipva/emitir-dar> ou no portal do Detran-PB (www.detrans.pb.gov.br). O pagamento deve ser efetuado nas agências bancárias do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, no serviço de autoatendimento desses bancos; e também nas casas lotéricas; ou de forma mais prática no *mobile banking* – aplicativo disponível pelos bancos em aparelhos móveis como *smartphones*.

Opinião

André Luna
ahalpb@gmail.com | Colaboração

Da gênese à crise do ICMS

Apesar de não serem as únicas, as duas principais fontes da receita estadual são as receitas tributárias próprias e as receitas de transferências correntes. Estas últimas são aquelas repassadas obrigatoriamente pela União aos estados, nos termos do artigo 159 da atual Constituição Federal. Por sua vez, as primeiras são prescritas pelo artigo 155, referentes aos tributos próprios: ITCD; IPVA; e ICMS. Destes, sem sombra de dúvidas, a “menina dos olhos” é o ICMS, responsável por mais de 83% da arrecadação estadual.

O ICM – naquela ocasião, ainda desprovido do “S” na sigla – teve sua gênese na reforma tributária de 1965, levada a cabo pela Emenda Constitucional nº 18. Sucedeu ao IVC, de 1934, que, por seu turno, já havia substituído o IVM, de 1922. A inovação alçou o sistema tributário nacional à posição de um dos mais modernos de todo o mundo. Sua concepção teve como objetivos: eliminar a tributação “em cascata” (cumulatividade) incidente sobre a cadeia de produção e consumo; e, reduzir as barreiras tributárias que dificultam a livre movimentação de bens e mercadorias.

O modelo foi implantado na França, no início da década de 1950, fruto da obra de Maurice Lauré. A “Taxe sur la Valeur Ajoutée” (TVA) é tida como o primeiro experimento prático. Em inglês, emprega-se a expressão “Value Added Tax” (VAT) para designá-lo; em português, espanhol e italiano, “Imposto sobre Valor Agregado” (IVA); em alemão, “Umsatzsteuer” (USt). Foi tão exitoso que o Tratado de Roma de 1957, que deu origem à Comunidade Econômica Europeia, optou por adotá-lo como meta para a harmonização da tributação dos países integrantes do bloco econômico. Segundo a OCDE, em 2018, era utilizado por 168 nações ao redor do globo.

A pergunta que fatalmente se impõe é: por que a versão brasileira tem se mostrado tão problemática? Bom, a eficácia de um medicamento depende da posologia, a de um método ou equipamento, do uso em conformidade com a prescrição. Quando utilizados de maneira diferente da que foi recomendada, inexoravelmente, proporcionam resultados adversos. Esta parece ser a tônica do ICMS.

Recomenda-se concentrar a tributação no destino, mas optamos por alternativa mista (parte origem, parte destino); recomenda-se uniformizar as regras, mas construímos uma infinidade delas; recomenda-se baixa multiplicidade de alíquotas; evitar manipulação da base de cálculo; ampla transparência na gestão fiscal; evitar os tratamentos diferenciados (benefícios fiscais); pulverizar a tributação ao invés de concentrá-la em poucos produtos. São tantas as contrariedades às recomendações que o ICMS se degenerou numa massa absolutamente disforme de tributos que pouquíssimo tem em comum entre si.

O Brasil se afirma como uma federação desde o decreto de 15 de novembro de 1889, que pôs fim ao Império. Mas, paradoxalmente nunca se conseguiu concretizar no país uma visão federalista. Impulsos centralizadores, em favor da hegemonia da União, foram determinantes na história nacional.

No período constitucional de 1987/1988, o campo de incidência do ICMS (incorporando o “S” ao ICM) se alargou. Neste alargamento, passou à alçada estadual a tributação monofásica sobre combustíveis, energia e comunicações, recursos chamados de “blue chips”, de altíssimo potencial arrecadatório em razão de sua necessidade intensa e universal na sociedade contemporânea.

Em resumo, os estados concentraram a maior parte de sua arrecadação nos “blue chips”, elevando suas alíquotas às alturas – numa ofensa direta ao mandamento constitucional da seletividade, que determina maior carga tributária para itens supérfluos e menor carga para itens essenciais.

Como consequência das infelizes escolhas, tem-se uma tributação caracterizada por: baixa eficiência econômica; alta injustiça tributária; reduzida transparência; e, acirramento de conflitos federativos. A crise está posta e ela não será superada sem que os estados colaborem entre si e sem que a União assuma o papel que dela se espera numa federação, de catalisadora de esforços e condutora de desígnios.

*Espaço cedido pelo colunista Acilino Madeira

RECORDE DO PLANO REAL

Inflação é a mais elevada desde 1994

Com 1,62% em março, IPCA foi impactado pelo preço dos combustíveis e alcançou pior índice calculado para o mês

Vitor Abdala
Agência Brasil

Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, registrou taxa de 1,62% em março deste ano. O indicador ficou acima dos observados no mês anterior (1,01%) e em março do ano passado (0,93%). Essa é a maior taxa para um mês de março desde a implantação do Plano Real, em 1994.

O dado foi divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IPCA acumula taxa de 3,20% no ano. Em 12 meses, o acumulado chega a 11,30%, acima dos 10,54% de fevereiro.

O principal impacto na inflação de março veio dos transportes, que subiram 3,02% no mês. A taxa foi puxada pela alta nos combustíveis, que subiram 6,70% no período. A gasolina foi o item de maior impacto no IPCA de março (6,95%).

Outros combustíveis com alta de preços foram o óleo diesel (13,65%), gás veicular (5,29%) e etanol (3,02%). Também tiveram aumento itens como transporte por aplicativo (7,98%), seguro voluntário de veículo (3,93%) e conserto de automóvel (1,47%).

Em seguida, aparecem os alimentos, com alta de 2,42%, puxada por itens como tomate (27,22%), cenoura (31,47%), leite longa vida (9,34%), óleo de soja (8,99%), frutas (6,39%) e pão francês (2,97%). A refeição fora de casa subiu 0,65%.

Oito dos nove grupos tiveram alta de preços: vestuário (1,82%), habitação (1,15%), saúde e cuidados pessoais (0,88%), despesas pessoais (0,59%), artigos de residência (0,57%) e educação (0,15%). O único com queda foi comunicação, com -0,05%.



Preços subiram 0,81% no estado, sendo o oitavo maior indicador entre todas as unidades da Federação, embora menor que a média brasileira de 0,99%

Custo da construção registra aumento na Paraíba

■ Valor médio do metro quadrado em março ficou em R\$ 1.462,37. Resultado que representa o oitavo menor do Brasil, abaixo da média nacional de R\$ 1.549,07

Também divulgado ontem pelo IBGE, o Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi) subiu 0,99% em março, aumento de 0,43 ponto percentual (pp) em relação a fevereiro. Na Paraíba o custo médio do metro quadrado da construção civil registrou a segunda menor variação do país (12,40%), no acumulado de 12 meses.

O percentual ficou abaixo da média brasileira (15,75%) e apenas maior que o estado do Piauí (12,33%). No mês anterior (fevereiro), a Paraíba detinha o menor

percentual acumulado (em 12 meses) do país.

Em relação ao mês anterior, houve aumento de 0,81% no custo médio no estado. O oitavo maior indicador entre todas as unidades da Federação, embora menor que a média brasileira (0,99%). Apesar do aumento significativo, o custo do metro quadrado manteve-se como o terceiro mais alto do Nordeste, mesma posição do mês anterior.

O custo médio do metro quadrado, na Paraíba, em março, ficou em R\$ 1.462,37. Esse valor representa o oita-

vo menor do Brasil, abaixo da média nacional (R\$ 1.549,07), porém, maior do que a média regional (R\$ 1.453,07).

No custo total da construção civil na Paraíba, a maior parte do montante, refere-se aos materiais, com 61,4% de participação (R\$ 897,49), enquanto a mão de obra representa 38,6% (R\$ 564,88) do total. Esses dois componentes apresentaram alta em relação a fevereiro, com valores, à época, de R\$ 888,84 e R\$ 561,79, respectivamente.

A participação do componente "material" apresen-

ta um aumento percentual na composição do custo total no estado. Em abril de 2021, esse custo representava 58,2% da participação, ante os 61,4% do mês de março de 2022. Destaca-se também que o componente "mão de obra" tem aumentado sua diferença, quando comparamos a média do Brasil e Paraíba. Em abril de 2021, a diferença desse componente no plano nacional (R\$574,31) e estadual (R\$ 554,70) era de apenas R\$ 19,61. Em março de 2022, a discrepância aumentou para R\$ 56,91.

PÁTIOS DE FÁBRICAS

Estoque de veículos tem melhor saldo em 17 meses

Eduardo Laguna
Agência Estado

Os estoques de veículos nos pátios de fábricas e concessionárias voltaram a subir, sendo suficientes agora para 25 dias de venda. Março terminou com 125,5 mil veículos em estoque, 4,4 mil a mais do que o número apurado no fim de fevereiro, quando os estoques somavam 121,1 mil unidades, o que, pelo ritmo atual do mercado, cobriam 24 dias de venda. O volume é o maior das apresentações feitas pela Anfavea, a entidade que representa as montadoras, nos últimos 17 meses.

De agosto para cá, os estoques deixaram a mínima histórica - 76,4 mil unidades - e tiveram um acréscimo de 49,1 mil veículos, voltando a superar níveis de antes da crise dos componentes eletrônicos, cujo aperto de oferta é o principal responsável por atrasos de produção em montadoras há mais de um ano.

Em novembro e dezembro de 2020, a indústria contou, respectivamente, 119,4

mil e 96,8 mil veículos em estoque, menos, portanto do que o volume atual.

O presidente da Anfavea, Luiz Carlos Moraes, comentou que a indefinição sobre o tamanho do corte do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) colocou o consumidor em "compasso de espera". O governo reduziu o IPI em 25% no fim de fevereiro - no caso dos automóveis, 18,5% -, mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, já anunciou que o corte subirá para 33%, isso leva o consumidor, na avaliação da indústria, a esperar para comprar carro com imposto mais baixo.

Após apontar a diferença entre as taxas de juros cobradas dos consumidores que compram automóveis no Brasil (27% ao ano) e nos Estados Unidos (5% ao ano), Moraes disse que há preocupação sobre os impactos do custo mais alto do financiamento a partir do segundo semestre, quando a indústria espera ter maior disponibilidade de peças para colocar mais veículos no mercado.

MERCADO IMOBILIÁRIO

Lançamentos e vendas de imóveis crescem no primeiro mês de 2022

Ciree Bonatelli
Agência Estado

O mercado imobiliário teve avanço nos lançamentos e nas vendas no primeiro mês do ano, de acordo com pesquisa da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc). Os lançamentos cresceram 123% entre janeiro de 2022 e

o mesmo mês de 2021, atingindo 11.695 unidades. O salto porcentual é explicado pela base de comparação mais fraca, já que uma nova onda de Covid-19 havia provocado uma retração no mercado no começo do ano passado.

No acumulado dos últimos 12 meses (de fevereiro de 2021 a janeiro de 2022),

houve alta de 30% nos lançamentos em relação ao mesmo período anterior, para 160.184 unidades.

As vendas líquidas aumentaram 6,7% em janeiro, para 9.725. Nos últimos 12 meses, o crescimento foi de 3%, para 144.193.

Os dados da pesquisa da Abrainc foram coletados junto às 18 das maiores in-

corporadoras do país, com atuação em várias regiões metropolitanas, especialmente na região Sudeste.

O presidente da Abrainc, Luiz França, avaliou que as vendas mantiveram um bom comportamento em janeiro, mas os empreendedores continuam atentos ao cenário atual em função das variáveis macroeconômicas.

GREVE DA CATEGORIA

Representantes de servidores do BC se reunirão com Campos na segunda

Eduardo Rodrigues
Agência Estado

Após o acirramento da greve dos servidores do Banco Central (BC), o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, receberá represen-

tantes dos funcionários do órgão na segunda-feira (11). Na terça-feira (12), os servidores farão uma nova assembleia geral para reavaliar o movimento à luz do que "de concreto" Campos Neto trouxe para a mesa de negociação.

De acordo com o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Fábio Faiad, a reunião com a diretora de Administração do BC "não trouxe nenhuma proposta oficial ou novidade".

O sindicato afirmou que a

greve continua por tempo indeterminado e que poderá afetar as atividades preparatórias para o Comitê de Política Monetária (Copom) e para o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef), além do Boletim Focus e outras taxas.

FRIO CHEGANDO

Tapetes limpos previnem doenças

No Brasil, três a cada 10 pessoas convivem com alergias, sendo que a rinite alérgica atinge 25% das pessoas

Agência Estado

O outono chegou ao hemisfério sul no dia 20 de março e, com ele, as temperaturas mais amenas, que são um convite para ficar mais tempo em ambientes internos. “É neste momento que grande parte das pessoas se lembra do calor e do aconchego que um tapete oferece, seja na sala de estar, no quarto ou no escritório, trabalhando em casa”, afirma Vinicius Finavaro, responsável pela SP Serviços, lavanderia de tapetes profissional.

Finavaro afirma que é necessário ter cautela no momento de retirar aquele tapete que estava guardado há algum tempo, e que agora deve passar por uma boa limpeza antes de voltar a ocupar os ambientes da casa.

“A lavagem periódica de tapetes, especialmente após um longo período guardados, é essencial para a retirada de ácaros e eliminação de bactérias e fungos, já que estes, devido a sua composição, facilitam a procriação de diversas pragas”, esclarece

O especialista destaca que um tapete não lavado e guardado por muito tempo pode apresentar mofo e concentrar uma grande quantidade de pragas que podem, por sua vez, trazer uma série de problemas à saúde dos moradores. Com efeito, um estudo realizado pela WAO (World Allergy Organization - Organização Mundial da Alergia, na tradução para o português) demonstra que 40% dos casos de rinite alérgica estão relacionados ao mofo.

As doenças respiratórias, por sua vez, atingem 25% das pessoas em todo o mundo, conforme informações da FBH (Federação Brasileira dos Hospitais) reafirmados pela OMS (Organização Mundial de Saúde) em julho de 2021. Apenas no Brasil, 3 a cada 10 pessoas (30%) convivem com alergias, sendo que a rinite alérgica atinge 25% dos brasileiros.

“Além de problemas respiratórios e alérgicos, os tapetes costumam abrigar pragas como pulgas e carrapatos - que podem afligir os pets da família -, além de armazenar alimentos para diversas outras pragas”, afirma Finavaro.

Os brasileiros têm cerca de 139,3 milhões de animais de estimação, como cães, gatos e peixes, entre outros, segundo estimativas da Abinpet (Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação).

De acordo com o responsável pela SP Serviços, a limpeza de tapetes deve ser feita sempre respeitando a composição do tapete, pois cada material tem um cuidado e um processo correto de higienização

“Se a limpeza do tapete não for feita da forma correta, esse item pode desbotar, soltar tinta e sofrer outros danos irreversíveis”, afirma. “Por isso, só uma empresa especializada, com profissionais bem treinados, pode empregar o método correto para cada tapete, o que pode variar entre diversos processos, com abundância de água ou mesmo a seco”, conclui.

“É neste momento que grande parte das pessoas se lembra do calor e do aconchego que um tapete oferece, seja na sala de estar, no quarto ou no escritório, trabalhando em casa

Vinicius Finavaro



Fotos: Reprodução

Os brasileiros têm cerca de 139,3 milhões de animais de estimação, segundo a Associação da Indústria Brasileira de Produtos para Animais de Estimação

OBSERVATÓRIO

Onda de Covid-19 causada pela variante Ômicron está acabando, garante Fiocruz

■ Pesquisadores alertam que esse quadro não significa o fim da pandemia e pode ser alterado caso surjam novas variantes

Fábio Grellet
 Agência Estado

A “terceira onda” da epidemia de covid-19 no Brasil, provocada pela disseminação da variante Ômicron, está em fase de extinção, segundo pesquisadores que compõem o Observatório Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Dados constantes do boletim divulgado pelo Observatório ontem indicam que se mantém a tendência de queda de indicadores de incidência e mortalidade por Covid-19.

O documento analisa dados de 20 de março a 2 de abril (semanas epidemiológicas 12 e 13 de 2022) e destaca que, pela primeira vez desde maio de 2020, nenhum estado do Brasil superou a marca de 0,3 óbito por 100 mil habitantes. “Os dados permitem afirmar que a terceira

onda epidêmica no Brasil, com o predomínio da Ômicron entre os casos, está em fase de extinção”, registra o documento.

Para os pesquisadores, o atual cenário sinaliza redução gradual dos principais impactos da pandemia, com diminuição do número de casos graves, internações e óbitos. Mas eles alertam que esse quadro não significa o fim da pandemia e pode ser alterado caso surjam novas variantes mais letais ou que escapem da imunidade provocada pelas vacinas contra a Covid-19.

A tendência de queda se reflete também nos casos de Síndrome Respiratória Aguda (SRAG) por Covid-19. Nas fases mais críticas da pandemia, 98% das internações por SRAG eram positivas para Covid-19. Atualmente, essa proporção está em 50,7%. Outro indicador estra-

tégico, a taxa de letalidade por Covid-19, permaneceu em valor próximo a 0,8%.

Ao longo de 2021 esses valores oscilavam entre 2% e 3%. Foram reduzidos para 0,2% no início de 2022 e em março passaram para 1%. A redução desse indicador, observada durante a terceira onda epidêmica, é atribuída principalmente à vacinação de grande parte da população-alvo e à menor gravidade da infecção pela Ômicron.

O Boletim ressalta o papel da vacinação no controle da Covid-19 e alerta sobre a importância da segunda e da terceira doses. “Além disso, as doses de reforço em grupos populacionais mais vulneráveis podem reduzir ainda mais os impactos da pandemia sobre mortalidade e internações”, observam os pesquisadores.

ATITUDE INACEITÁVEL

Ator Will Smith é banido por dez anos do Oscar

A Academia de Artes e Ciências Cinematográficas decidiu banir o ator Will Smith do Oscar ou qualquer outro evento ligado à premiação por dez anos presencial ou virtual. A decisão foi tomada após votação do conselho de administração, realizada nessa sexta-feira, 8.

Durante a cerimônia do 94º Oscar, realizada no dia 27 de março, Smith subiu ao palco e deu um tapa no rosto do apresentador Chris Rock, que havia feito uma piada sobre a mulher do

ator, Jada Pinkett Smith.

Em comunicado oficial, a Academia definiu a atitude de Smith como inaceitável. E, na semana passada, o próprio Smith havia renunciado à academia, afirmando que aceitaria qualquer punição que a entidade determinasse.

Smith escapou de ser preso ainda durante a cerimônia por policiais presentes ao Dolby Theatre porque Rock decidiu não apresentar queixa formal.

“A 94ª edição do Oscar deveria ter sido uma celebração dos vários talentos da nossa comunidade que fizeram um trabalho incrível no ano passado, esses momentos foram ofuscados pelo comportamento inaceitável e prejudicial que vimos o sr. Smith exibir no palco”, diz o comunicado.

Durante a transmissão, não abordamos adequadamente a situação no teatro. Por isso, lamentamos. Esta foi uma oportunidade para darmos um exemplo para nossos convidados, espectadores e nossa família da Academia em todo o mundo, e ficamos aquém - despreparados para o inédito”, continua o texto, que termina prometendo mais segurança aos convidados da Academia.

Foto: Reprodução/TV



O ator Will Smith escapou de ser preso



Foto: Reprodução

Os contratos terão duração de seis meses, podendo ser prorrogados por mais 18

MEDIDA EMERGENCIAL

Governo autoriza contratação para hospitais federais do RJ

Agência Brasil

Os Ministérios da Economia e da Saúde autorizaram a contratação emergencial de 1.786 profissionais de saúde para atuar nos hospitais federais no Rio de Janeiro. A portaria foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União. Estão previstas as contratações

de 326 médicos, 326 enfermeiros, 816 técnicos de enfermagem e 218 profissionais de gestão, manutenção, apoio técnico e diagnóstico.

Os contratos terão duração de até seis meses, mas podem ser prorrogados por, no máximo, mais 18 meses, “pelo prazo necessário à superação da situação de emergência em saúde pública”.

ENVELHECER COM ALEGRIA

Importante mesmo é celebrar a vida

Enquanto a maioria dos idosos realiza festas tradicionais, outros preferem comemorar com festas temáticas

Envelhecer com saúde e qualidade de vida é um privilégio. Embora cerimônias de casamentos e festas de 15 anos sejam os eventos mais procurados em casa de recepções, observa-se que há mercado para o público 60+. Enquanto que a maioria dos idosos realiza festas tradicionais, outros preferem marcar a nova década com festas temáticas, o importante é celebrar a vida.

De acordo com Renata Rodrigues, secretária da Marriage Recepções, localizada no Bairro dos Estados, há procura para celebração de aniversários de 70 e 80 anos e também Bodas de Ouro. “Muitos familiares ou até o próprio idoso realizam pesquisa de orçamento nas empresas, geralmente um ano antes de completar 70 ou 80 anos. Há também demanda em festas de 50 anos de casados”, disse.

A assistente social Lyzandre Alencar, 77 anos, sempre gostou de celebrar a vida ao lado dos amigos e familiares. Com uma criatividade fora do comum, “Liu” como é chamada pelos mais íntimos, gosta de festas temáticas. Ela já fez tropicália, anos 60 e da série televisiva da Globo “Meus caros amigos”. No aniversário de 70 anos realizou uma festa mais elaborada em salão de festa, cujo tema foi personagens de filmes. Teve Cleópatra, Marilyn Monroe, naufrago, bonequinha de luxo. “Meu figurino foi inspirado na roupa de Julia Roberts, naquela cena em que ela acompanha Richard Gere na corrida de cavalos”, lembrou. Seu aniversário proporcionou aos convidados uma imersão no universo do cinema com direito à Oscar e máquina cinematográfica.

Alguns anos depois, o tema foi Boteco da Liu, em que foi servido ovo de codorna, caldinho de feijão, cachaça e tinha até estátua de São Jorge na decoração. “Comprei umas tolhas estampadas e alternei a decoração com elementos rústicos. Meus convidados se divertiram bastante”, afirmou. Para Liu, comemorar a vida é um privilégio e, se Deus permitir, fará a festa dos 80 anos.

Para Jose Milton Bandeira, 80 anos, o que se leva dessa

vida não são as riquezas acumuladas, mas os bons momentos compartilhados com quem amamos. Desde que completou 50 anos, passou a fazer festas mais elaboradas a cada década. “Como a minha turma de amigos sempre foi animada, fazia festas com músicas antigas e serestas”, disse. Com a chegada dos 80 anos, seus filhos propuseram uma festa formal. “Pai não se completa 80 anos todo dia. Principalmente com saúde e lucidez”, contou. Sua esposa Maria das Graças, 74 anos, Santiago o ajudou na organização.

Diante de tempos sombrios e tantas perdas na pandemia, atravessar esse período sem contrair a doença é um grande motivo para celebrar a vida. “Essa festa foi um reencontro com pessoas queridas, em que brindamos a grandeza da vida e dançamos bastante. Afinal, o que levamos dessa vida são os momentos felizes que compartilhamos”, afirmou. A festa, planejada para 50 convidados, aconteceu no Marriage Recepções, no dia 26 de março de 2022, quatro dias depois do seu aniversário.

Há também aqueles idosos que celebram a nova idade no conforto de suas casas ou até mesmo em um restaurante de sua preferência. A idosa Ivanize Vasconcelos, 91 anos, todos os dias agradece à Deus por envelhecer cercada de amor e saúde. Quando completou 88 anos, a sua cuidadora Eliane Regis organizou uma festa surpresa com o tema girassóis, pois ela adora amarelo. “O girassol pra mim significa otimismo, alegria e luz, o que diz muito sobre a minha personalidade. Sempre que o dia está ensolarado agradeço à Deus pela beleza desse dia”, afirmou. Aos 89, a celebração foi intimista, apenas ela e a cuidadora, pois a pandemia se encontrava na fase crítica. “Os seus sobrinhos a viram de longe, mas fizemos essa festinha para animá-la.”, declarou Eliane. Ano passado, Dona Ivanize completou 90 anos no dia 30 de agosto. Como já estava vacinada e adora um bom restaurante, a família a levou para comemorar seu aniversário no Reserve Garden, em Manaíra.

■ Quando fez 80 anos, os filhos de José Milton realizaram uma festa formal, com direito a bolo de três andares



Foto: Wellygtom Rodrigues



Fotos: Arquivo Pessoal

■ A assistente social Lyzandre Alencar, 77 anos, sempre gostou de celebrar a vida ao lado dos amigos e familiares

■ Ivanize Vasconcelos, 91 anos, todos os dias agradece a Deus por envelhecer cercada de amor e saúde



Fotos: Arquivo Pessoal



Fotos: Arquivo Pessoal

■ No ano passado, Dona Ivanize completou 90 anos no dia 30 de agosto. A família comemorou em um restaurante



OBSessão PELO ACESSO

Botafogo e Campinense, representantes da Paraíba na Série C, estreiam hoje. O Belo joga em casa e a Raposa, no Ceará



Foto: Guilherme Drouas/Botafogo

Ivo Marques
ivo_esportes@yahoo.com.br

Começa hoje o Campeonato Brasileiro da Série C, que este ano tem como principal novidade a mudança na forma de disputa, que agora prevê na primeira fase o confronto, em jogo único, de todos os 20 clubes que disputarão oito vagas para a segunda fase da competição. Ao todo, serão 19 rodadas que serão concluídas no dia 7 de agosto. A Paraíba terá como representantes o Botafogo e o Campinense, fato que só ocorreu uma vez na terceira divisão, em 2003. A estreia da Raposa será hoje contra o Atlético Cearense, às 15 horas, no Estádio Domingão, em Horizonte-CE. Já o Belo estreia às 18 horas, no Almeidão, contra o São José-RS.

De acordo com o regulamento da competição, após os dois quadrangulares na segunda fase, os dois primeiros colocados de cada um conseguirão o acesso para a Série B, um sonho que já virou uma obsessão para o Botafogo, que vem disputando a competição seguidamente, todos os anos, desde 2014. Antes, o clube já tinha participado da terceira divisão em 2003, quando ficou muito perto do acesso e foi eliminado na última rodada, pelo Ituano, após um empate em 4 a 4 no Almeidão.

Após esse ano, o clube da estrela vermelha retornou à competição em 2014. De lá para cá, vem disputando todos os anos, sem sucesso. Neste período, o Belo esteve bem perto da vaga em três oportunidades. A primeira delas foi em 2016, quando disputou e perdeu a vaga para o Boa Esporte, depois de um empate sem gols em casa e uma vitória

■ **Na primeira fase, serão 19 jogos e se classificam os oito melhores, que formarão dois quadrangulares até que sejam conhecidos os times do acesso**

tória do time mineiro no jogo da volta, por 1 a 0, com o gol saindo nos acréscimos da partida.

A segunda oportunidade de acesso do Botafogo à Série B aconteceu em 2018. Depois de uma bela campanha, o Alvinegro da Maravilha do Contorno disputou uma vaga contra o Botafogo de Ribeirão Preto-SP. Na primeira partida, uma vitória do Belo por 1 a 0, no Almeidão. No jogo da volta, em São Paulo, o Botafogo se classificava até os 48 minutos do segundo tempo, quando o tricolor de Ribeirão Preto conseguiu o gol da vitória. A disputa foi para a cobrança de penalidades e o time paulista venceu por 4 a 3.

A terceira e última vez em que o Botafogo esteve muito perto da Série B foi no ano passado. Na fase final, que definiu os quatro clubes que conseguiram o acesso à segunda divisão do Brasileiro deste ano, o Belo foi eliminado na última rodada, com uma derrota por 3 a 1 para o Ituano, que foi o campeão brasileiro da Série C.

Para este ano, apesar de enfrentar logo na primeira fase equipes do Sul

e Sudeste, com maior poder de investimento, a diretoria e a comissão técnica do Botafogo estão confiantes em conseguir realizar o sonho do acesso perseguido durante nove anos. A diretoria tem investido pesado na contratação de vários jogadores, alguns deles chegaram esta semana e ainda nem estrearam na equipe. Entre os destaques, o volante Tinga, que foi um dos melhores jogadores do time na Série C do ano passado.

“Este é o principal objetivo do clube e a equipe está em plena evolução. Estamos reforçando o elenco com atletas experientes e esperamos conseguir o nosso objetivo desta vez”, afirmou o técnico Gerson Gusmão, o mesmo que foi responsável pela boa campanha do ano passado.

O Campinense também busca a ascensão para a Série B, mas isso não é uma novidade para o clube, já que depois de bater na trave em 2003, quando terminou na quarta posição, mas só tinham duas vagas, ainda disputou a Série C em 2004 e finalmente conseguiu a façanha do acesso em 2008. No ano seguinte, infelizmente, fez uma péssima campanha na Série B, em 2009, e foi rebaixado para a Série C, onde permaneceu até 2011, quando foi rebaixado para a Série D. O novo acesso à Série C foi no ano passado, após ser vice-campeão da Série D. O Campinense perdeu o título para a Aparecidense de Goiás.

Este ano, o clube investiu em muitos reforços, dentre eles, o antigo ídolo do clube, o meia Luiz Fernando, que teve uma passagem brilhante pelo time conquistando o título do Campeonato Paraibano de 2015.

Clubes fracassaram na competição de 2003

Ivo Marques
ivo_esportes@yahoo.com.br

Esta não será a primeira vez que Botafogo e Campinense disputam juntos uma Série C. A primeira vez que isso aconteceu foi em 2003 e foi dramática para os dois clubes paraibanos, que morreram abraçados e perderam o acesso por muito pouco, para duas equipes paulistas, Ituano e Santo André.

As equipes paraibanas começaram perdendo para as paulistas, ambas jogando fora de casa, o Belo perdeu para o Ituano por 2 a 1 e o Campinense perdeu para o Santo André por 1 a 0. A Ra-

PRIMEIRA RODADA

11h
Ypiranga-RS x Aparecidense
15h
Atlético-CE x Campinense
17h
Remo x Vitória
18h
Botafogo-PB x São José-RS
19h
Volta Redonda x Figueirense

AMANHÃ

16h
Floresta x Confiança
18h
Altos x Botafogo-SP
19h
Mirassol x Ferroviário

SEGUNDA-FEIRA

20h
Brasil-RS x Manaus

TERÇA-FEIRA

19h
ABC x Paysandu

O Botafogo tem mais participações na Série C que o Campinense e, juntos, estiveram na mesma disputa no ano de 2003 sem conseguir o acesso

22

de maio é a data do confronto entre os dois times paraibanos que voltam a disputar, juntos, uma edição do Brasileiro da Série C

posa se recuperou em casa e venceu o Ituano por 1 a 0, enquanto o Belo perdeu de 3 a 1 no Almeidão para o Santo André. Na terceira rodada, o clássico paraibano terminou com a vitória do Botafogo por 1 a 0 prejudicando o bom começo do Campinense. Em seguida, o rubro-negro deu o troco com juro ao Belo, uma vitória de 3 a 0. Na rodada seguinte, o Botafogo venceu o Santo André em São Paulo por 1 a 0 e o Campinense perdeu para o Ituano, também em São Paulo, por 1 a 0.

As emoções ficaram guardadas para a última rodada. O Campinense tinha chances, mas acabou perdendo em casa por 2 a 1 para o Santo André, se dando mal e prejudicando o Botafogo que empatou em casa com o Ituano em 4 a 4, depois de estar vencendo. O resultado eliminou o Belo, e por tabela, afundou também o Campinense.

Para este ano, o clássico está sendo aguardado com muita expectativa, sobretudo pelo bom momento em que as duas equipes atravessam, lutando também pelo título paraibano. Desta vez, será em jogo único, que será disputado no Estádio Almeidão, em João Pessoa, no dia 22 de maio.

VÔLEI DE PRAIA

Copa Potengi vai reunir 48 clubes

Competição acontece hoje e amanhã na Praia do Cabo Branco e tem validade pelo Circuito Paraibano de base

Laura Luna
lauraluna@epc.pb.gov.br

Acontece, hoje e amanhã, nas areias da Praia do Cabo Branco, em João Pessoa, a Copa Potengi Lucena de Vôlei de Praia. Ao todo 48 duplas participam da competição que vale pelo Circuito Paraibano de base da modalidade para o ano de 2022. As disputas acontecem no Centro de Treinamento (CT) Federação Paraibana de Voleibol (FPV), que fica ao lado do CT Cangaço.

Neste sábado, 9, a partir das 8h, jogam as duplas femininas e masculinas do sub 17, sendo 22 no total. Já no domingo, 10, será a vez do sub 19 com 26 duplas inscritas. Esta é a sexta edição do evento, criado em 2015. Há dois anos a copa não era realizada, a pausa se deu por conta da pandemia da Covid-19.

A Copa homenageia Potengi Lucena, esportista paraibano que foi vice-presidente e diretor-secretário da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) e faleceu em 2014 aos 70 anos. Popó, como era conhecido no meio esportivo, dedicou praticamente toda a vida ao vôlei, tendo sido um dos fundadores da FPV na década de 1960. “Perspectiva muito boa para as categorias de base que é uma sequência do trabalho que a

22

duplas estarão em ação na competição deste sábado, que acontece no Centro de Treinamento da Federação Paraibana de Voleibol, ao lado do CT Cangaço

gente tem feito ao longo dos anos, que tem surtido efeito e revelado grandes atletas”, pontua o presidente da Federação Paraibana de Voleibol, Carlos Fernandes (Cascata).

O entrevistado disse ainda que o campeonato vai contar com nomes de destaque como o das atletas Maria Clara e Raissa que ficaram em 3º lugar nas etapas do sub 19 do ano passado. Dudu, que no início do ano foi convocado pela Seleção Brasileira, e Gabriel, que juntos foram campeões do sub 17, também estão confirmados na copa. As partidas, que começam às 8h devem se estender até as 15h30, segundo previsão da FPV.



Foto: @ctgrandesacada

A disputa terá 22 duplas na categoria sub 17 e 26 na sub-19

FUTEBOL FEMININO

Seleção Brasileira conhece adversários para mais uma edição da Copa América

■ O Brasil está no Grupo B com Argentina, Uruguai, Peru e Venezuela. O campeão da Copa América receberá R\$ 7 milhões e o vice fica com R\$ 2,4 mi

A Conmebol realizou na última quinta-feira o sorteio para a definição dos grupos da edição de 2022 da Copa América Feminina, que será disputada em julho, na Colômbia. O torneio será responsável por classificar os representantes da América do Sul para a Copa do Mundo Feminina e para os Jogos Pan-Americanos de 2023.

Nesta edição, a entidade sul-americana revelou que as seleções campeãs receberão, pela primeira vez na história, premiações em dinheiro. Alejandro Domínguez, presidente da Conmebol, anunciou a novidade durante o sorteio.

Em 2022, as seleções campeã e vice-campeã receberão, respectivamente, US\$

1,5 milhão (cerca de R\$ 7 milhões) e US\$ 500 mil (R\$ 2,4 milhões) em prêmios. A entidade acredita que, com essa medida, aumentará a competitividade entre as equipes do continente.

Esta será a nona edição do torneio e conta com a presença de 10 seleções sul-americanas, divididas em dois grupos. A Seleção Brasileira, maior campeã do torneio, com sete títulos, caiu no Grupo B, junto com Argentina, Peru, Venezuela e Uruguai. O Grupo A tem Chile, Colômbia, Equador, Paraguai e Bolívia. A competição será disputada entre os dias 8 e 30 de julho, em três cidades da Colômbia: Bucaraman-

ga, Armênia e Cali, que também receberá a rodada final da competição.

Amistosos

Placar empatado no primeiro compromisso da seleção feminina na Data Fifa de abril. O Brasil ficou no 1 a 1 com a Espanha em duelo disputado na última quinta-feira (7), no Estádio Rico Pérez, em Alicante (ESP). Geysel balançou as redes para a equipe canarinho, enquanto Alexia Puetellas fez o da Espanha.

O Brasil se prepara agora para o duelo que acontece na próxima segunda-feira (11), às 15h30 (de Brasília), na Pinatar Arena, em San Pedro de Pinatar (ESP), contra a Hungria.

Foto: Lucas Figueiredo/CBF



Em amistoso, na última quinta-feira, as meninas do Brasil empataram com a Espanha; na segunda-feira, pegam a Hungria

Causos & lendas do nosso futebol

Francisco Di Lorenzo Serpa
falserp@oi.com.br | colaborador

Você se lembra de Dinaldo?

No dia vinte de junho do ano de 1950, na próspera cidade de Patos - PB, a famosa Morada do Sol, nasceu o nosso homenageado da semana que foi registrado por seus pais com o nome de DINALDO MEDEIROS WANDERLEY, mas para o mundo da bola, ele ficou conhecido como o habilidoso meio campista “DINALDO”.

No final da década de 60, ele jogou futebol de salão em equipes amadoras da cidade, onde foi bastante destacado com a famosa bola pesada. Dizem, que nas quadras ninguém conseguia tomar-lhe a bola e que o seu chute era indefensável. Quando ele estava com 18 anos de idade, foi chamado para treinar no Nacional Atlético Clube, foi aprovado e passou a ser titular no meio de campo. A sua fase áurea no alviverde patoense ocorreu entre o final de 69 até o ano de 1972, quando ele jogou ao lado de Bastinho, Chacon, Ribamar, Canário, Tico, Pedrinho, Chiquinho Alegria, Pistola, João Grilo e tantos outros bons jogadores que surgiram em Patos.

Dinaldo era aquele jogador diferenciado, que jogava por prazer e que transmitia segurança aos demais companheiros de equipe. Seus lançamentos precisos, seus dribles desconcertantes, sua forma de prender a bola e a visão de jogo impressionaram os técnicos e os torcedores.

João Batista, ex-atleta do Nacional Atlético Clube, assim se reportou sobre o futebol de Dinaldo: “com a bola no pé, era muito difícil alguém tomar, colocava onde queria, chutava bem e forte. Um dos melhores da nossa região”. O ex-companheiro de gramado, Chiquinho Alegria, disse: “Dinaldo jogava muito na meia esquerda, driblava e lançava com perfeição”. João Grilo, também companheiro de equipe, assim se reportou “Jogava muito, tanto no campo como nas quadras. Um atleta completo.

Quando esteve em João Pessoa, na década de 70, ele passou uma curta temporada no Botafogo Futebol Clube, jogando ao lado de Chico Matemático e companhia. Também disputou jogos amistosos com a camisa do Esporte Clube de Patos. Finalmente, por decisão familiar, ele recusou uma oportunidade de ir treinar no Clube de Regatas Flamengo.

Sabedor que naquela época o futebol não garantia o futuro de ninguém, Dinaldo, filho de uma família abastada, dedicou-se aos estudos e concluiu os cursos de Economia e Direito, assumindo o cargo de tabelião. Posteriormente passou a ser empresário no ramo da construção civil e distribuidor de matéria-prima para a indústria calçadista. Outra atividade desenvolvida pelo nosso homenageado foi a política, onde exerceu o cargo de deputado estadual por duas legislaturas e foi prefeito de Patos por duas vezes seguidas, de 1997 a 2004.

Quando foi no dia 24 de maio do ano de 2020, Dinaldo, que no passado venceu os seus adversários com dribles precisos e geniais, não conseguiu vencer a Covid 19, falecendo para tristeza de seus familiares, amigos e fãs.

Para nós torcedores, cronistas e desportistas paraibanos, ficou a certeza de que o senhor DINALDO MEDEIROS WANDERLEY, o popular meio campista “DINALDO”, escreveu o seu nome com tintas douradas e perpétuas na brilhante história do futebol paraibano.

Foto: Arquivo Pessoal



Dinaldo, no detalhe, na equipe do Nacional de Patos

NO MARACANÃ

Flu x Santos abre hoje o Brasileirão

Mais dois jogos estão programados para este sábado, que terá Atlético-GO x Flamengo e Palmeiras x Ceará

Ivo Marques
 ivo_esportes@yahoo.com.br

Fluminense e Santos abrem hoje, às 16h30, no Maracanã, no Rio de Janeiro, a 51ª edição do Brasileirão, um dos campeonatos nacionais mais disputados do planeta, que começou a ser jogado por pontos corridos e envolvendo os 20 melhores clubes do país, em 1971. O primeiro campeão nesse formato foi o Atlético MG, que por coincidência, foi o último também, em 2021. O clube com o maior número de conquistas de títulos é o Flamengo, que ergueu a taça oito vezes, nos anos de 1980, 1982, 1983, 1987, 1992, 2009, 2019 e 2020.

O Fluminense é o franco favorito no jogo contra o Santos. O tricolor carioca acaba de conquistar o título estadual e estreou bem na Copa Sul-Americana, enquanto que o Santos fez um campeonato paulista muito ruim. O grande destaque do time carioca é o meia Ganso, que depois de um longo período em baixa, voltou a apresentar um grande futebol e vem fazendo a diferença com seu talento nas armações das jogadas.

Além de Fluminense e Santos, mais dois jogos serão disputados, hoje, na rodada de abertura da competição. Em Goiânia, no Estádio Antônio Accioly, às 19h, o Atlético Goianense receberá o Flamengo, um dos favoritos ao título, mas que apesar de ter um elenco de estrelas, passa por um momento delicado com uma crise interna e denúncias de desarmonia entre os jogadores e a comissão técnica.

Em São Paulo, outro



Foto: Mailson Santana

Depois de estrear com vitória na Sul-Americana, o tricolor inicia sua caminhada no Brasileirão

Atlético

mineiro, o atual campeão, só estreia amanhã em jogo cointro o Internacional, no Mineirão. O Botafogo está de volta a Série A e enfrenta o Corinthians

candidato forte ao título fará a sua estreia na competição. A partir das 21h, o Palmeiras enfrenta o Ceará, no Allianz Parque. Os jogos

prosseguem amanhã, às 11h, com Coritiba x Goiás, no Couto Pereira, em Curitiba. A partir das 16h, joga o favorito ao bicampeonato, o Atlético-MG, contra o Internacional, no Mineirão, em Belo Horizonte. No mesmo horário, o Botafogo estreia contra o Corinthians, no Estádio Nilton Santos, no Rio de Janeiro. Às 18h, jogam Fortaleza x Cuibá, às 19h, na Arena Castelão, em Fortaleza.

A partir das 19h, o São Paulo enfrenta o Athletico Paranaense, no Estádio Morumbi, em São Paulo e o Avaí recebe o América-MG, no Estádio da Ressacada, em Florianópolis. A rodada será encerrada na segunda-feira, com Juventude x Bragantino, às 20h, no Estádio Alfredo Jaconi, em Caxias do Sul.

Série B

A Série B, que começou ontem, programa para hoje mais três jogos. A partir das 16h, a Chapecoense enfrenta o Ituano, na Arena Condá, em Chapecó. Em seguida, às 16h30, o Grêmio fará a sua estreia enfrentando a Ponte Preta, no Estádio Moisés Lucarelli, em Campinas. O último jogo deste sábado será entre o Tombense e o Operário, a partir das 21h, em Tombos. Para amanhã, está programado apenas um jogo, Londrina x Náutico, às 11h, no Estádio do Café, em Londrina. A primeira rodada será concluída na quarta-feira com dois jogos: Noroziense x CRB, às 19h, no Estádio Jorge Ismael de Brasi, em Novo Horizonte, e CSA x Criciúma, às 21h, no Rei Pelé, em Alagoas.

REDES SOCIAIS

Dirigente e técnico trocam acusações sobre os resultados da última rodada do Estadual

Fabiano Sousa
 fabianogool@gmail.com

A definição do Botafogo como clube, do grupo A, classificado à semifinal do Campeonato Paraibano, tem movimentado os bastidores do futebol da Paraíba. Nas redes sociais, dirigentes de clubes trocam acusações, sem provas, relacionadas aos resultados dos jogos na última rodada da 1ª fase da competição, envolvendo Auto Esporte, Atlético de Cajazeiras, Botafogo e Sousa.

No Estádio Almeidão, em João Pessoa, o Botafogo ven-

ceu o Atlético por 7 a 0. Já no Marizão, em Sousa, o Dinosaurio venceu o Auto Esporte por 4 a 0. Com os resultados, o Botafogo foi quem garantiu o melhor saldo de gols e avançou à semifinal, o suficiente para a diretoria do Sousa questionar tanto o comportamento do Atlético, na partida em João Pessoa, como a postura do Auto Esporte, em Sousa.

Quem não gostou das declarações do dirigente, foi o técnico do Auto Esporte, que rebateu as acusações afirmando ter recebido oferta financeira, no intervalo da partida, para facilitar o resul-

Foto: Reprodução/Instagram



Reginaldo Sousa

Aldeone rebate Reginaldo e diz que acusações são descabidas

“Aldeone Abrantes insinuou que minha equipe teria recebido algum favorecimento financeiro para favorecer o Botafogo, jamais eu faria uma postura profissional dessas. Na partida, em Sousa, ele chegou a oferecer o valor de R\$ 10 mil para facilitar a partida para o Sousa. Foi uma proposta que me fez perder o respeito que tinha por ele

tado, que garantiria a classificação para o Sousa.

“Aldeone Abrantes insinuou que minha equipe teria recebido algum favorecimento financeiro para favorecer o Botafogo, jamais eu faria uma postura profissional dessas. Na partida, em Sousa, ele chegou a oferecer o valor de R\$ 10 mil para facilitar a partida para o Sousa. Foi uma proposta que me fez perder o respeito que tinha por ele”, afirmou Reginaldo Sousa.

Em contato com a reportagem do Jornal A União, o presidente do Sousa negou a acusação e desafiou Reginaldo Sousa a apresentar provas para comprovar a oferta de “Mala Branca”.

“São acusações infundadas e descabidas, sem sequer ter prova nenhuma sobre os fatos citados. O desafio é mostrar provas contundentes que comprometam a minha postura, caso contrário, vou exigir na Justiça que essas provas sejam apresentadas”, disse.

O Atlético emitiu uma nota oficial, nas redes sociais, repudiando as acusações de ter recebido favorecimento financeiro para facilitar a classificação do Botafogo à semifinal.

Curtas

Torcida faz protesto antes de treino no Flamengo

Um grupo de torcedores do Flamengo fez um protesto contra jogadores e membros da comissão técnica do time na manhã de ontem, no CT Ninho do Urubu. Eles reclamaram da queda de rendimento da equipe carioca nesta temporada, principalmente no Campeonato Carioca. O Fla perdeu o título para o Fluminense, no fim de semana passado. Dezenas de torcedores se postaram diante do portão do CT desde o início da manhã. E acompanharam a chegada de jogadores e membros da comissão técnica para o treino. Alguns deles chegaram a cercar os carros de luxo de jogadores, como Gabriel Barbosa e David Luiz. O zagueiro abriu o vidro do carro para conversar rapidamente com alguns dos torcedores mais exaltados. Gabigol teve dificuldade para entrar no CT por ter o carro cercado. Outros atletas viram torcedores acertarem tapas e até socos na lataria e nos vidros dos seus veículos.

Paraibano Sub 15 terá a participação de 34 clubes

O Campeonato Paraibano de Futebol Sub 15 está de volta depois de dois anos. A competição está prevista para começar no dia 16 de julho e terá a participação de 34 clubes, divididos em seis chaves de quatro e duas de cinco, onde se classificam os dois melhores colocados, ficando 16 clubes que serão divididos em quatro chaves de quatro. Os dois melhores de cada chave avançam às quartas de final. Nas quartas de final serão com dois jogos, sendo o mando de campo definido pela melhor colocação na segunda fase. A presidente da FPF, Michele Ramalho, falou ao final da reunião com os clubes sobre a satisfação em organizar mais uma competição. “O futebol está crescendo e o que eu mais vejo é o compromisso de vocês com o futebol, então nada mais justo eu ter esse compromisso com vocês, agradeço essa sala tão cheia e que nossa competição tenha o mesmo sucesso que teve o Sub 17”

Jogos de hoje

■ **BRASILEIRO (SÉRIE A)**
16h30
 Fluminense x Santos
19h
 Atlético-GO x Flamengo
21h
 Palmeiras x Ceará

■ **BRASILEIRO (SÉRIE B)**
16h
 Chapecoense x Ituano
16h30
 Ponte Preta x Grêmio
18h30
 Sport x Sampaio Corrêa
21h
 Tombense x Operário-PR

■ **BRASILEIRO (SÉRIE C)**
11h
 Ypiranga-RS x Aparecidense
15h
 Atlético-CE x Campinense
17h
 Remo x Vitória
18h
 Botafogo-PB x São José-RS
19h
 Volta Redonda x Figueirense

■ **ALAGOANO**
17h
 CRB x ASA

■ **BRASILIENSE**
15h
 Ceilândia x Brasiense

■ **PIAUIENSE**
15h45
 4 de Julho x Fluminense-PI

RACISMO E DIREITOS HUMANOS

Estudantes homenageiam cadáveres

Para debater papel do negro na universidade, alunos de Medicina “reverenciam” os corpos de negros usados para estudos

Camila Boehm
Agência Brasil

A 5ª turma de Medicina da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o Coletivo Quilombo Ubuntu homenagearam ontem, no Teatro de Arena da instituição, cadáveres negros usados para estudos no Laboratório de Anatomia.

Iniciativa dos estudantes negros da turma, a homenagem é apoiada pela Diretoria Executiva de Direitos Humanos (DeDH) da instituição e pelo Centro Acadêmico Adolfo Lutz, que reúne estudantes de Medicina. No evento, foi inaugurada uma placa, que deverá posteriormente ser afixada no Laboratório de Anatomia do Instituto de Biologia (IB).

A diretora executiva de Direitos Humanos da Unicamp, professora Sílvia Maria Santiago, afirmou que a

ação traz à discussão o papel do negro na universidade. “Negro é aquele que constrói as paredes ou que depois limpa os espaços, ou aquele que está na mesa fria de uma sala de anatomia? Ou o lugar do negro pode ser o lugar do estudante, o lugar do pesquisador, o lugar do docente, o lugar do técnico especializado?”, questionou.

“Nós estamos reverenciando esse anônimo cadáver da anatomia patológica, o negro, mas apontando para a frente, que é a defesa de que o negro possa ocupar um lugar de destaque dentro das universidades”, disse. Os cadáveres usados no laboratório da instituição são, em sua maioria, de pessoas negras. Em geral, segundo Sílvia, os corpos destinados a estudos correspondem a pessoas consideradas indigentes.

A professora contou que essa turma de Medicina despertou para a

questão dos cadáveres negros do laboratório no ano passado, primeiro ano na universidade, durante aula sobre ética médica, em que Sílvia falou sobre racismo na universidade e na sociedade. “Foi chocante para o estudante negro, quando começou os seus estudos na anatomia, perceber que a maior parte dos cadáveres era de negros, então eles questionaram por que a maioria tem que ser de corpos negros”.

Neste ano, surgiu a proposta da homenagem, iniciativa dos estudantes negros da turma, que contou com o apoio dos colegas, professores e da universidade. O evento ainda teve apresentações musicais de Fabiana Cozza, cantora e doutoranda pelo Instituto de Artes (IA); Ilessi, cantora, compositora e doutoranda pelo IA; Douglas Alonso, percussionista e professor, e Marília Corrêa, cantora e compositora.

Vanderley de Brito

vanderleydebrito@gmail.com | Colaborador

Máscara mortuária

Em 13 de fevereiro passado, às sete e quinze da manhã, o amigo Ulysses Assis Neto me enviava uma mensagem dando conta de que seu sogro, o cronista Chico Maria, havia falecido. Com 92 anos, Chico estava internado na Clínica Santa Clara, em Campina Grande, e havia sofrido um infarto naquela madrugada. Foi uma triste notícia. Recentemente Chico havia enviado um material histórico de seu acervo particular para nossos arquivos do Instituto Histórico de Campina Grande e até estávamos agendando uma visita sua à nossa sede, mas tudo foi muito rápido, um dia ele estava animado e lúcido entre nós e noutro dia já estava envolto à sombra da morte.

Com a notícia, em fração de segundos sua imagem me veio à memória e até pude ouvir o tom de sua voz, pois não fazia muito tempo que havíamos nos encontrado e me era difícil imaginar seu corpo inerte, sem vida, sem fôlego, sem fala e sem o olhar. Foi então, como essa imagem em mente, que me veio a ideia de fazer-lhe a máscara mortuária para perpetuar sua feição. Tenho habilidade nesse trabalho, já fiz algumas máscaras de gesso sobre o rosto de falecidos, e logo liguei para Ulysses comunicando minha intenção. Ele, concordando com a ideia, me passou o telefone de Márcio, filho de Chico Maria, para quem eu liguei em seguida, identificando-me como do Instituto Histórico de Campina Grande e explicando-lhe de modo respeitoso e pormenorizado a importância e o procedimento para conservar as feições ainda corpóreas de Chico, bastando-lhe apenas autorizar a mortuária para que eu, pessoalmente, pudesse tirar-lhe o molde da face, que serviria como modelo fiel para a confecção de um busto ou efígie. Márcio compreendeu e até lamentou pela não possibilidade, pois Chico Maria faleceu em tratamento da covid-19, o manuseio com seu corpo estava vedado e até o velório seria de caixão fechado. Obviamente a justificativa foi mais que justificável, estávamos em tempos ímpares, só me restando, portanto, amargar a não eternização da face desse que foi um dos maiores ícones do jornalismo paraibano.

Isso, no entanto, não me demoveu da ideia de comprar o material necessário e estabelecer esse serviço no Instituto Histórico de tirar máscaras mortuárias das personalidades campinenses que por ventura venham a óbito. Perdemos muitas pessoas de importantes valores nos últimos anos, como o compositor João Gonçalves, o cantor Genival Lacerda, os poetas José Laurentino e Manoel Monteiro e até políticos de relevo, como Ronaldo Cunha Lima, cujas feições naturais o verme corroe, mas que poderiam estar desafiando o tempo, tridimensionalmente corporificados em busto altivo através da retirada da máscara mortuária por molde de contato.

A máscara mortuária não é nenhuma novidade, é uma prática em desuso apenas. Desde a Antiguidade, grandes nomes da História tiveram sua memória faciais eternizados em máscaras mortuárias, como o faraó Tutancâmon, Dante Alighieri, Chopin, Beethoven, Napoleão, Modigliani, Lutero e até personalidades brasileiras, como Getúlio Vargas e, mais recentemente, Tancredo Neves. Campina Grande também já moldou máscaras mortuárias de seus vultos, pois nos anos de 1950 foi retirada a máscara mortuária de Félix Araújo em seu leito de morte, ação que eternizou suas feições e até serviu de modelo para o busto que foi erguido na praça que leva o seu nome no Bairro do Monte Santo.

A princípio, a retirada do molde do rosto de alguém nas horas seguintes à morte pode parecer uma ideia inoportuna, dado o momento de luto, mas, ao contrário, a oportunidade é única, uma vez que corpo em carne vai se decompor e o resultado da máscara é um modelo multiplicável, com extensão de fidelidade e eternidade.

O rosto é a catedral de um ser, pois exprime detalhes que nenhum artista pode refazer com auxílio de fotografias, que o digam as bizarras estátuas de João Rique, exposta no centro da cidade, e de Vergniaud Wanderley, na Praça do Açude Velho, que em nada se assemelham aos pretensos figurados. Em minha opinião, uma estátua, busto ou efígie tirada em molde natural é uma recordação palpável de um corpo cuja chama fugiu para sempre e, em última análise, representa a presença de uma ausência.

Vanderley de Brito é historiador, arqueólogo, pesquisador e presidente do Instituto Histórico de Campina Grande - IHCG

Aforismo

Foto: Sociologia-Jáquida



(Marco Aurélio)

“A morte é o descanso das repercussões sensoriais, do titerear dos impulsos, das divagações do intelecto e dos serviços à carne.”

Mortes na História

- 585 a.C. — Jimmu, imperador do Japão
- 491 — Zenão, imperador do Império Bizantino
- 715 — Papa Constantino
- 1024 — Papa Bento VIII
- 1872 — Antônio Borges da Fonseca, jornalista e ativista político (PB)
- 1916 — Francisco Aurélio de Figueiredo e Mello, escultor, pintor, ensaísta, desenhista, caricaturista e escritor (PB)
- 1942 — Américo Augusto de Souza Falcão, poeta (PB)
- 1987 — Manuel Camilo dos Santos, escritor, poeta popular, violeiro, repentista, horoscopista, comerciante, guitarrista e compositor (PB)
- 1994 — Mestre Marçal, cantor e músico brasileiro
- 2011 — Elpidio Reali Júnior, jornalista brasileiro
- 2020 — Levi Borges de Lima, jornalista, advogado, sindicalista, professor, político e defensor público (PB)

Obituário

Dudy Cardoso

6/4/2022 – Aos 39 anos, em decorrência de um câncer renal metastático. Compositor parceiro da banda Biquíni Cavado. Ele nasceu em 5 de junho de 1982. A primeira música que ele compôs para a banda foi ‘Antes do Mundo Acabar’, em 2007, para o álbum ‘Só Quem Sonha Acordado Vê o Sol Nascer’.



Foto: Facebook

Tadao Takahashi

6/4/2022 – Aos 71 anos, em decorrência de complicações cardíacas. Um dos pioneiros da internet no Brasil e primeiro dirigente da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Pesquisador era formado em Ciência da Computação pela Universidade de Campinas (Unicamp) e foi o segundo brasileiro nomeado para o Hall of Fame da Internet Society (Isoc). Também ajudou a criar as políticas públicas sobre iniciativas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) das Nações Unidas, Comissão



Foto: Divulgação

Europeia e Fórum Econômico Mundial. Além de cientista, também era formado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, e em Informática pelo Instituto de Tecnologia de Tóquio, no Japão.

Andor Stern

7/4/2022 – Aos 94 anos, em São Paulo (SP), de causa não informada. Considerado o único brasileiro nato sobrevivente do Holocausto na Alemanha. Nasceu na capital paulista em 1928, de pais imigrantes, e se mudou para a Hungria, terra natal de seu pai, ainda criança. Na Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil se juntou aos países aliados (inimigos do Eixo, então liderado pela Alemanha, e do qual a Hungria fazia parte), Stern foi detido pelas autoridades húngaras por ser brasileiro. Com a ocupação nazista da Hungria, sua família toda, com exceção do pai, que se separara da mãe e fora embora do país em 1938, foi transportada até Auschwitz em um mesmo trem, em 1944. Por serem judeus, seus avós, seu tio e sua tia, que estava grávida, foram mortos em câmaras de gás no campo.

Foto: Facebook



Garibaldi Alves

7/4/2022 – Aos 98 anos, em Natal (RN), de causas naturais. Ex-senador e ex-vice-governador Garibaldi Alves, pai do ex-governador Garibaldi Filho. Natural de Angicos (RN), foi deputado estadual por três mandatos, entre 1957 e 1969. Em 2011, assumiu uma cadeira no Senado Federal como suplente da então senadora Rosalba Ciarlini, que havia sido eleita para o governo do estado. Permaneceu por quatro anos no cargo.

Foto: Emanuel Amaral



Breves & Curtas

Neonazistas ameaçam Lula de morte

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está sendo ameaçado de morte por grupos neonazistas. Além dele, o policial civil e vereador de Porto Alegre (RS), Leonel Radde (PT), também foi alvo das ameaças. Através de mensagens no WhatsApp e no Telegram, os criminosos chegaram até a estipular uma data para o assassinato de Lula e Radde. “Sua morte está planejada, será dia 31 de outubro de 2022, 21h, no Rio Grande do Sul”, diz uma das mensagens.

Mulher pode ser executada no Texas

No próximo dia 27 de abril, a mexicana-americana Melissa Lucio pode se tornar a primeira mulher da América Latina a ser executada no estado do Texas, nos Estados Unidos. Em 2008, ela foi condenada por um júri do Condado de Cameron pelo assassinato de sua filha de dois anos.

NO ESTADO

Jucep e Sebrae fortalecem parcerias

Órgãos têm como meta implantar a Redesim nos 223 municípios paraibanos e agilizar os serviços prestados

A presidente da Junta Comercial do Estado da Paraíba (Jucep), Gregória Benário, acompanhada do procurador do órgão, João Ricardo Coelho, recebeu, na última quarta-feira, na sede do órgão, o gerente da Unidade de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas do Sebrae, Luciano de Holanda.

A visita teve o intuito de fortalecer a parceria já existente entre a Jucep e o Sebrae, visando a melhoria do ambiente de negócios no Estado da Paraíba, sempre buscando a simplificação e agilidade nos serviços prestados. A parceria entre a Jucep e o Sebrae já resultou na implantação da Redesim em 171 municípios e a digitalização do acervo de documentos da Jucep.

Gregória Benário destacou a importância da parceria com o Sebrae e afirmou que a meta é implantar a Redesim nos 223 municípios paraibanos. "Prendemos alcançar os 223 municípios em 2022", reforçou.

Na oportunidade, foram tratados diversos projetos a

serem desenvolvidos, bem como a implementação de políticas de capacitações para usuários da Redesim, com o objetivo de dirimir dúvidas e evitar exigências desnecessárias.

O Redesim PB é uma ferramenta que faz a integração entre os dados cadastrais da Receita Federal do Brasil e os diversos órgãos estaduais e municipais que participam do processo de abertura, alteração e baixa de empresas e as disponibiliza na rede mundial de computadores – Internet em um ambiente integrado, interativo e de fácil acesso.

■ Redesim PB é uma ferramenta que faz a integração entre os dados cadastrais da Receita Federal do Brasil e os diversos órgãos estaduais e municipais



Foto: Secom-PB

Encontro da última quarta-feira, na sede da Jucep, teve o intuito de reforçar a parceria já existente entre o órgão e o Sebrae

EM SETE CIDADES

Sine-PB está oferecendo 273 vagas de emprego

O Sistema Nacional de Emprego (Sine-PB) está ofertando, a partir da próxima segunda-feira, 273 oportunidades de emprego nas mais diversas áreas, distribuídas em sete municípios: Bayeux, Campina Grande, Guarabira, João Pessoa, Mamanguape, São Bento e Santa Rita. Os postos da capital e de Campina Grande lideram no número de vagas.

Em João Pessoa, o posto do Sine/PB está disponibilizando 142 vagas de trabalho, com destaque para o cargo de auxiliar de limpeza, com 30 vagas; carpinteiro e pedreiro, 20 vagas para cada uma das funções; e vendedor praticista, com 15 vagas para pessoas que possuam veículo próprio. No município de Campina Grande, são 62 vagas. Em Bayeux, o posto do Sine/PB possui 27 vagas, sendo 20 delas para vendedor praticista de seguro, assistência e manutenção de máquina de lavar.

Na cidade de Santa Rita, estão sendo ofertadas 26 oportunidades, enquanto o posto do Sine em Guarabira possui 13 postos de trabalho. O

Sine/PB ainda possui oportunidades de emprego nas cidades de Mamanguape (1) e São Bento (2).

Atualmente, o Sine-PB possui 15 postos de atendimento em funcionamento. Estão em funcionamento as unidades dos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Cajazeiras, Mamanguape, Monteiro, Pombal, Sapé, Bayeux, Conde, Guarabira, Itaporanga, São Bento, Santa Rita, Cabedelo e Patos.

O atendimento no posto Sine, localizado na Duque de Caxias, em João Pessoa, acontece de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 16h30, por ordem de chegada. São distribuídas 150 fichas para consulta de emprego e 50 para seguro desemprego. Os atendimentos nos postos Sine das Casas de Cidadania seguem o horário de funcionamento destas unidades. Sine-PB realiza o trabalho de recrutamento de pessoal para empresas instaladas ou que irão se instalar no estado. Esses serviços podem ser solicitados pelo e-mail: estadual@hotmail.com.

ONCOLOGISTA NAYHARA XAVIER

‘Ter câncer não é sentença de morte’

Receber o diagnóstico de câncer não é uma situação agradável para ninguém. A doença é estigmatizante, a ponto de não muito tempo atrás as pessoas evitarem até pronunciar ‘eu tenho câncer’. Dizia-se ‘aquela doença’. Em alguns casos, a terapêutica envolve cirurgias para retirada de tecidos e órgãos e a quimioterapia provocam queda de cabelos, o que afeta a autoestima de forma muito contundente. “Receber um diagnóstico de câncer, com tantos tratamentos e medicamentos eficazes e grande incidência de cura, não é mais uma sentença de morte. Ao contrário, em muitos casos ele até simboliza o ressignificar da vida”, afirma a oncologista do Hospital do Bem, Dra. Nayhara

Xavier. Na data em que se comemora o Dia Mundial de Luta Contra o Câncer, em 8 de abril, a médica reitera que a doença deixa, cada vez mais, de ser ‘um bicho papão’.

A médica foi uma das profissionais do Hospital do Bem que participou de uma Live realizada na noite da última quinta-feira e lembrou que a doença, em muitos casos, até melhorou a vida das pessoas. “Já tive vários pacientes que numa primeira consulta se mostravam abatidos, o que é natural após o diagnóstico, mas que ao longo do tratamento descobriram que são mais fortes do que pensavam, ressignificaram projetos de vida e mudaram a rotina, os hábitos e a forma de ver a vida para mui-

to melhor e que, após conseguirem a cura, estão ainda mais felizes do que eram”, disse a oncologista.

Dra. Nayhara lembrou ainda que muitas doenças, a exemplo da diabetes e hipertensão, matam muito mais que o câncer, mas, que não têm o estigma da doença oncológica. “As doenças vasculares e do coração matam mais gente do que o câncer e Aids juntos, mas, ninguém fala muito a respeito disso, então a gente tem que começar a dizer mais que câncer é uma doença que exige cuidado, mas que tem tratamento, que tem cura, que o câncer não vai impedir ninguém de continuar vivendo bem, que é possível identificar a doença em estágios iniciais onde

as chances de curar são ainda mais altas, enfim, precisamos entender que o diagnóstico não é uma sentença de morte como muitas pessoas ainda pensam ser”, afirma a médica que é responsável pelo ambulatório do Hospital do Bem, desde sua inauguração, em setembro de 2018. Ela própria é um exemplo destas afirmativas, pois já foi paciente oncológica e superou a doença.

Sobre o Hospital do Bem

O hospital oncológico do Sertão, que integra o Complexo Hospitalar Regional Deputado Janduy Carneiro de Patos (CHRDJC), tem atendimento ambulatorial, tratamento quimioterápico e cirúrgico, para vários tipos de câncer.

PLANEJAMENTO PATRIMONIAL E SUCESSÓRIO

Asplan promove palestra para associados

Um bom planejamento patrimonial e sucessório é o caminho ideal para preservar o patrimônio familiar e garantir a sucessão dos negócios para as gerações futuras. Executado com base nos valores e no perfil dos negócios, quando bem feito esse planejamento previne litígios, reduz a carga tributária, fortalece a governança familiar e torna a sucessão em negócios mais organizada e tranquila. E foi justamente para tratar deste assunto e melhor orientar seus associados, que a Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba (Asplan) reuniu alguns produtores, na última quinta-feira,

em seu auditório, em João Pessoa, para uma palestra com o advogado Hugo Vilar, que apresentou o escritório MVS – Melo, Vilar & Saldanha.

Em sua apresentação, o advogado falou sobre a aplicação de institutos modernos do Direito Sucessório e Societário, sobre questões de mercado de capitais para empresas, com especial enfoque às empresas familiares, que constituem a maior parte na Paraíba e no setor do agronegócio, abordou situações de como antecipar a sucessão evitando conflito entre os herdeiros e familiares. “A gente sabe como é a realidade conflituosa que envolve a questão

da sucessão, vez que envolve dinheiro, bens e patrimônio. Mas, a partir do momento que você conhece os instrumentos que favorecem essa sucessão, é possível organizar esse processo sobre regras específicas, adaptando-as à realidade de cada negócio e evitando uma série de possíveis problemas entre os herdeiros”, explicou Hugo Vilar.

O advogado lembrou que deixar a sucessão balizada em regra geral de Direito, pode não ser vantajoso em relação à realidade do negócio. “Por exemplo, quando se tem um herdeiro que tem uma aptidão melhor para gerir um negócio e outro que não tem.

A partir dessa constatação, você consegue trabalhar melhor a sucessão direcionando a gestão empresarial justamente para o mais apto, evitando eventual conflito entre os herdeiros”, disse ele, lembrando que a sociedade hoje tem uma estrutura chamada ‘família mosaico’. “O instituidor, tem filhos, que já casaram, alguns separaram, constituíram novos matrimônios, a família começa a crescer e aí se começa a identificar um entrelaçamento entre os titulares e herdeiros do patrimônio. Então, passa a existir um entrelaçamento maior entre os titulares do patrimônio e com interesses diversos.

Atendimento

Sine-PB

■ Endereço: Rua Duque de Caxias, 305 - Centro - João Pessoa (próximo ao Shopping Terceirão).

■ Telefones de contatos:

■ João Pessoa - 3218-6617 - 3218-6600

■ Bayeux - 3253-2818

■ Cabedelo - 3250-3270

■ Cajazeiras - 3531-7003

■ Campina Grande - 3310-9412

■ Guarabira - 3271-3252

■ Itaporanga - 3451-2819

■ Mamanguape - 3292-1931

■ Monteiro - 99863-3217

■ Patos - 3421-1943

■ Santa Rita - 3229-3505

■ Sapé - 3283-6460

■ Pombal - 3431-3545

■ Conde - 3298-2025

■ São Bento - 3444-2712

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIAR
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 00019/2022

A Prefeitura Municipal de Aguiar, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 00019/2022, do tipo menor preço por item, para fornecimento de refeições, cuja abertura será no dia 26.04.2022 às 08:30 horas, na sala de licitações deste órgão, situado na Rua Irineu Lacerda, s/nº, Centro - Aguiar-PB. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal ou pelo www.tce.pb.gov.br ou www.aguiar.pb.gov.br e demais informações encontram-se a disposição dos interessados no endereço acima citado, no horário das 08:00 às 12:00 horas, contatos pelo telefone (0**83) 3499-1180 e pelo Emailcpl@aguiar.pb.gov.br

Aguiar-PB, 08 de Abril de 2022.

ADRIANA APARECIDA DE ASSIS
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIAR
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Aguiar, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 00008/2022, do tipo menor preço por item, para aquisição de patrulha mecanizada, cuja abertura será no dia 26.04.2022 às 09:30 horas, na sala de licitações deste órgão, situado na Rua Irineu Lacerda, s/nº, Centro - Aguiar-PB. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal ou pelo www.tce.pb.gov.br ou www.aguiar.pb.gov.br e demais informações encontram-se a disposição dos interessados no endereço acima citado, no horário das 08:00 às 12:00 horas, contatos pelo telefone (0**83) 3499-1180, pelo [email cpl@aguiar.pb.gov.br](mailto:cpl@aguiar.pb.gov.br).

Aguiar-PB, 08 de Abril de 2022.

Adriana Aparecida de Assis
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIAR
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Aguiar, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 00009/2022, do tipo menor preço por item, para aquisição de sete veículos de sete lugares zero km, cuja abertura será no dia 26.04.2022 às 11:00 horas, na sala de licitações deste órgão, situado na Rua Irineu Lacerda, s/nº, Centro - Aguiar-PB. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal ou pelo www.tce.pb.gov.br ou www.aguiar.pb.gov.br e demais informações encontram-se a disposição dos interessados no endereço acima citado, no horário das 08:00 às 12:00 horas, contatos pelo telefone (0**83) 3499-1180, pelo [email cpl@aguiar.pb.gov.br](mailto:cpl@aguiar.pb.gov.br).

Aguiar-PB, 08 de Abril de 2022.

Adriana Aparecida de Assis
Pregoeira

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARA
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, destinados a distribuição gratuita as famílias carentes durante o período da Semana Santa 2022. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00010/2022. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Arara: 07.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMTS 08.244.2003.2035 MANTER O PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS SMO. RECURSOS ORDINÁRIOS 3.3.90.32.01 MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 08.244.2003.2037 MANTER O PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PEIXES NA SEMANA SANTA SMO. RECURSOS ORDINÁRIOS 3.3.90.32.01 MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Arara e: CT Nº 00036/2022 - 07.04.22 - M V ROCHA DE CARVALHO EIRELI - R\$ 107.100,00.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00016/2022

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Av. São José, S/N - Centro - Alcantil - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL – PB. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 25 de Abril de 2022. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 7.892/13; Decreto Municipal nº 011/12; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 98825-0703. E-mail: cplalcantilpb@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br. Alcantil - PB, 08 de Abril de 2022

ALLEN PONTES NEPOMUCENO
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2022

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00010/2022, que objetiva: Aquisição de gêneros perecíveis – kit (peixe, arroz e leite de coco) para distribuição com pessoas carentes, por ocasião da semana santa/2022; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: MOURA DISTRIBUIDORA LTDA - R\$ 67.480,00.

Araruna - PB, 08 de abril de 2022

VITAL DA COSTA ARAÚJO
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição de gêneros perecíveis – kit (peixe, arroz e leite de coco) para distribuição com pessoas carentes, por ocasião da semana santa/2022. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00010/2022. DOTAÇÃO: Orçamento de 2022 – Recursos Próprios do Município 02.000 – Poder Executivo 02.080 – Secretária de Assistência Social e do Desenvolvimento Humano 08.244.0033 2042 – Programa de Distribuição de Pescado Elemento de Despesa: 3390.32.99 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Araruna e: CT Nº 00040/2022 - 08.04.22 - MOURA DISTRIBUIDORA LTDA - R\$ 67.480,00.

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE AROEIRAS
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição parcelada de combustíveis (Gasolina e Álcool), para o atendimento das necessidades desta edilidade. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 002/2022. DOTAÇÃO: 01.010-CÂMARA MUNICIPAL 01010.01.031-1002-2001 – OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS LEGISLATIVOS Elementos de Despesa: 3.3.90.30.99 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2022. PARTES CONTRATANTES: Câmara Municipal de Aroeiras e: CT Nº 00001/2022-08.04.21 - J F SOARES & CIA LTDA - R\$ 37.790,00.

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE AROEIRAS
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2022

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 0002/2022, que objetiva: Aquisição parcelada de combustíveis (Gasolina e Álcool), para o atendimento das necessidades desta edilidade; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: J F SOARES & CIA LTDA - R\$ 37.790,00.

Aroeiras - PB, 08 de abril de 2021

ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA
Presidente

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00018/2022

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Olívio Maroja, 278 - Beta Vista - Araçagi - PB, às 16:00 horas do dia 25 de Abril de 2022, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo maior percentual de desconto, para: Prestação de serviços em Oftalmologia voltados a consulta com diagnóstico/avaliação de Glaucoma (Fundoscopia, Tonometria e Campimetria), acompanhados de avaliação de paciente com glaucoma monoclular e binocular em todas as linhas de tratamento, assim como a entrega do medicamento para o referido tratamento, conforme tabela SIGTAP – (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos). Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 00003/17; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 99145-6044. E-mail: licitacaoaracagi@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Araçagi - PB, 08 de Abril de 2022

GÉSSICA BATISTA DA SILVA
Pregoeira Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALGODÃO DE JANDAÍRA
AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00006/2022

O Pregoeiro Oficial comunica a suspensão do Pregão Presencial nº 00006/2022, que objetiva: Contratação de serviços de Elaboração da Base Cartográfica Digital, Capacitação Técnica e PGV para o município de ALGODÃO DE JANDAÍRA-PB. Justificativa: Interesse e Conveniência. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no seguinte endereço - Rua Francisco Braga, S/N - Centro - Algodão de Jandaira - PB. Telefones: (83) 994051912. E-mail: adjcomissao2017@gmail.com.

Algodão de Jandaira - PB, 08 de Abril de 2022

JOSÉ ELIZONALDO DOS SANTOS SOUZA
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO – PB
AVISO DO EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO/PB torna público para conhecimento dos interessados a CHAMADA PÚBLICA para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar Rural ou suas Organizações, destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, considerando o disposto no Artigo 21 da Lei nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 38/09. O Edital estabelecendo as condições e demais informações necessárias à participação poderá ser retirado no Setor de Licitações da Prefeitura de Boqueirão, à Avenida Nossa Senhora do Desterro, 1040, Bairro Novo, no horário das 7:30 à 13:00. A documentação de habilitação e o Projeto de Venda deverão ser entregues a partir da data desta publicação até o dia 03/05/2022 das 08h00min às 12h00min horas no endereço supracitado. Outras informações pelo Telefone (83) 3391-1375. Boqueirão, 08 de abril de 2022.

Crystiane Gomes Bezerra
Pres. CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO – PB
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2022 - SRP

A Prefeitura Municipal de Boqueirão – PB, através da Pregoeira abaixo transcrito, TORNA PÚBLICO e comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2022-SRP, do tipo "menor preço", cujo objeto é SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (itens remanescentes) DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DESTA MUNICÍPIO. Data de abertura: 25/04/2022 às 11h30min (horário local), por meio do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Informações: no endereço Avenida 30 de Abril, nº. 45, Centro, no horário de expediente. Outras informações pelo Telefone (83) 3391-1375. E-mail: cplboqueirao@gmail.com. Edital: www.boqueirao.pb.gov.br; [tps://www.portaldecompraspublicas.com.br](https://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Boqueirão, 08 de abril de 2022.

Crystiane Gomes Bezerra
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO – PB
RETIFICAÇÃO DE AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2022 - SRP

No Aviso do Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2022-SRP, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) e Jornal A União do dia 02/04/2022, onde se lê: Dia 13 de abril de 2020 às 08:30hs: leia-se: 25 de abril de 2022 às 09:00hs. Os demais atos permanecem inalterados.

Boqueirão - PB, 08 de abril de 2022.

Crystiane Gomes Bezerra
Pregoeira

ESTADO DA PARAÍBA**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA**
RUA EMÍLIA LEITE - Nº 05
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 0002/2022

INSTRUMENTO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0002/2022– PMBV
OBJETIVO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO NOS QUANTITATIVOS
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS DIVERSOS E LUBRIFICANTES DESTINADOS AS ATIVIDADES DO MUNICÍPIO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL Nº0001/2021 – PMBV
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO
O prazo do contrato, ora aditado, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, permanecendo esse instrumento válido até 02 de junho de 2022. Em virtude da prorrogação do contrato, prorrogar-se também o prazo de execução do objeto por mais 60 (sessenta) dias.
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS NOS ITENS
Fica alterada a cláusula primeira do contrato para acrescentar o percentual de 25% ao item 02 do contrato, passando a quantidade de 2.500 litros para 3.125 litros de óleo S-10.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO
Fica alterada a cláusula segunda do contrato para acrescentar o valor de R\$ 3.237,50 (três mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) ao saldo restante do item 02, passando o valor global de R\$ 89.720,00 (oitocentos e nove mil setecentos e vinte reais) para R\$ 92.957,50 (noventa e dois mil novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), referente ao acréscimo nos quantitativos do item 02 do contrato.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VENTURA, CNPJ/MF nº 08.940.702/0001-67
CONTRATADO: POSTO DIESEL SÃO JOSE LTDA CNPJ sob o nº 35.419.936/0001-36

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 0007/2022

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Flávio Ribeiro, 74 - Centro - Belém - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO DE GRANDE PORTE: TIPO CAMINHÃO BASCULANTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE BELÉM-PB. Abertura da sessão pública: 13:00 horas do dia 25 de Abril de 2022. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 07:00 às 11:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacaobelempb@gmail.com. Edital: www.belem.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Belém - PB, 08 de Abril de 2022

LUIS SEBASTIÃO ALVES
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTANA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00007/2022

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Liberdade, 45 - Centro - Barra de Santana - PB, às 11h00min do dia 27 de abril de 2022, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Federal nº 10.024/19; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 7.892/13; Decreto Municipal nº 011/12; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3346-1066. E-mail: bsantana.licitacaoocp@gmail.com. Edital: www.barradesantana.gov.br; www.tce.pb.gov.br. Barra de Santana - PB, 08 de Abril de 2022

ERINALDO ARAUJO SOUSA
Pregoeiro Oficial.

AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA
Nº 00001/2022

A Prefeitura Municipal de Barra de Santana – PB, TORNA PÚBLICO E COMUNICA a Chamada Pública nº 00001/2022 para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, destinado ao atendimento do PNAE, considerando o disposto no §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015. Os fornecedores individuais e grupos informais e/ou formais, interessados deverão apresentar sua documentação e projeto de venda até dia 27 de abril de 2022, às 09h00 min. Os interessados poderão adquirir o Edital impresso na íntegra na prefeitura municipal localizada na Av. Liberdade, 45 - Centro - Barra de Santana - PB no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, informações pelo Telefone: (83) 3346-1066. E-mail: bsantana.prefeitura@gmail.com. Edital: www.barradesantana.gov.br; www.tce.pb.gov.br.

Barra de Santana - PB, 08 de abril de 2022.

EDNA MACEDO DE SOUSA
Presidente da Comissão

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA DESTA EDITAL. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00001/2021. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Barra de Santana e: CT Nº 00201/2021 - J F SOARES & Cia Ltda - CNPJ: 24.220.972/0002-30 - 2º Aditivo - prorrogar o prazo por mais 60 dias, ficando, portanto, a vigência até 31/05/2022. ASSINATURA: 01.04.22.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00007/2022

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Liberdade, 45 - Centro - Barra de Santana - PB, por meio do site www.comprasgovernamentais.gov.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE. Abertura da sessão pública: 08:30 horas do dia 26 de abril de 2022. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Federal nº 10.024/19; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 7.892/13; Decreto Federal nº 002/20; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3346-1066. E-mail: bsantana.licitacaoocp@gmail.com. Edital: www.barradesantana.gov.br; www.comprasgovernamentais.gov.br. Barra de Santana - PB, 08 de abril de 2022.

ERINALDO ARAUJO SOUSA
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO
EXTRATO DE ADITIVO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO: 20201/2021-CPL / OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONCLUSÃO DA QUADRA DE POLIESPORTIVA DO SÍTIO TAFERA - CONGO/PB / CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO – ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA / CONTRATADO: AN PROJETOS, CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - CNPJ Nº 27.106.131/0001-04 / VALOR: R\$ 35.508,69 (TRINTA E TRÊS MIL QUINHENTOS E OITO REAIS E SESENTA E NOVE CENTAVOS) / DATA DA ASSINATURA: 04/03/2022 / AMPARO LEGAL: ART. 65 DA LEI DE LICITAÇÃO E SEUS CONTRATOS / LEI 8.666 DE 21.06.93.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00005/2022

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Senador Rui Carneiro, S/N - Centro - Congo - PB, por meio do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE. Abertura da sessão pública: 13:30 horas do dia 25 de Abril de 2022. Início da fase de lances: 13:31 horas do dia 25 de Abril de 2022. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 7.892/13; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3359-1100. E-mail: licitacaocongo@gmail.com. Edital: <http://www.tce.pb.gov.br>; <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, podendo ser solicitado também pelo e-mail indicado.

Congo - PB, 05 de Abril de 2022

RAFAEL DE FARIAS
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00006/2022

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Senador Rui Carneiro, S/N - Centro - Congo - PB, por meio do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA. Abertura da sessão pública: 08:30 horas do dia 25 de Abril de 2022. Início da fase de lances: 08:31 horas do dia 25 de Abril de 2022. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 7.892/13; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3359-1100. E-mail: licitacaocongo@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br; <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, podendo ser solicitado também pelo e-mail indicado.

Congo - PB, 05 de Abril de 2022

RAFAEL DE FARIAS
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI/PB
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 06/2022

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 06/2022, que objetiva: Aquisições de Peixes "CORVINA INTEIRA CONGELADA", destinados a distribuição gratuita com a população reconhecida carente do Município, por ocasião da SEMANA SANTA 2022; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: IVANILDO ARAUJO DA CRUZ – CNPJ: 35.050.486/0001-57 - R\$ 11.050,00. Fica a empresa vencedora do certame convocada para a respectiva assinatura do Termo de Contrato, conforme instrumento convocatório.

Cuitegi - PB, 08 de Abril de 2022.

GERALDO ALVES SERAFIM
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUITÉ DE MAMANGUAPE
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE–PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00002/2022. DOTAÇÃO: Recursos Federais, Próprios e Outros do Município de Cuité de Mamanguape: 02.120 Fundo Municipal de Saúde de C Mamanguape 10 301 4280 2021 Manut. do Fundo Municipal de Saúde 3390.30 99 Material de Consumo 10 301 4280 2023 Manut. Ativ Prog Saude na Família – PSF 3390.30 99 Material de Consumo 10 301 4280 2025 Man. Ativ Programa de Saude Bucal 000250 3390.30 99 Material de Consumo 000251 4490.52 99 Equipamentos e Material Permanente 10 301 4280 2026 Man. Ativ Programa de Farmacia Basica 3390.30 99 Material de Consumo 10 301 4280 2045 Manut do Programa NASF 3390.30 99 Material de Consumo. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2022. PARTES CONTRATANTES: Fundo Municipal de Saúde de Cuité de Mamanguape e: CT Nº 00010/2022 - 24.01.22 - MEDONTEC - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO EM EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES E ODONTOLÓG - R\$ 49.820,00.

MARIO ANTÔNIO DA SILVA FILHO
Secretário e Gestor

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS -**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2021**

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00019/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 00002/2021
<p>OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO CER - CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO FÍSICA AUDITIVA - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00019/2021 - O valor total do aditivo é de R\$ 132.138,68 (CENTO E TRINTA E DOIS MIL, CENTO E TRINTA E OITO REAIS E SESENTA E OITO CENTAVOS), alterando assim o valor total do contrato para R\$ 496.124,77 (QUATROCENTOS E NOVENTA E SEIS MIL, CENTO E VINTE E QUATRO REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS) - FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65 – Lei Federal 8.666/93 - CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO – Contrato nº 00019/2021. Dotação: ORÇAMENTO DE 2022 - RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONDE-PB – 4.0100.10.302.0045.2066 – ESTRUTURAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADA - ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51.01 - OBRAS E INSTALAÇÕES. PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONDE E QUALITY CONSTRUÇÕES LTDA. DATA DE ASSINATURA: 07/04/2022.</p>

ESTADO DA PARAÍBA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONDE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA Nº DV00006/2022
<p>Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00006/2022, que objetiva: SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO VISUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, PARA FACILITAR AOS PACIENTES O ACESSO AOS SETORES; RATIFICADO o correspondente procedimento e ADJUDICADO o seu objeto a: JEAN FERREIRA DA FONSECA - R\$ 17.015,00. Conde - PB, 06 de Abril de 2022.</p>

ESTADO DA PARAÍBA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONDE EXTRATO DE CONTRATO
<p>OBJETO: SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO VISUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, PARA FACILITAR AOS PACIENTES O ACESSO AOS SETORES. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00006/2022. DOTAÇÃO: ORÇAMENTO 2022 – RECURSOS FEDERAIS E PRÓPRIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONDE/PB – 4.0100.10.302.0041.2065/4.0100.10.222.0402.2059/ 4.0100.10.304.0041.2068 – ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.01 – MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até 07/06/2022. PARTES CONTRATANTES: Fundo Municipal de Saúde de Conde e: CT Nº 00038/2022 - 07.04.22 - JEAN FERREIRA DA FONSECA - R\$ 17.015,00.</p>

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2022
<p>O Pregoeiro Oficial comunica o adiamento da abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 00004/2022, para o dia 26 de Abril de 2022 às 08:30 horas; e do início da fase de lances para o dia 26 de Abril de 2022 às 08:35 horas. Referência: horário de Brasília - DF. Informações: das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, na Rua Senador Rui Carneiro, S/N - Centro - Congo - PB. Telefone: (83) 3359-1100. E-mail: licitacaocongo@gmail.com. Site: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. Congo - PB, 08 de Abril de 2022</p>

RAFAEL DE FARIAS Pregoeiro Oficial
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES PÚBLICOS DE CAMPINA GRANDE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA Nº DP00017/2022

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DP00017/2022, que objetiva: Contratação de Empresa especializada para execução de Serviços de Publicação no Diário oficial do Estado da Paraíba e no Jornal A União; RATIFICADO o correspondente procedimento e ADJUDICADO o seu objeto a: EMPRESAS RÁDIO TABAJARA DA PB S/A / (EMP. PB DE COMUNICAÇÃO) - R\$ 100.000,00.

Campina Grande - PB, 03 de Março de 2022
CARLOS MARQUES DUNGA JÚNIOR
Diretor Superintendente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES PÚBLICOS DE CAMPINA GRANDE EXTRATO DE CONTRATO
<p>OBJETO: Contratação de Empresa especializada para execução de Serviços de Publicação no Diário oficial do Estado da Paraíba e no Jornal A União. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DP00017/2022. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Campina Grande: 05.010 – Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos 04.122.2001.2113 – Ações administrativas da STTP 33.90.39.99 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: até 03/03/2022. PARTES CONTRATANTES: Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos de Campina Grande e: CT Nº 00067/2022 - 03.03.22 - EMPRESA RÁDIO TABAJARA DA PB S/A / (EMP. PB DE COMUNICAÇÃO) - R\$ 100.000,00.</p>

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº0002/2022
<p>A Prefeitura Municipal de Dona Inês/PB, torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Av. Major Augusto Bezerra, 02, Centro – Dona Inês/PB, Chamada Pública para Aquisição de carnes diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado a merenda escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino deste Município, considerando o disposto no art. 21, da Lei 11.947/2009, Resoluções CD/FNDE 06/2020. Os grupos informais e/ou formais interessados deverão apresentar sua documentação e projeto de venda até o dia 02 de Maio de 2022, às 08:00 horas. Informações: no horário das 07:30 às 11:30 dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone. (083) 3377-1025. Dona Inês/PB, 06 de Abril de 2022.</p>

JOSÉ RODRIGUES DA SILVA
Presidente

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE DAMIÃO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00013/2022
<p>Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00013/2022, que objetiva: Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de próteses dentárias; HOMOLOGADO o correspondente procedimento licitatório em favor de: DENTALAB LABORATÓRIO DE PROTESE DENTARIA LTDA - R\$ 173.400,00. Damião - PB, 05 de Abril de 2022</p>

SIMONE DE AZEVEDO SANTOS CASADO
Prefeita

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE DAMIÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00017/2022
<p>Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Juviano Gomes de Lima, SN - Centro - Damião - PB, às 14:00 horas do dia 25 de Abril de 2022, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Aquisição Parcelada de Medicamentos de A a Z, através da oferta de maior porcentagem de desconto sobre a tabela da ABCFarma, para a distribuição com Pessoas Carentes deste Município, através da Secretaria Municipal de Saúde deste Município. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 001/2008. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3635-1013. Email: pmdamiaolicitacao@gmail.com Damião - PB, 08 de Abril de 2022</p>

JARKISOMIR OLIVEIRA SANTOS
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE DAMIÃO EXTRATO DE CONTRATO
<p>OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de próteses dentárias. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00013/2022. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Damião:06.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (SEC. DE SAÚDE), 10.301.2009.2029, 10.301.2009.2030, 10.302.2010.2031, 10.302.2012.2033. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERV DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até 05/04/2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Damião e: CT Nº 00059/2022 - 05.04.22 - DENTALAB LABORATÓRIO DE PROTESE DENTARIA LTDA - R\$ 173.400,00.</p>

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE DAMIÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2022
<p>Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Juviano Gomes de Lima, SN - Centro - Damião - PB, por meio do site www.gov.br/compras, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA OS ÔNIBUS ESCOLARES. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 25 de Abril de 2022. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.224/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3635-1013. E-mail: pmdamiaolicitacao@gmail.com. Edital: www.damiao.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.gov.br/compras. Damião - PB, 07 de Abril de 2022</p>

JARKISOMIR OLIVEIRA SANTOS
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE DAMIÃO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00014/2022
<p>Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00014/2022, que objetiva: Prestação de serviços de transporte dos estudantes da Rede Municipal e Estadual de ensino deste Município; HOMOLOGADO o correspondente procedimento licitatório em favor de: AELSON BENTO DA SILVA 85464376453 - R\$ 38.250,00; EVERALDO DE OLIVEIRA SILVA 15147673415 - R\$ 38.250,00; VALDIR PONTES DE LIMA 01081468475 - R\$ 67.320,00. Damião - PB, 04 de Abril de 2022</p>

SIMONE DE AZEVEDO SANTOS CASADO
Prefeita

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE DAMIÃO EXTRATO DE CONTRATOS
<p>OBJETO: Prestação de serviços de transporte dos estudantes da Rede Municipal e Estadual de ensino deste Município. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00014/2022. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Damião:05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – 12.361.2001.2015/12.361.2001.2017/12.361.2001.2019/ ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.01 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Damião e: CT Nº 00061/2022 - 05.04.22 - AELSON BENTO DA SILVA 85464376453 - R\$ 38.250,00; CT Nº 00061/2022 - 05.04.22 - EVERALDO DE OLIVEIRA SILVA 15147673415 - R\$ 38.250,00; CT Nº 00062/2022 - 05.04.22 - VALDIR PONTES DE LIMA 01081468475 - R\$ 67.320,00.</p>

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS ESTRADAS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00011/2022
<p>Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua do Comércio, 23 - Centro - Duas Estradas - PB, por meio do site https://bnc.org.br/sistema/, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Aquisição parcelada de materiais de construções diversos, destinados a Secretaria de Infraestrutura. Abertura da sessão pública: 09:30 horas do dia 02 de Maio de 2022. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) OUVIDORIA NO SITE. E-mail: prefeituraduasestradas.pb@gmail.com. Edital: http://duasestradas.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; https://bnc.org.br/sistema/. Duas Estradas - PB, 07 de Abril de 2022</p>

ERIVELTO DA SILVA FERNANDES
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2022 (Conforme art. 4º, Inciso XVI c c XXIII, Lei nº 10.520/02)
<p>Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Eletrônico nº 00007/2022, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO PARA O ANO LETIVO DE 2022; ADJUDICADO o seu objeto a: JOSE WILSON SANTOS – ME - R\$ 357.922,08. Esperança - PB, 07 de abril de 2022.</p>

JUVENCIO RODRIGUES NETO
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2022 (Conforme art. 4º, Inciso XVI c c XXIII, Lei nº 10.520/02)
<p>Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00007/2022, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO PARA O ANO LETIVO DE 2022; HOMOLOGADO o correspondente procedimento licitatório em favor de: JOSE WILSON SANTOS – ME - R\$ 357.922,08. Esperança - PB, 07 de abril de 2022. NOBSON PEDRO DE ALMEIDA - Prefeito</p>

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2022
<p>Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Eletrônico nº 00001/2022, que objetiva: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL DE ESPERANÇA – PB; ADJUDICADO o seu objeto a: ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI - R\$ 26.950,00; ALEXANDRE R BARBOSA DA SILVA - R\$ 19.290,00; ANDIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA - R\$ 9.090,00; ASSUM PRETO PRODUCOS CULTURAIS E COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI - R\$ 5.250,00; CASA HOSPITALAR BIBIPIORA EIRELI - R\$ 32.484,65; CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - R\$ 8.600,00; DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA - R\$ 3.574,00; GIGANTE RECEM NASCIDO LTDA - R\$ 14.170,00; KSS COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA - R\$ 18.062,00; M CARREGA COM?RRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES - R\$ 4.500,00; MOGI MEDICAL EQUIPAMENTOS EIRELI - R\$ 1.100,00; ODONTOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA-ME - R\$ 9.772,00; PROMEDI DISTRIBUIDORA LTDA - R\$ 4.500,00; RV COMERCIO E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - R\$ 1.080,00. Esperança - PB, 07 de Abril de 2022</p>

JUVENCIO RODRIGUES NETO
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2022
<p>Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00001/2022, que objetiva: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL DE ESPERANÇA – PB; HOMOLOGADO o correspondente procedimento licitatório em favor de: ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI - R\$ 26.950,00; ALEXANDRE R BARBOSA DA SILVA - R\$ 19.290,00; ANDIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA - R\$ 9.090,00; ASSUM PRETO PRODUCOS CULTURAIS E COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI - R\$ 5.250,00; CASA HOSPITALAR BIBIPIORA EIRELI - R\$ 32.484,65; CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - R\$ 8.600,00; DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA - R\$ 3.574,00; GIGANTE RECEM NASCIDO LTDA - R\$ 14.170,00; KSS COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA - R\$ 18.062,00; M CARREGA COM?RRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES - R\$ 4.500,00; MOGI MEDICAL EQUIPAMENTOS EIRELI - R\$ 1.100,00; ODONTOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA-ME - R\$ 9.772,00; PROMEDI DISTRIBUIDORA LTDA - R\$ 4.500,00; RV COMERCIO E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - R\$ 1.080,00. Esperança - PB, 07 de Abril de 2022</p>

NOBSON PEDRO DE ALMEIDA
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00008/2022
<p>O Pregoeiro Oficial comunica a suspensão do Pregão Presencial nº 00008/2022, que objetiva: Aquisição Parcelada de medicamentos de A à Z Tipo Ético, Genérico e Similar, que não compõe o elenco de Assistência Farmacêutica Básica para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde deste município de Esperança – PB. Justificativa: Razões de interesse público. Informações: no horário das 08h00min às 13h00min dos dias úteis, no seguinte endereço - Rua Antenor Navarro, 837 - Lúrio Verde - Esperança - PB. Telefone: (83) 3361-3801. E-mail: cpl@esperanca.pb.gov.br. Esperança - PB, 08 de Abril de 2022</p>

JUVENCIO RODRIGUES NETO
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO.

REF: TOMADA DE PREÇOS 03.2021.
OBJETO: O presente TERMO ADITIVO tem por objeto, a prorrogação por mais 06(Seis) meses contados do término do prazo de vigência do termo de contrato de nº 00368/2021 datado de 01/09/2022, Proveniente da TOMADA DE PREÇOS 03.2021celebrado entre as partes, objetivando a Contratação de empresa no ramo pertinente para Construção de empresa no ramo pertinente para construção da 1ª do novo cemitério de Guarabira/PB no Bairro Multirã, conforme termo de referência. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA – MARCUS DIOGO DE LIMA. CONTRATADA: CONSTRUTORA IMPERIAL EIRELI – CNPJ: 33.777.036/0001-35– DANIELE NUNES ARAÚJO JUSTIFICATIVA: Em razão de ainda existir saldo de quantitativos do respectivo contrato REGIMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. DATA TERMO ADITIVO: 23.02.2022 VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO:23/09/2022 OBS: Publique-se para atendimento do disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

MARCUS DIOGO DE LIMA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARABIRA/PB AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00056/2022.

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Antonio André, 39, 1º andar – Centro – Guarabira/PB - PB, às 14h00min, no dia 25 de Abril de 2022, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Aquisição Parcelada de Medicamentos de A a Z, através da oferta de maior porcentagem de desconto sobre a tabela da ABCFarma, para a distribuição com Pessoas Carentes deste Município, através da Secretaria Municipal de Saúde deste Município. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 20/2007. Informações: no horário das 08h00min às 12h00min dos dias úteis, no endereço supracitado. Email: licitacao@guarabira.pb.gov.br. Telefone: (083) 3271-1946.
Guarabira - PB, 07 de Abril de 2022

DEBORAH NATHYNELLY SOARES PEREIRA
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO.
REF: TOMADA DE PREÇOS 03.2021.
OBJETO: O presente TERMO ADITIVO tem por objeto, a prorrogação por mais 06(Seis) meses contados do término do prazo de vigência do termo de contrato de nº 00368/2021 datado de 01/09/2022, Proveniente da TOMADA DE PREÇOS 03.2021celebrado entre as partes, objetivando a Contratação de empresa no ramo pertinente para Construção de empresa no ramo pertinente para construção da 1ª do novo cemitério de Guarabira/PB no Bairro Multirã, conforme termo de referência. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA – MARCUS DIOGO DE LIMA. CONTRATADA: CONSTRUTORA IMPERIAL EIRELI – CNPJ: 33.777.036/0001-35– DANIELE NUNES ARAÚJO JUSTIFICATIVA: Em razão de ainda existir saldo de quantitativos do respectivo contrato REGIMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. DATA TERMO ADITIVO: 23.02.2022 VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO:23/09/2022 OBS: Publique-se para atendimento do disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

MARCUS DIOGO DE LIMA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARABIRA/PB AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00056/2022.
<p>Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Antonio André, 39, 1º andar – Centro – Guarabira/PB - PB, às 14h00min, no dia 25 de Abril de 2022, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Aquisição Parcelada de Medicamentos de A a Z, através da oferta de maior porcentagem de desconto sobre a tabela da ABCFarma, para a distribuição com Pessoas Carentes deste Município, através da Secretaria Municipal de Saúde deste Município. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 20/2007. Informações: no horário das 08h00min às 12h00min dos dias úteis, no endereço supracitado. Email: licitacao@guarabira.pb.gov.br. Telefone: (083) 3271-1946. Guarabira - PB, 07 de Abril de 2022</p>

DEBORAH NATHYNELLY SOARES PEREIRA
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA/PB AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00057/2022
--

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Antonio André, 39, 1º andar – Centro – Guarabira/PB, às 15h00min, do dia 25 de Abril de 2022, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa no ramo pertinente para os serviços de recuperação e manutenção em diversas praças de Guarabira. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 20/2007. Informações e retirada do Edital: no horário das 08h00min às 12h00min dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacao@guarabira.pb.gov.br. Telefone: (083) 3271-1946.
Guarabira - PB, 08 de Abril de 2022

DEBORAH NATHYNELLY SOARES PEREIRA
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA/PB AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00058/2022
<p>Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Antonio André, 39, 1º andar – Centro – Guarabira/PB, às 08h00min, do dia 26 de Abril de 2022, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para diversos reparos nas secretarias municipais. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 20/2007. Informações e retirada do Edital: no horário das 08h00min às 12h00min dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacao@guarabira.pb.gov.br. Telefone: (083) 3271-1946. Guarabira – PB, 08 de Abril de 2022</p>

DEBORAH NATHYNELLY SOARES PEREIRA
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA/PB AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00059/2022
<p>Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Antonio André, 39, 1º andar – Centro – Guarabira/PB, às 10h00min, do dia 26 de Abril de 2022, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de câmeras para os diversos prédios públicos do município. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 20/2007. Informações e retirada do Edital: no horário das 08h00min às 12h00min dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacao@guarabira.pb.gov.br. Telefone: (083) 3271-1946. Guarabira - PB, 08 de Abril de 2022</p>

DEBORAH NATHYNELLY SOARES PEREIRA
Pregoeira

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 00001/2022
<p>Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na José Mariano Barbosa, SN - Centro - Gado Bravo - PB, às 09h00MIN HORAS DO DIA 28 DE ABRIL DE 2022, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE DE ACORDO COM O PROGRAMA PARAÍBA PRIMEIRA INFÂNCIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO – PB, CONFORME CONVENIO FIRMADO DE NR 434/2021, F</p>

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPOROROCA/PB
HOMOLOGAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00016/2022

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00016/2022, que objetiva: Contratação de empresa no ramo pertinente para fornecimento de peças por percentual de desconto dos veículos pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Itapororoca, conforme termo de referência: HOMOLOGAÇÃO o correspondente procedimento licitatório em favor de: JAILSON DA SILVA FERREIRA - R\$ 50.000,00; LUCIA TARGINO DINIZ - R\$ 210.000,00; PHILIPPE TAVARES DA SILVA - R\$ 100.000,00. Itapororoca - PB, 08 de Abril de 2022

**RONALDO MASCENA DE OLIVEIRA
Secretário e Gestor**

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPOROROCA/PB
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº: RP 00016/2022**

Aos 11 dias do mês de Abril de 2022, na sede da Comissão Permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde de Itapororoca, Estado da Paraíba, localizada na Rua Frei Damião de Bozzano - Centro - Itapororoca - PB, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 028, de 30 de Dezembro de 2005; Decreto Municipal nº 00015, de 04 de Janeiro de 2013; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00016/2022 que objetiva o registro de preços para: Contratação de empresa no ramo pertinente para fornecimento de peças por percentual de desconto dos veículos pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Itapororoca, conforme termo de referência; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPOROROCA - CNPJ nº 12.099.621/0001-53.

VENCEDOR: JAILSON DA SILVA FERREIRA						
CNPJ: 32.230.057/0001-73						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
2	VEÍCULOS DA MARCA RE-NAULT		UND	2	25.000,00	50.000,00
					TOTAL	50.000,00

**VENCEDOR: LUCIA TARGINO DINIZ
CNPJ: 29.421.586/0001-40**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
3	VEÍCULOS DA MARCA FIAT		UND	7	30.000,00	210.000,00
					TOTAL	176.400,00

**VENCEDOR: PHILIPPE TAVARES DA SILVA
CNPJ: 11.909.555/0001-77**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
1	VEÍCULOS DA MARCA FORD E MERCEDES		UND	2	50.000,00	100.000,00
					TOTAL	100.000,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS: A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga o Fundo Municipal de Saúde de Itapororoca firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00016/2022, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pelo Fundo Municipal de Saúde de Itapororoca, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programático.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Presencial nº 00016/2022, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00016/2022 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- JAILSON DA SILVA FERREIRA. CNPJ: 32.230.057/0001-73. Item(s): 2. Valor: R\$ 50.000,00.
- LUCIA TARGINO DINIZ. CNPJ: 29.421.586/0001-40. Item(s): 3. Valor: R\$ 210.000,00.
- PHILIPPE TAVARES DA SILVA. CNPJ: 11.909.555/0001-77. Item(s): 1. Valor: R\$ 100.000,00. Total: R\$ 301.650,00.
- CLÁUSULA QUARTA - DO FORO: Itapororoca - PB, 11 de Abril de 2022

**RONALDO MASCENA DE OLIVEIRA
Secretário e Gestor do Fundo Munic de Saúde de Itapororoca**

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00008/2022**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Presidente João Pessoa, 05 - Centro - Juazeirinho - PB, às 14:00 HORAS DO DIA 22 DE ABRIL DE 2022, licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE FILTROS AUTOMÓVEIS E LUBRIFICANTES. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 005-A/17; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3382-1234. E-mail: licitajuazeirinho@gmail.com. Edital: www.juazeirinho.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br

**ERINALDO ARÚJO SOUSA
Pregoeiro Oficial.**

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00009/2022**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Presidente João Pessoa, 05 - Centro - Juazeirinho - PB, às 08:30 HORAS DO DIA 22 DE ABRIL DE 2022, licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE PARALELEPÍPEDO, MEIO FIO E CIMENTO. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93. Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 005-A/17; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3382-1234. E-mail: licitajuazeirinho@gmail.com. Edital: www.juazeirinho.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br

**ERINALDO ARÚJO SOUSA
Pregoeiro Oficial.**

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00010/2022**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Presidente João Pessoa, 05 - Centro - Juazeirinho - PB, às 10:00 HORAS DO DIA 22 DE ABRIL DE 2022, licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA NA PREPARAÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, JANTAR E QUENTINHAS), INCLUSIVE ENTREGA, VISANDO FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, DESTINADAS A ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, E INCLUSIVE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 005-A/17; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3382-1234. E-mail: licitajuazeirinho@gmail.com. Edital: www.juazeirinho.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br

**ERINALDO ARÚJO SOUSA
Pregoeiro Oficial.**

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00012/2022**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Presidente João Pessoa, 05 - Centro - Juazeirinho - PB, às 11:00 HORAS DO DIA 22 DE ABRIL DE 2022, licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE ROÇADA E CAPINAGEM DE DIVERSOS TRECHOS DE ESTRADAS VICINIAS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRINHO, VISANDO FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS FUTURAS. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 005-A/17; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3382-1234. E-mail: licitajuazeirinho@gmail.com. Edital: www.juazeirinho.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br

**ERINALDO ARÚJO SOUSA
Pregoeiro Oficial.**

**ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUAZEIRINHO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10001/2022**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Presidente João Pessoa, 305 - Centro - Juazeirinho - PB, às 09:00 HORAS DO DIA 26 DE ABRIL DE 2022, licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTO POR COMPRA PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURAS CONTRATAÇÕES, PARA ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 005-A/17; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3382-1234. E-mail: licitajuazeirinho@gmail.com. Edital: www.juazeirinho.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br

**ERINALDO ARÚJO SOUSA
Pregoeiro Oficial.**

**ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUAZEIRINHO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10002/2022**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Presidente João Pessoa, 305 - Centro - Juazeirinho - PB, às 11:00 HORAS DO DIA 26 DE ABRIL DE 2022, licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTO POR COMPRA PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURAS CONTRATAÇÕES, PARA ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 005-A/17; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3382-1234. E-mail: licitajuazeirinho@gmail.com. Edital: www.juazeirinho.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br

**ERINALDO ARÚJO SOUSA
Pregoeiro Oficial.**

ESTADO DA PARAÍBA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00014/2022**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Frei Damião, S/N - Centro - Jericó - PB, às 08:30 horas do dia 22 de Abril de 2022, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS PERMANENTES PARA SUPRIR A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JERICÓ - PB, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 021/11; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 34351089. E-mail: licitajerico@yahoo.com.br. Edital: www.jerico.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br

Jericó - PB, 08 de Abril de 2022

**FRANCISCO AROLDO PEREIRA MUNIZ
Pregoeiro Oficial**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 038/2022**

Tomada de Preços Nº 003/2022. Contratante: Prefeitura de Livramento-PB. Contratista: Bom-sucesso Construções E Serviços Ltda, CNPJ: 16.826.093/0001-48. Objeto: Prestar serviços em forma de locação mensal de veículos, para fins serviços da municipalidade através das diversas Secretarias, conforme termo de referência. Valor total: R\$ 1.012.800,00 (um milhão, doze mil e oitocentos reais). Vigência do contrato: Será de 01 (Um) ano. Fonte de recursos: Próprios (Diversos/ordinários/custeio). Dotação: QDD/2022. Partes ass: Emandes Barbosa Nóbrega (Pela contratante) e Sr. Kenro Kaimmy Ribeiro da Silva (Pela contratada). Notificação: No prazo de 8 (Oito) dias úteis, contada a partir do 1º dia útil desta publicação, para a contratada prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, em conformidade com Art. 56 da Lei 8.666/93, e a cláusula decima quinta do edital (Garantia de execução contratual).

Livramento-PB, 07 de abril de 2022.

**Erandes Barbosa Nóbrega
Prefeito**

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 00001/2022**

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00001/2022, que objetiva: Contratação de uma empresa especializada em construção civil, para reforma e ampliação do Ginásio Coapão, localizado no Centro de Marcação; HOMOLOGAÇÃO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICADO o seu objeto a: RETA CONSTRUÇÕES E INCORPORACOES LTDA - R\$ 158.950,50.

Marcação - PB, 08 de Abril de 2022

**ELISELMA SILVA DE OLIVEIRA
Prefeita**

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2022**

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00002/2022, que objetiva: Contratação de uma empresa especializada em construção civil, para reforma da Escola Municipal Rainunda Soares de Lima, localizado no Centro de Marcação; HOMOLOGAÇÃO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICADO o seu objeto a: CONSTRUTORA PARAIBANA EIRELI - R\$ 89.112,80.

Marcação - PB, 08 de Abril de 2022

**ELISELMA SILVA DE OLIVEIRA
Prefeita**

**Prefeitura Municipal de Pedra Branca
AVISO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preços nº 0004/2022**

A Comissão de Licitação torna público a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 0004/2022, tipo menor preço global, implantação de usinas fotovoltaicas e extensão de rede de iluminação Pública no Município de Pedra Branca-PB. Abertura dia 25.04.2022 às 08:30 horas a rua Pres. João Pessoa, 391-centro-Pedra Branca-PB. O edital encontra-se: www.pedrabranca.pb.gov.br ou www.tce.pb.gov.br.

Pedra Branca – PB, 08 de abril de 2022.

**Severino Luiz de Caldas
Presidente da CPL**

**Prefeitura Municipal de Pedra Branca
AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
Pregão Presencial nº 00011/2022**

O Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Pedra Branca-PB, tomar público o resultado de julgamento de habilitação do Pregão Presencial nº 00011/2022, cujo objeto é aquisição de materiais de limpeza, sendo considerada VENCEDORA, a empresa JOSE ALMAIR PEREIRA - ME - CNPJ nº 18.562.663/0001-65 com o valor global de R\$ 513.115,00 (quinhentos e treze mil cento e quinze reais).

Pedra Branca-PB, 04 de abril de 2022.

**Severino Luiz de Caldas
Pregoeiro**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR-PB
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N.º 002/2022**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Tomada de Preço na forma de Execução Indireta, tipo Menor Preço GLOBAL, no dia 25 de Abril de 2022 às 10h30min, objetivo: Contratação De Empresa De Engenharia, Para Executar Obra Civil Pública De Pavimentação em Paralelepípedo no Distrito de Curimatá município de Pilar; A reunião ocorrerá na sala da CPL, prédio da P.M. de Pilar. Informações na Praça João José Maroja, nº 259, Centro; CEP: 58.338-000.

PILAR 07 DE ABRIL DE 2022.

**FERNANDO CAVALCANTE CUNHA FILHO
PRESIDENTE DA CPL**

**Prefeitura Municipal de Piancó
Aviso de Errata**

O Comissão de Licitação torna público ERRATA sobre a Dispensa nº 00018/2022. A matéria foi veiculada no DOE com erro de digitação referente ao objeto da mesma, ONDE SE LÊ Contratação de empresa para serviço de acompanhamento a processos administrativos com correções, ajustes, adequações, GPS, DIRF, RAIS, DCTF e suas alterações, regularização de todas divergências decorrentes desta, parcelamentos, despesas de recursos e encargos do Município de Piancó-PB, LEIA-SE Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de Assessoria Técnica para assuntos ligados ao setor de recursos humanos: Individualização de FGTS; Acerto de Vínculos Empregatícios; Individualização Previdenciária contemporânea e extemporânea; recuperação de abono salarial; parcelamentos junto a CEF/RFB/PGFN/BAMA/INMETRO; informações dos MTE/RFB/CEF e INSS; Elaboração da Folha de Pagamento; Acompanhamento e informações dos Conselhos Escolares; Acompanhamento e informações dos Fundos Municipais; Inclusão de Dossiê junto a RFB; Emissão de GPS, Acertos e Compensações e Acompanhamentos Fiscais referente ao Município de Piancó -PB, em08 de abril de 2022.

**Bruna Marília Pereira Queiroz Nunes
Presidente da CPL**

**Prefeitura municipal de Piancó
EXTRATO DE CONTRATO
Tomada de Preços nº 00003/2022**

CONTRATANTE: Prefeitura municipal de Piancó. CONTRATADA: VANESSA CABRAL LEITE DE SOUZA EIRELI -CNPJ nº 34.283.502/0001-99 Objeto: continuação dos serviços da construção do matoaduro público do município de Piancó -PB, atendendo o Contrato de Repasse nº 1.045.361-33/2017/MAPA/CAIXA. Valor Global: R\$ 660.796,07 (seiscentos e sessenta mil, setecentos e noventa e seis reais e sete centavos).

Piancó-PB, 08 de Abril de 2022

**Daniel Galdino de Araújo Pereira
Prefeito**

**Prefeitura municipal de Piancó
EXTRATO DE CONTRATO
Tomada de Preços nº 00004/2022**

CONTRATANTE: Prefeitura municipal de Piancó. CONTRATADA: VANESSA CABRAL LEITE DE SOUZA EIRELI -CNPJ nº 34.283.502/0001-99 Objeto: pavimentação em paralelepípedo e drenagem no município de Piancó-PB, atendendo o Contrato de Repasse nº 1070.699-20/2020/MDR - SICONV nº 900158/2020. Valor Global: R\$ 279.805,70 (duzentos e setenta e nove mil, oitocentos e cinco reais setenta centavos).

Piancó-PB, 08 de Abril de 2022

**Daniel Galdino de Araújo Pereira
Prefeito**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO**

INSTRUMENTO: Primeiro Termo de Aditivo ao Contrato nº 01.00039/2022, em 14.02.2022. PARTES: Prefeitura Municipal de Piancó e a empresa MARIA JOSÉ MARTINS - ME. OBJETO CONTRATUAL: Contratação de empresa para o fornecimento de gás GLP para atender as necessidades de todas as secretarias do município de Piancó-PB. OBJETO DO ADITIVO: Alteração de valor/reajustamento de preços. FUNDAMENTAÇÃO: Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Piancó-PB, 08 de abril de 2022

**Daniel Galdino de Araújo Pereira
Prefeito**

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM
AVISO DE ADIAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2022**

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua João Barbosa da Silva, 120 - Centro - Queimadas - PB, às 09:00 horas do dia 26 de abril de 2022, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA RUBENS LOPES DE SOUZA E RUAS DA PRAÇA DO VITALZÃO - QUEIMADAS / PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 34783001. E-mail: administracao@passagem.pb.gov.br.

Passagem - PB, 08 de Abril de 2022

**ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA
Presidente da Comissão**

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 00005/2022**

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua João Barbosa da Silva, 120 - Centro - Queimadas - PB, às 09:00 horas do dia 26 de abril de 2022, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA RUBENS LOPES DE SOUZA E RUAS DA PRAÇA DO VITALZÃO - QUEIMADAS / PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 33922276. E-mail: licitacaopmqueimadas2017@gmail.com. Edital: www.queimadas.pb.gov.br ou https://tce.pb.gov.br/.

Queimadas - PB, 08 de abril de 2022

**RICARDO PEREIRA DE LIMA
Presidente da Comissão**

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO
EXTRATO DE CONTRATOS**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO DIVERSOS, PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DOS PREDÍOS DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE REMÍGIO. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00012/2022. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Remígio: 02.010 Secretaria de Gestão 04 122 2002 2002 Manutenção das Atividades da Secretaria de Gestão 02.020 Secretaria de Administração e Finanças 04 122 2002 2005 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças 02.030 Procuradoria-Geral de Remígio 04 122 2002 2007 Manutenção da Procuradoria Geral do Município 02.040 Secretaria de Educação 10 361 2002 2009 Manutenção das atividades da Secretaria de Saúde 02.050 Secretaria de Educação 12 301 2001 2010 Manutenção das atividades do Ensino Fundamental 12 361 1001 2012 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb - 30% 12 365 1001 2015 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil 12 361 1001 2016 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos 02.060 Secretaria de Trânsito 26 122 2002 2024 Manutenção das Atividades da Secretaria de Trânsito 02.070 Secretaria de Desenvolvimento Social 08 122 1003 2025 Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Social 08 243 1003 2026 Manutenção do Conselho Tutelar 02.080 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 15 451 1004 1012 Estruturação da Rede de Serviços Públicos Municipal 15 122 2002 2028 Manutenção das atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 02.090 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente 20 122 2002 2029 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente 02.110 Fundo Municipal de Saúde 10 301 1002 2035 Manutenção do Bloco das Ações e Serviços Públicos de Saúde-Atenção Primária 10 305 1002 2036 Manutenção do Bloco das Ações

e Serviços Públicos de Saúde- Vigilância em Saúde 10 302 1002 2037 Manutenção do Bloco das Ações e Serviços Públicos de Saúde-Atenção Especializada (MAC) 10 302 1002 2039 Manutenção das Ações de Enfrentamento ao Coronavírus - COVID-19 02.120 Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico 13 122 1005 2040 Manutenção das Atividades da Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico 13 392 1005 2041 Promoção de Eventos Sociais e Culturais 02.130 Secretaria de Esporte e lazer 27 122 1005 2043 Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte e Lazer 02.140 Fundo Municipal de Assistência Social 08 244 1003 2044 Financiamento Estadual dos Serviços Socioassistenciais das SUAS Ofertados ou Referenciados ao CRAS e Benefícios Eventuais 08 244 1003 2045 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social 08 243 1003 2046 Primeira Infância no SUAS/CRIANÇA FELIZ 08 244 1003 2048 Serviço de Proteção Social Básica 08 244 1003 2050 Manutenção e Gerenciamento do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único-IGDBF 3390.39 99 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recursos 15001000 Recursos Livres (Ordinário) 15001002 Recursos não Vinculados de Impostos - Saúde 15001001 Recursos não Vinculados de Impostos - RDE 15500000 Transferência do Salário

Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

CNPJ/MF 09.123.654/0001-87

Relatório da Administração e de Sustentabilidade - 2021

1. Sobre o Relatório

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA apresenta seu Relatório da Administração e de Sustentabilidade do ano de 2021, documento que descreve o desempenho econômico, social e ambiental da CAGEPA no período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2021.

O objetivo é demonstrar como a Companhia tem atuado para assegurar a continuidade do negócio e a geração de valor à sociedade.

Além de ser uma importante ferramenta no processo de gestão, o relatório reafirma o compromisso com a transparência das informações prestadas aos seus clientes, acionistas, à sociedade e demais interessados, contribuindo para a consolidação desse relacionamento.

Para a Companhia, a divulgação de seu desempenho à sociedade é um processo que deve ser marcado pela escuta ativa e pelo acolhimento de sugestões e críticas. Quaisquer apontamentos sobre o presente documento devem ser direcionados à Assessoria de Gestão Empresarial, por meio do e-mail age@cagepa.pb.gov.br ou pelo telefone (83) 3218 1289.

2. Mensagem da Administração

O ano de 2021 foi um ano muito desafiador e que continuou marcado pela pandemia mundial do novo coronavírus, que gerou crise sanitária de impactos políticos e econômicos no Brasil e no mundo, sem precedentes na história recente. Na Paraíba, para além dos efeitos da crise sanitária, assistimos concomitantemente o avanço dos efeitos das mudanças climáticas, expostos principalmente pela irregularidade dos períodos chuvosos, com avanço das áreas com estiagem mais agudas, e consequente escassez hídrica, cujo maior exemplo se localizou na região do brejo paraibano, onde registramos uma das piores estiagens e menor volume de chuvas nessa região em anos.

A CAGEPA, contudo, tem se esforçado e trabalhado para superar e amenizar dificuldades impostas pela grave crise hídrica, graças à sua capacidade de resposta, eficiência, planejamento e execução de ações apresentando avanços operacionais e de gestão, que são expostas em uma série de medidas para o enfrentamento da crise hídrica, essas compostas de um conjunto de ações de curto, médio e longo prazos, e tendo por exemplo de distribuição de caixas d'água, instalação de bombas, perfuração de poços, e construção de adutoras. Em várias cidades onde havia racionamento grave ou colapso em seu sistema de abastecimento, a CAGEPA procurou dispor de com caixas d'água na zona urbana, visando otimizar o abastecimento da população, de forma emergencial e de qualidade por carros-pipa.

A Companhia em conjunto com o Governo da Paraíba, com recursos próprios e do Banco Mundial, está licitando a grande adutora do Cariri, que irá captar água do rio São Francisco e levar para toda a região do Cariri, bem como para os municípios de Taperoá e Junco do Seridó. Também ressalta a ação de retomada das obras da adutora do ramal Curimatá, que irá beneficiar municípios do Curimatá Paraibano, além de uma parte dos municípios da região do Brejo, em uma segunda etapa. No total, serão construídos mais de 700Km de adutoras, sendo que cada uma delas terá, por volta de 350 km, dotando de segurança hídrica, após sua conclusão, as regiões que mais sofrem com a falta de água em nosso Estado.

Em um cenário nacional onde estiveram presentes, durante todo o ano de 2021, indefinições e incertezas na conjuntura social, econômica e política, envolvendo baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), inflação em alta, forte desvalorização do real frente ao dólar, bem como desequilíbrio fiscal, por não controle das contas públicas, cenário este agravado e por consequência de medidas necessárias para combater a covid-19 e pela conjuntura internacional, especialmente pelo aumento das commodities, principalmente o minério de ferro e o petróleo, a CAGEPA soube reinventar e avançar na sua gestão de controle e gastos, obtendo, como se verá adiante, uma evolução dos números construídos durante o ano de 2021, obtendo resultados expressivos e nunca vistos na empresa.

A estratégia de negócio, apoiada em processos de governança e ética cada vez mais robustos, permitiu à Companhia avançar em diversas frentes.

A inovação continuou avançando em 2021, onde ações internas e de relacionamento com outros atores do mercado da inovação tem contribuído para mudarmos nossa cultura, sendo uma temática já recorrente na pauta de várias diretorias, permeando transversalmente toda a Companhia para encontrar as melhores tecnologias e soluções operacionais, que garantam maior eficiência a empresa e avanço das práticas sustentáveis. Além dos aspectos aqui tratados, a temática inovação foi aliada, pela diretoria, como uma política empresarial estratégica necessária ao avanço e a sobrevivência da CAGEPA.

O Planejamento Estratégico de longo prazo foi aprovado e contou com a participação da Diretoria Executiva e do corpo de gestores da Companhia, sendo esta construída baseada na expectativa e nos desafios de desempenho e de mercado da CAGEPA, considerando a atual conjuntura econômica do país, bem como análise de cenários no médio e longo prazos.

Diante dos desafios impostos pelo ano de 2021, bem como ao olharmos para as conquistas realizadas, bem como as ações planejadas para os anos seguintes, podemos afirmar que a CAGEPA chegou ao final do ano avançando no seu papel de prestadora de serviço público essencial, que contribui para a melhoria da saúde do paraibano, atuando na busca da qualidade, e comprometida com a sustentabilidade operacional, financeira, social e ambiental. Nossas ações sempre se pautaram pela proteção dos interesses da sociedade paraibana, buscando estabelecer relações éticas, transparentes, legais e socialmente responsáveis com seus acionistas, consumidores/clientes, funcionários e fornecedores.

Sabemos que 2022 seguirá desafiador, porém, estamos prontos para seguir crescendo e levando água de qualidade a todos os lares dos paraibanos, coletando e tratando o esgoto doméstico, contribuindo para a melhoria da saúde de toda a população, especialmente em um momento tão relevante, como este pandêmico, no qual a higiene assume papel ainda mais relevante.

Nosso modelo de gestão estará focado, mais fortemente, nas iniciativas que visam atendimento ao planejamento estratégico com seus objetivos e metas, aprimorando ainda mais a eficiência operacional, ambiental e a qualidade de nossos serviços, priorizando a geração de valor para o nosso público de relacionamento e a perenidade do negócio, contribuindo assim para o desenvolvimento do Estado da Paraíba.

3. Novo Marco Legal do Saneamento

a) Marco legal vigente da prestação dos serviços públicos de saneamento básico

Com o advento da atualização do marco legal do saneamento através da edição da Lei nº 14.026/2020, foram estabelecidas metas de universalização, quais sejam: (i) a garantia de atendimento de 99% da população com água potável e (ii) a garantia de atendimento de 90%, com tratamento e coleta de esgoto, até 31 de dezembro de 2033, além de metas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento.

Tendo em vista a necessidade de regulamentação de dispositivos da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 atualizada pela Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, foi publicado o Decreto Federal nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020, dispondo sobre o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, sobre a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Ato contínuo, foi publicada a Portaria nº 490, de 22 de março de 2021 do Ministério de Desenvolvimento Regional, estabelecendo os procedimentos gerais para o cumprimento do disposto no inciso IV do caput do art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e no inciso IV do caput do art. 4º do Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020, determinando que a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União ficam condicionados ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição.

Com efeito, em 31 de maio de 2021, foi publicado o Decreto Federal nº 10.710/2021, que regulamentou o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estabelecendo a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos regulares em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização previstas no caput do art. 11-B da Lei nº 11.445/2007.

Oportuno salientar que o referido decreto do Poder Executivo Federal deveria ter sido publicado em um prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação da Lei nº 14.026/2020, de acordo com o parágrafo único do art. 10-B da Lei Federal nº 11.445/2007, porém só foi publicado 228 (duzentos e vinte e oito) dias depois do prazo determinado que seria em 15 de outubro de 2020.

Em 04 de novembro de 2021, foi publicada a norma de referência nº 002/2021 da ANA padronizando a incorporação das metas de universalização estabelecidas no art. 11-B da Lei nº 11.445/2007 aos contratos de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

No que tange à esfera estadual, houve a aprovação da lei complementar estadual nº 168, de 22 de junho de 2021, instituindo as Microrregiões do Alto Piranhas, Espinharas, Borborema e Litoral, após o competente estudo de regionalização. Em seguida, foram publicados os decretos dos regimentos internos provisórios das referidas Microrregiões.

Insta informar que, com vistas a atender o disposto no Decreto Federal nº 10.710/2021, a Companhia aditou 48 (quarenta e oito) contratos de concessão e programa regulares e vigentes que possui com municípios operados, que tiveram os seus termos aditivos (de atualização) aprovados por unanimidade pelos respectivos colegiados microrregionais. Após, houve a autorização do Conselho de Administração da Companhia e em atendimento ao art. 11, inciso I, do Decreto 10.710/2021, a CAGEPA encaminhou a referida documentação para análise da Agência Reguladora do Estado da Paraíba (ARPB), bem como os EVTE's atinentes a tais prestações de serviço, o que foi realizado em 30 de dezembro de 2021.

Quanto aos demais municípios, em atendimento ao art. 7º, XI, da Lei complementar estadual nº 168/2021, que regulamenta o art. 8º, II da Lei Federal nº 11.445/2007, a CAGEPA salienta que o Estado da Paraíba, através da Secretaria da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, está tomando todas as providências voltadas à implementação do modelo de descentralização administrativa técnica.

4. Combate à Pandemia de Covid-19

No ano de 2021, tendo em vista a continuidade da dinâmica da pandemia do Covid-19, houve a necessidade de manutenção das estratégias de acompanhamento e promoção da saúde dos nossos empregados, cuja nova realidade, vivenciada com a campanha de vacinação contra o Coronavírus, redimensionou o enfrentamento à doença. No âmbito da CAGEPA, o Comitê de Crise manteve a atualização das orientações, mediante normativas publicadas e divulgadas para todos os empregados, bem como se manteve permanente o trabalho realizado pela equipe psicossocial e médica, com o acompanhamento dos casos suspeitos e/ou confirmados de Covid-19. Dentre as estratégias estabelecidas pela Companhia, destacamos:

- Continuidade na emissão de normativas, cujo conteúdo obedece às especificidades de cada período vivenciado no enfrentamento à doença, nas quais consta um conjunto de orientações acerca das práticas que devem ser levadas em consideração pelos empregados da Companhia no cotidiano do trabalho. Nesse sentido, apontamos os principais pontos de cada normativa a seguir:
 - Normativa nº 10, de 05 de março de 2021: fortalece a necessidade do cumprimento do distanciamento social nos espaços de trabalho da CAGEPA, apontando a possibilidade de estabelecer rodízios entre os empregados, para aquelas situações onde as salas não permitam o distanciamento seguro;
 - Normativa nº 11, de 24 de maio de 2021: prevê a retomada gradual ao trabalho presencial dos empregados imunizados contra a COVID-19, obedecendo ao planejamento específico de cada setor e mantendo todos os cuidados individuais e coletivos de prevenção à doença;
 - Normativa nº 12, de 20 de agosto de 2021: estabelece a necessidade de apresentação do cartão de vacina de todos os empregados que atuam nas unidades da Companhia e define ainda a necessidade de acompanhamento da situação laboral dos empregados, essa feita pelas chefias imediatas;
 - Normativa nº 13, de 29 de outubro de 2021: aponta a restrição de acesso às dependências da CAGEPA, para aqueles que não tomaram a vacina contra a COVID, excluindo-se situações onde o empregado não possa tomar a vacina por motivos de saúde, devidamente justificado com laudo médico que comprove a condição de saúde que impossibilita a tomada do imunizante;
 - Normativa nº 14, de 10 de dezembro de 2021: estabelece a obrigatoriedade da apresentação do cartão de vacina com o esquema vacinal completo contra o COVID-19 para acessar as dependências da CAGEPA.

Importante ressaltar que mesmo diante das especificidades de cada Normativa, nelas são reforçadas as ações e medidas educativas, preventivas e protetivas, individuais, coletivas, bem como as de acompanhamento multiprofissional.

- Manutenção das ações coordenadas pela equipe de Psicologia da Companhia, a destacar: o Programa de Valorização da Vida (PVV), com atividades sendo realizadas por videoconferência; o Programa de Atendimento Psicológico (PAP), com a realização de atendimentos por meios eletrônicos, obedecendo às orientações do Conselho Regional de Psicologia (CRP), quanto a essa estratégia de atendimento; o Projeto Roda de Conversas para Minimização do Estresse, caracterizada pela realização de palestras sobre temáticas articuladas com a realidade vivenciada pelos nossos empregados.
- Continuação no processo de distribuição das máscaras de proteção individual, da distribuição de álcool 70% (líquido e em gel) e da sanitização dos espaços de trabalho (seja pela demanda apresentada pelas unidades ou por planejamento) em uma ação acompanhada pela equipe de Segurança e Medicina do Trabalho.

O programa de prevenção e cuidado físico e mental realizado pela Companhia durante a pandemia da Covid-19 foi premiado

em segundo lugar no Prêmio Ser Humano, realizado pela Associação Brasileira de Recursos Humanos na Paraíba (ABRH-PB). O trabalho realizado pela equipe multidisciplinar da CAGEPA concorreu na modalidade "Gestão de Pessoas – Administração". Em um ano tão atípico e desafiador para a saúde de todos a atuação dos profissionais envolvidos é humanizada e impacta diretamente na vida dos nossos empregados, uma vez que no momento de incerteza, medo e angústia encontram acolhida e acompanhamento das assistentes sociais, psicólogos e do médico do trabalho. Nesse contexto, desde o início da pandemia até o fechamento deste relatório, 956 casos de Covid-19 foram acompanhados pela equipe multidisciplinar da CAGEPA com 917 curados, 21 ativos e 18 vieram a óbito.

5. A CAGEPA

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba é uma sociedade de economia mista por ações, de capital autorizado, constituída mediante autorização da Lei Estadual nº 3.459 de 31 de dezembro de 1966, alterada pela Lei Estadual nº 3.702 de 11 de dezembro de 1972, vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente (SEIRHMA), com sede e foro na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, e jurisdição em todo o território do Estado, com prazo de duração indeterminado.

6. Locais de Atuação

A Companhia está presente em 200 cidades sede de municípios e mais 24 distritos e povoados do Estado da Paraíba, num total de 224 localidades atendidas.

As atividades da Companhia, são realizadas por meio das suas 06 Unidades Regionais: Regional do Litoral (21 Municípios e 4 Distritos) com sede em João Pessoa; Regional do Brejo (36 Municípios e 7 Distritos) com sede em Guarabira; Regional da Borborema (59 Municípios e 9 Distritos) com sede em Campina Grande; Regional das Espinharas (40 Municípios e 1 Distrito) com sede em Patos; Regional do Rio do Peixe (27 Municípios e 1 Distrito) com sede em Sousa; e Regional do Alto Piranhas (17 Municípios e 2 Distritos), com sede em Cajazeiras, que atuam em sintonia com a sua Sede Administrativa em João Pessoa, buscando assegurar o atendimento à população com qualidade e tempestividade.



6.1 Modelo de Negócio

Nosso modelo de negócios expõe de que forma a Companhia transforma os recursos disponíveis – humano, manufaturado, financeiro, intelectual, natural e social – em valor para os públicos de interesse, incluindo os custos e investimentos mais significativos associados a cada um deles. A análise do contexto externo e a evolução da gestão, da governança, das estratégias de negócios e dos resultados são constantes e permeiam toda a nossa atividade.



7. Governança Corporativa

A governança corporativa é o processo de administração da Companhia, em que as várias partes interessadas agem dentro de regras éticas para alcançar o interesse público, obtendo os melhores resultados por meio de práticas baseadas em honestidade e responsabilidade pelos seus objetivos, bem como na transparência perante os públicos interessados, incluindo acionistas, mercados, fornecedores e terceiros, órgãos e poder concedente.

A CAGEPA está sujeita às leis 6.404/1976 (das Sociedades Anônimas), 13.303/2016 (das Estatais) e Lei Federal 14.026/2020, que altera a Lei 11.445/07 (do Saneamento). No âmbito estadual, a Companhia obedece às diretrizes da Agência de Regulação do Estado da Paraíba (ARPB), com normatização feita por meio da Resolução ARP 02/2010.

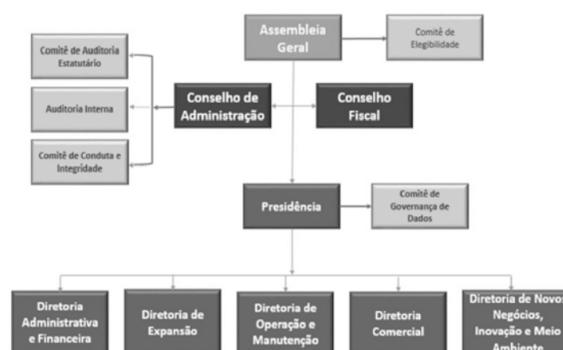
Internamente, a CAGEPA é regida pelo seu Estatuto Social, bem como pelas Políticas de Gestão de Riscos; de Transações com Partes Relacionadas; de Divulgação de Informações; Distribuição de Dividendos; de Porta-Vozes; de Gestão de Pessoas; Ambiental e da Política de Remuneração da Administração, além das normativas administrativas internas emanadas por suas diretorias e pela Diretoria Executiva.

Merce destaque em 2021 a criação do comitê de governança de dados que é um órgão auxiliar da Presidência de caráter permanente, de natureza consultiva e propositiva, instituída para dar apoio à Diretoria Executiva no que tange à coordenação da formulação, implementação e revisão das Diretrizes da Política de Segurança e Proteção da Informação da Companhia, com o intuito de promover a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Ressaltamos também a criação da Assessoria de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade que é um órgão de assessoramento direto ao Diretor Presidente que tem como objetivo garantir a conformidade do tratamento dos dados que circulam na Companhia.

Comprometida com os melhores diretrizes de gestão e conduta, a Companhia trabalha continuamente para aprimorar as suas práticas e seus processos, assegurando por meio desses a evolução do seu negócio.

7.1 Estrutura de Governança Corporativa

A estrutura de administração da CAGEPA está organizada conforme o organograma:



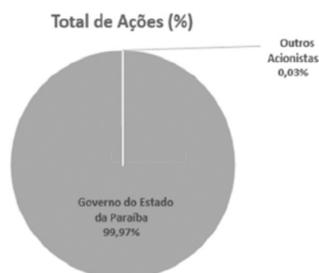
A **Assembleia Geral** é o órgão superior de deliberação da Companhia, sendo constituída pela reunião de acionistas, convocada e instalada na forma da Lei de Sociedade por Ações e do Estatuto Social, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Sua competência é fixada em Lei.

O **Comitê de Elegibilidade** é órgão estatutário de caráter permanente, auxiliar do acionista controlador, que verifica a conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores, conselheiros fiscais nos termos da legislação vigente. O **Conselho de Administração**, é um órgão de deliberação e controle da Companhia, é composto de 8 (oito) membros, todos eles têm direito a voto e são eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, sua competência também é fixada em Lei e pelo Estatuto da Companhia. O Conselho de administração conta com assessoramento do **Comitê de Auditoria Estatutária** que tem como principais atribuições a avaliação e o acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e auditoria independente, e de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia. Também vinculado ao Conselho de administração tem o assessoramento do **Comitê de Conduta e Integridade** que propicia a integração da Companhia junto ao seu Código de Conduta e Integridade, bem como aderência à práticas de integridade e ao regimento que dispõe sobre a conduta ética, e da **Auditoria Interna** que que aprova e supervisiona as atividades do Plano Anual de Trabalho executado de forma independente. Nesse processo, além das auditorias sistemáticas, em 2021, foram implementadas no Plano Anual de Trabalho as Auditorias Específicas com análise de matérias administrativas de relevante interesse da Administração e do cumprimento à Legislação.

O **Conselho Fiscal**, é um órgão fiscalizador independente da diretoria e do conselho de administração, compõe-se de 05 (cinco) membros e respectivos suplentes, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida, no máximo, 02 (duas) reconduções consecutivas. Sua competência também é fixada em Lei e pelo Estatuto da Companhia.

A **Diretoria Executiva** órgão executivo, exercer a gestão dos negócios da Companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração é constituída por 06 (seis) membros, acionista ou não, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. A Diretoria Executiva compõe-se de Diretor Presidente, Diretor de Expansão, Diretor de Operação e Manutenção, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor Comercial e Diretor de Novos Negócios, Inovação e Meio Ambiente.

7.2 Composição Acionária



8. Compliance, Transparência e Ética

Numa abordagem conceitual, *compliance* é o dever de agir de acordo, de estar em conformidade e de fazer cumprir regulamentos internos e externos relacionados às atividades de uma organização. A área de *compliance* tem por função promover a integridade e a conformidade organizacional, zelar pelo cumprimento de leis, normativas, políticas e diretrizes internas, demais regulamentos aplicáveis e padrões éticos, orientar e conscientizar quanto à prevenção de atividades e de condutas que possam ocasionar riscos à integridade da CAGEPA e de partes interessadas.

A transparência pública é um dos mecanismos mais eficientes e essenciais para o combate a fraudes e corrupção. O acesso a informações públicas é um princípio constitucional e direito garantido a toda a sociedade pela Lei Federal 12.527/2011 (de Acesso à Informação).

Atendendo ao princípio de transparência ativa e ressalvadas as hipóteses de sigilo legalmente previstas, a CAGEPA disponibiliza em sua página eletrônica o acesso das informações públicas sobre a Companhia. É uma ferramenta de comunicação com a sociedade e tem como objetivo, dar publicidade aos atos da administração atendendo a determinação da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e estimulando a sociedade a exercer seu papel no controle social, acompanhando, avaliando e fiscalizando as ações realizadas pela Companhia.

Ainda temos o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) que atende aos pedidos de acesso a informações e dados requeridos pelo cidadão.

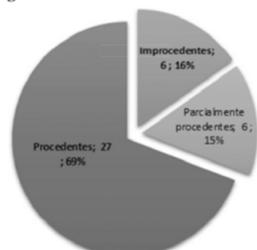
Prezando também pela transparência, e cumprimento a legislação estadual, a Companhia transmite ao vivo os seus processos licitatórios pelo canal da Comissão Permanente de Licitações no *YouTube*, permitindo que qualquer cidadão, em qualquer parte do mundo, possa acompanhar online e em tempo real todo o processo de seleção dos fornecedores e das compras mais importantes da CAGEPA.

O código de conduta e integridade – CCI deve ser o guia balizador de todas as decisões da Companhia, deixando claro as condutas aceitáveis e as que não devem ser praticadas e não aceitas pela CAGEPA. O controle da aplicação do conteúdo do CCI, é feito por meio da avaliação de riscos e controle internos realizados por meio de Auditorias de Gestão e por ações específicas (preventivas ou corretivas) realizadas pela Assessoria de Risco e *Compliance*.

O Canal de Denúncias é disponibilizado pela Companhia para o registro de ações e condutas que ferem leis e regulamentos vigentes, normas internas ou o Código de Conduta e Integridade, incluindo vazamento ou uso indevido de informações, fraude, corrupção, suborno, assédio, discriminação, preconceito, roubo, furto ou desvio de materiais, favorecimento, conflito de interesses, irregularidades em contratos e licitações, entre outras. As denúncias recebidas passam por averiguação quanto à veracidade, que, uma vez confirmada, leva à instauração de procedimentos de apuração interna. O encaminhamento é feito conforme o nível de gravidade da conduta denunciada, sendo levado ao Comitê de Conduta, para a devida gestão da consequência. Em todo o processo há respeito ao direito de defesa dos denunciados e ao anonimato dos denunciantes.

Link do canal de denúncia: https://sic.cagepa.pb.gov.br/form_denuncia_ouvidoria_denuncia/index.php?tipo=DE

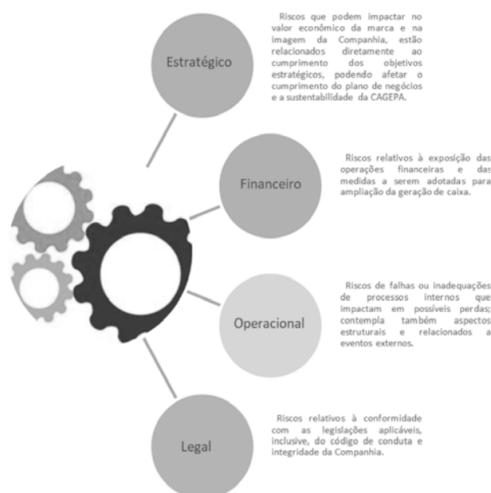
Registros do canal de denúncias em 2021



9. Gestão de Riscos

O processo de Gestão de Riscos na CAGEPA é regido pela Política de Gestão de Riscos, que estabelece os mecanismos de gestão e controle que visam à preservação e à geração de valor, em alinhamento à Missão, Visão, aos Valores e aos objetivos estratégicos da Companhia, e está em conformidade com o disposto na Lei 13.303/2016 (das estatais) e com as boas práticas de governança corporativa.

A Companhia conduz a gestão dos riscos de modo segmentado (Estratégico, Financeiro, Operacional e Legal), em que cada responsável pelo risco atua em sua gestão, especialmente os riscos que podem afetar os negócios, a geração de valor e o desempenho operacional e financeiro.



Para fazer frente ao tratamento desses riscos, são monitorados dados e desenvolvidas ações mitigatórias, junto à Diretoria Executiva. A Companhia está aprimorando a metodologia de mapeamento de processos, a fim de identificar os riscos e os controles internos em todos os níveis da Companhia. Para 2022, a auditoria interna deverá promover testes de eficácia dos controles internos e, dessa forma, garantir o alinhamento entre as três linhas de defesa da Companhia.

Em 2021, os principais riscos monitorados para gerenciamento sistemático foram:

- Perda de contratos com os municípios;
- Indisponibilidade hídrica;
- Redução de receita;
- Não cumprimento da legislação ambiental aplicável;
- Risco a segurança de dados;
- Falha na prestação do serviço ao cliente;
- Deterioração da reputação / marca.

10. Estratégia e Visão de Futuro

O ano de 2021 foi de consolidação do novo mapa estratégico da CAGEPA, resultado de trabalho iniciado no ano anterior, quando a Companhia revisitou suas estratégias e percepções das partes interessadas e do ambiente de negócios. O processo gerou um realinhamento da missão, da visão e dos valores da Companhia, formando o novo mapa estratégico, que direcionará os esforços e as metas a serem seguidas para atender aos novos padrões e desafios do mercado nos próximos cinco anos (2022 a 2026).

As perspectivas e objetivos estratégicos serão desdobrados em planos estratégicos, alinhados ao gerenciamento de riscos com o propósito de mitigá-los e, assim, tornar a CAGEPA bem-sucedida em sua missão. Para o acompanhamento e controle desse processo, foram definidos os indicadores estratégicos e gerências responsáveis. Diretores e gerentes firmarão acordos de gestão para alcançá-los, criando, dessa forma, um ambiente de engajamento corporativo.

Temos como desafio consolidar e integrar o plano de investimentos ao planejamento estratégico, aperfeiçoar o Plano de Negócios da Companhia, estabelecendo uma Matriz de Priorização de Investimentos, instrumentos esses que são peças de grande relevância para a construção do planejamento de todas as gerências. A construção e alinhamento desses instrumentos, contribuirá para um melhor alinhamento processual e se traduzirá em mais consistência do Plano de Negócios e Estratégias de longo prazo. O objetivo dessa consolidação é nortear o processo de planejamento da Companhia, estabelecendo resultados esperados e indicadores de desempenho com base em análises de cenários, projeções operacionais, de tarifa, de orçamentos de resultados e investimentos.



11. Partes Interessadas

Identificamos como as principais partes interessadas da CAGEPA os clientes, empregados, fornecedores, governo, órgãos reguladores, investidores, sociedade e sindicatos, em face da influência desses públicos nas operações, desempenho e imagem da Companhia. Ao identificar e reconhecer essas partes interessadas e parceiros de negócios, a Companhia entende que esses agentes são determinantes e importantes na execução das suas atividades e para o atingimento dos objetivos estratégicos.

A Companhia tem compromisso com o uso equilibrado dos recursos naturais, a adoção de práticas sustentáveis e a conformidade às determinações legais, o que está explicitado em sua missão. Para alcançá-la, é preciso o engajamento de todas as partes interessadas, na construção de uma relação de confiança com os clientes, na proteção do ambiente, bem como na busca da excelência e no respeito às leis.

Os valores refletem um elevado padrão de conduta e integridade, que asseguram credibilidade e preservação da imagem da Companhia diante de suas partes interessadas. Acreditamos que esses valores possam ser incorporados ao cotidiano de todos que mantêm relacionamento com a CAGEPA. Para facilitar esse processo torna-lo cada vez mais transparente, a Companhia os publica seu Código de Conduta e Integridade (CCI), guiando a construção de um relacionamento ético, transparente e sustentável.

12. Desempenho Operacional

O desempenho das atividades da Companhia em 2021 foi direcionado para manter e melhorar, os atuais serviços prestados aos seus clientes, bem como para atender as novas demandas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários requeridas pela população. Buscou-se de forma permanente, a melhoria de desempenho dos serviços prestados e ofertados à população. As atividades de operação e manutenção dos serviços de fornecimento de água tratada e de coleta e tratamento do esgoto sanitário, são realizadas pelas suas 06 unidades regionais, sob a supervisão e direcionamento dos setores normativos localizados na sede administrativa

12.1 Processos Operacionais

A eficiência operacional é perseguida diariamente pela Companhia, visando sempre garantir a qualidade dos serviços prestados à população.

Os investimentos realizados com recursos próprios ou oriundos do acionista controlador, permitem a execução de obras de expansão, operação e manutenção de sua infraestrutura, que seguem as diretrizes da eficiência energética e da redução dos impactos socioambientais, além da atenção permanente voltada à inovação dos processos e à adoção de novas tecnologias.

12.1.1 Processos de Água

A Companhia tem como meta a universalização do serviço de abastecimento de água com qualidade para a população dos municípios em que atua. Mesmo contando com grandes períodos de estiagem já conhecidos na região Nordeste, a Companhia mantém um posicionamento rigoroso, focado no aprimoramento dos processos e na manutenção da excelência.

Em seu compromisso com preservação e conservação dos mananciais, a Companhia promove acompanhamento de bacias hidrográficas, em parceria com órgãos e instituições, a saber: Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Executiva de Gestão das Águas (AES/A), Agência Reguladora do Estado da Paraíba (ARPB), Defesa Civil, Prefeituras, etc. O objetivo desse acompanhamento é verificar a disponibilidade hídrica da fonte – o manancial – com foco na quantidade e qualidade da água bruta, necessárias para a segurança hídrica e a potabilidade do recurso hídrico.

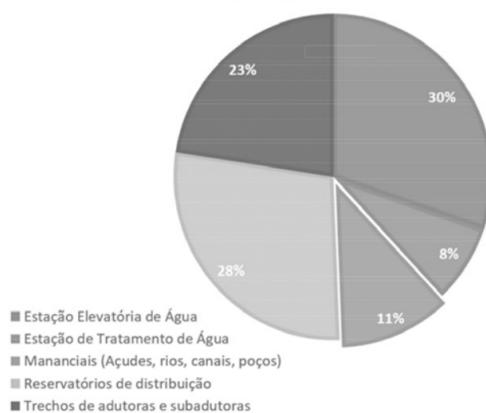
Até chegar aos imóveis, a água passa por um longo processo de beneficiamento. O trabalho da CAGEPA começa nos mananciais, onde a água bruta é captada. Rios, barragens e poços são monitorados, quanto à qualidade de suas águas e aos impactos gerados pela ação humana, visando a manutenção das condições de fornecimento da água em quantidades suficiente para abastecer a população.

Vencida a etapa de verificação da qualidade da água para o consumo humano, é realizada a captação no manancial, e iniciado o processo de transporte da água por adutora até a Estação de Tratamento de Água (ETA), onde esta passará por várias etapas de remoção de impurezas, até se transformar em água potável.

Depois do processo de tratamento a água tratada é transportada por adutoras até os reservatórios, onde de lá será distribuída por meio das redes de abastecimento d'água para as residências da população atendida.

O quadro a seguir apresenta a situação atual da planta de infraestrutura de abastecimento d'água operada e mantida pela CAGEPA:

UNIDADES OPERACIONAIS



Atualmente, para tratar a água ofertada aos municípios e distritos atendidos pela CAGEPA, a Companhia faz uso de 141 estações de tratamento de água, sendo 90 estações de tratamento de água de ciclo completo (Convencional), 24 estações de tratamento de fluxo ascendente (filtro russo), 01 estações de tratamento semiconvencional, 25 unidades com captação subterrânea cujo tratamento é simples cloração e 01 sistemas com captação superficial com cloração.

12.1.2 Ações de Melhoria

A eficiência em uma Companhia do setor de saneamento pode ser mensurada pelo chamado índice de perdas por ligação, que considera todo volume de água não faturado em função de vazamentos, submedições e fraudes.

O combate a perdas de água é uma atividade contínua, com ações diárias de identificação, controle e redução. Os dados de medição dos volumes são monitorados frequentemente e com base na análise destes são feitas vistorias nas redes, ramais e cavaletes, nas regiões com indícios de vazamentos, que são reparados o mais rápido possível. Também é feito o monitoramento das pressões e vazões nas redes de distribuição, essencial para identificação de vazamentos e direcionamento das equipes de manutenção. Essa gestão das pressões é fator relevante para controle dos vazamentos, além de proporcionar abastecimento mais regular para a população. Em 2021 a CAGEPA adquiriu 200 equipamentos industrializados para monitoramento de pressão contínua nas redes de distribuição, fruto de estudos internos que conduziram para a solução adquirida. Prever-se ampliar a aquisição de mais 1.000 unidades destes equipamentos ao longo de 2022.

A automação é um outro recurso importante para melhoria da eficiência operacional dos sistemas, que envolve ações já consolidadas no mercado, como também de inovação tecnológica. A Companhia conta com uma estrutura administrativa e funcional de automação próprias e terceirizadas, que permitem ações diárias, com reflexos na otimização da operação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Dentre os mais importantes reflexos da automação destacam-se: redução de perdas reais de água e de horas extras, a disponibilização de dados e informações em tempo real para uma gestão eficiente do ponto de vista da satisfação do usuário, entre outras vantagens operacionais. Em 2020 foi dado início ao processo de estruturação do plano de automação da Companhia, com o objetivo de estruturar todo o processo de implantação dos sistemas, com foco específico na melhoria de sistemas e entregas dos serviços à comunidade (a exemplo da redução do tempo de intermitência dos serviços) e de redução de custos, especialmente com horas extras.

A CAGEPA se fez presente no 31º Congresso da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), contribuindo com soluções sustentáveis para o setor de saneamento básico no País onde apresentou para os especialistas e gestores participantes do evento o artigo sobre "Arquitetura de Automação de Baixo Custo para Sistemas de Abastecimento de Água". O estudo avaliou a possibilidade de monitorar reservatórios e redes de distribuição por meio do sistema *Supervisory Control and Data Acquisition* (SCADA), usando plataformas abertas e mais baratas, com um custo consideravelmente reduzido em relação a tecnologias SCADA convencionais.

Para contribuir com a redução do índice de perdas, a Companhia investe constantemente na atualização de seu parque de hidrômetros e estudos para aquisição de novas tecnologias voltadas para a modernização do sistema de leitura e fiscalização. No ano de 2021, houve a movimentação de 161.114 hidrômetros, sendo 29.152 instalações e 131.962 substituições.

Um grupo de empregados da Companhia passou por capacitação para pilotar drones, em uma iniciativa da CAGEPA em parceria com a Clube Drone Brasil, com aulas teóricas e práticas. O uso de drones vai facilitar o trabalho dos técnicos na coleta de dados para o cadastro comercial, a fiscalização de adutoras (percorrendo toda a extensão da tubulação, principalmente em lugares de difícil acesso), no monitoramento das estações de tratamento de água e esgoto, além de registros e captação de imagens para a comunicação institucional da Companhia. O curso apresentou as noções básicas de legislação e manuseio do equipamento, atentando-se, principalmente para a segurança do espaço aéreo, da sociedade e do próprio operador. Ainda no desenvolvimento do corpo funcional da CAGEPA, foi realizado treinamento de empregados sobre a manutenção uso dos tubos de Polietileno de Alta Densidade (PEAD), material mais resistente a impactos e químicas, mais seguro quanto à fraudes, além de ser atóxico para transportar a água com qualidade. Essa ação educacional torna-se importante na medida em que a CAGEPA já começa a implantar suas primeiras redes de abastecimento de água utilizando esse material.

No combate as fraude e melhoria de eficiência, tivemos em 2021 a efetivação do 1º "contrato de performance" para perda comercial, na região metropolitana de João Pessoa, sendo esse um contrato que o contratado não é remunerado pela conclusão de determinadas etapas do cronograma, mas sim, pela conquista de resultados pré-definidos no escopo do contrato. Essa modalidade, já é utilizada em várias Companhias, e "representa uma importante solução para a alavancagem de recursos, executando o escopo necessário sem desembolsar recursos e remunerando o contratado à médio prazo". (Manual de Performance e Desempenho – ABES).

Desde 2018 a CAGEPA vem aprimorando um sistema para quantificação da eficiência do abastecimento de água, inicialmente nos municípios de Guarabira e João Pessoa, agora também em Campina Grande.

O processo de melhoria na prestação de serviços pela CAGEPA é uma constante. Assim sendo, no âmbito da infraestrutura de abastecimento mantemos os contratos de performances vigentes e ampliamos para outras áreas a exemplo dos serviços de âmbito comercial.

As metas definidas nestes contratos, se não atingidas, geram punições pecuniárias cobradas diretamente nos boletins de medição. Os parâmetros que medem a eficiência das prestadoras de serviços são os mesmos regulados pela Agência de Regulação do Estado da Paraíba (ARPB) e impostos à Companhia.

O Governo da Paraíba firmou o contrato de empréstimo com o Banco Mundial no valor de aproximadamente US\$ 127 milhões que serão destinados à execução do Projeto de Segurança Hídrica do Estado da Paraíba (PSH-PB). O projeto em questão irá beneficiar toda a população da Paraíba, especialmente as regiões do Cariri e Curimatá, que irão receber água de qualidade por meio do Sistema Adutor TransParaíba onde a Companhia é a executora. O sistema adutor "TransParaíba", no seu ramal Curimatá, que se encontra em obras, é contrapartida do Governo do Estado ao empréstimo do Banco Mundial, vai beneficiar cerca de 148 mil habitantes de 19 Municípios paraibanos, contará com 350 km de adutoras que captarão a água do açude Boqueirão para abastecer os Municípios de Boa Vista, Soledade, Boqueirão, São Vicente do Seridó, Cubati, Sossego, Baraúna Picuí e Frei Martinho (1ª etapa) e Juazeirinho, Olivados, Pedra Lavrada, Nova Palmeira, Cuité, Nova Floresta, Barra de Santa Rosa, Damião, Cacimba de Dentro e Araruna (2ª etapa). O sistema também terá uma estação de tratamento e 21 estações de bombeamento. Esta é a maior obra hídrica realizada no Estado, tendo a capacidade de trazer desenvolvimento a essa região e qualidade de vida para a população.

O Sistema Adutor Transparaíba - Ramal Cariri, com extensão prevista de 369,38 km, produzirá uma vazão de água tratada de 410,00 l/s para atender a uma população de 147.930 habitantes, distribuída nas cidades de Monteiro, Prata, Ouro Velho, Sumé, Amparo, Serra Branca, Livramento, São José dos Cordeiros, São João do Cariri, Parari, Desterro, Teixeira, Cacimbas, Taperóá, Santo André, Gurjão, Assunção e Junco do Seridó. Além dessas cidades, atenderá ainda os distritos de Pio X e Santa Luzia do Cariri e 37 chafarizes a serem construídos ao longo da adutora.

O custo total desta obra é de R\$ 350,0 milhões a serem custeados com recursos advindos do acordo de empréstimo celebrado entre Estado da Paraíba e Banco Mundial. A obra, inclui, além dos 369,38 km de adutora, a construção de uma estação elevatória de água bruta a jusante do açude Poções, uma estação de tratamento de água do tipo convencional, 12 estações elevatórias de água tratada e 30 reservatórios (17 a serem construídas nas sedes municipais, 13 apoiados como poços de sucção das estações elevatórias e 1 de lavagem de filtros da ETA).

O prazo para execução desta obra é de 33 meses contados a partir da emissão da ordem de serviços, a qual está prevista para o mês de novembro de 2022. A obra deve ser concluída, então, em agosto de 2025.

O projeto e obra de Soterização, também financiados com recursos do Banco Mundial, refere-se aos serviços técnicos de engenharia para implantação e otimização dos setores de abastecimento do Sistema de Abastecimento Integrado de João Pessoa, que atende as cidades de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e do Bairro de Várzea Nova na cidade de Santa Rita, visando redução do volume perdido por meio de ações de soterização com a implantação de 71 Distritos de Medição e Controle (DMC) de pressão e vazão com instalação de VRPs (Válvulas Redutoras de Pressão), medidores de vazão e pontos de monitoramento; controle ativo de vazamentos com pesquisas e retirada dos mesmos e adequação da infraestrutura, vinculadas a meta de desempenho e com aumento da eficiência operacional. Esta obra será contratada e implementada em 04 (quatro) lotes, os quais coincidem com os distritos operacionais do SAAI (Lote 01- José Américo; Lote 02-Marés; Lote 03-Mangabeira e Lote 04-Intermares). Serão investidos cerca de R\$ 66,2 milhões de reais neste projeto.

O escopo do projeto de Automação prevê a atualização do Projeto Executivo e a Implantação da Automação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de João Pessoa, que além da capital da Paraíba, atende as cidades de Cabedelo, Bayeux e o distrito de Várzea Nova em Santa Rita.

O processo de atualização do Projeto Executivo visa listar e reunir as informações advindas do projeto executivo existente, elaborado em 2014 por empresa contratada, pois, além de posicionar o projeto frente aos avanços tecnológicos ocorridos neste intervalo de tempo entre os anos de 2014 e 2022, traz consigo a expectativa da redução de custos na implantação e melhor eficiência na operação. Também cabe destacar, a expansão de novas unidades operacionais que serão incorporadas ao projeto já existente. A implantação seguirá os contornos das características tecnológicas, requisitos e especificações técnicas aprendidas no presente documento, que trata das estratégias de controle e supervisão previstas para o funcionamento das unidades operacionais que compõem o sistema de abastecimento.

O projeto e implantação da automação a ser contratado consideram-se as novas unidades que foram implantadas e as antigas que continuam em operação. As unidades operacionais que farão parte do escopo são as seguintes: Captação de Gramame, ETA de Gramame, Captação de Mumbaba, ETA de Marés, 29 Estações Elevatórias localizadas nos centros de reservação do SAAI, Captação de Buraquinho, Captação de Santa Rita, ETA e 5 Estações Elevatórias localizadas nos reservatórios da cidade de Santa Rita. Está incluída também nesta aquisição a construção e instalação do Centro de Controle Operacional a ser localizado em Marés. O custo total previsto para este projeto é de R\$ 22 milhões.

A CAGEPA vem com um programa de regularização das redes de distribuição, chamado de “Pés de Galinhas”. O projeto foi dividido em duas etapas, a primeira iniciou em 2018, contemplando as Gerências Regionais do Brejo, Borborema, Espinhalas, Rio do Peixe e Alto Piranhas. Foram executados aproximadamente 164.000,00 metros de regularização de rede com um custo total de R\$ 11,0 milhões. A segunda etapa engloba um total de 52.830 mil ligações, 512.153,2 metros de redes com custo estimado de R\$ 84,0 milhões, que serão executados ao longo do ano de 2022, esta segunda etapa contemplará todas as suas 6 gerências regionais.

Esta ação tem como finalidade, combater as perdas aparentes e físicas nas redes de distribuição, melhorando assim a confiabilidade e continuidade do abastecimento para todos os usuários da Companhia.

Existem atualmente a necessidade de melhorias e construção de 35 (trinta e cinco) novas Estações de Tratamento de Água (ETA). A CAGEPA já iniciou o projeto para recuperação ou substituição das ETAs. Estão em andamento a implantação de novas estações nos municípios de Conceição, Frei Martinho, Barra de Santana, Belém do Brejo do Cruz e nos Distritos de Chã dos Pereiros no município de Riachão de Bacamarte. O custo aproximado desta ação é de R\$ 3,0 milhões. O custo total deste programa está estimado em R\$ 35,0 milhões beneficiando uma população estimada de 332.000 mil habitantes. Nos municípios de Frei Martinho, Nova Palmeira, Montadas, Areial, Picuí que estavam em colapso voltaram a operar.

12.2 Análises de Qualidade

A Companhia segue, rigorosamente, os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água determinados pelo Ministério da Saúde. Cumprindo com seu compromisso de entregar água de qualidade à população e tratar de forma ambientalmente adequada o esgoto que coleta, em obediência às legislações ambientais pertinentes, a Companhia realiza continuamente análises de conformidade.

As análises da qualidade da água são feitas através de 08 laboratórios distribuídos nas cidades de João Pessoa (2), Santa Rita (1), Guarabira (1), Campina Grande (1), Patos (1), Sousa (1) e Cajazeiras (1). Os laboratórios analisam os seguintes parâmetros: Cor, Temperatura, Turbidez, Ph, Cloro residual, Alcalinidade Total, Oxigênio consumido, Cloreto, Dureza Total, Dureza de Cálcio e Magnésio, Salinidade, Condutividade e Análises Microbiológicas. Além dos laboratórios próprios, a CAGEPA possui contratos com laboratórios certificados para análises mais específicas.

O tratamento dos esgotos domésticos tem como principal objetivo remover o material sólido, exterminar microrganismos patogênicos e reduzir as substâncias químicas indesejáveis. Para isso, a Companhia percorre várias etapas assegurando um serviço de qualidade. A CAGEPA possui 1 laboratório na cidade de João Pessoa para análise dos efluentes que chegam as nossas Estações de Tratamento de Esgoto – ETA’s, bem como daqueles que, após o tratamento, saem das nossas ETA’s, visando verificação e conformidade do tratamento posto, sendo mensurados os seguintes parâmetros: Condutividade, Ph, DBO, DQO, sólidos sedimentáveis, Fósforo e Nitrogênio.

12.3 Processo de Esgoto

Após a utilização da água nos imóveis é gerado o esgoto doméstico, que se depositado “in natura” nos corpos hídricos, causa a contaminação do meio ambiente, e provocar doenças. A CAGEPA coleta, trata e dá destinação final adequada a esses efluentes ricos em carga orgânica e principal poluidor de rios situados em áreas com ocupação urbana.

Os proprietários ou moradores devem ligar a rede interna de esgotamento sanitário de seus imóveis no ramal domiciliar da rede pública coletora de esgotos. Do ramal, o esgoto coletado segue pela rede, por gravidade, até tubulações maiores, que enviam os esgotos até as estações elevatórias. Nessas estações, as bombas elevam e conduzem os esgotos de pontos mais baixos para locais mais elevados, fazendo com que cheguem até a estação de tratamento. O esgoto coletado pela CAGEPA é tratado por processo biológico e se transforma em efluente livre de carga orgânica e de microorganismos transmissores de doenças. Neste processo, as bactérias são o principal agente de tratamento. As técnicas e equipamentos variam de acordo com as condições locais, mas o princípio é sempre o mesmo. A Companhia adota, atualmente, cerca de 29 técnicas de tratamento biológico por oxidação aeróbia e/ou anaeróbia. Quase todas elas combinam a utilização de bactérias que digerem a matéria orgânica utilizando gás carbônico (CO₂/oxidação anaeróbia), com bactérias que fazem esta digestão utilizando oxigênio (O₂/oxidação aeróbia). Depois que toda a matéria orgânica do esgoto é consumida, o efluente segue para outro ambiente, onde as bactérias e vírus que causam doenças são eliminados. Existem três maneiras de desinfetar o efluente tratado: bactérias, raios ultravioletas ou cloro. A qualidade do efluente tratado segue o padrão de qualidade da Resolução 357 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e pode ser reutilizado na irrigação de culturas agrícolas ou de áreas verdes.



A Companhia tem como meta a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgotos para a população dos municípios em que atua com foco no aprimoramento dos serviços diretamente relacionados à saúde e à qualidade de vida dos cidadãos. O esgotamento sanitário é um dos maiores desafios impostos à CAGEPA, sendo essencial para melhoria da condição de vida e saúde dos paraibanos, por ser o principal meio de combate às doenças de veiculação hídrica. É também um dos principais fatores de proteção ambiental, ao reduzir o despejo de esgoto in natura, com altas cargas orgânicas poluentes, em córregos e rios. Com foco no aprimoramento dos serviços diretamente relacionados à saúde e à qualidade de vida dos cidadãos, a CAGEPA investe de forma contínua na ampliação e na modernização do sistema de coleta e tratamento de esgoto.

Hoje já dispomos de monitoramento contínuo da operação de mais de 40 estações elevatórias de esgoto só na grande João Pessoa. Isto nos permitiu ampliar o controle da operação, bem como levantar dados para melhorar o processo deixando-o mais eficiente e econômico. Tudo por meio de iniciativa e implantação através de equipes próprias.

12.3.1 Ações de Melhoria

Dentro do Projeto de Segurança Hídrica do Estado da Paraíba (PSH-PB), já mencionado neste relatório, está incluído na Região Metropolitana de João Pessoa, a reorganização do transporte do esgoto, envolvendo nas duas grandes elevatórias (Usina I e Usina II), e ampliação do sistema de tratamento do bairro do Roger. Essas ações também irão beneficiar e propiciar novos investimentos nos Municípios de Bayeux e Cabedelo, já que o polo de tratamento do Baixo Róger também atende a essas cidades.

A Companhia também está envolvida em ações que visam assegurar o uso correto das redes de esgotamento sanitário e das galerias pluviais, preservando o meio ambiente e garantindo a balneabilidade da orla marítima da Capital paraibana, com a efetividade das ações conjuntas entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Várias obras de ampliação de sistemas de esgotamento sanitário vêm sendo desenvolvidas pela Companhia, a exemplo das obras de Ampliação/Implantação/Melhorias da rede dos Bairros de Valentina/Seixas/Penhais e José Américo em João Pessoa, obras nas cidades de Aparecida, Lucena, Conde/Jacumã, Monteiro, Prata, São Domingos de Pombal, Campina Grande, Santa Rita, Guarabira, Areia, Boqueirão, Poço José de Moura, São Domingos do Cariri, dentre outras cidades.

13. Sustentabilidade

Sustentabilidade é uma palavra que passou a frequentar a nossa rotina. A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é aquela capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. É compromisso da CAGEPA responder pelos impactos de suas decisões e atividades, na sociedade e no meio ambiente, e de contribuir para a melhoria das condições de vida, tanto das populações atuais quanto para as gerações futuras, por meio de um comportamento ético e transparente.

Comprometida com o desenvolvimento sustentável, pautada no equilíbrio dos aspectos econômico, social e ambiental e alinhada à sua missão, a Companhia busca oferecer seus serviços com um menor custo para a sociedade e atender com abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto toda a população e, principalmente, a das regiões que mais necessitam. A Companhia cumpre em seus serviços os padrões estabelecidos pela legislação e adota práticas de sustentabilidade no aspecto social como o consumo responsável.

Na Companhia, a sustentabilidade é entendida e praticada de maneira cada vez mais integrada, considerando os aspectos socioambientais e econômicos, reconhecendo que o cuidado com o meio ambiente e com as pessoas é imprescindível para o seu crescimento.

Os serviços de abastecimento de água e de esgotos sanitários são parte prioritária e essencial das atividades que integram as ações voltadas para a proteção, conservação, recuperação ambiental e quando executados, contribuem decisivamente para recuperar e proteger o subsolo, solo e as águas de situações de degradação e contaminação. Sem saneamento básico não há ambiente saudável.

Os programas de investimentos em saneamento básico da Companhia obedecem a uma visão sistêmica perfeitamente integrada e interligada com a responsabilidade socioambiental e são direcionadas para minimizar os impactos no meio ambiente. A execução das obras está em conformidade com a legislação ambiental em vigor e em respeito ao patrimônio arqueológico de todo o Estado.

A Companhia busca cada vez mais implementar a adoção de práticas que demonstrem a sua preocupação e a sua atuação em relação as práticas ambientais, sociais e de governança. A CAGEPA vê a necessidade de incorporar um *Environmental, Social and Governance (ESG)* a Companhia. O mercado passa a analisar tanto seus aspectos econômicos e financeiros, como também os sociais, éticos e de sustentabilidade de forma unificada.

Trabalhamos para o uso equilibrado e eficiente desses recursos e a consequente preservação do meio ambiente. O assunto é tratado com transparência e é alvo de esforço contínuo para conscientizar todos os profissionais sobre a importância das questões ambientais para a continuidade do negócio

14. Gestão Ambiental

A Política Ambiental da Companhia estabelece princípios, diretrizes e estratégias que orientem na condução de atividades e ações que resultem em uma prestação de serviços de forma sustentável, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e bem-estar da população visando estabelecer posturas ambientalmente corretas para alcançarmos a excelência e a eficiência, comprometendo-se firmemente com a meta de universalização do saneamento básico, deixando explícito, durante sua atuação, o compromisso com adoção de práticas socialmente e ambientalmente responsáveis.

Será por meio dos processos de incorporação e disseminação internas e externas dos conceitos de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade, que se pretende incorporar, na cultura da Companhia, bem como estimular clientes, fornecedores e partes interessadas a fazerem o mesmo, criando uma grande sinergia empresarial em torno da sustentabilidade.

Tem-se igualmente como compromisso, efetivar ações em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável e fomentar estratégias para o controle social nas localidades onde a Companhia atua, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equilibrada e justa.

Para tanto, a administração, envia esforços em promover espaços permanentes de diálogo com os públicos de interesse e divulgar os resultados advindos das práticas de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade de forma ampla e transparente, como forma de prestar contas à sociedade e de referenciar a atuação de outros atores sociais.

No âmbito da gestão ambiental foram elaborados vários estudos ambientais, entre eles o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil do Sistema Adutor (Remigio – Esperança), Plano de Controle Ambiental do Sistema Adutor do município de Alagoa Grande, planos de Gestão Socioambiental das obras do Sistema Adutor Transparaíba – Ramal do Curimataú e os Planos de Gestão Socioambiental do Sistema de Esgotamento Sanitário de João Pessoa Usina I e Usina II.

Em 2021 demos andamento ao nosso projeto de coleta seletiva com a implantação dos coletores de pilhas e baterias na sede da CAGEPA (Sede e Unidade Regional do Litoral).

Foram concluídas a elaboração do projeto de customização de veículos (vans) que farão parte do atendimento ao público com ferramentas interativas em seu interior para apoiar a realização de trabalhos de educação ambiental e mobilização social em todo o Estado.

O horto florestal do município de Campina Grande, chegou a produzir 1.200 mudas / mês de espécies nativas da região, para o reflorestamento de matas ciliares, grande parte das mudas foram doadas para a recomposição da mata ciliar do açude boqueirão, através do projeto ambiental oito verde.

Também em 2021, tendo continuidade no ano de 2022, foi construído e desenvolvido o projeto “Verão CAGEPA”, visando divulgar práticas sustentáveis de uso consciente da água e sensibilizar a população ao não desperdício.

Foram concluídas o trabalho técnico social nos municípios de Itabaiana e de João Pessoa (obra do R-21).

Outra prática importante é a participação efetiva da Companhia nos Comitês de Bacias Hidrográficas que estão inseridas na Paraíba, a exemplo do Litoral Norte, Litoral Sul e Piancó/Piranhas/Açú, onde nestes são discutidas e tem-se deliberações importantes para a segurança hídrica do Estado.

14.1 Responsabilidade Socioambiental

Além de prestar serviços de saneamento ambiental, que contribuem para melhorar a saúde e a qualidade de vida da população, a Companhia busca consolidar o relacionamento com as comunidades atendidas e engajar esse público na preservação dos corpos hídricos e da biodiversidade, assim como no uso racional dos recursos naturais. As ações de educação ambiental são voltadas à população das cidades onde a Companhia está presente e aos empregados, que atuam como agentes multiplicadores dos conceitos e práticas.

No início de 2020, tendo continuidade no ano de 2021, o Governo do Estado e a Prefeitura de João Pessoa iniciaram uma ação contra lançamento de esgoto clandestino no mar assegurando o uso correto das redes de esgotamento sanitário e das galerias pluviais, preservando o meio ambiente e garantindo a balneabilidade da orla marítima da capital paraibana, com a efetividade das ações conjuntas entre o Governo e a Prefeitura. A CAGEPA, junto a demais órgãos como a SUDEMA e SEINFRA, estão à frente dos trabalhos na orla pessoense.

Tivemos ainda o lançamento da campanha “Abra a torneira da bondade e dê um banho de solidariedade”. A ação promovida pelo Governo do Estado, por meio CAGEPA, tem o objetivo de captar doações feitas nas contas de água para o Hospital Napoleão Laureano, referência no tratamento oncológico no estado.

14.2 Educação Ambiental para a Comunidade

Em tempos castigados pela longa estiagem, conscientizar sobre a importância da água é palavra de ordem. A Companhia desenvolve ações educativas de caráter informativo e de mobilização social, junto à população beneficiada com os serviços prestados pela CAGEPA a fim de melhorá-los e adequá-los às necessidades locais, promovendo o protagonismo da população como agente de mudança para uma melhor qualidade de vida.

Essas ações incluem: palestras educativas nas escolas das redes municipais, estaduais e privadas; reuniões com as comunidades e lideranças, oficinas de reciclagem, de compostagem e de sabão; teatro; capacitação; campanhas educativas; pesquisas, concursos entre outras atividades. Envolvemos a sociedade na consciência ecológica e sustentável.

Para ampliarmos as ações de educação ambiental estamos customizando 3 vans para todo o estado, com equipamentos que facilitarão a compreensão dos nossos sistemas de tratamento de água e esgotos, e ainda, com jogos e vídeos, para que, de maneira lúdica e divertida, possamos transmitir sobre a importância da preservação do meio ambiente.

Por intermédio da Lei Federal de Incentivo à Cultura nº8.313/91, a Companhia patrocinou pelo segundo ano consecutivo o Fest Aruanda do Audiovisual Brasileiro, festival consolidado como o principal do gênero no Nordeste, onde neste o tema da água ganhou espaço especial e de destaque na edição do ano de 2021.

15. Investimentos (Próprios e Outras Fontes)

Como base do desenvolvimento humano, o saneamento requer investimentos constantes para a garantia e a melhoria do abastecimento de água, da coleta e tratamento de esgoto, e o cumprimento de compromissos assumidos com a sociedade e com seus clientes. Além de seguirem a diretriz de eficiência alocativa, os investimentos também são pautados pelo tripé da sustentabilidade: eficiência financeira, que busca o menor custo para a sociedade; eficiência ambiental, no atendimento aos padrões da legislação; e eficiência social, com atenção às regiões que mais necessitam de saneamento.

Em 2021 os investimentos totais somaram R\$ 114,3 milhões. Com recursos próprios realizados em diversos projetos e obras somaram R\$ 84,1 milhões onde R\$ 48,5 milhões foram investidos em sistemas de abastecimento de água, R\$ 8,3 milhões foram investidos em sistemas de esgotamento sanitário e R\$ 27,2 milhões em bens de uso geral.

O Governo do Estado da Paraíba investiu 1,9 milhões com aportes para investimentos com projetos e obras de implantação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário, também foram realizados investimentos através de convênios com o Governo Federal (PAC, OGU, FGTS) na ordem de R\$ 28,4 milhões.

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal do imposto de renda estabelecido no art. 1º da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, sobre as receitas auferidas na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), conforme Laudo Constitutivo nº 0269/2019, pelo período de duração (ano calendário) de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028 (10 anos). O referido incentivo fiscal consiste no direito à redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não-restituíveis calculados sobre o Lucro de Exploração.

O Governo da Paraíba firmou o contrato de empréstimo com o Banco Mundial no valor de aproximadamente US\$ 127 milhões que serão destinados à execução do Projeto de Segurança Hídrica do Estado da Paraíba (PSH-PB). A gestão estadual também investirá recursos próprios no montante de US\$ 80,2 milhões no setor.

16. Desempenho Econômico e Financeiro

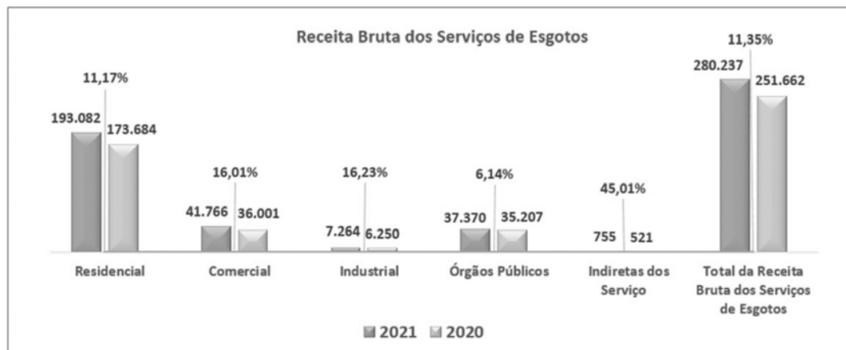
O ano de 2021 continuou marcado pela pandemia mundial do novo coronavírus, tendo continuidade a crise sanitária com impactos políticos e econômicos no Brasil. Apesar do Produto Interno Bruto (PIB) ter apresentado um aumento (prévia de 4,5%) segundo o Banco Central do Brasil (BACEN) em relação a 2020 (redução de 4,1%) a economia foi freada pelo aumento da inflação que registrou em 2021 que fechou o ano com o valor de 10,06% conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para 2022 o Banco Central estimou alta de 1% para o PIB, com desaceleração da atividade por conta de “surpresas negativas” em dados recentemente divulgados e pelo aumento do chamado “risco fiscal”, ou seja, de incertezas sobre gastos públicos. Para o mercado financeiro, o crescimento deste ano será menor ainda. A expectativa dos analistas dos bancos, em pesquisa feitas será um crescimento de aproximadamente 0,30% para o PIB em 2022.

Na Paraíba, como já mencionado, enfrentamos esse momento concomitantemente à escassez hídrica principalmente na região do brejo paraibano, onde presenciamos uma das piores crises hídricas nessa região em anos. Em todo o Estado encerramos o exercício de 2021 com 29 municípios em colapso e 47 em racionamento, tendo impacto direto na nossa receita faturada. Nesse contexto, a administração intensificou seus esforços na gestão de despesas e custos, conduzindo suas estratégias com flexibilidade organizacional para responder de maneira ágil e eficiente às dificuldades. A Companhia deu sequência aos resultados positivos alcançados nos últimos anos, afirmando seu equilíbrio econômico e financeiro. O desempenho foi assegurado principalmente pela atuação da administração na gestão e controle gastos.

16.1 Receita de Serviços

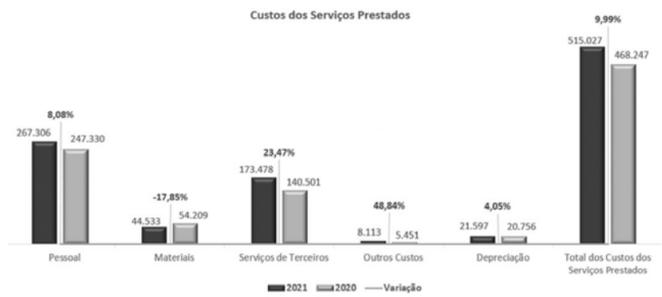
Influenciado pelo reajuste tarifário de 7,19% a partir de janeiro de 2021 e com ações que envolvem a micromedição (instalação e substituição de hidrômetros), leitura de hidrômetros com acompanhamento de anormalidades de consumo e negociação de débitos, tivemos um acréscimo 8,90% no total de sua receita bruta dos serviços de água e 11,35% dos serviços de esgoto em comparação com ao ano anterior.



16.2 Custos dos Serviços Prestados

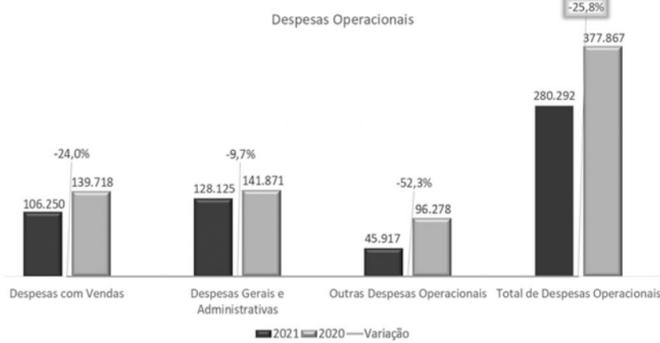
Os custos tiveram um aumento de 9,99% em relação ao ano anterior devido principalmente ao aumento de material de tratamento e energia elétrica, parte considerável do custeio da Companhia. Alguns fatores que influenciaram essa elevação do gasto foram o aumento do valor do produto químico, especialmente o Cloro e Sulfato, estes fortemente influenciados pela alta do dólar e da falta de concorrência interna de fornecedores. Quanto a energia elétrica, temos o aumento da tarifa do KWh, influenciado também pela adoção das bandeiras amarela e vermelha e muitos meses do ano de 2021. Também tivemos influenciaram nesta variação alguns ajustes a alteração da forma de captação de águas em alguns mananciais como a tomada de fundo para flutuante, que aumentou o consumo de energia elétrica, e pela qualidade da água de alguns mananciais que exigiram mais produtos e materiais para seu tratamento, além da retomada de operação de alguns sistemas que estavam em colapso. A Companhia vem trabalhando na redução do custo de energia, com ações no sentido de ajustar todos os 190 contratos de demanda e de modalidade tarifária das 190 unidades consumidoras em média e alta tensão, além de eliminar o reativo excedentes produzidos por algumas unidades consumidoras.

Em 2022 CAGEPA realizará ações para compra de energia no Mercado Livre de Energia, englobando em grande parte de nossas 190 unidades consumidoras do grupo A, que são aquelas em média tensão, ou seja, em 13,8 KV e 69 KV. Como o mesmo objetivo, também teremos a implantação da primeira usina solar da CAGEPA, instalada em sete unidades consumidoras. Toda essa ação sobre energia trará redução dos nossos custos.



16.3 Despesas

Todas as despesas operacionais tiveram reduções, diante dos desafios que foram enfrentados em 2021 a Companhia reduziu significativamente vários dos seus gastos, mantendo a eficiência em seus processos.



16.4 Resultado do Exercício

Nesse cenário, destaca-se a manutenção da saúde financeira da Companhia, com um resultado econômico ao final de 2021 superior aos exercícios anteriores, baixa alavancagem e custos operacionais sob controle. Essa posição vai ao encontro do objetivo da CAGEPA de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do negócio.

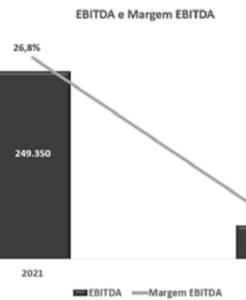
Resultado do Exercício	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	179.892	16.511
Resultado Financeiro	23.185	2.950
Imposto de Renda e Contribuição Social	(30.812)	(11.473)
Resultado do Exercício	172.265	7.988



16.5 LAJIDA

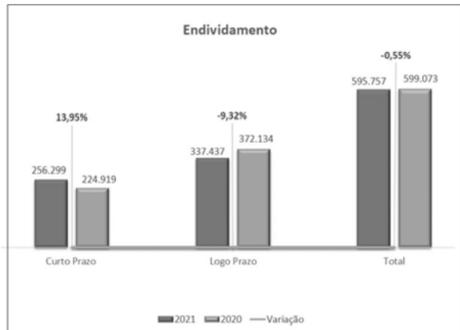
O LAJIDA (ou EBITDA, na sigla em inglês), indicador que representa o resultado operacional antes das despesas financeiras líquidas, dos impostos sobre o lucro, das depreciações e amortizações, refletindo a geração operacional de caixa, cresceu em relação ao exercício anterior reflexo do aumento da receita e redução das despesas, chegando a R\$ 249.350 e Margem EBITDA de 26,8%.

	2021	2020
Receita Líquida (Água e Esgotos)	931.453	852.851
Composição do EBITDA a partir do Lucro Líquido		
Lucro Líquido do Exercício	172.265	7.988
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	30.812	11.473
(+) Resultado Financeiro	23.185	2.950
(+) Depreciação e Amortização	23.088	22.118
= EBITDA	249.350	44.529
Margem EBITDA	26,8%	5,2%



16.6 Endividamento

A Companhia encerra 2021 com um passivo de longo prazo de R\$ 337,4 milhões que inclui R\$ 160,9 milhões de parcelamentos fiscais, originados de pendências de competências anteriores. A dívida fiscal e previdenciária da Companhia foi objeto de solução através do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) e Programa de Regularização Tributária (PRT) onde durante o ano de 2017 a Companhia aderiu, incluindo os débitos de natureza tributária e previdenciária. A Companhia também possui obrigações oriundas de sentenças judiciais transitadas em julgado no Tribunal Regional do Trabalho -13ª Região relacionadas a processos trabalhistas, e no Tribunal Regional Federal, relacionadas a processos tributários. O endividamento da Companhia é monitorado e controlado.



16.7 Destaques

A Companhia contratou uma empresa especializada para realizar os serviços de: levantamento e respectiva avaliação física e econômica dos bens imobilizados móveis, imóveis e intangíveis, operacionais e administrativos; conciliação com registros contábeis; cadastro técnico dos sistemas de água e esgotamento sanitário, cadastro imobiliário, cadastro comercial, cadastro patrimonial, plantas globais e atualização das informações para esses cadastros; saneamento das sobras físicas e contábeis; inventário financeiro e contábil. Os serviços estão sendo desenvolvidos na sede administrativa e nas 06 unidades regionais distribuídas pelo estado da Paraíba. A conclusão deste trabalho está prevista para o fim do exercício de 2022.

A Companhia figurava, como patrocinadora do Instituto Hidrus de Assistência Social ("Hidrus"), pessoa jurídica de direito privado, com fins assistenciais e não lucrativos, constituído em 16 de julho de 1990 com a finalidade principal de proporcionar a assistência social na modalidade de auxílio desemprego aos seus associados. Os planos oferecidos aos participantes do Hidrus são:

- (i) Assistência securitária, através de convênios com a Mongeral Seguros e Previdência, no caso de morte do associado – é oferecido um plano de "Pecúlio de Pensão" por morte do associado, como benefícios de renda vitalícia para seus dependentes, com valores de livre escolha;
- (ii) Assistência social, através da concessão de "Auxílio-Desemprego", mediante a compensação parcial da perda da remuneração nos casos de desemprego do associado. Os valores são estabelecidos em função do plano atuarial e tem como meta a complementação de benefício nivelado em 70% da remuneração fixa do associado (vantagens fixas) expressa no contracheque, mais o valor da aposentadoria do INSS, e se processa em função das informações etário-salarial, sendo estabelecida uma ca-

- rência de 5 anos e limite de 60 anos de idade para sua concessão;
- (iii) Assistência pecuniária concedida ao associado aposentado por invalidez - é repassado, integralmente, o valor disponível no fundo desemprego creditado em seu nome;
- (iv) Para assistência ao associado desempregado com idade inferior a 60 anos, é pago o valor individualizado do Fundo Desemprego creditado em seu nome, em parcelas de valor não superior a 40% da remuneração fixa referente ao mês precedente ao do desemprego, cumprida a carência de 5 anos.

No Estatuto do Hidrus prevê que a Companhia deveria contribuir com o percentual de 6% sobre o valor da folha apenas dos empregados associados ao Hidrus. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 33 (R1), o Hidrus está classificado como um plano de benefício pós-emprego de contribuição definida, onde a patrocinadora (Companhia) paga contribuições a uma entidade separada (Hidrus), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais e o Instituto não possui ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

No dia 27 de outubro de 2021, a Diretoria executiva através de Resolução REDIR 095/02021, considerando o disposto nos seguintes documentos:

1. Recomendação do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, ato da Diretoria de Auditoria e Fiscalização — DIAFI, do processo específico nº 13450/2017, que concluiu nas páginas 425/426 que "é imprescindível a extinção do INSTITUTO HIDRUS e a adoção de providências urgentes no sentido de minimizar os prejuízos ao erário no período de sua precária existência, apurando —se eventuais responsabilidades e salvaguardando os direitos dos associados de boa-fé";
2. Parecer Jurídico da Companhia, que expõe que o INSTITUTO HIDRUS "não possui características de previdência complementar, tratando-se verdadeiramente, de mero plano de assistência social", que a "CAGEPA estaria incorrendo em ilegalidade ao destinar recursos para a manutenção de pequeno grupo de associados, organizados mediante plano de assistência social", concluindo que o "INSTITUTO HIDRUS não preenche os pressupostos necessários para enquadrar-se na categoria de entidade de previdência complementar, não subsistindo portanto, ao seu favor, direito para recebimento da contrapartida patronal questionada, submetendo a matéria à análise e avaliação da Procuradoria Geral do Estado", o que em seguida foi feito;
3. Parecer da Procuradoria Geral do Estado da Paraíba-PGE, o qual ratifica os argumentos presentes no parecer da nossa Assessoria Jurídica — AJU, alertando que "a CAGEPA incorreria em grave ilegalidade caso reverterse recursos para manutenção de diminuto grupo de associados, organizados em mero plano de assistência social". Recomendou ainda, "que a CAGEPA se abstenha de repassar quaisquer valores ao INSTITUTO HIDRUS, uma vez que a entidade não se caracteriza como de entidade previdenciária"; Que a Procuradoria Geral do Estado da Paraíba-PGE, propõe que a CAGEPA, "se entender necessário, a competente ação judicial para anulação do ato constitutivo da associação e, conseqüentemente, a retirada da CAGEPA da condição de órgão instituidor";
4. A inserção da matéria quando das Reuniões do nosso Conselho Fiscal que destaca entre os seus pontos relatados, a seguinte orientação: "Recomendamos a baixa dos valores atribuídos ao Hydru, pue a Diretoria aprecie a Nota Técnica 01/2019 e conforme a mesma recomenda, efetue a baixa, ou promova ação judicial competente para assegurar a baixa";
5. Falta de amparo legal para o repasse de recursos próprios para manutenção de grupo de associados organizados mediante plano de assistência social;
6. A inexistência da base legal para manutenção do registro contábil, do possível passivo da Companhia em favor do INSTITUTO HIDRUS;
7. Evidência de nulidade do passivo contabilizado pela CAGEPA em favor do INSTITUTO HIDRUS, tendo em vista a falta de sustentação jurídica para a sua exigibilidade da saída de recursos financeiros para liquidar tal obrigação. Por este motivo, entende-se que este passivo deve ser baixado do Balanço Patrimonial da CAGEPA e novas provisionamentos não devem ser mais realizados".

RESOLVEU:

- Art. 1º. Manter a suspensão do repasse de quaisquer valores ao Instituto HIDRUS.
 - Art. 2º. Encaminhar ao Conselho de Administração, pareceres da Assessoria Jurídica desta Companhia e da Procuradoria Geral da Paraíba, bem como, relatório do Tribunal de Contas da Paraíba, para apreciação e aprovação da suspensão dos repasses por parte da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba — CAGEPA ao INSTITUTO HIDRUS.
 - Art. 3º. Encaminhar ao Conselho de Administração da Companhia, para apreciação e aprovação da exclusão da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA da figura de patrocinadora, coparticipante, mantenedora, instituidora e/ou qualquer relação de participação e/ou coobrigação com o instituto HIDRUS.
 - Art. 4º. Solicitar autorização do Conselho de Administração da Companhia, para dar baixa no passivo no valor de R\$ 42.385.136,20 (quarenta e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, cento e trinta e seis reais e vinte centavos), no balanço patrimonial da CAGEPA.
- Diante dos argumentos apresentados por meio de pareceres e considerando a falta de amparo legal para o repasse de recursos próprios para manutenção de grupo de associados organizados mediante plano de assistência social; a inexistência da base legal para manutenção do registro contábil, e a nulidade do passivo contabilizado por esta Companhia em favor do Instituto Hidrus, no dia 30 de novembro de 2021, na décima primeira reunião do Conselho de Administração, foi decidido por unanimidade a autorização para que se proceda com a baixa do valor contabilizado no passivo do Balanço Patrimonial em favor do Instituto Hidrus e que a Companhia se abstenha de realizar novos lançamentos na mesma modalidade.

17. Clientes

Alicerçada nos princípios de valorização e foco em seus clientes, com ações que priorizam atingir as metas de promover saúde e bem estar social, preservando o meio ambiente com inovação e investimento em tecnologias que apoiem o desenvolvimento sustentável e a universalização dos serviços, aplicando, ainda, uma política tarifária justa e com um olhar diferenciado para as famílias em situação de vulnerabilidade, a Companhia atendeu em 2021 a dois grupos de clientes: o poder concedente, municípios detentores da titularidade de serviços públicos de saneamento básico, por meio de contratos; e os consumidores finais, que usufruem das redes de água e de esgoto.

17.1 Concedente

São as prefeituras municipais, que transferem ou concedem o direito para a prestação dos serviços de saneamento básico, no caso da CAGEPA, o abastecimento de água e esgotamento sanitário por meio da formalização de contratos, sejam eles de concessão ou prestação de serviços. Em 22 de junho de 2021, foi publicada a Lei Complementar Estadual nº 168 dispoendo sobre a instituição das Microrregiões de Água e Esgotos Alto Piranhas, Espinharas, Borborema e Litoral. Com efeito, a prestação regionalizada do serviço de saneamento nas Microrregiões é de interesse comum, sendo o Estado o titular da região em conjunto com os municípios, conforme o art. 3º, XIV c/c o art. 8º, II, da Lei Federal nº 11.445/2007 atualizada pela Lei Federal nº 14.026/2020, cuja redação deste último é a seguinte:

"Art. 8º Exercer a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico: (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020) I - os Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local. (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020) II - o Estado, em conjunto com os Municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum."

Neste interim, prevê o art. 7º, XI, da Lei Complementar Estadual nº 168/2021 (Lei das Microrregiões) o seguinte: "Art. 7º São atribuições do Colegiado Microrregional: (...)XI - autorizar a prestação direta dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, em razão desta integrar a administração indireta de um dos entes da entidade microrregional".

Em linhas gerais, como o Estado é titular da região em conjunto com os municípios e a CAGEPA integra a administração indireta do Estado da Paraíba, tal deliberação está em consonância com o art. 8º, II da Lei Federal nº 11.445/2007 atualizada pela Lei Federal nº 14.026/2020.

Ressalta-se, ainda, que o Novo Marco Regulatório do Saneamento, estabelece uma série de incentivos à prestação regionalizada dos municípios que estiverem inseridos neste processo, excluindo os municípios isolados (ou não regionalizados) do acesso aos recursos públicos da União ou dos financiamentos por eles geridos, a exemplo do FGTS, conforme transcrição do art. 50, inciso VII, da Lei Federal nº 11.445/2007 atualizada pela Lei Federal nº 14.026/2020, abaixo posta.

"Art. 50. A alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União serão feitos em conformidade com as diretrizes e objetivos estabelecidos nos arts. 48 e 49 desta Lei e com os planos de saneamento básico e condicionados: (...)VII - à estruturação de prestação regionalizada; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)".

Ademais, o Decreto Federal nº 10.588/2020 dispõe sobre o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026/2020, sobre a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445/2007, prevendo que:

"Art. 2º A prestação regionalizada de serviços de saneamento visa à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços, com uniformização do planejamento, da regulação e da fiscalização.

§ 1º Para fins de alocação de recursos públicos federais e de financiamentos com recursos da União, ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União, será considerada cumprida a exigência de prestação regionalizada:

- I - na hipótese de região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, com a aprovação da lei complementar correspondente;
- II - na hipótese de unidade regional de saneamento básico, com a declaração formal, firmada pelo Prefeito, de adesão aos termos de governança estabelecidos na lei ordinária; ou
- III - na hipótese de bloco de referência, com a assinatura de convênio de cooperação ou com a aprovação de consórcio público pelo ente federativo."

Dos 200 municípios atendidos, 48 tiveram os seus instrumentos contratuais aditivados em 2021, para atendimento ao novo marco regulatório, mais especificamente ao Decreto Federal nº 10.710/2021, apresentando a inclusão das metas de universalização (99% de abastecimento de água e 90% de esgotamento sanitário) e os seus estudos de viabilidade da capacidade econômico-financeira.

No que se refere aos demais municípios que não possuem contratos vigentes, a Companhia segue em estudos aprofundados para a regularização da modelagem de prestação regionalizada no âmbito das microrregiões do Alto Piranhas, Espinharas, Borborema e Litoral.

O novo marco legal do saneamento ainda é objeto de debates e discussões, tanto na esfera jurídica quanto na operacional, atravessando, o que parece ser, um período de amadurecimento e adequação do mercado, das empresas e da sociedade como um todo, às novas regras postas pelo poder legislativo.

17.2 Consumidor Final

São abastecidos com água tratada, serviços de coleta e tratamento de esgoto. São classificados em cinco categorias: residenciais, comerciais, industriais e órgãos públicos.

A Companhia vem investindo em ações com foco em inovações tecnológicas de alto impacto e reformas administrativas, de modo a otimizar os seus processos, com o objetivo de aperfeiçoar o relacionamento com seus clientes e fortalecer-se para a ampliação de seu mercado, buscando elevar ainda mais sua capacidade de investimento, através de crescente melhoria em seus resultados operacionais. Podemos citar como exemplo, a ampliação do leque de possibilidades de solicitações disponíveis aos seus clientes, não só objetivando cumprir integralmente o determinado pela Agência de Regulação do Estado da Paraíba (ARPB), mas por entender, acima de tudo, o seu papel social e sua determinação em proporcionar a melhor experiência de atendimento, priorizando a eficiência, praticidade e comodidade daqueles que buscam os seus serviços.

O ano de 2021 foi particularmente desafiador em virtude da continuidade da pandemia, atender de forma satisfatória as solicitações dos nossos clientes passou a ser mais que um valor corporativo, são fundamentais para auxiliar na aplicabilidade das medidas sanitárias tão necessárias à proteção da vida e da saúde.

A CAGEPA contratou no ano de 2020, por meio de processos licitatórios, empresas com expertise para execução de serviços de infraestrutura de ramais prediais de água, tais como: ligação e religação de água, movimentação de hidrômetros, entre outros, atuando em todos as suas unidades regionais: dos grandes conglomerados urbanos aos pequenos municípios, sem esquecer a importantíssima zona rural, onde o cliente estiver, a Companhia estará por meio de instrumentos contratuais que permitem a mensuração da performance da prestação do serviço. Em 2021 o trabalho começou a apresentar os primeiros resultados. Foram mais de 160 mil novos hidrômetros instalados.

A renovação do nosso parque de medição é de fundamental importância social e econômica, ao passo em que permite a prática da justiça social, na medida em que cada cidadão será corretamente medido e cobrado pelo que, de fato, consumiu, e por elevar o potencial de faturamento da Companhia, respectivamente. Por outro lado, o uso racional da água é fator primordial para a Companhia, que busca sempre uma hidrometração justa, focada na diminuição de perdas.

Visando o engajamento constante de nossos empregados nas mais diversas atividades a área Comercial realiza periodicamente uma avaliação de seus resultados, com base em diversos indicadores de desempenho (KPI): Indicador de Faturamento (IF), Indicador de Arrecadação (IA), Indicador de Débito (ID), indicador de hidrometração (IH), entre outros, são apenas exemplos de métricas que fomentam entre as seis unidades regionais uma disputa saudável, com metas claras, em busca dos melhores resultados e premiando as coordenações locais, de acordo com uma classificação geral dos indicadores, apurada ao final de cada ano. Esses indicadores e essa disputa criam um ambiente sadio de concorrência interna por melhores resultados e propicia, cada vez mais, a busca pela satisfação de nossos clientes.

Em 2021 foram traçadas metas ousadas e desafiadoras, que foram alcançadas com êxito, mostrando o potencial de reinvenção e de criatividade de nossas equipes, que conseguiram alcançar grandes resultados, um momento econômico complexo para a sociedade, auxiliando, assim, a companhia em seu processo de sustentabilidade operacional e financeira, na adequação aos

novos tempos do saneamento básico no Brasil.

17.3 Relacionamento com o Cliente

Entendemos que não só os milhões de clientes da Companhia, titulares de ligações às redes de água ou de esgoto nas cidades atendidas, mas todo e qualquer cidadão que necessitar de atendimento, seja para comunicar um vazamento ou elucidar uma dúvida sobre os nossos serviços, deve contar com diferentes canais de relacionamento com a CAGEPA.

O atendimento nos Municípios, pelo seu grau de complexidade, além dos canais tradicionais, conta com o canal exclusivo de atendimento presencial, realizado através das suas seis unidades regionais distribuídas pelo Estado.

O atendimento nos Municípios, pelo seu grau de complexidade, além dos canais tradicionais, conta com o canal exclusivo de atendimento presencial, realizado através das suas seis unidades regionais distribuídas pelo Estado.

Objetivando sempre ofertar aos nossos clientes um atendimento com qualidade e eficiência novas estratégias foram traçadas para adequar nossos canais de atendimento. Cientes que, mesmo em tempos de avanços tecnológicos e investimentos em autoatendimento, mas podendo sempre contar com a opção do atendimento presencial.

A Companhia, em junho de 2021 deu início ao projeto de reabertura gradual de seus postos de atendimento presencial. Por meio do site <https://agendamentos.pb.gov.br/SAA/> foi disponibilizado o serviço de atendimento presencial por agendamento, com aceitação imediata por parte dos clientes. A disponibilidade de vagas foi rapidamente consumida, comprovando, mais uma vez, a sintonia da Companhia com as necessidades de seus clientes. O projeto de reabertura foi dividido em três etapas, inicialmente, a abertura se deu nas seis cidades sedes dos regionais no mês de junho. Em um segundo momento, já em setembro, mais 152 postos de atendimento foram reabertos aos clientes, realizando a cobertura de quase todo o Estado. O início da terceira fase foi em dezembro onde foi reaberto o atendimento presencial na principal casa da cidadania da capital do estado, sempre garantindo a segurança dos nossos empregados e clientes, seguindo à risca todos os protocolos estabelecidos pelas secretarias municipais e estadual de saúde.

Os investimentos continuaram e foram empregados na modernização do nosso *Call Center*, que atende a todo o Estado com ligações gratuitas através do número de telefone 115, disponível vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. O atendimento por este canal obteve um acréscimo considerável por conta da pandemia, foram em média quase 85.000 ligações atendidas por mês. Um incremento de quase 100% em seu volume de chamadas em relação ao ano de 2019 (pré pandemia). Como forma alternativa de atendimento, para aqueles clientes que preferem acessar nossos serviços pela internet, no portal www.cagepa.pb.gov.br/agenciavirtual o usuário pode solicitar nossos principais serviços. O site da companhia recebeu mais de 51 milhões de visualizações em 2021, com o atendimento de quase 700 mil usuários.

O *chatbot*, um atendimento automatizado feito por meio de mensagens automatizadas no site da companhia, recebeu mais de 1 milhão de acessos, com destaque em especial para a emissão de faturas e a negociação de débito através do parcelamento de débito online.

Em março, consolidamos o atendimento através das redes sociais, com ênfase ao *WhatsApp*, visto que, além de ser uma das redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo, possui uma *interface* mais familiar aos nossos clientes, tanto que responde, atualmente, por mais de 80% dos atendimentos realizados por atendentes humanos nos canais virtuais. Foram mais de 86 mil atendimentos em 10 (dez) meses. Vale salientar que estamos presentes, também, nos aplicativos do *Facebook* e do *Instagram*, com milhares de seguidores que recebem diariamente informações sobre a Companhia, com a possibilidade de obter esclarecimentos e realizar solicitações de atendimento.

Visando a satisfação de nossos clientes, no ano de 2021 aperfeiçoamos o relacionamento com os órgãos de defesa do consumidor, fortalecendo os seguintes canais: Linha Direta Procon, um canal de atendimento exclusivo para o Procon Estadual e Municipais, e-mail, plataforma 'Pró Consumidor' e *consumidor.gov*, com demandas abertas e resolvidas preliminarmente, tudo isso no intuito de reduzir o número de ações em desfavor da Companhia.

A Companhia passou a monitorar, ainda com mais afinco, a percepção de qualidade dos nossos clientes em relação ao nosso atendimento e serviços. No *call center*, atingimos em 2021 a média 9,0 (nove), numa escala onde 0 (zero) é totalmente insatisfeito e 10 (dez) muito satisfeito. Números igualmente expressivos foram registrados em nossos canais virtuais, onde 87,7% dos clientes que realizaram a avaliação classificaram como excelente ou bom o atendimento prestado. Ainda em 2021 efetuou a contratação de empresa especializada e independente para realizar a primeira grande pesquisa de satisfação regionalizada. O município de Campina Grande foi o escolhido para realização da pesquisa, levando em consideração sua importância e complexidade dentro do planejamento estratégico da CAGEPA.

Nos meses de setembro a novembro, foi realizada a primeira campanha de negociação de débitos com órgãos públicos, notadamente com as Prefeituras Municipais. Foi a primeira oportunidade em que a Companhia viabilizou descontos para as entidades municipais, a fim de regularizarem suas pendências financeiras junto a CAGEPA. Nesta oportunidade, foram convidadas 156 (cento e cinquenta e seis) prefeituras municipais para aderirem a uma proposta de negociação diferenciada, com a oportunidade de obter descontos progressivos em multas e juros por atraso e parcelamentos em até 120 meses.

Ao final de 2021 a Companhia lançou a segunda edição da Campanha "Fique em dia com a CAGEPA", onde a iniciativa foi voltada para imóveis residenciais, comerciais e industriais, que possuam contas em aberto e tiveram a oportunidade de renegociar suas dívidas com até 100% de desconto nos juros e multas e parcelamento em até 60 vezes com descontos progressivos, com negociação feita de forma remota, pelo tele atendimento, pelo *WhatsApp*, além da atendente virtual (Acqua) e do aplicativo CAGEPA.

As novas facilidades para pagamento oferecidas pela Companhia tiveram como objetivo auxiliar o cliente que já vem sofrendo por quase dois anos os impactos econômicos, em decorrência do período da pandemia da COVID-19 e acabou acumulando as faturas de água. Foram realizadas nesta campanha, que se estendeu até 31 de dezembro de 2021, quase 34 mil negociações.

17.4 Ouvidoria

A Ouvidoria é o canal independente e imparcial que recebe, avalia e responde as demandas dos consumidores e usuários, observando os seguintes prazos: em até 10 dias para sugestões e elogios; 20 dias para reclamações e 30 dias para denúncias relacionadas a atos de improbidade administrativa, malversação de recursos públicos e condutas tipificadas como crime por legislação específica. Além do site <http://www.cagepa.pb.gov.br/atendimento/ouvidoria> é possível fazer o registro também por meio do telefone (83) 32181366.

A Ouvidoria cumpre com as novas exigências estabelecidas pela democracia participativa, fortalecendo as ações e decisões públicas na resolução de problemas e serviços prestados pela Companhia, no que diz respeito a distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos.

17.5 Saneamento para Todos

A estrutura tarifária da Companhia é dividida em categorias de consumo, com a finalidade principal de subsidiar a tarifa paga pelos usuários com menor poder aquisitivo e de incentivar o consumo consciente, evitando assim o desperdício da água tratada, numa demonstração de preocupação com o meio ambiente.

A Companhia, dentro da sua estrutura tarifária possui a denominada Tarifa Social, que beneficia a população mais carente do Estado. O benefício contribui diretamente para a saúde e o bem-estar das famílias atendidas e, no médio prazo, se reverte em economia para o Estado, que deixa de gastar com o tratamento de doenças decorrentes da falta de saneamento.

Visando a proteção econômica aos mais necessitados foram suspensos os cortes com isenção de pagamentos das faturas dos meses de março, abril e maio das contas de água dos clientes inscritos na tarifa social, isentamos pagamentos das faturas dos meses de março e abril dos clientes de categoria comercial, subcategoria bares e restaurantes. Também foram feitas campanhas de negociação de forte alcance.

Além de ajudar a população garantindo a continuidade no abastecimento da água, que é um bem extremamente importante também na prevenção contra a Covid-19, a medida estimula o uso racional. Os clientes que conseguirem se manter nessa faixa de consumo terão o abastecimento assegurado.

18. Pessoas

A Companhia realiza uma série de iniciativas voltadas para o cuidado e o desenvolvimento de seus profissionais, dentre as quais destacamos o acompanhamento próximo pela equipe psicossocial e médica e pelo Comitê de Crise criado em função da Pandemia, aos trabalhadores suspeitos e/ou confirmados para Covid-19; Programa de Valorização da Vida (PVV); Programa de Atendimento Psicológico (PAP); o Programa Viver Melhor, que estimula o desenvolvimento de atividades esportivas pelos colaboradores da Companhia; entre outros.

18.1 Profissionais

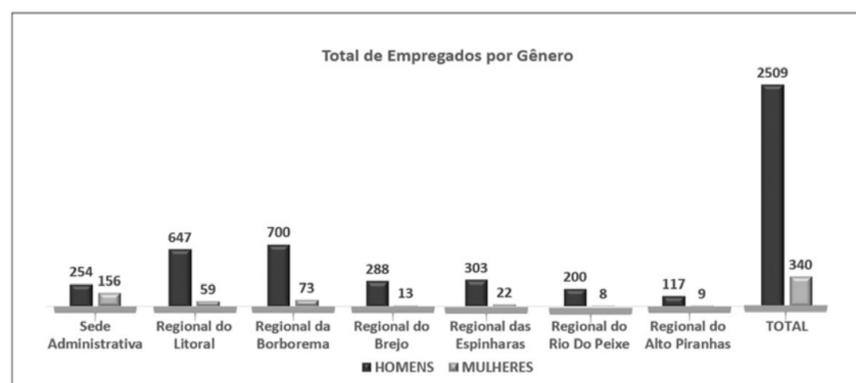
Os mais de 2.800 mil empregados da Companhia são a base para assegurar a excelência operacional, e alvo de atenção permanente de ações que garantem um ambiente de trabalho seguro e saudável a todos e da estratégia de valorização e aprimoramento do capital intelectual, a Companhia vem investindo em medidas para assegurar cada vez mais a igualdade de oportunidades. O quadro de pessoal está distribuído geograficamente no Estado, entre a sede administrativa, em João Pessoa e as 06 unidades regionais, conforme quadro abaixo:



Considerando ser uma Companhia submetida à legislação que rege a contratação via concurso público, o temos 2.509 trabalhadores do sexo masculino (88,06%) e 340 trabalhadoras do sexo feminino (11,94%).

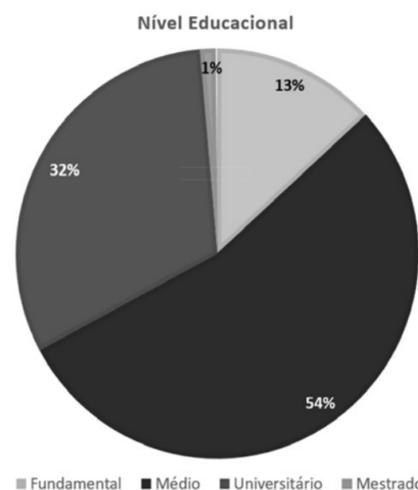
Em números absolutos, são 297 homens gestores e 43 mulheres gestoras. Contudo, ao fazermos uma leitura contextualizada à realidade da CAGEPA, temos uma forte presença feminina na gestão (gerente, subgerente, coordenadora), 12,42% das mulheres que compõe o quadro de pessoal da CAGEPA ocupam cargos na gestão. Entre os homens esse percentual é de 11,66%. Não obstante, nenhuma mulher ocupa cargos na administração (Diretoria Executiva) da Companhia.

Conferido pelo Acordo Coletivo de Trabalho, a CAGEPA estende o benefício do plano de saúde aos casais homoafetivos e, conforme determinação legal, registra o nome social para aquelas pessoas que manifestam tal desejo.



18.2 Capital Intelectual

O nível educacional do quadro de pessoal da Companhia está demonstrado no quadro abaixo:



A dinâmica vivenciada em 2020, quanto à ampliação da realização de cursos na modalidade *online* (à distância) permaneceu em 2021, o que aponta que essa estratégia educacional se estabelece como um método relevante para o desenvolvimento e gestão do conhecimento na Companhia. Um dos principais marcos desse processo, em 2021, é o início do planejamento para a implantação da Universidade Corporativa, a qual prevê a definição de um espaço, tanto virtual como presencial, para a unificação das ações voltadas para a formação dos nossos empregados.

Outro ponto importante que acompanha o planejamento para a implantação da Universidade Corporativa na CAGEPA é a estruturação de programas e trilhas de desenvolvimento, com a finalidade de articular as demandas e ações que surgirem no ano de 2022 com o planejamento mais consolidado no setor. Sendo significativa a necessidade de ampliação da articulação e integração da equipe de Educadores Corporativos, bem como de ampliação do número dos integrantes, para fins de melhoria das estratégias e metas previstas para a Universidade Corporativa e para a gestão do conhecimento na empresa.

No que tange às atividades desenvolvidas em 2021, destacamos, conforme o Relatório de Atividades de Desenvolvimento de Pessoal, resultado do Termo de Cooperação Técnica Financeira do SENAI com a CAGEPA, o número de empregados que participaram de atividades de capacitação e desenvolvimento foi 2.881, perfazendo a carga horária total de 1.182 horas de curso, sendo a quantidade alunos-hora equivalente à 18.478 alunos-hora, com investimentos realizados tanto pelo Convênio CAGEPA/SENAI, quanto por recursos próprios.

Quanto aos eventos internos, deu-se continuidade às ações já realizadas em 2020, com o Webinar Conectar para Inovar e o Inova CAGEPA, cujas ações são planejadas pela Gerência de Novos Negócios e Inovação (GENI) e apoiadas pela Subgerência de Desenvolvimento e Gestão do Conhecimento (SDGC).

No desenvolvimento da 2ª edição do evento denominado Conectar para Inovar - A CAGEPA Construindo Novos Caminhos, os empregados da Companhia tiveram a oportunidade de participar de debates importantes para a afirmação dos interesses e valores da Companhia. O evento online apresentou os seguintes temas:

- Planejamento, Comissões interdisciplinares e trabalho em equipe – realizado em 14 de abril, com a participação de 249 expectadores online;
- Gestão de processos de negócios (BPM) – realizado em 12 de maio, com a participação de 553 expectadores online;
- Programa Concessionária do Futuro: A CAGEPA em novo rumo – realizado em 16 de junho, com a participação de 446 expectadores online;
- Programa Concessionária do Futuro: Plano de ação – realizado em 21 de julho, com a participação de 473 expectadores online;
- O que é Business Intelligence (BI) e o uso do Google Data Studio – realizado em 18 de agosto, com a participação de 288 expectadores online;
- Impactos do Programa Acertar para a CAGEPA - Análise e Projeções – realizado em 09 de setembro, com a participação de 175 expectadores online;
- GIS aplicado ao Saneamento: o case da CAGEPA – realizado em 13 de outubro, com a participação de 237 expectadores online;
- Sistema SCADA e Automação de Baixo Custo – realizado em 16 de novembro, com a participação de 277 expectadores online.

Quanto ao Inova CAGEPA, o evento foi realizado entre os dias 29 de novembro de 2021 e 03 de dezembro de 2021, cuja temática foi Inovação e Resiliência rumo à Universalização dos Serviços de Água e Esgoto da Paraíba, com debates articulados com os interesses da Companhia e integrando participantes e instituições de áreas afins, com representantes das seguintes empresas e/ou organizações: Parque Tecnológico de Itaipu, FAPESQ, SENAI-PB, Grupo Águas de Portugal, Escola Viva Olho do Tempo, UFPB, entre outros.

Os debates e palestras ocorreram tanto de forma presencial, quanto online, com transmissão pelo Youtube, no canal da CAGEPA, envolvendo as seguintes temáticas:

- Abertura - Inovação e resiliência rumo à universalização dos serviços de água e esgoto da Paraíba;
- 2º dia - A relevância do setor de inovação para o setor de saneamento;
- 3º dia - Entendendo estratégias de inovação corporativas;
- 4º dia - Inovação e sustentabilidade socioambiental;
- 5º dia - Encerramento: Mesa de Inovação, onde os empregados da CAGEPA puderam apresentar projetos de inovação a serem implementados na empresa.

No campo da articulação com as Universidades, a CAGEPA manteve em 2021 a formalização e continuidade dos convênios, tanto com instituições privadas, quanto com públicas. Na articulação com as Universidades públicas, destaca-se o convênio realizado com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e com o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), o qual prevê a realização de estágios obrigatórios nas unidades da Companhia, por empregados, obedecendo às orientações expressas no Acordo Coletivo de Trabalho.

Ainda na articulação com a UFPB, é importante sinalizar que está ativo o convênio com o Doutorado Acadêmico para a Inovação (DAI), cujas pesquisas selecionadas articulam seus estudos com as áreas estratégicas de interesse da Companhia. Nesse sentido, segue os principais pontos previstos para os projetos do DAI:

1. Desenvolver soluções na área de BIG DATA integrando as informações das diversas áreas da Companhia, bem como outras informações externas que atingem diretamente uma empresa de saneamento, dando subsídio para um sistema Inteligente com o objetivo de prever situações que venham afetar diretamente a população e/ou o meio ambiente;
 2. Desenvolvimento tecnológico que gere novo processo que possa avaliar minuciosamente os custos de todos os serviços prestados pela CAGEPA, a fim de melhor adequá-los às atuais práticas de mercado, tornando-os com valores mais justos e evitando cobranças abusivas ou cobranças que tragam prejuízos à Companhia;
 3. Abordagem abduativa em ciência dos dados para identificação de padrões e atenuação do problema de inadimplência na gestão financeira da CAGEPA;
 4. Desenvolvimento de soluções para reduzir as perdas reais dos sistemas de abastecimento de água da CAGEPA utilizando as ferramentas do paradigma tecnológico da chamada Indústria 4.0/Manufatura Avançada.
- No que tange aos convênios realizados com as instituições privadas, a CAGEPA dispõe de contratos de convênios com as seguintes instituições: Grupo Cruzeiro do Sul - UNIPÊ; FPB; DEVRY; Estácio de Sá; Maurício de Nassau; INBEC; Três Marias, os quais asseguram descontos para os empregados e seus dependentes que vão de 10% a 55%, nos cursos de graduação e/ou pós-graduação. Essa oportunidade estimula a inserção dos empregados, bem como de seus dependentes, nos espaços acadêmicos.

18.3 Programas de Apoio ao Empregado

A Companhia possui o Programa Viver Melhor, que visa incentivar os empregados a adotarem hábitos mais saudáveis, na busca de qualidade de vida e melhoria das relações pessoais e profissionais.

Assim sendo, o programa funciona disponibilizando aos seus empregados atividades como: futebol de salão, futebol de campo, ginástica laboral, pilates, terapia em grupo e a contratação de assessoria esportiva para o CAGEPA *Runner Team* que existe desde 2012 e já coleciona mais de 40 competições, centenas de medalhas e diversas histórias de superação e melhoria na qualidade de vida dos seus empregados. Dado o acompanhamento dos números de infectados da Companhia, em determinados momentos as atividades do Programa foram interrompidas e posteriormente retomadas.

A Companhia possui o Programa de Valorização da Vida (PVV), que visa reduzir a incidência dos casos de dependência química, como também problemas de ordem comportamental e/ou emocional na Companhia através de ações preventivas e recuperativas. Mesmo em meio à pandemia, o PVV seguiu suas atividades no formato online, bem como o Programa de Atendimento Psicológico (PAP), que realiza acolhimento e escuta psicológica de urgência para encaminhamentos.

19. Serviços Prestados pelos Auditores Independentes

Em 2021, os auditores externos, Sá Leitão Auditores S/S, prestaram serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

João Pessoa, 07 de março de 2022

Marcus Vinícius Fernandes Neves
Diretor Presidente

Alexsandro Gomes da Silva
Diretor Administrativo e Financeiro em Substituição

Isaac Fernandes Vieira Veras
Diretor Comercial

Ricardo Moisés Ramos de Sousa
Diretor de Expansão

Thiago de Sousa Pessoa
Diretor de Operação e Manutenção em Exercício

Alexsandro Gomes da Silva
Contador - CRC PB 9338/O-3

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores em milhares de Reais)

ATIVO	Notas Explicativas	31/12/2021		31/12/2020	
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	48.112	33.509	9	10.886
Contas a Receber de Clientes	5	452.940	416.501	10	34.842
Tributos a Recuperar	6	21.951	28.451	11	91.594
Estoques		23.051	16.004	12	42.848
Outros Ativos		5.375	4.487	13	-
				14	76.129
Total do Ativo Circulante		551.429	498.952		256.299
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo				9	12.143
Contas a Receber de Clientes	5	25.261	18.201	11	160.985
Depósitos Judiciais		12.181	13.408	15	38.374
Outros Ativos		2.075	1.545	14	125.935
Investimentos		9	9		
Imobilizado	7	1.056.744	993.647		
Intangível	8	43.370	44.698		
Total do Ativo Não Circulante		1.139.640	1.071.508		337.437
TOTAL DO ATIVO		1.691.069	1.570.460		1.691.069
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Emprestimos	9			9	10.886
Fornecedores e Empreiteiros	10			10	34.842
Impostos, Taxas e Contribuições	11			11	91.594
Obrigações Trabalhistas	12			12	42.848
Instituto Hidrus de Assistência Social	13			13	-
Outros Passivos	14			14	76.129
Total do Passivo Circulante					256.299
Não Circulante					
Emprestimos	9			9	12.143
Impostos, Taxas e Contribuições	11			11	160.985
Provisões para Demandas Judiciais	15			15	38.374
Outros Passivos	14			14	125.935
Total do Passivo Não Circulante					337.437
Patrimônio Líquido					
Capital Social	16.1			16.1	906.938
Reserva de Capital	16.2			16.2	1.882
Reservas de Lucros	16.3			16.3	208.834
Ajuste de Avaliação Patrimonial	16.4			16.4	(20.321)
Juros sobre o Capital Próprio	16.5			16.5	47.572
Lucros Acumulados					(47.572)
Total do Patrimônio Líquido					1.097.333
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					1.691.069

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores em milhares de Reais)

	Notas Explicativas	31/12/2021		31/12/2020	
Receita Líquida de Serviços Prestados	17	931.453	852.851		
Custo dos Serviços Prestados	18	(515.027)	(468.247)		
Lucro Bruto		416.426	384.604		
Receitas (Despesas) Operacionais	19				
Despesas com Vendas		(106.250)	(139.718)		
Despesas Gerais e Administrativas		(128.125)	(141.871)		
Outras Despesas Operacionais		(45.917)	(96.278)		
Outras Receitas Operacionais		43.758	9.774		
		(236.534)	(368.093)		
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		179.892	16.511		
Resultado Financeiro	21				
Receitas Financeiras		35.019	22.782		
Despesas Financeiras		(11.834)	(19.832)		
		23.185	2.950		
Resultado Antes dos Impostos		203.077	19.461		
Imposto de Renda e Contribuição Social	22	(30.812)	(11.473)		
		(30.812)	(11.473)		
Lucro Líquido do Exercício		172.265	7.988		
Número de Ações ao Final do Exercício		1.744.713.836.992	1.481.693.880.711		
Resultado por lote de 10.000 ações		0,987354	0,053911		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2021		31/12/2020	
Lucro Líquido do Exercício		172.265	7.988		
Ajuste de Convergência ao IFRS	2.2	(20.321)	(52.873)		
Resultado Abrangente do Exercício		151.944	(44.885)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores em milhares de Reais)

	Notas Explicativas	Reservas de Capital				Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízo) Acumulados	Total
		Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital		Aportes para Obras		Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva para Contingência			
		Capital Social	Capital	Capital	Legal	Fiscal	Contingência			
Saldos em 01 de Janeiro de 2021		733.348	22.951	129.854	8.630	20.785	75.511	(17.672)	-	973.407
Aumento de Capital		173.590	(21.009)	(129.854)	-	-	-	-	-	22.667
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	16.2	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.669)
Ajuste de Convergência ao IFRS	2.2	-	-	-	-	-	-	(2.669)	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	172.265	172.265
Constituição de Reserva Legal	16.3 a)	-	-	-	8.613	-	-	-	(8.613)	-
Constituição de Reserva de Incentivo Fiscal	16.3 b)	-	-	-	-	3.581	-	-	(4.366)	(20.785)
Constituição de Reserva para Contingência	16.3 c)	-	-	-	-	-	91.714	-	(91.714)	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	(47.572)	(47.572)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		906.938	1.882	-	17.243	24.366	167.225	(20.321)	-	1.097.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores em milhares de Reais)

	Notas Explicativas	Reservas de Capital				Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízo) Acumulados	Total
		Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital		Aportes para Obras		Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva para Contingência			
		Capital Social	Capital	Capital	Legal	Fiscal	Contingência			
Saldos em 01 de Janeiro de 2020		733.348	19.531	129.854	8.231	19.539	69.168	35.201	-	1.014.872
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	16.2	-	3.420	-	-	-	-	-	-	3.420
Ajuste de Convergência ao IFRS	2.2	-	-	-	-	-	-	(52.873)	-	(52.873)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	7.988	7.988
Constituição de Reserva Legal	16.3 a)	-	-	-	399	-	-	-	(399)	-
Constituição de Reserva de Incentivo Fiscal	16.3 b)	-	-	-	-	1.246	-	-	(1.246)	-
Constituição de Reserva para Contingência	16.3 c)	-	-	-	-	-	6.343	-	(6.343)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		733.348	22.951	129.854	8.630	20.785	75.511	(17.672)	-	973.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Ajustes para Conciliação do Resultado com Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido do Exercício	172.265	7.988
Juros Sobre o Capital Próprio	(47.572)	-
Depreciação e Amortização	23.088	22.118
Provisão de Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (Constituição/Reversão)	7.323	28.736
Encargos Financeiros sobre Empréstimos e Financiamentos	2.978	3.335
Provisão para Demandas Judiciais (Constituição/Reversão)	7.654	11.821
Incentivo Fiscal sobre o Imposto de Renda - IRPJ	24.366	(11.358)
	190.102	62.640

Fluxo de Caixa Decorrente das Atividades Operacionais:

(Aumentos) Reduções nos Ativos

Contas a Receber de Clientes	(50.822)	(46.731)
Tributos a Recuperar	6.500	4.141
Estoques	(7.047)	(5.321)
Depósitos Judiciais	(1.207)	(1.447)
Outros Ativos	(2.036)	(1.096)
Aumentos (Reduções) nos Passivos		
Fornecedores	7.782	(3.488)
Impostos, Taxas e Contribuições	(47.411)	(20.600)
Instituto Hidrus de Assistência Social	(40.175)	3.835
Obrigações Trabalhistas	429	2.724
Outros Passivos	54.657	88.633
	(79.330)	20.650

Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento:

Imobilizado	(85.782)	(31.066)
Intangível	1.328	(45.058)
	(84.454)	(76.124)

Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Financiamentos:

Ingressos de Empréstimos e Financiamentos	21.533	46.152
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(32.108)	(25.204)
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(3.022)	(3.843)
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.882	3.420
	(11.715)	20.525

Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa

Saldos Iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa	33.509	5.818
Saldos Finais de Caixa e Equivalentes de Caixa	48.112	33.509

Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa

	14.603	27.691
--	---------------	---------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas:		
Água, Esgoto e Serviços	1.030.675	940.772
Provisão para Devedores Duvidosos (Constituição)	(22.389)	(55.349)
Outras Receitas Operacionais	43.758	9.774
	1.052.044	895.197
Insumos Adquiridos de Terceiros:		
Materiais Consumidos	(45.664)	(55.729)
Serviços de Terceiros	(227.178)	(194.124)
Despesas Gerais / Perdas	(62.301)	(108.894)
Multas	(177)	(12)
	(335.320)	(358.759)
Valor Adicionado Bruto	716.724	536.438
Retenções		
Depreciação e Amortização	(23.088)	(22.118)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	693.636	514.320
Valor Adicionado Recebido em Transferência:		
Receitas Financeiras	35.019	22.782
Valor Adicionado a Distribuir	728.655	537.102
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal:		
Remuneração Direta	207.557	200.444
Encargos	145.144	136.908
Benefícios	56.911	55.872
Outros	1.866	13.668
	411.478	406.892
Tributos:		
Federal	132.035	100.582
Estadual	257	1.224
Municipal	786	584
	133.078	102.390
Remuneração de Capital de Terceiros:		
Juros e Atualizações	11.834	19.832
	11.834	19.832
Remuneração de Capital Próprios:		
Lucro Líquido do Exercício	172.265	7.988
Valor Adicionado Distribuído	728.655	537.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
(Valores em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

1.1. Constituição e Objeto Social

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, em regime de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente – SEIRHMA, constituída nos termos da Lei Estadual nº 3.459, de 31 de dezembro 1966, alterada pela Lei nº 3.702, de 11 de dezembro de 1972. A Companhia tem como objetivo planejar, executar e operar serviços de saneamento básico em todo o território do Estado da Paraíba, compreendendo a captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e disposição final do esgoto sanitário, comercializando esses serviços e os benefícios que direta ou indiretamente decorrerem de seus empreendimentos, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

1.2. Concessão dos Serviços Públicos

a) Marco legal vigente da prestação dos serviços públicos de saneamento básico

Em 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.026/2020, que atualizou o marco legal do saneamento básico e alterou a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que atribuiu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. De acordo com a Lei nº 14.026/2020, a prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, atualmente, depende da celebração de contratos de concessão, por meio de licitação prévia, extinguindo, com o veto presidencial ao art. 16 da nova lei, a possibilidade de celebração de novos contratos de programa. A validade de tais contratos de concessão depende, entre outras exigências legais (art

água e de esgotamento sanitário (artigo 4º-A, § 3º, VIII). Por fim, em 24 de dezembro de 2020, o Governo Federal publicou o Decreto nº 10.588/2020, que regulamenta determinados dispositivos da Lei nº 14.026/2020, conhecida como o “Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico”.

O Decreto estabelece as condições para o apoio técnico e financeiro que a União irá conceder aos Estados e Municípios para a adaptação dos serviços de saneamento básico à nova lei. De modo geral, as medidas previstas no Decreto buscam promover a regionalização, bem como a adesão às diretrizes estabelecidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), enquanto agência reguladora setorial. Em atendimento aos novos ditames legais, em 30/04/2021, considerando o disposto na Lei Estadual nº 9.260, de 25 de novembro de 2010, que, dentre outras previsões, instituiu a Política Estadual de Saneamento Básico no Estado da Paraíba; considerando o disposto na Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualizou o marco legal do saneamento básico no país, alterando também a Lei Federal nº 9.884, de 17 de junho de 2020, considerando a necessidade de adequar a legislação estadual às inovações trazidas à matéria de abastecimento e saneamento pela legislação federal, o Governo do Estado publicou o Decreto Estadual nº 41.210 que institui comissão para adequação do marco regulatório do saneamento básico do Estado da Paraíba, e dá outras providências.

A Comissão de Adequação prevista nesse Decreto é composta por: I – representante da Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente (SEIRHMA), que coordenará a Comissão de Adequação; II – representantes, titulares e suplentes, de cada um dos seguintes órgãos e entidades: a) Agência de Regulação do Estado da Paraíba - ARPB; b) Federação das Associações de Municípios da Paraíba - FAMUP; c) Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba - PGE; d) Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG; e) Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA; f) Projeto Cooperar – Saneamento Rural (Paraíba Rural Sustentável). O prazo para a finalização dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, improrrogáveis, a contar da data da publicação deste Decreto, ou seja, até o dia 30/06/2021. O que foi cumprido dentro desse prazo.

Com o apoio da referida comissão, em 22 de junho de 2021 foi publicada a Lei Complementar nº 168 que tem por objeto a instituição das Microrregiões de Água e Esgoto do Alto Piranhas, do Espinharas, da Borborema e do Litoral e suas respectivas estruturas de governança. O disposto nesta Lei Complementar aplica-se ao Estado da Paraíba, aos Municípios que integram as Microrregiões e às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado que com elas se relacionem, no que concerne às funções públicas de interesse comum. Ficam as Microrregiões de Água e Esgoto autorizadas a celebrar convênio de cooperação de forma a que a estrutura de regionalização possa beneficiar também os Municípios localizados em Estados limítrofes, os quais terão prerrogativa de participação, voto e outros direitos e deveres equivalentes aos dos Municípios paraibanos que integram a Microrregião. Para sua eficácia, o convênio de cooperação entre entes federados, além da própria Microrregião, deve ser subscrito tanto pelos Municípios beneficiados, como pelo Estado em cujo território se situa. Atualmente, o Governo do Estado está trabalhando nas estruturas de governança das microrregiões.

b) Enquadramento da Companhia na prestação dos serviços públicos de saneamento básico

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia operava serviços de abastecimento de água em 200 municípios e 24 distritos e povoados e serviços de esgotamento sanitário em 23 municípios. Do total de municípios atendidos em 31 de dezembro de 2021, 48 municípios possuem contratos vigentes e tiveram os seus instrumentos contratuais adotados para atender ao novo marco regulatório, mais especificamente ao Decreto Federal nº 10.710/2021, apresentando a inclusão das metas de universalização (99% de abastecimento de água e 90% de esgotamento sanitário) e os seus estudos de viabilidade da capacidade econômico-financeira.

É importante frisar que as Microrregiões foram instaladas no dia 10/12/2021 e os termos de atualização dos referidos contratos foram aprovados em assembleias extraordinárias pelas respectivas Microrregiões em 16/12/2021, onde os prazos de vigência foram equalizados para 19/06/2055, data do advento contratual mais extenso de um município operado pela Companhia. No que se refere aos demais municípios que não possuem contratos vigentes, a Companhia segue em estudos aprofundados para a regularização da modelagem de prestação regionalizada no âmbito das Microrregiões do Alto Piranhas, Espinharas, Borborema e Litoral.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de Preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das disposições da Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, a qual foi modificada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, transformada na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, sem considerar, entretanto, algumas modificações introduzidas pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

2.2. Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade - International Financial Reporting Standards –IFRS

A Companhia se encontra em processo de adequação de suas práticas contábeis aos procedimentos introduzidos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. De acordo com uma avaliação preliminar, a Administração da Companhia entende que os efeitos relevantes da adoção das novas práticas contábeis estão relacionados principalmente com a adoção dos seguintes pronunciamentos e interpretações: ICPN 01 - Contratos de Concessão; CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes.

O Processo de convergência está sendo realizado em etapas, sendo a primeira delas concernente ao desconhecimento de alguns ativos e passivos. Até 31 de dezembro de 2021, foram contabilizados em contrapartida de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, os seguintes ajustes relacionados ao processo de convergência:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	(17.672)	35.201	36.207	-
Contas a Receber de Clientes	-	(52.873)	-	(33.021)
Tributos a Recuperar	-	-	(1.006)	(725)
Outros Créditos	(2.649)	-	-	(256)
Reserva de Reavaliação	-	-	-	70.209
Total de Ajuste de Convergência ao IFRS	(20.321)	(17.672)	35.201	36.207

Contas a Receber de Clientes: Referem-se a valores que foram desconhecidos devido à falta de elemento que suportam a manutenção do seu registro no ativo da Companhia. Reserva de Reavaliação: Foi desconhecida em função da inadequação dos parâmetros de realização de Reserva de Reavaliação.

O valor que vinha sendo mensalmente realizado não possuía vínculo com a vida útil remanescente dos bens reavaliados devido à ausência de controle patrimonial que permitisse o referido vínculo.

Segundo o disposto no item 11 do Pronunciamento Técnico CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, os ajustes resultantes surgem de eventos e transações anteriores à data de transição para as IFRSs. De acordo com o referido pronunciamento, a entidade deve reconhecer esses ajustes diretamente em lucros ou prejuízos acumulados (ou, se apropriado, em outra conta de patrimônio líquido) na data da transição para as IFRSs.

O Item 27 deste pronunciamento técnico estabelece que a entidade que adota as IFRSs pela primeira vez, não deve tratar os ajustes realizados nas contas com pertinentes as mudanças de políticas contábeis pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando apresentado de outra forma.

2.4. Uso de Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, depreciação, provisão para riscos de créditos, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas periodicamente.

2.5. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.6. Aprovação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, foram autorizadas para emissão pela Administração em 15 de fevereiro de 2022.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custos acrescidos dos rendimentos auferidos até a data encerramento das Demonstrações Contábeis.

3.2. Contas a Receber de Clientes

Estão apresentados pelos valores efetivamente faturados, decorrentes do serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

O saldo de Clientes é reconhecido pelo valor justo e deduzido das perdas estimadas para créditos com liquidação duvidosa, que foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas nas realizações dos valores a receber.

3.3. Estoques

Está representado principalmente por materiais de manutenção e conserto e avaliado ao custo médio de aquisição, sendo classificado no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

3.4. Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo reconhecidas as perdas por irrecuperabilidade, quando houver evidências que motivem tal fato.

3.5. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 e deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir os custos dos financiamentos relacionados com a construção de ativos qualificados.

Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Todos os bens imóveis (terrenos, prédios e benfeitorias) foram reavaliados em 1999, através de um Laudo de Avaliação emitido por empresa especializada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado para o resultado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras despesas (receitas) operacionais” na demonstração do resultado.

A Companhia contratou uma empresa SETAPE serviços técnicos de avaliações do patrimônio e engenharia LTDA, especializada para realizar os serviços de: levantamento e respectiva avaliação física e econômica dos bens imobilizados móveis, imóveis e intangíveis, operacionais e administrativos; conciliação com registros contábeis; cadastro técnico dos sistemas de água e esgotamento sanitário, cadastro imobiliário, cadastro comercial, cadastro patrimonial, plantas globais e atualização das informações para esses cadastros; saneamento das sobras físicas e contábeis; inventário financeiro e contábil. Os serviços estão sendo desenvolvidos na sede administrativa e nas 06 unidades regionais distribuídas pelo estado da Paraíba. A conclusão deste trabalho está prevista para o fim do exercício de 2022.

3.6. Fornecedores e Empreiteiros

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso

contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante, e são reconhecidas pelo seu custo histórico.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo por base as melhores estimativas no momento do encerramento das Demonstrações Contábeis.

3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

A provisão para o Imposto de Renda - IRPJ é calculada à alíquota de 15% sobre o Lucro Real, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20.000 por mês. A Contribuição Social - CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, está limitada a 30% do lucro tributável, quando aplicável.

3.9. Tributos Diferidos

A Companhia contabiliza as receitas auferidas com o setor público obedecendo ao regime de competência. Por sua vez, nas suas bases fiscais do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, utiliza-se do dispositivo legal, Art. 7º da Lei nº 9.718/1998, que autoriza a aplicação do regime de caixa para o recolhimento dos impostos sobre o lucro e sobre o faturamento.

A Companhia não vem usufruindo, desde o exercício de 2017, da opção prevista nessa Legislação para Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social - CSLL, em função da ausência de relatórios do Sistema Integrado de Gestão de Serviços de Saneamento - GSAN emitidos e administrados pela Diretoria Comercial.

3.10. Passivo Circulante e Não Circulante

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados.

3.11. Apuração do Resultado do Exercício e Reconhecimento da Receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. As receitas de serviços são apresentadas líquidas dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.12. Transações com Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações com o Governo do Estado da Paraíba (seu principal acionista): Doações recebidas para auxílio a obras e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário cobrados nas mesmas condições e tarifas normais de mercado para o setor público.

A Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

3.13. Adiantamentos Para Futuro Aumento de Capital – AFAC – Patrimônio Líquido

Representado pelo registro de todos os valores de aportes para obras destinados a aumento do capital social da Companhia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	173	170
Depósitos bancários	1.543	868
Aplicações financeiras	46.396	32.471
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	48.112	33.509

5. Contas a Receber de Clientes

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Faturamento de água e esgotamento sanitário	710.577	-	686.239	-
Parcelamentos de contas de usuários	44.955	22.943	25.546	15.321
Financiamentos e serviços	1.708	2.318	1.533	2.880
	757.240	25.261	713.318	18.201
Agentes arrecadadores	4.983	-	5.143	-
(-) Prov. para créditos de liquidação duvidosa	(309.283)	-	(301.960)	-
Total de Contas a Receber	452.940	25.261	416.501	18.201

a) Composição dos Valores das Contas a Receber por Idade de Vencimento

Descrição	31/12/2021					Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Público Outros	Público Daesa ^a	
A vencer	59.684	12.112	1.140	13.781	600	87.317
Vencidas						
Até 30	41.110	4.079	605	1.993	769	48.556
De 31 a 60 dias	15.150	2.102	170	1.620	664	19.706
De 61 a 90 dias	9.251	1.400	162	1.498	660	12.971
De 91 a 180 dias	18.532	2.888	221	4.476	2.441	28.558
Mais de 180	239.371	72.282	5.231	202.533	65.976	585.393
Total Vencidas	323.414	82.751	6.389	212.120	70.510	695.184
Total de Contas a Receber	383.098	94.863	7.529	225.901	71.110	782.501

(^a) O Departamento de Água e Esgotos e Saneamento Ambiental de Sousa – DAESA corresponde a uma autarquia da Prefeitura Municipal de Sousa cujo faturamento é realizado a parte do Sistema Integrado de Gestão de Serviços de Saneamento - GSAN, sendo seu registro efetuado unicamente pelo sistema contábil da Companhia.

b) Agentes Arrecadadores

Os valores registrados na conta Agentes Arrecadadores referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e ainda não repassados à Companhia, em decorrência do *float* acordado nos contratos com estas instituições.

c) Movimentação da Provisão de Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

Movimentação do Saldo	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial do Exercício	(301.960)	(273.224)
Constituição / Reversão Líquida	(7.323)	(28.736)
Saldo Final do Exercício	(309.283)	(301.960)

Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, a estimativa de perdas foi constituída com base na construção de uma matriz de provisão dos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público.

A referida matriz foi elaborada levando-se em consideração a estimativa de perdas de crédito esperadas, segmentadas por tipo de cliente (residencial, comercial, industrial e público), ponderado pela sua probabilidade de ocorrência.

6. Tributos a Recuperar

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Crédito de COFINS Diferidos	4.855	4.673
Crédito de IRPJ	5.604	5.604
Crédito CSLL	2.018	2.018
IRPJ a Recuperar	-	481
CSLL a Compensar ⁽¹⁾	-	6.496
IRPJ a Compensar ⁽¹⁾	7.697	7.807
Outros Créditos	1.777	1.372
Tributos a Recuperar	21.951	28.451

(¹) Correspondem aos Saldos Negativos de CSLL e IRPJ apurados em 31.12.2020, em virtude do montante recolhido das estimativas mensais ter sido superior ao total calculado dos referidos tributos no exercício de 2020 (esses saldos podem ser compensados com débitos de tributos federais a partir do exercício de 2021), e recolhimento de CSLL por estimativa em 2021.

7. Imobilizado

Por Contas	31/12/2021		
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Imobilizado em Operação			
Sistema de abastecimento d'água	812.951	(348.831)	464.120
Sistemas de esgotos sanitários	179.782	(71.723)	108.059
Bens de uso geral	52.133	(37.038)	15.095
Total	1.044.866	(457.592)	587.274

Por Contas	31/12/2020		
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Imobilizado em Andamento			
Sistema de abastecimento d'água	235.834	-	235.834
Sistema de esgoto sanitário	148.597	-	148.597
Bens de uso geral	2.183	-	2.183
Despesas financeiras capitalizáveis	82.723	-	82.723
Estoque de material de expansão	133	-	133
Total	469.470	-	469.470

Por Contas	31/12/2021		
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Imobilizado em Operação			
Sistema de abastecimento d'água	738.579	(331.875)	406.704
Sistemas de esgotos sanitários	170.004	(67.386)	102.618
Bens de uso geral	50.617	(35.646)	14.971
Total	959.200	(434.907)	524.293
Imobilizado em Andamento			
Sistema de abastecimento d'água	246.495	-	246.495
Sistema de esgoto sanitário	139.071	-	139.071
Bens de uso geral	931	-	931
Despesas financeiras capitalizáveis	82.724	-	82.724
Estoque de material de expansão	133	-	133
Total	469.354	-	469.354

Total do Imobilizado **1.428.554** **(434.907)** **993.647**

a) Movimentação do Imobilizado

Movimentação do Saldo	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial do Exercício	993.647	984.699
Aquisições	85.782	31.066
Depreciação	(22.685)	(22.118)
Saldo Final do Exercício	1.056.744	993.647

b) Depreciação

As taxas de depreciação e as respectivas vidas úteis dos bens do ativo imobilizado são as seguintes:

Descrição	Taxa anual	Vida útil
Edifícios e estruturas	2%	50 anos
Estação de bombas	2%	50 anos
Estação elevatória	2%	50 anos
Reservatório	2%	50 anos
Tau	2%	50 anos
Tubulações e adutoras	2%	50 anos
Ligações prediais	5%	20 anos
Válvulas e hidrantes	10%	10 anos
Linhas de transmissão	10%	10 anos
Equipamentos gerais	10%	10 anos
Equipamentos elétricos	10%	10 anos
Bombas e motores	10%	10 anos
Equipamentos móveis utensílios de escritório	10%	10 anos
Equipamentos de laboratório	10%	10 anos
Equipamentos de computação	20%	5 anos
Veículos	20%	5 anos

c) Bens Oferecidos em Garantia

A Companhia não possui bens de seu ativo imobilizado oferecidos em garantia.

d) Seguro

A Companhia, contratou seguro apenas para a sede administrativa da Companhia para incêndio/raio/explosão, danos elétricos, roubos de máquinas/móveis/utensílios, quebra vidros e anúncios luminosos.

8. Intangível

Por Contas	31/12/2021		
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Saldo contábil
Intangível			
Software	1.620	(1.278)	342
Contrato de Concessão de Serviços - Campina Grande	45.000	(1.972)	43.028
Total do Intangível	46.620	(3.250)	43.370

Por Contas	31/12/2020		
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Saldo contábil
Intangível			
Software	1.531	(1.115)	416
Contrato de Concessão de Serviços - Campina Grande	45.000	(718)	44.282
Total do Intangível	46.531	(1.833)	44.698

Contrato de concessão de serviços: O modelo de concessão celebrado pela CAGEPA e o município de Campina Grande, em 19 junho de 2020, estabelece que a Companhia tem o direito de operar a infraestrutura concedida pelo prazo de 35 anos e, por outro lado, os usuários dos serviços (consumidores finais) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços oferecidos. De acordo com o ICPC 01, nesta modalidade de concessão, os ativos relativos à operação da concessão, sejam eles preexistentes ou posteriormente construídos, são contabilizados como intangíveis, os quais são mensurados pelo seu valor justo no momento inicial sendo, posteriormente, mensurado pelo custo amortizado, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (quando existentes). A amortização dos intangíveis vinculados ao Contrato de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados ao Contrato de Programas é calculada pelos prazos de vigência do contrato ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor.

9. Empréstimos

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco Sofisa (i)	8.642	12.143	8.662	20.714
Banco Daycoval (ii)	-	-	2.935	-
Contas Garantidas	2.244	-	1.337	-
Total de Empréstimos	10.886	12.143	12.934	20.714

(i) Incidem encargos financeiros em função de Cédula de Crédito Bancários - CCB, prefixado com prazo de amortização de 42 (quarenta e dois) meses, com vencimento final em maio de 2024.

(ii) Incidem encargos financeiros a uma taxa de juros de 1,59% ao mês, prefixada, com prazo de amortização de 42 (quarenta e dois) meses, com vencimento final em 2024, sendo 06 (seis) meses de carência. Está garantido por recebíveis de clientes.

a) Saldo devedor dos empréstimos (não circulante) por ano de vencimento.

Vencimentos	31/12/2021	Vencimentos	31/12/2020
Dezembro/2022 a Dezembro/2023	8.571	Dezembro/2021 a Dezembro/2022	8.571
Dezembro/2023 a Dezembro/2025	3.572	Dezembro/2022 a Dezembro/2023	8.571
Dezembro/2024 a Dezembro/2026	-	Dezembro/2023 a Dezembro/2024	3.572
Após 2026	-	Após 2024	-
Total do Saldo Devedor	12.143	Total do Saldo Devedor	20.714

b) Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

Bancos	31/12/2020	Captação	Juros Incorridos	Principal Pago	Juros Pagos	31/12/2021
Banco Sofisa 1	1	-	-	(1)	-	-
Banco Sofisa 2	29.376	-	2.838	(8.571)	(2.858)	20.785
Banco Daycoval	2.935	-	140	(2.911)	(164)	-
Conta Garantida	1.336	21.533	-	(20.625)	-	2.244
Movimentação Total	33.648	21.533	2.978	(32.108)	(3.022)	23.029

Bancos	31/12/2019	Captação	Juros Incorridos	Principal Pago	Juros Pagos	31/12/2020
Banco Sofisa 1	2.867	-	111	(2.308)	(669)	1
Banco Sofisa 2	-	30.000	2.090	(714)	(2.000)	29.376
Banco Daycoval	8.796	-	1.133	(5.821)	(1.173)	2.935
Conta Garantida	1.545	16.152	1	(16.361)	(1)	1.336
Movimentação Total	13.208	46.152	3.335	(25.204)	(3.843)	33.648

10. Fornecedores e Empreiteiros

A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, cujos prazos médios de pagamentos são de 30 dias. Segue descrição abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Fornecedores de Materiais (i)	5.040	756
Prestadores de Serviço (ii)	5.644	7.589
Empreiteiros de Obras (iii)	2.010	1.437
Fornecedor de Energia Elétrica	11.976	8.407
Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA (iv)	4.099	2.881
Outros fornecedores com saldos abaixo de R\$ 1.500	6.073	5.990
Total de Fornecedores e Empreiteiros	34.842	27.060

Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e tratamento.

(i) Corresponde, principalmente, a prestação de serviço como Plano de Saúde, Ticket de Alimentação, e outros serviços a segurança, leitura, hidrometração, corte e religação.

(ii) Corresponde à prestação de serviço de construção através de empreiteiras para viabilização dos projetos de investimento da Companhia.

(iii) Corresponde a dois parcelamentos junto a AESA referente a valores devidos pelo uso de água bruta de domínio do Estado da Paraíba, em conformidade com a Lei nº 6.308/96 e Decreto nº 33.613/12.

11. Impostos, Taxas e Contribuições

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Próprios			
Federais	24.190	-	17.682
Estaduais	101	-	91
Municipais	290	-	501
Outros	2.335	-	768
Total	26.916	-	19.042
Retidos na Fonte			
Federais	10.193	-	8.744
Estaduais	273	-	270
Municipais	12.185	-	11.305
Outros	-	-	1
Total	22.651	-	20.320
Parcelamentos			
Parcelamento do Programa de Regularização Tributária - PRT (i)	16.511	26.414	16.020
Parcelamento do Programa Especial de Regularização Tributária - PERT (ii)	19.069	87.290	18.483
Parcelamentos Lei 11.941/2009	5.403	9.904	5.303
Outros parcelamentos	1.044	-	1.044
Total	42.027	123.608	40.850
Tributos Diferidos (iii)			
IRPJ - Diferimento	-	6.374	-
CSLL - Diferimento	-	2.295	-
COFINS - Diferimento	-	23.590	-
PIS - Diferimento	-	5.118	-
Total	-	37.377	-
Total de Impostos, Taxas e Contribuições	91.594	160.985	80.212
Total de Impostos, Taxas e Contribuições	91.594	160.985	80.212

(i) Refere-se ao Programa de Regularização Tributária - PRT, instituído pela Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017. A Companhia aderiu ao referido Programa em 16/03/2017, que incluem os débitos de natureza tributária e previdenciária junto à Receita Federal do Brasil - RFB, e optou pela modalidade de pagamento de 24% da dívida consolidada, em 24 prestações. Parte do saldo restante, correspondente a 20,98% da dívida, foi compensado com a utilização de créditos fiscais calculados sobre prejuízos fiscais (25%) e sobre base negativa de contribuição social (9%). Os débitos previdenciários desse parcelamento foram consolidados em 18/12/2017. O saldo remanescente do parcelamento será pago em 53 parcelas mensais atualizadas pela SELIC a partir do mês da adesão, com vencimento final em 28/02/2024.

(ii) Refere-se ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017. A Companhia aderiu ao referido programa em 22/08/2017 e 13/11/2017, incluindo os débitos de natureza tributária e previdenciária junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN que estavam inclusos no Programa de Regularização Tributária - PRT. No Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, optou-se pelo parcelamento dos débitos previdenciários na modalidade de pagamento em 94 parcelas mensais e reduções (juros de mora, multas de mora, encargos legais e honorários advocatícios), com vencimento final em 30/07/2027.

(iii) Refere-se ao IRPJ, CSLL, COFINS, PIS calculado sobre o faturamento para o Setor Público, cujos recolhimentos são diferidos até a data do recebimento das faturas correspondentes, conforme Lei nº 9.718/1998, Art. 7º.

12. Obrigações Trabalhistas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ordenados e Salários a Pagar	12.535	12.530
Provisão para Férias	25.429	22.895
Provisão para Encargos Sociais	4.582	4.079
Outras Obrigações	302	2.915
Total de Obrigações Trabalhistas	42.848	42.419

13. Instituto Hidrus de Assistência Social

A Companhia é patrocinadora do Instituto Hidrus de Assistência Social ("Hidrus"), pessoa jurídica de direito privado, com fins assistenciais e não lucrativos, constituído em 16 de julho de 1990 com a finalidade principal de proporcionar a assistência social na modalidade de auxílio desemprego aos seus associados.

Os planos oferecidos aos participantes do Hidrus são:

- Assistência securitária, através de convênios com a Mongeral Seguros e Previdência, no caso de morte do associado - é oferecido um plano de "Pecúlio de Pensão" por morte do associado, como benefícios de renda vitalícia para seus dependentes, com valores de livre escolha;
- Assistência social, através da concessão de "Auxílio-Desemprego", mediante a compensação parcial da perda da remuneração nos casos de desemprego do associado. Os valores são estabelecidos em função do plano atuarial e tem como meta a complementação de benefício nivelado em 70% da remuneração fixa do associado (vantagens fixas) expressa no contracheque, mais o valor da aposentadoria do INSS, e se processa em função das informações etário-salarial, sendo estabelecida uma carência de 5 anos e limite de 60 anos de idade para sua concessão;
- Assistência pecuniária concedida ao associado aposentado por invalidez - é repassado, integralmente, o valor disponível no fundo desemprego creditado em seu nome;
- Para assistência ao associado desempregado com idade inferior a 60 anos, é pago o valor individualizado do Fundo Desemprego creditado em seu nome, em parcelas de valor não superior a 40% da remuneração fixa referente ao mês precedente ao do desemprego, cumprida a carência de 5 anos.

No Estatuto do Hidrus prevê que a Companhia contribua com o percentual de 6% sobre o valor da folha apenas dos empregados associados ao Hidrus. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 33 (R1), o Hidrus está classificado como um plano de benefício pós-emprego de contribuição definida, onde a patrocinadora (Companhia) paga contribuições a uma entidade separada (Hidrus), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o Instituto não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

Nesse caso, a obrigação legal ou construtiva da Companhia está limitada à quantia que ela aceita contribuir para o Instituto, ou seja, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado é determinado pelo montante de contribuições pagas pela Companhia e também pelo empregado.

Conforme o referido CPC, a contabilização do Hidrus é direta, ou seja, a obrigação da Companhia patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no exercício.

No dia 27 de outubro de 2021, a Diretoria executiva através de Resolução REDIR 095/02021, considerando o disposto nos seguintes documentos:

- Recomendação do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, ato da Diretoria de Auditoria e Fiscalização - DIAFI, do processo específico nº 13450/2017, que concluiu nas páginas 425/426 que "é imprescindível a extinção do INSTITUTO HIDRUS e a adoção de providências urgentes no sentido de minimizar os prejuízos ao erário no período de sua precária existência, apurando -se eventuais responsabilidades e salvaguardando os direitos dos associados de boa-fé";
- Parecer Jurídico da Companhia, que expõe que o INSTITUTO HIDRUS "não possui características de previdência complementar, tratando-se verdadeiramente, de mero plano de assistência social", que a CAGEPA estaria incorrendo em ilegalidade ao destinar recursos para a manutenção de pequeno grupo de associados, organizados mediante plano de assistência social", concluindo que o INSTITUTO HIDRUS não preenche os pressupostos necessários para enquadrar-se na categoria de entidade de previdência complementar, não subsistindo portanto, ao seu favor, direito para recebimento da contrapartida patronal questionada, submetendo a matéria à análise e avaliação da Procuradoria Geral do Estado", o que em seguida foi feito;
- Parecer da Procuradoria Geral do Estado da Paraíba-PGE, o qual ratifica os argumentos presentes no parecer da nossa Assessoria Jurídica - AJU, alertando que "a CAGEPA incorreria em grave ilegalidade caso versesse recursos para manutenção de diminuto grupo de associados, organizados em mero plano de assistência social". Recomendou ainda, "que a CAGEPA se abstenha

de repassar quaisquer valores ao INSTITUTO HIDRUS, uma vez que a entidade não se caracteriza como de entidade previdenciária"; Que a Procuradoria Geral do Estado da Paraíba-PGE, propõe que a CAGEPA, "se entender necessário, a competente ação judicial para anulação do ato constitutivo da associação e, conseqüentemente, a retirada da CAGEPA da condição de órgão instituidor"; 4. A inserção da matéria quando das Reuniões do nosso Conselho Fiscal que destaca entre os seus pontos relatados, a seguinte orientação: "Recomendamos a baixa dos valores atribuídos ao Hydrus, pue a Diretoria aprecie a Nota Técnica 01/2019 e conforme a mesma recomenda, efetue a baixa, ou promova ação judicial competente para assegurar a baixa"; 5. Falta de amparo legal para o repasse de recursos próprios para manutenção de grupo de associados organizados mediante plano de assistência social; 6. A inexistência da base legal para manutenção do registro contábil, do possível passivo da Companhia em favor do INSTITUTO HIDRUS; 7. Evidência de nulidade do passivo contabilizado pela CAGEPA em favor do INSTITUTO HIDRUS, tendo em vista a falta de sustentação jurídica para a sua exigibilidade da saída de recursos financeiros para liquidar tal obrigação. Por este motivo, entende-se que este passivo deve ser baixado do Balanço Patrimonial da CAGEPA e novas provisionamentos não devem ser mais realizados". RESOLVEU:

Art. 1º. Manter a suspensão do repasse de quaisquer valores ao Instituto HIDRUS.
Art. 2º. Encaminhar ao Conselho de Administração, pareceres da Assessoria Jurídica desta Companhia e da Procuradoria Geral da Paraíba, bem como, relatório do Tribunal de Contas da Paraíba, para apreciação e aprovação da suspensão dos repasses por parte da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba — CAGEPA ao INSTITUTO HIDRUS.
Art. 3º. Encaminhar ao Conselho de Administração da Companhia, para apreciação e aprovação da exclusão da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA da figura de patrocinadora, coparticipante, mantenedora, instituidora e/ou qualquer relação de participação e/ou coobrigação com o Instituto HIDRUS.
Art. 4º. Solicitar autorização do Conselho de Administração da Companhia, para dar baixa no passivo no valor de R\$ 42.385.136,20 (quarenta e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, cento e trinta e seis reais e vinte centavos), no balanço patrimonial da CAGEPA.

Diante dos argumentos apresentados por meio de pareceres e considerando a falta de amparo legal para o repasse de recursos próprios para manutenção de grupo de associados organizados mediante plano de assistência social; a inexistência da base legal para manutenção do registro contábil, e a nulidade do passivo contabilizado por esta Companhia em favor do Instituto Hidrus, no dia 30 de novembro de 2021, na décima primeira reunião do Conselho de Administração, foi decidido por unanimidade a autorização para que se proceda com a baixa do valor contabilizado no passivo do Balanço Patrimonial em favor do Instituto Hidrus e que a Companhia se abstenha de realizar novos lançamentos na mesma modalidade.

No exercício a Companhia registrou a contribuição para o plano conforme segue:

a) Como Passivo (Despesa Acumulada)

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo	-	40.175

b) Como Custo e Despesas

	31/12/2021	31/12/2020
Despesa	-	3.835

14. Outros Passivos

	Não Circulante		Circulante	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos e Retenções Contratuais	1.169	-	1.188	-
Contas a Regularizar (Clientes)	9.608	-	8.897	-
Doações em contas	22	-	22	-
Obrigações com Precatórios ⁽¹⁾	-	66.940	-	64.993
Parcelamento Acordo Trabalhista (PAT) ⁽²⁾	12.185	49.475	12.012	60.039
Juros Sobre o Capital Próprio a Pagar ⁽³⁾	47.572	-	-	-
Outros Passivos	5.573	9.520	-	256
Total de Outras Obrigações	76.129	125.935	22.119	125.288

⁽¹⁾ Referem-se a obrigações da Companhia oriundas de sentenças judiciais transitadas em julgado no Tribunal Regional do Trabalho -13ª Região relacionadas a processos trabalhistas, e no Tribunal Regional Federal, relacionadas a processos tributários.

⁽²⁾ Corresponde ao acordo firmado com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Água e Serviços de Esgotos do Estado da Paraíba – SINDIÁGUA-PB relacionado ao processo Trabalhista de N° 0124800-83.2013.5.13.0026, no valor de R\$ 72.051.230,90 a ser pago em 72 meses, disponibilizando-se uma parcela mensal no valor de R\$ 1.000.711,54 fixas e sucessivas. O valor da primeira parcela teve início no mês de março de 2021 e as demais parcelas virão de forma sucessiva a cada mês.

⁽³⁾ Corresponde pagamento de Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas, dentro dos limites estabelecidos pela legislação e que correspondem a uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. (vide nota 16.5)

15. Provisões para Demandas Judiciais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	5.630	5.586
Cíveis	19.889	18.791
Juizados Especiais	444	436
Trabalhistas	12.411	5.908
Total da Provisões para Demandas Judiciais	38.374	30.720

A Companhia é parte integrante em diversos processos judiciais de natureza Tributária, Cível, Juizados Especiais e Trabalhistas, todos em virtude do curso normal das operações.

A provisão para demandas judiciais é estabelecida pela Administração da Companhia com base na análise e avaliação do risco, efetuada em conjunto com seus Assessores Jurídicos, sendo provisionados os casos em que a expectativa de desembolso é provável.

A Companhia é parte de outros processos de natureza tributária, cível, juizados especiais e trabalhistas, que se encontram em instâncias diversas e foram classificadas como perda possível, levando-se em consideração tanto a jurisprudência predominante, quanto à documentação específica existente. Os valores envolvidos nessas ações estão estimados em R\$ 88.299 como contingência possível.

16. Patrimônio Líquido

16.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 dezembro de 2021, no valor de R\$ 906.938 (R\$ 733.348 em 31 de dezembro de 2020), está representado por ações sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	%	31/12/2020
Ações Ordinárias	281.496.062		
Governo do Estado da Paraíba	1.730.288.638.935	99,99%	1.467.268.682.654
Outros	250.153.693	0,01%	250.153.693
	1.730.538.792.628	100,00%	1.467.518.836.347
Ações Preferenciais			
Governo do Estado da Paraíba	13.893.548.302	98,01%	13.893.548.302
Tesouro Nacional (FND)	281.445.419	1,99%	281.445.419
Outros	50.643	0,00%	50.643
	14.175.044.364	100,00%	14.175.044.364
Total de Ações Ordinárias e Preferenciais	1.744.713.836.992	100,00%	1.481.693.880.711

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano e, em caso de dissolução da Companhia, no reembolso do capital, sem direito a prêmio.

16.2 Reservas de Capital - Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital e Aporte para Obras

A Companhia recebe recursos oriundos do Governo do Estado da Paraíba, destinados a investimentos em obras, os quais são registrados diretamente em adiantamentos para futuro aumento de capital. Não existe previsão de devolução desses recursos para o Governo do Estado da Paraíba e, periodicamente, são integralizados ao Capital Social. A movimentação ocorrida no saldo desta conta é a seguinte:

Movimentação do Saldo	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC e Aporte para Obras	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial de Adiantamentos	152.805	149.385
Adiantamento no Exercício	-	3.420
Aumento de Capital - Aprovado na 12ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 2020 e registrada na JUCEP em 26/01/2021	(19.530)	-
Aumento de Capital - Aprovado na 12ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 2021 e registrada na JUCEP em 29/12/2021	(131.393)	-
Saldo Final de Adiantamentos	1.882	152.805

16.3 Reservas de Lucros

a) Reserva Legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

b) Reserva de Incentivo Fiscal

Constituída com os créditos decorrentes do incentivo fiscal de redução do imposto de renda descrito na Nota Explicativa nº 22, contabilizados inicialmente no resultado do exercício e transferido para a Reserva de Incentivo Fiscal por ocasião do encerramento do exercício. De acordo com a legislação fiscal vigente, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude do incentivo fiscal não pode ser distribuído aos acionistas

c) Reserva para Contingência

A Reserva para Contingência foi constituída com o saldo do lucro do exercício após a constituição da Reserva Legal e Reserva de Incentivos Fiscais, em caráter preventivo, para fazer face aos investimentos requeridos para a pactuação dos contratos de

programa com os entes municipais, que atualmente são atendidos pela Companhia, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2. Para mitigar os riscos, a Companhia deverá realizar investimentos destinados a melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, necessários para cumprir as condições dos contratos de programa a serem firmados com os municípios. O saldo anterior desta Reserva não foi revertido em virtude de novos desafios oriundos do "Novo Marco Legal do Saneamento". Diante do exposto, como o fato gerador da contingência ainda vigora, entende-se que a respectiva reserva deve ser mantida.

16.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

Corresponde a contrapartida dos ajustes decorrentes do processo de convergência as Normas Internacionais de Contabilidade (padrão IFRS). Vide Nota explicativa nº 2.2

16.5 Juros sobre o Capital Próprio

A legislação fiscal permite que as Companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas, dentro dos limites estabelecidos e que tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social.

O montante dos juros sobre capital próprio foi contabilizado no Patrimônio Líquido na conta de lucros acumulados e excluído da base de cálculo do IRPJ e da CSLL apurados em 31.12.2021, de forma a se beneficiar da sua dedutibilidade fiscal.

Os Juros sobre Capital Próprio foram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), cuja variação no exercício de 2021 foi de 4,8%, conforme demonstrado a seguir:

Juros sobre o Capital Próprio	31/12/2021
(-) Base de Cálculo	991.079
Variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) (%)	4,8
Limitadores Fiscais de dedutibilidade:	
Lucro Líquido em 31/12/2021, após a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e antes do Imposto de Renda (IR)	195.868
Lucros Acumulados e Reservas de Lucros	84.141
Juros sobre o Capital Próprio dedutível	47.572
Distribuição	
Sócio Majoritário 99,98% - Governo do Estado da Paraíba	47.559
Sócios Minoritários 0,03 % - Outros	13
	47.572

O montante dos juros sobre o capital próprio, correspondente ao sócio majoritário (Governo do Estado da Paraíba), reconhecido no passivo da companhia no exercício de 2021 será submetido à apreciação dos Conselhos e, subsequentemente, à Assembleia Geral, visando a constituição de uma Reserva de Capital para posterior incorporação ao Capital. Este fato representará uma mera mutação patrimonial, com efeito nulo nas contas de resultado.

17. Receita Líquida dos Serviços Prestados

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita Bruta dos Serviços Prestados		
Serviços Prestados de Água	750.438	689.110
Serviços Prestados de Esgoto	280.237	251.662
Subtotal da Receita Bruta dos Serviços Prestados	1.030.675	940.772
COFINS Sobre Receitas Operacionais	(81.523)	(72.238)
PIS Sobre Receitas Operacionais	(17.699)	(15.683)
Subtotal de COFINS e PIS sobre Receitas Operacionais	(99.222)	(87.921)
Receita Líquida dos Serviços Prestados	931.453	852.851

18. Custos dos Serviços Prestados

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(267.306)	(247.330)
Materiais	(44.533)	(54.209)
Serviços de Terceiros	(173.478)	(140.501)
Outros Custos	(8.113)	(5.451)
Depreciação	(21.597)	(20.756)
Total dos Custos dos Serviços Prestados	(515.027)	(468.247)
Custo dos Serviços Prestados de Água	(485.276)	(433.835)
Custo dos Serviços Prestados de Esgoto	(29.751)	(34.412)
	(515.027)	(468.247)

19. Despesas / Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas / Receitas Operacionais		
Pessoal	(144.172)	(159.562)
Materiais	(1.131)	(1.520)
Serviços de Terceiros	(53.700)	(53.623)
Despesas Gerais / Perdas	(54.189)	(103.444)
Provisão para Devedores Duvidosos	(22.389)	(55.349)
Depreciação	(1.491)	(1.360)
Multas	(177)	(12)
Despesas Tributárias	(3.043)	(2.996)
Outras Receitas	43.758	9.774
Total Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	(236.534)	(368.092)

20. Benefícios ao Pessoal

O quadro abaixo demonstra todas as concessões e seus valores realizados e provisionados nos períodos.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações		
Horas Normais	(120.249)	(119.427)
Horas Extras	(19.786)	(17.239)
Diárias e Ajudas de Custo	(2.178)	(2.009)
Adicionais	(10.082)	(9.858)
Gratificações	(51.483)	(48.245)
Gratificações de Representação	(2.310)	(2.268)
Honorários da Diretoria e Conselhos	(385)	(381)
Programa Menor Aprendiz	(909)	(842)
Resolução nº 4/83	(175)	(147)
Prêmio Motorista	-	(28)
	(207.557)	(200.444)
Encargos Sociais		
Férias	(28.178)	(25.913)
Contribuições para INSS	(69.099)	(62.367)
PbPrev Patronal	(110)	(120)
Contribuição para FGTS	(21.351)	(20.387)
13º Salário	(19.468)	(17.990)
Contribuição SENAI	(3.083)	(3.003)
Serviço Social da Indústria (SESI)	(3.855)	(3.293)
Instituto Hidrus de Assistência Social	-	(3.835)
	(145.144)	(136.908)
Programa de Alimentação		
Ticket Alimentação	(36.804)	(36.300)
Saúde		
Assistência Médica e Social	(14.398)	(13.987)
Salário Tratamento Saúde e Ac. Trabalho	(1.090)	(1.123)
	(15.488)	(15.110)
Outros Benefícios		
Auxílio Creche	(3.579)	(3.558)
Vale Transporte	(420)	(273)
Auxílio Livro Didático	(531)	(530)
Auxílio Funeral	(89)	(101)
	(4.619)	(4.462)
Recisões Contratuais		
Indeniz. e Aviso Prévio e FGTS Mul Resc.	(1.866)	(13.668)
Total de Benefícios ao Pessoal	(411.478)	(406.892)

21. Resultado Financeiro

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita Financeira		
Juros de Mora	8.476	5.947
Aplicações Financeiras	2.055	493
Multa por Impuntualidade dos Clientes	20.936	14.708
Descontos Obtidos	1.981	1.340
Atualizações Monetárias	1.571	294
	35.019	22.782
Despesas Financeiras		
Juros de Empréstimos e Financiamentos	(3.063)	(3.335)
Juros de Atualizações de Parcelamentos	(5.369)	(14.585)
Multa e Juros de Impostos e Contribuições	(254)	(478)
Multa e Juros de Fornecedores	(2)	(412)
Descontos Concedidos	(3.146)	(1.022)
	(11.834)	(19.832)
Resultado Financeiro	23.185	2.950

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas Correntes de Imposto de Renda e Contribuição Social		
Receita de Incentivos Fiscais - Redução do IRPJ	(55.178)	(12.719)
Receitas pela Compensação de Prejuízos Fiscais do Programa de Regularização Tributária	24.366	1.246
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(30.812)	(11.473)

A apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos períodos findos em 31/12/2021 e 31/12/2020 estão demonstrados conforme segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Antes dos Impostos (IRPJ e CSLL)	203.076	19.461
Adições (Exclusões)		
Provisão para Contingência (Constituição)	14.202	29.285
Multa por Autuações Fiscais	169	9
Perda de Inventário	1.097	-
Incentivos a Cultura (Lei nº 8.313/91)	656	115
Provisão para Contingência (Reversão)	(6.548)	(17.463)
Juros sobre o Capital Próprio	(47.572)	-
Outras Adições	437	6.744
Base de Cálculo dos Impostos (IRPJ e CSLL)	165.517	38.151

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Impostos antes das Deduções / Compensações	(41.354)	(14.897)	(9.514)	(3.434)
Incentivo Fiscal - PAT	993	-	229	-
Incentivo Fiscal - Programa Empresa Cidadã	80	-	-	-
Incentivo Fiscal - SUDENE	24.366	-	1.246	-
Despesas com Impostos	(15.915)	(14.897)	(8.039)	(3.434)
Alíquota Efetiva	9,6%	9,0%	21,1%	9,0%

23. Subvenção Governamental

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal do imposto de renda estabelecido no art. 1º da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, sobre as receitas auferidas na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, conforme Laudo Constitutivo nº 0269/2019, pelo período de fruição (ano-calendário) de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028 (10 anos). O referido incentivo fiscal consiste no direito à redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não-ressalvados calculados sobre o Lucro da Exploração.

24. Instrumentos Financeiros

O valor de mercado estimado dos instrumentos financeiros, principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e instrumentos financeiros de curto prazo, se aproximam do seu valor contábil face o curto prazo de vencimento dos mesmos.

24.1 Limitações

Os valores de mercado foram estimados com base em informações de mercado relevantes e da própria Companhia, de sua carteira de clientes, no que se refere a Contas a Receber. Na hipótese de mudanças nas premissas, poderão ser afetadas as estimativas apresentadas.

24.2 Fatores de Risco

Riscos de Crédito (Operacional)

Mudanças Climáticas - Crise Hídrica:

Riscos - As mudanças climáticas podem contribuir para a ocorrência de eventos extremos, estiagem, e outras situações que podem afetar a capacidade de operação da Companhia, e, assim, comprometendo os resultados do negócio. O ano de 2021 também foi marcado por cenário crítico de abastecimento de água em parte dos municípios Paraibanos, devido ao baixo nível de reserva dos mananciais que os abastecem decorrentes de longo período sem chuva, até o fechamento desse relatório, 37 localidades estavam em racionamento e 27 localidades estavam em colapso.

Ações - A Companhia, em parceria com o Governo do Estado (acionista controlador) continua adotando medidas emergenciais, tais como: construção de estação elevatória flutuante, obras de reforço no abastecimento de água, construção de sistema adutor, aquisição de caixas d'água, dentre outros. Nesse cenário, a transposição do Rio São Francisco é vista como a principal estratégia governamental para reverter a situação de dificuldade hídrica em alguns Municípios do Estado.

Perdas:

Riscos - Perdas de água, a Companhia monitora os riscos de uma eventual insuficiência de capital para os investimentos em eficiência operacional e redução de perdas, com impacto no fluxo de caixa e nos resultados.

Ações - A Companhia vem trabalhando firmemente no combate as perdas, continuando em seu planejamento para 2021/2022 ações como a substituição de hidrômetros, implantação de contratos de performance, aumento da fiscalização de águas cortadas, clandestinas e desviadas, atualização de cadastros e implantação das obras previstas no projeto de setorização da grande João Pessoa através de recursos do Banco Mundial. Além dessas ações planejadas, estamos buscando a recuperação do cliente com água desligada, atuando na ampliação das ações de renegociação de dívidas, trazendo novamente esse cliente para a CAGEPA.

Contratos de Programa:

Riscos - Associado à perenidade do negócio, a manutenção dos contratos de programa da Companhia está condicionada à manifestação de interesse dos municípios.

Ações - A Companhia possui contrato de programa vigente e continua operando os seus serviços com cumprimento de metas e investimentos visando a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Regulação do Setor:

Riscos - Em 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.026/2020, que atualizou o Marco Legal do Saneamento, o qual estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, criado pela Lei nº 11.445/07, e alterou a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. A forma como se apresenta a Legislação, sem que haja um movimento de adaptação e ajustes da estrutura e da forma de atuação da Companhia, poderá ocasionar uma desorganização e uma insegurança jurídica, que prejudicará, em especial o atendimento dos municípios mais pobres e deficitários. Vide Nota Explicativa nº 1.2.

Ações - A Companhia está trabalhando juntamente com o Governo do Estado (Acionista Controlador) na busca de alternativas, com fulcro na atualização do marco legal do saneamento, que garantam a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para toda a população paraibana.

Inadimplência:

Riscos - Está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos decorrentes de dificuldades em cobrar os valores futuros vencidos, principalmente, junto aos clientes públicos (estaduais e municipais).

Ações - Esse tipo de risco é diminuído em razão de procedimentos de monitoração e cobrança específicas voltadas às contas a receber do segmento público, destacando-se sobre a importância de manter-se o fornecimento dos produtos da Companhia a essas entidades, pelo seu caráter de essencialidade o que resulta em termos de acordo de pagamento firmado com esses clientes.

Riscos de Crédito (Financeiro)

Riscos - Os riscos relacionados à possibilidade de a Companhia computar perdas decorrentes da dificuldade de realização das aplicações financeiras de curto prazo foram considerados pequenos.

Ações - A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros investindo em instituições financeiras bem-conceituadas.

25. Meio Ambiente e Sustentabilidade

Na Companhia, a sustentabilidade é entendida e praticada de maneira cada vez mais integrada, considerando os aspectos socioambiental e financeiro, reconhecendo que o cuidado com o meio ambiente e com as pessoas é imprescindível para o seu crescimento.

Os serviços de saneamento são parte prioritária e essencial das atividades que integram as ações voltadas para a proteção, conservação, recuperação ambiental e quando executados, contribuem decisivamente para recuperar e proteger o subsolo, solo e as águas de situações de degradação e contaminação

Os programas de investimentos em saneamento básico da Companhia obedecem a uma visão sistêmica perfeitamente integrada e interligada com a responsabilidade socioambiental e são direcionadas para minimizar os impactos no meio ambiente.

26. Impactos do Coronavírus (COVID-19)

A pandemia do novo coronavírus (COVID-19) está afetando profundamente a sociedade brasileira e mundial, ocasionando impactos significativos na economia, decorrentes da interrupção nas cadeias produtivas e de suprimentos, que são reflexo da redução na demanda por bens e serviços.

A CAGEPA desempenha um papel essencial na proteção das pessoas e da saúde destas durante todos os surtos de doenças infecciosas, incluindo o atual surto da COVID-19 já que a higiene é uma das principais formas de combate.

Neste cenário de incertezas econômicas resultantes da pandemia do novo coronavírus, o setor de Saneamento Básico é um dos mais resilientes, e a Companhia está acompanhando ativamente os desdobramentos no comportamento econômico e social, principalmente nas consequências que serão percebidas pela população atendida nos municípios em que atua.

A Companhia entende não haver riscos na continuidade de sua operação, contudo, apresentamos a seguir a nossa melhor aná-

lise de mensuração dos impactos econômico-financeiros decorrentes do novo coronavírus:

Receitas e custos: Na visão da Companhia as receitas do setor de saneamento estão menos afetadas em decorrência dos efeitos da pandemia, por terem receita mais protegida que os demais setores, por se tratar de serviços essenciais à população. Uma pressão sobre o fluxo de caixa operacional pode impactar na arrecadação, devido a um possível aumento da inadimplência e prorrogação temporária do vencimento das contas de água e esgoto, principalmente para consumidores de baixa renda. Além disso, a edição de leis que restringem o corte do fornecimento de serviços para determinadas categorias de consumidores durante situações de emergência, como no caso da COVID-19, podem elevar o índice de inadimplência, aumentando o contos a receber de clientes, trazendo, nesta hipótese, impacto à liquidez da Companhia vem analisando diariamente a arrecadação e a inadimplência.

Sob o aspecto de custos, principalmente os relacionados as aquisições de produtos químicos importados, dado as taxas de câmbio atuais, a Companhia espera aumento dos custos em relação aos produtos químicos. A Companhia está monitorando os níveis de estoque, relativamente aos produtos que podem apresentar dificuldades no abastecimento.

A seguir as principais ações que a Companhia tem adotado de forma temporária em suas operações que afetam seus profissionais e clientes:

1 - Instituiu o Comitê de Crise - responsável por definir procedimentos, medidas preventivas e de contingência, com vistas à preservação da integridade e da saúde dos seus empregados, bem como a continuidade e operação dos sistemas);

2- Publicação de Normativas - que regulamentam o funcionamento da Companhia;

3 - Implementou o trabalho remoto como modalidade prioritária entre os meses mais críticos da pandemia, exceto os trabalhadores de operação e manutenção, dadas suas especificidades, e seguiu priorizando escalas de trabalho para assegurar o distanciamento social;

4 - Criou o Serviço de Atenção Psicossocial e Médico para acompanhamento dos casos de Covid 19 - todos os atendimentos se dão de forma remota, neles as assistentes sociais acolhem, acompanham e encaminham os trabalhadores suspeitos ou confirmados para Covid19 e alimentam um banco de dados que tem fins estatísticos e de controle epidemiológico;

5 - o médico do trabalho acompanha a evolução e orienta a conduta dos trabalhadores e gestores; os psicólogos realizam escuta psicológica de forma remota individual e coletiva nas rodas de conversas para minimizar estresse, com o objetivo de minimizar o estresse caudado pela pandemia. Trabalho pelo qual a CAGEPA foi reconhecida e classificada em segundo lugar no Prêmio Ser Humano, da ABRH-PB (Associação Brasileira de Recursos Humanos, seção Paraíba);

6 - Custeou todos os exames diagnósticos para Covid e de retorno ao trabalho, quando o plano de saúde do empregado não o ampara; Elaborou e aplicou: Plano de Prontidão e Resposta; Protocolo de Verificação de Temperatura; Plano de Higiene Interna de Veículos Leves; Procedimento de Desinfecção de Cabines.

7 - Adquiriu e distribuiu equipamentos de proteção individual e coletivos, específico para o combate à disseminação do novo coronavírus. Dentre os quais: máscaras e protetores faciais, óculos de proteção com e sem válvula, termômetros e álcool em gel. Executou o Projeto Vídeos na Quarentena - em que os empregados foram orientados a participar de cursos online e gratuitos. Deste resultou um total de 11.915 horas/aluno-aula.

8 - Visando suprir o atendimento ao cliente não presencial, ampliamos o atendimento remoto, disponibilizando a população o novo aplicativo da CAGEPA, o chatbolt, WhatsApp e ampliação das equipes próprias e terceirizadas para suporte ao 115 e aos canais digitais.

Marcus Vinícius Fernandes Neves
Diretor Presidente

Alexsandro Gomes da Silva
Diretor Administrativo e Financeiro em Substituição

Isaac Fernandes Vieira Veras
Diretor Comercial

Ricardo Moisés Gomes de Sousa
Diretor de Expansão

Thiago de Sousa Pessoa
Diretor de Operação e Manutenção em Exercício

Alexsandro Gomes da Silva
Contador - CRC/PB 9338/O-3

Relatório de auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e Diretores da
Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

1. A administração da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA não concluiu os levantamentos e estudos no sentido de proceder à adequação dos seus registros contábeis aos critérios requeridos nas normas brasileiras de contabilidade para a contabilização de contratos de concessão de serviços públicos, conforme estabelecido no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. De acordo com o referido dispositivo contábil, as entidades concessionárias de serviços públicos devem, de acordo com as circunstâncias: (i) reconhecer um ativo financeiro, correspondente ao direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pelos serviços de construção ou melhoria da infraestrutura necessária à prestação do serviço; (ii) reconhecer obrigações contratuais para manter a infraestrutura em nível específico de operação ou em condições de devolução ao final do contrato; e (iii) reconhecer um ativo intangível correspondente ao direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados no âmbito dos contratos de concessão.

2. Os controles internos mantidos sobre o Ativo Imobilizado da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA não nos possibilitaram a aplicação de determinados procedimentos de auditoria, que nos permitissem concluir sobre a adequação dos saldos deste grupo de contas, em função de não ter sido concluída a conciliação com a posição do controle patrimonial. Ademais, não foi revisada a vida útil econômica estimada e o valor residual dos bens classificados no Ativo Imobilizado, necessário para o cálculo das quotas de depreciação, conforme previsto nas normas brasileiras de contabilidade.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem modificar a nossa opinião, chamamos atenção para o fato descrito na Nota Explicativa Nº 13, que informa que a Direção da Companhia, após analisar os argumentos apresentados por meio de pareceres e considerando a falta de amparo legal para o repasse de recursos próprios para manutenção de grupo de associados organizados mediante plano de assistência social; a inexistência da base legal para manutenção do registro contábil e a nulidade do passivo contabilizado por esta Companhia em favor do Instituto Hidrus de Assistência Social, no dia 30 de novembro de 2021, na décima primeira reunião do Conselho de Administração, foi decidido por unanimidade a autorização para a realização da baixa do valor contabilizado no passivo do Balanço Patrimonial em favor do Instituto Hidrus de Assistência Social até aquela data e que a Companhia se abstinse de realizar novos lançamentos na mesma modalidade. Dessa forma, a Companhia procedeu a baixa do passivo até então registrado em favor do Instituto Hidrus.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião com ressalvas”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 16 de fevereiro de 2022.

Sá Leitão Auditores S/S
CNPJ: 35.330.125/0001-64
CRC-PE 000.369/O-8
Jefferson Batista de Oliveira
Sócio Responsável
Contador CRC-PE 16.627/O-8

Parecer do Conselho Fiscal

Aos oito dias do mês de março de dois mil e vinte dois, às catorze horas, através de videoconferência do aplicativo Google Meet (meet.google.com/tqj-flgt-hvt) devido como medida de segurança contra a pandemia internacional de Coronavírus, realizou-se a Reunião do Conselho Fiscal da Companhia, onde foi examinado o Relatório de Administração e de Sustentabilidade e as Demonstrações Contábeis da Companhia, levantadas em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração e auditadas pela Sá Leitão Auditores S/S, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado de Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes. Examinados todos os documentos acima citados, com base nas análises periódicas, nos esclarecimentos prestados pela Gerência de Controladoria da Companhia e respaldado no Relatório elaborado pelos Auditores Independentes, decidiu o Conselho Fiscal exarar o seguinte parecer:

PARECER

Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA, procederam ao exame do Relatório de Administração e de Sustentabilidade e das Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e com base no Relatório emitido pelos Auditores Independentes elaborado sob a responsabilidade da Sá Leitão Auditores S/A, é de parecer que, exceto quanto às ressalvas constantes desse Relatório e seus futuros possíveis impactos na determinação do resultado do exercício e na apresentação da posição patrimonial da Companhia, as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Administração representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA, em 31 de dezembro de 2021, e, por seus membros abaixo assinados, opinam favoravelmente a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

João Pessoa - PB, 08 de março de 2022.

Francisco Xavier Monteiro da Franca

Gleydson Farias Bronzeado

Daniel Henrique de S. Lyra

Carlos André M. Medeiros

Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA – CAGEPA tendo examinado em reunião desta data, o relatório de administração e de sustentabilidade e as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2021, compreendendo, o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa, a demonstração do valor adicionado e a destinação do lucro do exercício, complementados por notas explicativas, com fundamento nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela sua Diretoria Executiva e no Parecer dos Auditores Independentes Sá Leitão Auditores S/S e no Parecer do Conselho Fiscal da Companhia, DECIDE por maioria de votos, recomendar à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, com parecer favorável à sua aprovação, em conformidade com o inciso V do artigo 142 da Lei 6.404, de 15.12.1976 e o Artigo 27 item IV do Estatuto Social da Companhia.

João Pessoa, 10 de março de 2022.

LUCIO LANDIM
BATISTA DA
COSTA:835197
50520

Assinado de forma digital por LUCIO LANDIM BATISTA DA COSTA:83519750520
Dados: 2022.03.16 17:13:21 -03'00'

Lúcio Landim Batista da Costa
Presidente do Conselho de Administração

**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA
AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 00005/2022**

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Manairá/PB, torna público para conhecimento dos licitantes participantes do Processo de Tomada de Preços Nº 00005/2022, que tem como objeto: Contratação de empresa especializada para Implantação de pavimentação asfáltica no Município de Manairá/PB, conforme Contrato de Repasse nº 911782/2021/MDR/CAIXA, o Resultado do Julgamento da Documentação de Habilitação do referido processo realizado pela comissão de licitação e setor técnico. Considerações: LICITANTES HABILITADOS: SECULAR COMERCIO CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO EIRELI – CNPJ 08.580.840/0001-82; VN CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ 37.927.953/0001-00; CLPT CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ 25.165.699/0001-70. LICITANTE INABILITADO POR NÃO ATENDER O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: CONSTRUTORA APODI EIRELI, CNPJ Nº 17.620.703/0001-15, não apresentou Atestado de Capacidade Técnica compatível com o objeto (item 8.5.2); não apresentou Atestado Operacional compatível com o objeto (item 8.5.3.1) e não apresentou Prestação de garantia (item 8.4.3). Os envelopes contendo a Proposta de Preços dos licitantes qualificados nesta reunião permanecem lacrados em poder da Comissão. Informa ainda aos licitantes que as documentações estão a disposição dos mesmos e que a partir da publicação da análise deste julgamento está aberto o prazo recursal mediante o que o preceitua o artigo 109, Inciso I, da Lei 8.666/93. Maiores informações, na sala da comissão de licitação situada na Rua José Rosas, S/N - Centro - Manairá - PB.

Manairá/PB, 08 de Abril de 2022.
JOSÉ ALBERTO TAVARES JUNIOR
PRESIDENTE DA CPL/PM

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO NO ESTADO DA PARAIBA
- SESCOOP/PB
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2022
Data e horário da sessão de abertura: 25 de abril de 2022 às 14:00 horas.

Local: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado da Paraíba - Av. Coremas, 498, centro, em João Pessoa-PB.

Objeto: Contratação de empresa para elaboração do projeto, fornecimento dos equipamentos instalação do sistema gerador solar fotovoltaico do tipo on-grid na sede da SESCOOP/PB, composto de inversor fotovoltaico trifásico de 25kW ou superior, com proteção anti-ilhamento e função MPPT, sistema de monitoramento com acompanhamento via aplicativo ou site, stringbox, módulo fotovoltaico com potência mínima individual de 500W e somatório dos módulos com potência mínima total de 29kWp, estruturas de fixação para telhado de fibrocimento ou equivalente, materiais e serviço de instalação inclusos, bem como serviço de manutenção periódica e corretiva, conforme especificações constantes neste edital e seus anexos.

Informações: Fone: (83)3222-6268/3660 e-mail: licitacoes@sescoppb.coop.br Obter o edital no site:

<https://paraibacooperativo.coop.br/licitacoes>

Elisângela Maria de Sousa
Pregoeira

SINFEMP
SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PATOS E REGIÃO
RUA 18 DO FORTE, 140. SANTO ANTÔNIO.58701-045. PATOS - PB
Edital de Convocação para Prestação e Aprovação de Contas de 2021 e Previsão Orçamentária para 2023.

Ficam convocados nos termos do Estatuto Social desta entidade e na legislação em vigor, todos os servidores públicos municipais de Areia de Baraúnas, Assunção, Cacimba de Areia, Catingueira, Condatado, Emas, Junco do Seridó, Mãe D'água, Malta, Olho D'água, Passagem, Patos, Quixaba, Salgadinho, Santa Luzia, Santa Terezinha, São José de Espinharas, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São Mamede, Tenório, Vista Serrana e Várzea, filiados a este sindicato, que estiverem em condições de exercerem o direito do voto, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada na Elma Empreendimentos Turísticos Ltda, localizada na BR 230, KM 331, Sítio Riacho dos Pilões, Zona Rural, Município de Patos - PB, em primeira convocação às 9h, no dia 7 de maio de 2022, que deverá ter a presença mínima de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos

associados, estes, em condições de votar, e caso não haja QUORUM, em primeira convocação, a Assembleia será realizada em segunda convocação, no mesmo dia e local, meia hora após o horário previsto, com qualquer número de associados, para a realização da prestação de contas referente ao exercício de 2021, como preceitua o estatuto e Previsão Orçamentária para o ano de 2023, deliberando-se da seguinte ordem do dia: 1. Leitura do edital de convocação para realização da Assembleia; 2. Leitura do Parecer do Conselho Fiscal sobre as contas do Balanço Financeiro e Patrimonial do exercício de 2021; 3. Leitura do Parecer do Conselho Fiscal sobre a previsão orçamentária para o Exercício de 2023 e 4. Discussão e Aprovação do Balanço Financeiro e Patrimonial de 2021 e Previsão Orçamentária para o Exercício de 2023. Ressalta-se que a assembleia realizar-se-á em 30 de abril de 2022 e, tendo em vista a Pandemia da COVID-19, os cuidados serão tomados durante a assembleia, de acordo com as orientações médicas e sanitárias. Patos - PB, 06 de abril de 2022. Maria do Carmo Nunes Soares (Presidente) e Marinaiva Guedes da Silva (Tesoureira).

SINFEMP
SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PATOS E REGIÃO
RUA 18 DO FORTE, 140. SANTO ANTÔNIO.58701-045. PATOS - PB
Edital de Convocação para Encontro Regional do SINFEMP

Ficam convocados nos termos do Estatuto Social desta entidade, todos os servidores públicos municipais de Areia de Baraúnas, Assunção, Cacimba de Areia, Catingueira, Condatado, Emas, Junco do Seridó, Mãe D'água, Malta, Olho D'água, Passagem, Patos, Quixaba, Salgadinho, Santa Luzia, Santa Terezinha, São José de Espinharas, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São Mamede, Tenório, Vista Serrana e Várzea, filiados a este sindicato, para participarem do Encontro Regional do SINFEMP, que será realizado na Elma Empreendimentos Turísticos Ltda, localizada na BR 230, KM 331, Sítio Riacho dos Pilões, Zona Rural, Município de Patos - PB, no dia 07 de maio de 2022 a partir das 13h. Ressalta-se que a assembleia realizar-se-á em 07 de maio de 2022 e, tendo início às 13h, com a seguinte pauta: 1. Avaliação do trabalho na base territorial; 2. Informações das ações que tramitam na justiça; 3. Plano de Ação até dezembro de 2022. Maria do Carmo Nunes Soares (Presidente).

**LEVE PARA CASA
A UNIÃO,
A MELHOR INFORMAÇÃO**

ASSINE O JORNAL A UNIÃO



3218.6518 / (83) 99117 7042



CIRCULACAO@EPC.PB.GOV.BR



EPC
EMPRESA PARAIBANA
DE COMUNICAÇÃO

**ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SUMÉ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2022**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Alice Japassu de Queiroz, 52 - Centro - Sumé - PB, às 08:00 horas do dia 25 de Abril de 2022, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUMÉ. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 33532095. E-mail: vcamarasume@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Sumé - PB, 08 de Abril de 2022

**SEBASTIÃO SILVA SOUSA
Pregoeiro Oficial**

**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00017/2022**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Primeiro de Abril, 390 - Centro - Sumé - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE – HOSPITAL E MATERIDADE ALICE DE ALMEIDA, REFERENTE AS PROPOSTAS Nº 11285.069000/1190-08. Abertura da sessão pública: 08:30 horas do dia 26 de Abril de 2022. Início da fase de lances: 08:35 horas do dia 26 de Abril de 2022. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3353-2274. E-mail: cpsume@gmail.com. Edital: www.sume.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Sumé - PB, 08 de Abril de 2022

**DIMITRIUS LAURENT FERREIRA DA SILVA
Pregoeiro Oficial**

**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00019/2022**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Primeiro de Abril, 390 - Centro - Sumé - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA NUTRIÇÃO ALIMENTAR ATRAVÉS DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES E ALIMENTAÇÃO POR SONDAS. Abertura da sessão pública: 11:00 horas do dia 27 de Abril de 2022. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3353-2274. E-mail: cpsume@gmail.com. Edital: www.sume.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Sumé - PB, 08 de Abril de 2022

**DIMITRIUS LAURENT FERREIRA DA SILVA
Pregoeiro Oficial**

**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00018/2022**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Primeiro de Abril, 390 - Centro - Sumé - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS E GERIÁTRICAS. Abertura da sessão pública: 08:30 horas do dia 27 de Abril de 2022. Início da fase de lances: 08:35 horas do dia 27 de Abril de 2022. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3353-2274. E-mail: cpsume@gmail.com. Edital: www.sume.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Sumé - PB, 08 de Abril de 2022

**DIMITRIUS LAURENT FERREIRA DA SILVA
Pregoeiro Oficial**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB
AVISO DE IMPETRAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00047/2022.**

A Prefeitura Municipal de São José de Piranhas – PB, através do Pregoeiro, torna público aos interessados, o aviso de impetração de impugnação ao edital, datado de 04/04/2022, e o seu consequente resultado, haja vista que a empresa CBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MAQUINAS LTDA, CNPJ nº 11.239.764/0001-50, interpôs contra o Termo de Referência do superamento Edital. Baseando-se em análises legais e entendimentos referentes à impugnação requerida pela mencionada empresa, essa comissão julga pelo DEFERIMENTO PEDIDO, atendendo ao pedido da empresa. Fica SUSPESA reunião marcada para o dia 08/04/2022 às 09:00h, para haja análise do Termo de Referência do Edital e posteriormente sanar qualquer tipo de vício relacionado à direcionamento de marca, no instante em que, será encaminhado à autoridade superior para análise do objeto. São José de Piranhas - PB, 07 de Abril de 2022.

**Heider de Lima Freitas
Pregoeiro**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00045/2022**

A Prefeitura Municipal de São José de Piranhas - PB, através do seu Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação, TORNA PÚBLICO que o procedimento licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico com objeto: Serviço de monitoração individual e padrão em exposição externa a campos de radiação X, utilizando o sistema de dosimetria termoluminescente (TLD), para uso de profissionais que trabalham nas instalações do setor de Raio X do Hospital Municipal de São José de Piranhas - PB. Que tinha sua abertura marcada para o dia 25de Abril de 2022, às 09h00, foi remarcada para 27 de Abril de 2022, às 09h00, em virtude erro na publicação no Jornal A União. Os interessados poderão obter o texto integral do edital através do endereço eletrônico www.tce.pb.gov.br e e-mail: cpsjosepiranhas@gmail.com.

São José de Piranhas - PB, 08 de Abril de 2022.

**Heider de Lima Freitas
Pregoeiro**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DA RAÍZ
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00002/2022**

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00002/2022, que objetiva: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios, que tem como objetivo atender as necessidades da Merenda Escolar, Creche e demais programas federais e secretarias deste município; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: TEM DE TUDO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - R\$ 258.208,70. Serra da Raiz - P, B, 07 de Abril de 2022.

**LUIZ GONZAGA BEZERRA DUARTE
Prefeito**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DA RAÍZ
EXTRATO DE CONTRATOS**

Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico nº 00002/2022. Dotação: Recursos Próprios do Município de Serra da Raiz: (Recursos Próprios-FPM/Recursos do FNDE/FNAS). Dotação Orçamentária: 02.030 - 08.122.0002.2004 - 3.3.90.36.23.00 / 08.244.0005.2006 - 3.3.90.30.99.00 / 08.244.0005.2012 - 3.3.90.30.99.00 / 08.244.0005.2060 - 3.3.90.30.99.00 / 02.050-12.306.0012.2022 - 3.3.90.30.07.00 / 12.306.0012.2023 - 3.3.90.30.07.00 / 12.361.0013.2025 - 3.3.90.30.99.00 / 12.361.0013.2030 - 3.3.90.30.99.00 / 12.365.1850.2031 - 3.3.90.30.99.00 / 12.366.0024.2032 - 3.3.90.30.99.00. Vigência: até o final do exercício financeiro de 2021. Partes Contratantes: Prefeitura Municipal de Serra da Raiz e: CT Nº 0020/2022 - 08.04.22 - TEM DE TUDO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA- R\$ 258.208,70.

**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE
EXTRATO DE ADITIVO**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UBS DA COMUNIDADE DO QUATI, SÃO JOÃO DO TIGRE - PB. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00007/2021. ADITAMENTO: Ajuste no quantitativo para adequação do projeto. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São João do Tigre e: CT Nº 08201/2021 - JMB CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - 1º Aditivo - acréscimo de R\$ 18.544,39. ASSINATURA: 04.04.22

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2022**

O pregoeiro e equipe de apoio, torna público que realizará o Pregão Eletrônico 042/2022, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE COLETES EM OXFORD, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA/PB, às 11h00m do dia 28 de Abril de 2022. Esclarecimentos: www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital: https://licitacoes.santarita.pb.gov.br/categoria/editais; www.tce.pb.gov.br. Santa Rita/PB, 08deAbril de 2022.

**João Batista Guedes Soares Júnior
Pregoeiro/PMSR**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2022**

O pregoeiro e equipe de apoio, torna público que realizará o Pregão Eletrônico 041/2022, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PAPEL OFÍCIO (A4 210x297 mm), VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA/PB, às 09h00m do dia 28 de Abril de 2022. Esclarecimentos: www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital: https://licitacoes.santarita.pb.gov.br/categoria/editais; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Santa Rita/PB, 08deAbril de 2022.

**João Batista Guedes Soares Júnior
Pregoeiro/PMSR**

**ESTADO DA PARAIBA
O MUNICÍPIO DE VISTA SERRANA
COMISSÃO DE PREGÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022.093/2022
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022**

O município de vista serrana através de seu Pregoeiro torna público, que está aberta licitação para Aquisição de forma parcelada de material de consumo administrativo destinado as atividades de todas as secretarias do município de vista serrana/PB, conforme anexo I do edital. A reunião será as 08hs:30min do dia 28 de abril de 2022.

Informação na sala da Comissão Permanente de Licitação no Endereço Rua João Francisco Filho Nº. 236, Centro - E-mail: vistserranacpm@gmail.com, www.tce.pb.gov.br, de segunda a sexta das 07 às 12:00hs. Vista Serrana - PB, 07 de abril de 2022.

**Tamires Pinheiro Xavier
Pregoeira Oficial/PMSV**

**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIMA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00018/2022**

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Joao Ferreira da Silva, 366 - Centro - Tacima - PB, às 09:00 horas do dia 28 de Abril de 2022, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO parcelada de medicamentos diversos de A a Z, da Linha ABCFarm. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Decreto Municipal nº 113/07; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 07:30 às 11:30 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3378-1029. E-mail: prefeituraadcmpt@gmail.com. Edital: https://www.pmtacima.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; podendo ser solicitado também pelo e-mail indicado. Tacima - PB, 08 de Abril de 2022

**SHEILA DE ARAÚJO PEREIRA
Pregoeira Oficial**

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DO MEIO AMBIENTE

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022
Registro CGE Nº 22-00358-9

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba - DER/PB, sediado a Av. José Américo de Almeida, s/n, nesta Capital, através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, comunica aos participantes da TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022 (Obras de Terraplenagem da Área Patrimonial do Aeródromo de Itaporanga), que após análise detalhada nas documentações das Propostas de Preços, respaldada na legislação vigente, Edital da licitação em epígrafe, em especial em suas Cláusulas 11.0 considera classificadas as Empresas na seguinte ordem: 1º lugar: L&L CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - R\$ 856.964,55, 2º lugar: PLANENG ENGENHARIA LTDA - ME - R\$ 891.164,52, 3º lugar - NIEMAIÁ CONSTRUÇÕES LTDA - RS - 1.025.614,10 e 4º lugar - CONE CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES EIRELI - R\$ 1.031.225,98

A CPL comunica que fica aberto o prazo recursal a partir da data desta publicação, no protocolo do DER/PB

João Pessoa, 08 de abril de 2022.

**Engº Sebastião Cirino da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação**

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DO MEIO AMBIENTE

CONCORRÊNCIA Nº 02/2022
Registro CGE Nº 22-00268-1

JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba - DER/PB, sediado a Av. José Américo de Almeida s/n, nesta Capital, através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, comunica aos participantes da CONCORRÊNCIA Nº 02/2022 (Obras de Pavimentação da Rodovia PB-382, Trecho: Serra Grande/São José de Piranhas, com aproximadamente 23,66 km), que após análise detalhada nas documentações, respaldada na legislação vigente, Edital da licitação em epígrafe, considera habilitadas as Empresas: COSAMPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA e COMPASA CONSTRUTORA PARAIBANA LTDA e inabilitada a empresa: SIGA CONSTRUTORA EIRELI por não cumprir o exigido no edital no item: 10.3 subitem 10.3.1. "b", "e", "e.2" e "e.2.2" (não apresentou a DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL: FC) e 10.4 subitem 10.4.1. "f". "f.1" (não apresentou relação de equipamentos da CONCORRÊNCIA Nº 02/2022 e sim, da CONCORRÊNCIA Nº 04/2022

A CPL comunica que fica aberto o prazo recursal a partir da data desta publicação no protocolo do DER/PB

João Pessoa, 08 de abril de 2022.

**Engº Sebastião Cirino da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação**

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DO MEIO AMBIENTE

CONVITE Nº 01/2022
Registro CGE Nº 22-00530-0

JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba - DER/PB, sediado a Av. José Américo de Almeida s/n, nesta Capital, através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, comunica aos participantes do CONVITE Nº 01/2022 (Elaboração dos Projetos Estrutural para Construção de três Pontes sendo: Cacimba de Areia, sobre o Rio Farinha com 70 metros de vão, Cachoeria dos Índios sobre o Afluente do Riacho Cacaré com 30 metros de vão e Mataraça sobre o Rio Camarutaba com 70 metros de vão, totalizando 170 metros de vão.), que após análise detalhada nas documentações, respaldada na legislação vigente, Edital da licitação em epígrafe, considera habilitadas as Empresas PROJETO CONSULTARIA DE ENGENHARIA LTDA A CPL e LAOCC ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA

A CPL comunica que fica aberto o prazo recursal a partir da data desta publicação no protocolo do DER/PB

João Pessoa, 08 de abril de 2022.

**Engº Sebastião Cirino da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação**

GOVERNO DA PARAIBA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA DA CENTRAL DE COMPRAS GERÊNCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2022
PROCESSO Nº 31.205.005812.2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, destinados à Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA, conforme edital e anexos. DATA E HORÁRIO: 28/04/2022 às 09h00 (horário de Brasília). PLATAFORMA ELETRÔNICA: https://www.gov.br/compras (compras.gov.br) - UASG Nº 925302

O GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, através da Secretaria de Estado da Administração, publica, para conhecimento dos interessados que, nos termos da lei nº 10.520/02 e alterações, do Decreto nº 24.649/03 que regulamento a sua aplicação no âmbito do Poder Estadual, do Decreto Federal nº 10.024/2019, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará a licitação em epígrafe.

Maiores informações, inclusive sobre o Edital, poderão ser obtidas pelos sites https://www.gov.br/compras, www.centraldecompras.pb.gov.br e pelo e-mail: gelic09@centraldecompras.pb.gov.br. A Gerência de Licitação é localizada na Av. João de Matã, S/N, Bloco 11º andar, Jaguaribe, Centro Administrativo Estadual, CEP 58055-020, João Pessoa - PB. Tel. 83 3208-9839. Cadastro da CGE nº 22-0068-0

**João Cláudio Araújo Soares
Gerente Executivo de Licitação**

CAGEPA

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAIBA – CAGEPA
CNPJ 09.123.654/0001-87

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
1º ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGO 2022

Ficam os senhores acionistas convocados, a se reunirem em assembleia geral ordinária, a ser realizada no dia 18/04/2022, às 09:00 horas, na sede da Companhia, situada na Av. Feliciano Cirne nº 220, nesta Capital, para na forma do Artigo 17 do Estatuto Social, deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Examinar, discutir e votar sobre o Relatório da Administração e de Sustentabilidade e Demonstrações Contábeis acompanhadas do relatório emitido pelos Auditores Independentes, parecer do Conselho Fiscal e Manifestação do Conselho de Administração, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021;
 2. Destinação do lucro líquido do exercício 2021, conforme proposta da administração;
 3. Eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia;
 4. Outros assuntos de interesse dos acionistas.
- Os documentos relativos à matéria a ser discutida encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, em conformidade com o artigo 135, §3º da Lei 6.404/1976.

**Lúcio Landim Batista da Costa
Presidente do Conselho de Administração**

SUPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DA PARAIBA
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE CONVOCAÇÃO
EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2022
REGISTRO Nº 22-00622-5

OBJETO: CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE LABORATÓRIO NA ESCOLA ECIT DAURA SANTIAGO RANGEL (MOD. 2), EM JOÃO PESSOA/PB. Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário. Tipo: Menor Preço. Local: Rua Feliciano Cirne, nº 326, bairro de Jaguaribe, João Pessoa - Paraíba. Fone: (83) 3218-5282. E-mail: cpl.suplan@gmail.com. Entrega das Propostas: 26 de abril de 2022, às 11h.

**Ana Karen Tavares Barbosa Monteiro
Presidente da CPL**

NORACRYL S.A. FIBRAS ACRÍLICAS DA PARAIBA
CNPJ nº 09.136.995/0001-97

Convocação

Ficam convocados os Srs. acionistas para uma Assembleia extraordinária, às 10:00 hs. do dia 22.04.22, à Rua da República, 138, para deliberar sobre eleição da Diretoria. João Pessoa, 07de abril de 2022. A Diretoria.

POLYNOR S.A. IND. E COM. DE FIBRAS SINTÉTICAS DA PARAIBA
CNPJ nº 09.126.970/0001-02

Convocação

Ficam convocados os Srs. acionistas para uma Assembleia extraordinária, às 9:00 hs. do dia 22.04.22, no Km 04 da Rodovia BR-101, João Pessoa, para deliberar sobre eleição da Diretoria. João Pessoa, 07 de abril de 2022. A Diretoria.

COMUNICADO DE ABANDONO DE EMPREGO

Esgotados nossos recursos de localização e tendo em vista encontrar-se em local não sabido, convidamos Yolanda Angélica Del Carmen Oliva, portador da CTPS nº 0000017355 - série 00004 a comparecer na empresa Instituto Educacional Santos Dumont, CNPJ nº 09.150.558/0001-28. Av. Eurípedes Tavares, nº 580 – Centro – João Pessoa - PB, a fim de retornar ao emprego ou justificar as faltas desde dentro do prazo de 72 hs a partir desta publicação, sob pena de ficar rescindido, automaticamente, o contrato de trabalho, nos termos da letra "I" do art. 482 da CLT. (localidade), (dia) de (mês) de (ano).

AGROPECUÁRIA VALE DO DIAMANTE S/A - C.N.P.J. Nº. 09.229.295/0001-47 - EMPRESA BENEFICÍARIA DE INCENTIVOS FISCAIS DO FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE – FINOR – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA- EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Convocamos os acionistas da AGROPECUÁRIA VALE DO DIAMANTE S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará na sede social da empresa, situada na Av. Epitácio Pessoa, nº. 3745, bairro do Miramar, João Pessoa, Estado da Paraíba, às 10:00 (dez) horas do dia 09de maio de 2022, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: a) Matéria de que trata o artigo 132 da Lei nº. 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021. Em Assembleia Geral Extraordinária: a) Aumento do Capital Autorizado da Sociedade, e com consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; b) outros assuntos de interesse da sociedade. AVISO – Encontram-se a disposição dos acionistas, na sede social desta empresa, os documentos a que se refere o art.º 133, da Lei nº6.404/76, referente ao exercício social encerrado em 31.12.2021. João Pessoa, 08 de abril de 2022. Sebastião Coimbra Neto - Presidente do Conselho de Administração.

BAUTEN RESERVA DA MATA LTDA DE CNPJ: 44.903.503/0001-42 torna público que solicitou da SEMAM (Secretaria de Meio Ambiente) a Licença Prévia/Ambiental para um residencial multifamiliar/flat com 53 unidades, situado na Rua Evandro Bezerra Cavalcanti Pinho, 342, Cabo Branco, João Pessoa – Paraíba.

COMUNICADO DE ABANDONO DE EMPREGO

Esgotados nossos recursos de localização e tendo em vista encontrar-se em local não sabido, convidamos Stefany Káteline Silva de Souza, portador da CTPS nº 00007979860 - série 00030 a comparecer na empresa Instituto Educacional Santos Dumont, CNPJ nº 09.150.558/0001-28. Av. Eurípedes Tavares, nº 580 – Centro – João Pessoa - PB, a fim de retornar ao emprego ou justificar as faltas desde dentro do prazo de 72 hs a partir desta publicação, sob pena de ficar rescindido, automaticamente, o contrato de trabalho, nos termos da letra "I" do art. 482 da CLT. (localidade), (dia) de (mês) de (ano).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital e em conformidade com o disposto nos Artigos 1355 e 1349 do Código Civil, ficam convocados todos os condôminos que formam o Condomínio Residencial Hotelero Ambassador Flat, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no próximo dia25 de Abril de 2022, no auditório do Ambassador Flat situado à Avenida Cabo Branco, 1890 sala 502 – Cabo Branco, nesta cidade, às18h00minhoras em primeira convocação, e com a maioria dos Condôminos presentes, ou às 19h00min horas em segunda convocação com qualquer número de Condôminos presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Prestação de Contas período pandêmico;
2. Melhorias e reformas;
3. Descumprimento da Convenção do Condomínio e suas consequências;
4. Eleição de síndico, substituído e membros do Conselho Consultivo Fiscal, ênfase de término de mandato;
5. Outros assuntos de Interesse dos Condôminos;

Por oportuno, solicitamos a presença de todos os Condôminos à Assembleia ora Convocada, proteja seu patrimônio, podendo V.sas.se fazerem representar por procurador devidamente constituído através de Instrumento de Procuração Particular ou Pública, o qual deverá se apresentar a Direção antes do início da Assembleia.

Os Condôminos inadimplentes não têm o direito de participar dos debates, tratar de assuntos da ordem do dia e nem votar, conforme a Convenção de Condomínio e Regimento Interno do Ambassador Flat - Artº 13º subitem 13.2.

Em caso de ausência os Condôminos obrigados a aceitarem o que for deliberado com tacita concordância.

Será obrigatório o uso da máscara, conforme decreto Municipal e Estadual. João Pessoa, 08 de Abril de 2022..

**Jose Geraldo Cunha Dantas
Síndico**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2022
ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO

A Comissão Organizadora Pró-Fundação do SINDICATO DOS ATLETAS E EX-ATLETAS DE FUTEBOL PROFISSIONAL NA PARAIBA (SAPEXPB), na forma disciplinada pela Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, observado especificamente o que determina o Art. 233 e demais incisos, bem como o previsto no Título V, art. 511 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e na Súmula nº 677, do Supremo Tribunal Federal, **convoca todos os filiados** a se reunirem em Assembleia Geral de Fundação do SINDICATO DOS ATLETAS E EX-ATLETAS DE FUTEBOL PROFISSIONAL NA PARAIBA (SAPEXPB) a ser realizada no Condomínio Residencial Solar da Vila, AP 301, na Rua Jornalista Antônio Barreto Neto, Nº 58, Planalto, Boa Esperança, João Pessoa-PB, CEP: 58065-194, no dia **07 de maio de 2022 às 19:00 h**, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- 1- Discussão sobre a conveniência e aprovação da fundação do SINDICATO DOS ATLETAS E EX-ATLETAS DE FUTEBOL PROFISSIONAL NA PARAIBA (SAPEXPB), nos termos da Lei 11.326/06 e a sua abrangência territorial;
- 2- Aprovação dos Estatutos Sociais da Entidade;
- 3- Fixação das mensalidades sociais e demais contribuições para o custeio da entidade.
- 4- Eleições e posse da Direção e Conselho Fiscal.

Sebastião Cândido da Silva Km17
SEBASTIÃO CÂNDIDO DA SILVA KMITA

CPF: 260.444.668-50

Responsável e Presidente da Comissão Pró-Fundação

CENTRAIS ELÉTRICAS DA PARAIBA S.A. - EPASA
CNPJ/MF nº 10.366.780/0001-41 - NIRE nº 25.300.010.088

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 06 de Abril de 2022

I - Dia, Hora e Local: Aos 06 (seis) dias do mês de abril de 2022, às 11h00 (onze horas), ocorreu, de forma exclusivamente digital e considerada como realizada na sede social da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA ("Companhia"), na Rua Projatã s/n - Engenho Triunfo - Estrada do Aterro Sanitário, Km 01 - Distrito Industrial - CEP: 58000-000 - cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

II - Convocação: De acordo com os editais de convocação publicados nos termos do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), no jornal A União, nas edições dos dias 29, 30 e 31 de março de 2022.

III - Presença: Compareceram à Assembleia Geral Extraordinária os acionistas CPFIL Gerção de Energia S.A. ("CPFIL Gerção"), EBRasil Gás e Energia S.A. ("EBRasil Gás"), OZ & M Incorporação e Participação Ltda. ("OZ & M") e Aruanã Energia S.A. ("Aruaná"), representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica no "Livro da Presença de Acionistas".

IV - Composição da Mesa: Sr. José Ferreira Abdal Neto - Presidente; e Sra. Paula Barreto Guerra - Secretária. **V - Ordem do Dia:** Aprovar a redução de capital social da Companhia, no montante total de até R\$ 60.000,00 (sessenta milhões de reais), por ser excessivo em relação ao objeto. **VI - Leitura De Documentos, Recolhimento de Votos e Lavratura da Ata:** (1) foi dispensada a leitura dos